

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA

EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES NÃO-  
AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL BRASILEIRO  
1981 – 1995

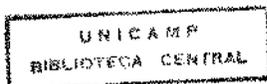
*Este exemplar  
corresponde ao original  
da tese defendida por  
mauro Eduardo del Grossi em  
10/02/99 e orientada pelo  
prof. Dr. José Graziano da Silva  
CPG/IE, 10/02/99*

Tese de Doutorado apresentada  
ao Instituto de Economia da  
Universidade Estadual de Campinas  
– UNICAMP, sob a orientação do  
Prof. Dr. José Graziano da Silva

MAURO EDUARDO DEL GROSSI

Campinas

1999



UNIDADE	OC
N.º CHAMADA:	
V.	Ex.
TOMAGO BC/	37609
PROC.	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	05/05/99
N.º OPD	

CM-00122913-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

D378e Del Grossi, Mauro Eduardo  
Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro 1981-1995 / Mauro Eduardo Del Grossi. – Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador: José Francisco Graziano da Silva  
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Economia.

1. Emprego rural. 2. Mão-de-obra. 3. \*Pluriatividade agrícola.  
I. Silva, José Francisco Graziano da. II. Universidade Estadual de  
Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

À Elenice,  
esposa e companheira

## AGRADECIMENTOS

Ao professor José Graziano da Silva pela orientação primorosa e auxílio na elaboração desse trabalho.

Aos professores Rodolfo Hoffmann e Ângela Kageyama pelo apoio desde o início do curso, e principalmente na discussão do projeto de pesquisa.

Ao Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR, pela oportunidade e apoio durante todo período de treinamento, especialmente aos colegas da Área do Sócio-Economia e funcionários da DRH.

Ao Instituto de Economia, professores e funcionários, que direta ou indiretamente colaboraram para a execução dessa tese.

Aos coordenadores do Projeto Rurbano do Instituto de Economia, pela oportunidade e apoio durante toda a pesquisa.

À equipe do IBGE responsável pela execução das Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios, especialmente à Vandeli dos Santos Guerra.

À FAPESP que financiou parte dos equipamentos, através do Projeto Rurbano, permitindo o processamentos de dados.

Ao CNPq que viabilizou a participação no curso, fornecendo uma bolsa de doutorado. Ao PRONEX que também financiou parte das despesas finais de elaboração da tese.

Ao estatístico Carlos Huaira Contreras pela revisão e sugestões no processamento dos dados. Aos estagiários que auxiliaram na elaboração das tabelas e gráficos presentes nesse trabalho, especialmente à Aline R. Ferreira.

À Sueli Martinez pela revisão criteriosa da versão final deste trabalho.

Aos professores componentes da banca de defesa: Antonio Carlos Laurenti, Henrique Dantas Neder, Eugênia Trancoso Leone e Rodolfo Hoffmann, pela leitura cuidadosa e arguição de todo a trabalho.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	01
CAPÍTULO 1 – OS DADOS DAS PNADs.....	15
1.1 AS VARIÁVEIS .....	17
1.1.1 A OCUPAÇÃO .....	17
1.1.2 A ATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO.....	18
1.1.3 OS RAMOS DE ATIVIDADE .....	19
1.1.4 A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO .....	19
1.1.5 OS RENDIMENTOS DO TRABALHO .....	20
1.2 AS PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS NOVAS PNADs.....	22
1.2.1 A SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS .....	22
1.2.2 O CONCEITO DE TRABALHO.....	28
1.2.3 OS PERÍODOS DE REFERÊNCIA .....	36
1.2.4 O TRABALHO PRINCIPAL.....	38
1.3 A EVOLUÇÃO DA PEA CORRIGIDA.....	41
1.4 REGIONALIZAÇÃO.....	49
1.5 RESUMO .....	52
 CAPÍTULO 2 – A EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS, 1981 A 1995 .....	 53
2.1 AS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO .....	64
2.2 AS HORAS NO TRABALHO PRINCIPAL .....	73
2.3 OS RAMOS DE ATIVIDADES DO TRABALHO PRINCIPAL .....	88
2.4 OS SETORES DE ATIVIDADE PRINCIPAL.....	94
2.5 AS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS .....	101

2.6 AS PESSOAS COM DUPLA ATIVIDADE.....	108
2.7 OS RENDIMENTOS DO TRABALHO PRINCIPAL.....	115
CAPÍTULO 3 – O ACRÉSCIMO CONCEITUAL.....	122
3.1 AS ATIVIDADES E LOCALIZAÇÃO.....	122
3.2 AS POSIÇÕES NA FAMÍLIA.....	127
3.3 RESUMO.....	136
CAPÍTULO 4 – A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL.....	137
4.1 A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA RESTRITA.....	138
4.2 A DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA: ANOS 90.....	145
4.3 RESUMO.....	154
RESUMO E CONCLUSÕES.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
ANEXO I	
Relação Completa das Atividades e Ocupações da população Ocupada – Anos 90.....	176
ANEXO II	
Precisão dos Resultados das PNADs.....	184

## ANEXO III

Procedimentos para Correção da Atividade Principal nos Anos 90 – Segundo o Conceito dos Anos 80 .....	188
---	-----

## ANEXO IV

Procedimentos para Seleção da População Economicamente Ativa e da População segundo o Conceito dos Anos 90.....	193
---	-----

## ANEXO V

Pessoas Ocupadas segundo a situação do Domicílio, o Setor de Atividade e Regiões Modificadas do Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	195
---	-----

## ANEXO VI

Pessoas Ocupadas com Domicílio Rural Segundo o Setor de Atividade, Posição na Ocupação e Regiões Modificadas do Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	199
---	-----

## ANEXO VII

Pessoas Ocupadas Segundo o Setor de Atividade, Posição na Ocupação, Grupos de Horas Semanais no Trabalho Principal e Regiões Modificadas do Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	203
---	-----

## ANEXO VIII

Pessoas Ocupadas com Domicílio Rural Segundo o Setor e Ramos de Atividade e Regiões Modificadas do Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	211
--	-----

## ANEXO IX

Principais Setores de Atividades Não-agrícolas das Pessoas com Domicílio Rural Segundo as Regiões Modificadas do Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	215
--	-----

## ANEXO X

Principais Ocupações Não-agrícolas das Pessoas com Domicílio Rural Segundo as Regiões Modificadas do Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	219
--	-----

## ANEXO XI

Pessoas Ocupadas com Mais de Uma Atividade Segundo a Situação do Domicílio, o Setor de Atividade Principal e Secundário e as Regiões Modificadas do Brasil. 1981, 1992 e 1995.....	223
--	-----

## ANEXO XII

Distribuição das Pessoas com Domicílio Rural Ocupadas em Atividades Não-agrícolas Segundo a Situação do Domicílio e Área Censitária. 1981, 1992 e 1995 .....	227
--	-----

## LISTA DE TABELAS

### CAPÍTULO 1

Tabela 1.1	Evolução da população de 10 anos ou mais de idade, sem a correção dos conceitos, Brasil, 1990, 1992 e 1995 .....	33
Tabela 1.2	População economicamente ativa (PEA) ocupada segundo as horas trabalhadas na semana de referência: Brasil, 1992 e 1995 .....	35
Tabela 1.3	Evolução da população economicamente ativa ocupada segundo o ramo de atividade e o período de referência, Brasil, 1992 e 1995 .....	37
Tabela 1.4	Evolução da PEA agrícola e não-agrícola, segundo os critérios adotados para compatibilização da série histórica dos dados da PNADs, Brasil, 1990 e 1992 .....	41
Tabela 1.5	Evolução das PNADs compatibilizadas, Brasil, 1981 a 1995 .....	42
Tabela 1.6	Evolução da PEA agrícola corrigida, PNAD, Brasil, 1981 a 1995 .....	44
Tabela 1.7	Crescimento da população brasileira entre 1990 e 1992, segundo o tipo de áreas censitárias das PNADs .....	47
Tabela 1.8	Evolução da população ocupada no Brasil entre 1990 e 1992, segundo as áreas censitárias das PNADs .....	48

### CAPÍTULO 2

Tabela 2.1	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (10+), segundo a situação do domicílio, condição na ocupação e atividade principal. Brasil, 1981, 1992 e 1995 .....	54
------------	---	----

Tabela 2.2	Evolução das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo a condição na ocupação, situação do domicílio, atividade principal e regiões modificadas no Brasil, 1981, 1992 e 1995 .....	57
Tabela 2.3	Evolução da população rural ocupada segundo a posição na ocupação e a atividade principal, Brasil.....	65
Tabela 2.4	Taxa de crescimento da população rural segundo a posição e ocupação na atividade principal das regiões do Brasil, 1981 a 1995 .....	69
Tabela 2.5	Evolução da população ocupada segundo a situação do domicílio, ramo de atividade e grupo de horas no trabalho principal. PEA restrita, Brasil.....	75
Tabela 2.6	Evolução das pessoas ocupadas no Brasil segundo os grupos de jornada semanal de trabalho e ramo da atividade principal, 1992 e 1995 .....	76
Tabela 2.7	Evolução da população ocupada com domicílio rural segundo a atividade, posição na ocupação e os grupos de jornada semanal no trabalho principal, Brasil.....	79
Tabela 2.8	Evolução da população ocupada com domicílio urbano segundo a atividade, posição na ocupação e os grupos de jornada semanal do trabalho principal, Brasil.....	84
Tabela 2.9	Taxas de crescimento da população rural das regiões modificadas do Brasil, segundo o setor de atividade, 1981 a 1995 .....	91
Tabela 2.10	Evolução dos principais setores de ocupações rurais não-agrícolas no Brasil, 1981 a 1995 .....	95

Tabela 2.11	Evolução dos principais setores de atividades da população rural não-agrícola segundo as regiões modificadas do Brasil, 1981, 1992 e 1995 .....	99
Tabela 2.12	Evolução das principais ocupações não-agrícolas da população rural do Brasil, segundo o gênero. PEA restrita, 1981, 1992 e 1995.....	102
Tabela 2.13	Taxas de crescimento das principais ocupações não-agrícolas da população ocupada rural, segundo as regiões do Brasil, 1981 a 1995 .....	106
Tabela 2.14	Participação relativa das principais ocupações segundo as posições na ocupação e ramos de atividade. PEA restrita, 1995.....	107
Tabela 2.15	Evolução da população ocupada com mais de uma atividade na semana de referência, segundo a situação do domicílio, ramos de atividade principal e secundária. PEA restrita, Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	111
Tabela 2.16	Taxas de crescimento das pessoas com dupla atividade, segundo a situação do domicílio, trabalhos principal e secundário, e as regiões do Brasil. PEA restrita, 1981/85.....	114
Tabela 2.17:	Renda média do trabalho principal das pessoas ocupadas, segundo a situação do domicílio, atividade principal e posição na ocupação. Brasil, PEA restrita. 1995.....	117
 CAPÍTULO 3		
Tabela 3.1	Distribuição regional e evolução do acréscimo conceitual da população ocupada, segundo a posição na ocupação, 1992 e 1995.....	123

Tabela 3.2	Evolução da população incorporada à PEA, Brasil, 1992 e 1995.....	124
Tabela 3.3	Distribuição regional e evolução do acréscimo conceitual da PEA segundo a situação do domicílio e atividade principal, 1992 e 1995.....	125
Tabela 3.4	Número de pessoas do acréscimo conceitual com atividade secundária, segundo o ramo da atividade principal e secundária. Brasil, 1992 e 1995.....	127
Tabela 3.5	Pessoas incorporadas à população ocupada segundo a situação do domicílio, ramo de atividade principal, condição na família e gênero. Brasil, 1995.....	128
Tabela 3.6	Atividade principal da população urbana incorporada à população ocupada, segundo o ramo de atividade principal, posição da ocupação e condição na família. Brasil.....	130
Tabela 3.7	Atividade principal da população rural incorporada à população ocupada, segundo o ramo de atividade principal, posição da ocupação e condição na família. Brasil.....	131
Tabela 3.8	Grupos de horas semanais em todos os trabalhos da população incorporada à população ocupada, para as posições na ocupação de autoconsumo e autoconstrução, segundo o ramo de atividade principal, situação do domicílio e condição na família. Brasil, 1995.....	133

Tabela 3.9	Ocupações principais mais freqüentes da população urbana incorporada à população ocupada, segundo os ramos de atividade principal, posição na ocupação e condição da família. Brasil, 1995 .....	134
Tabela 3.10	Ocupações principais mais freqüentes da população ocupada, segundo os ramos de atividade principal, posição na ocupação e condição da família. Brasil, 1995 .....	135
Tabela 3.11	Pessoas incorporadas à população ocupada e que recebem aposentadorias e/ou pensões, segundo o ramo de atividade principal, situação do domicílio e condição na família. Brasil, 1995 .....	136

#### CAPÍTULO 4

Tabela 4.1	Evolução da PEA ocupada restrita segundo os ramos de atividades, situações dos domicílios e tipos de municípios, Brasil, 1981, 1992 e 1995 .....	139
Tabela 4.2	Taxas anuais de crescimento da população ocupada restrita, segundo o ramo de atividade, situação do domicílio e tipo de município, Brasil, 1981, 1992 e 1995 .....	141
Tabela 4.3	Evolução da PEA ocupada restrita segundo os tipos de municípios, situação do domicílio, ramo de atividade, e posição na ocupação do trabalho principal, Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	143

Tabela 4.4	Taxas de crescimento da PEA ocupada segundo os tipos de municípios, situação do domicílio, ramo de atividade, e posição na ocupação do trabalho principal, Brasil, 1981, 1992 e 1995 .....	144
Tabela 4.5	Evolução da população ocupada segundo a PEA restrita, acréscimo conceitual e PEA expandida, para os tipos de municípios, ramos de atividade e situações do domicílio, Brasil, 1992 e 1995 .....	146
Tabela 4.6	Evolução da população ocupada segundo o ramo de atividade, tipo de município e situação do domicílio. PEA ampliada, Brasil, 1992 e 1995 .....	148
Tabela 4.7	Evolução da população ocupada segundo a situação do domicílio, tipo de município amostrado, ramo de atividade e posição na ocupação do trabalho principal. PEA ampliada, Brasil, 1992 e 1995 .....	150
Tabela 4.8	Evolução da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo os tipos de municípios e regiões modificadas do Brasil. PEA ampliada, 1992 e 1995.....	152
Tabela 4.9	Evolução da população rural ocupada em atividades não-agrícolas segundo as regiões modificadas e situação do domicílio. PEA ampliada, 1992 e 1995 .....	153
Tabela 4.10	População ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas, segundo os tipos de municípios e regiões modificadas do Brasil, para os povoados e áreas exclusivamente rurais, 1995.....	155

## LISTA DE GRÁFICOS

### CAPÍTULO 1

- Gráfico 1.1: Evolução da PEA agrícola corrigida (1981 a 1995) e publicada (1992 a 1995), Brasil ..... 45

### CAPÍTULO 2

- Gráfico 2.1: Evolução da população com 10 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, Brasil. 1981, 1992 e 1995..... 53
- Gráfico 2.2: Evolução da população ocupada total segundo de atividade principal. PEA restrita, Brasil. 1981, 1992 e 1995..... 55
- Gráficos 2.3: Evolução da população urbana ocupada segundo de atividade principal. PEA restrita, Brasil. 1981, 1992 e 1995..... 55
- Gráfico 2.4: Evolução da população rural ocupada segundo a de atividade principal. PEA restrita, Brasil. 1981, 1992 e 1995..... 56
- Gráfico 2.5: Evolução da população urbana ocupada na agricultura, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita, 1981, 1992 e 1995..... 58
- Gráfico 2.6: Evolução da população rural ocupada na agricultura, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita, 1981, 1992 e 1995..... 60

Gráfico 2.7:	Evolução da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita, 1981, 1992 e 1995.....	61
Gráfico 2.8:	Evolução da PEA rural ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas, segundo as posições na ocupação. PEA restrita, Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	65
Gráfico 2.9:	Evolução dos empregados rurais com registro em Carteira de Trabalho, ocupados na agricultura, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita. 1981, 1992 e 1995.....	66
Gráfico 2.10:	Evolução dos empregados rurais sem registro em Carteira de Trabalho, ocupados na agricultura, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita. 1981, 1992 e 1995.....	66
Gráfico 2.11:	Evolução dos conta-própria rurais ocupados na agricultura, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita. 1981, 1992 e 1995 .....	67
Gráfico 2.12:	Evolução dos empregadores rurais ocupados na agricultura, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita. 1981, 1992 e 1995 .....	67
Gráfico 2.13:	Evolução dos não-remunerados rurais ocupados na agricultura, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita. 1981, 1992 e 1995 .....	67
Gráfico 2.14:	Evolução dos empregados rurais com registro em Carteira de Trabalho, ocupados não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita. 1981, 1992 e 1995.....	71
Gráfico 2.15:	Evolução dos empregados rurais sem registro em Carteira de Trabalho, ocupados não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita. 1981, 1992 e 1995.....	71

Gráfico 2.16: Evolução dos empregados rurais em atividades não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita. 1981, 1992 e 1995 .....	72
Gráfico 2.17: Evolução dos não-remunerados rurais em atividades não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita. 1981, 1992 e 1995.....	72
Gráfico 2.18: Evolução dos conta-própria rurais em atividades não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita. 1981, 1992 e 1995 .....	72
Gráfico 2.19: Evolução dos ocupados urbanos com atividades não-agrícolas, segundo os grupos de horas no trabalho principal, PEA restrita, Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	74
Gráfico 2.20: Evolução dos ocupados rurais com atividades não-agrícolas, segundo os grupos de horas no trabalho principal, PEA restrita, Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	74
Gráfico 2.21: Evolução dos ocupados urbanos com atividades agrícolas, segundo os grupos de horas no trabalho principal. PEA restrita, Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	74
Gráfico 2.22: Evolução dos ocupados rurais com atividades agrícolas, segundo os grupos de horas no trabalho principal. PEA restrita, Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	75
Gráfico 2.23: Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população urbana agrícola. PEA restrita, Brasil 1981 .....	78
Gráfico 2.24: Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população urbana agrícola. PEA restrita, Brasil 1992.....	78

Gráfico 2.25: Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população urbana agrícola. PEA restrita, Brasil 1995 .....	78
Gráfico 2.26: Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população rural agrícola. PEA restrita, Brasil 1981 .....	81
Gráfico 2.27: Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população rural agrícola. PEA restrita, Brasil 1992 .....	81
Gráfico 2.28: Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população rural agrícola. PEA restrita, Brasil 1995 .....	81
Gráfico 2.29: Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população rural não-agrícola. PEA restrita, Brasil 1981 .....	82
Gráfico 2.30: Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população rural não-agrícola. PEA restrita, Brasil 1992 .....	82
Gráfico 2.31: Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população rural não-agrícola. PEA restrita, Brasil 1995 .....	82
Gráfico 2.32: População rural ocupada em atividades agrícolas, segundo os grupos de horas de trabalho (principal). PEA restrita, Brasil 1981 .....	83
Gráfico 2.33: População rural ocupada em atividades agrícolas, segundo os grupos de horas de trabalho (principal). PEA restrita, Brasil 1992 .....	83

Gráfico 2.34: População rural ocupada em atividades agrícolas, segundo os grupos de horas de trabalho (principal). PEA restrita, Brasil 1995.....	83
Gráfico 2.35: População rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo os grupos de horas de trabalho (principal). PEA restrita, Brasil 1981.....	86
Gráfico 2.36: População rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo os grupos de horas de trabalho (principal). PEA restrita, Brasil 1992.....	86
Gráfico 2.37: População rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo os grupos de horas de trabalho (principal). PEA restrita, Brasil 1995.....	86
Gráfico 2.38: População rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo os ramos de atividades. PEA restrita, Brasil. 1981, 1992 e 1995.....	88
Gráfico 2.39: Distribuição da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo as regiões e ramos de atividades. PEA restrita, Brasil. 1981.....	90
Gráfico 2.40: Distribuição da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo as regiões e ramos de atividades. PEA restrita, Brasil. 1992.....	90
Gráfico 2.41: Distribuição da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo as regiões e ramos de atividades. PEA restrita, Brasil. 1995.....	90
Gráfico 2.42: Evolução da população rural ocupada em setores não-agrícolas, segundo as atividades mais comuns. PEA restrita, Brasil. 1981, 1992 e 1995.....	96

Gráfico 2.43: População rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita. 1981 .....	97
Gráfico 2.44: População rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita. 1992 .....	97
Gráfico 2.45: População rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita. 1995 .....	97
Gráfico 2.46: Evolução das principais ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro. PEA restrita. Brasil. 1981, 1992 e 1995.....	102
Gráfico 2.47: Distribuição das principais ocupações não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita, 1981 .....	105
Gráfico 2.48: Distribuição das principais ocupações não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita, 1992 .....	105
Gráfico 2.49: Distribuição das principais ocupações não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita, 1995 .....	105
Gráfico 2.50: População ocupada com atividade secundária e sem atividade secundária. PEA restrita, Brasil. 1995 .....	108
Gráfico 2.51: Atividade secundária segundo o ramo da atividade principal e situação do domicílio. PEA restrita. 1981.....	110
Gráfico 2.52: Atividade secundária segundo o ramo da atividade principal e situação do domicílio. PEA restrita. 1992.....	110
Gráfico 2.53: Atividade secundária segundo o ramo da atividade principal e situação do domicílio. PEA restrita. 1995.....	110
Gráfico 2.54: População com dupla atividade, segundo a situação do domicílio e regiões do Brasil. PEA restrita. 1981.....	113
Gráfico 2.55: População com dupla atividade, segundo a situação do domicílio e regiões do Brasil. PEA restrita. 1992.....	113

Gráfico 2.56: População com dupla atividade, segundo a situação do domicílio e regiões do Brasil. PEA restrita. 1995.....	113
Gráfico 2.57: Evolução dos rendimentos do trabalho principal dos empregados rurais segundo a atividade, Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	118
Gráfico 2.58: Evolução dos rendimentos do trabalho principal dos empregados rurais segundo a atividade e registro em Carteira de Trabalho. Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	119
Gráfico 2.59: Rendimentos do trabalho principal dos empregados rurais segundo a atividade e regiões modificadas do Brasil, 1995. ....	120
Gráfico 2.60: Relação entre as rendas não-agrícolas com as rendas agrícolas dos empregados rurais com registro em Carteira de Trabalho, segundo as regiões modificadas do Brasil. 1981, 1992 e 1995 .....	121
Gráfico 2.61: Relação entre as rendas não-agrícolas com as agrícolas dos empregados rurais sem registro em Carteira de Trabalho, segundo as regiões modificadas do Brasil.1981, 1992 e 1995 .....	122

## INTRODUÇÃO

O espaço rural vem passando por profundas transformações, quer seja no avanço da modernização agrícola<sup>1</sup>, quer no avanço de novas atividades no seu interior.

O processo de modernização da agricultura brasileira continuou seu curso nos anos 80 e 90. A partir do impulso das políticas keynesianas do pós-guerra e com a integração da agricultura com outros setores da economia, a produtividade agrícola aumentou consideravelmente em quase todo o mundo. Conseqüentemente, a produtividade do trabalho agrícola também experimentou substancial acréscimo, a tal ponto que as tarefas antes de responsabilidade de toda a família, passaram a ter caráter mais individualizado.

O avanço da modernização das atividades agropecuárias, via de regra, está associado à integração da unidade produtiva às redes de produção, cada vez mais especializadas, visando atender “nichos” ou segmentos de mercados.

Nos países mais desenvolvidos assiste-se à emergência de um novo paradigma técnico-produtivo, também chamado pós-industrial, demarcado pela elevação do conteúdo tecnológico e pela redução no tamanho das plantas industriais, e conseqüente queda relativa dos empregos no setor industrial da economia. Assiste-se ainda a proliferação de empresas prestadoras de serviços técnico-produtivos especializados por toda a economia<sup>2</sup>.

Essas transformações já têm surtido efeito sobre as áreas rurais, não somente com a elevação contínua da produtividade do trabalho nas tarefas agropecuárias, mas também com a emergência de agências prestadoras dos mais diversos serviços especializados, como preparo do solo, colheita, pulverizações, inseminações, entre tantas outras tarefas<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Agrícola no sentido genérico do termo e é referente ao conjunto das atividades agrícola, pecuária, pesca e de extração vegetal.

<sup>2</sup> Tais mudanças já são sentidas no Brasil, particularmente com a queda do emprego industrial e o crescimento do setor terciário. Apesar das empresas prestadoras de serviços tecnológicos e produtivos também crescerem, o grande contingente dos trabalhadores do setor terciário está ocupado em serviços pessoais. Para maiores detalhes veja Pochmann, M. *O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional*. CESIT, Instituto de Economia, UNICAMP, 1998. 26p. (não publicado)

<sup>3</sup> Arnalte A., E. Estructura de las explotaciones agrarias y externalización del proceso productivo. Madrid. *Revista de Economía*, 66: 101-117. 1989.

Todas essas operações agropecuárias, que antigamente faziam parte do dia-a-dia dos estabelecimentos rurais, estão progressivamente sendo atendidas por agências especializadas naquelas atividades. Veja-se, por exemplo, a importância da terceirização das atividades agrícolas no Brasil, constatada por Laurenti<sup>4</sup>.

Em função das mudanças nas unidades produtivas agropecuárias duas grandes transformações ocorrem:

- a) nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades, alheias a sua unidade produtiva;
- b) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não.

Essas famílias, que combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, vieram a ser conhecidas como **pluriativas**, já que exerciam mais de uma atividade econômica. Também derivados das mesmas transformações, os agricultores com essas atividades vieram a ser conhecidos como **part-time farmers**, pois não dedicavam mais todo o seu tempo de trabalho às atividades agrícolas dos seus estabelecimentos. A diferença entre os termos está na unidade de análise: o primeiro diz respeito às famílias e seus membros; enquanto que o segundo diz respeito ao estabelecimento agropecuário, observando-se o tempo dedicado ao estabelecimento pelas pessoas envolvidas nas suas atividades agropecuárias.

As diversas modalidades de pluriatividade antepõem questões de várias ordens, pois muitas vezes associam o estatuto de conta-própria com o de empregado numa mesma pessoa, resultando num tipo difícil de classificar, tanto do ponto de vista profissional como social<sup>5</sup>.

No padrão fordista de organização do trabalho a atividade fora da unidade de produção era considerada como uma etapa do processo de proletarização. As transformações mais gerais da economia, particularmente a flexibilização do processo de

---

<sup>4</sup> Laurenti, A.C. *A terceirização na agricultura – a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola paranaense*. Instituto de Economia, UNICAMP. 1996. 245 p. (Tese de Doutorado)

<sup>5</sup> Mingione, E. e Pugliese, E. A difícil delimitação do urbano e do rural. *Revista de Crítica de Ciências Sociais*. Lisboa, 22:83-99. 1987.

trabalho industrial, facilitaram o crescimento da mão-de-obra pluriativa, que também interessa à indústria por ser mais econômica. A pluriatividade tornou-se permanente nas unidades familiares rurais, tendo em vista o novo ambiente social e econômico existente<sup>6</sup>.

Em paralelo a essas transformações, o espaço rural tem sido foco de valorização para fins não-agrícolas. Tanto as indústrias novas como as tradicionais vêm procurando transferir suas plantas para as áreas rurais, como forma de minimizar custos (proximidade da matéria-prima, mão-de-obra menos onerosa e não sindicalizada, impostos etc.) ou externalidades negativas (poluição, fuga dos congestionamentos etc.).

A procura pelas áreas rurais não é exclusividade das indústrias. Há também uma nova onda de valorização do espaço rural, capitaneados por questões ecológicas, preservação da cultura "country", lazer, turismo ou para moradia.

Observa-se em todo o mundo uma preocupação crescente com a preservação ambiental que estimulou novo filão do turismo: o ecológico. A nova forma de valorização do espaço vem a remodelar as atividades ali existentes, em função da preservação ambiental e do atendimento aos turistas.

Na valorização da cultura "country" é simbólica o crescimento das festas de peões pelo interior brasileiro. A atividade de turismo rural também está se expandindo, o que se reflete no número ascendente de fazendas-hotéis e pousadas rurais.

O espaço rural também está sendo cada vez mais demandado como espaço para lazer. Na última década, milhares de pesque-pagues proliferaram pelo interior. Nestes, a produção de peixes propriamente dita não é a maior fonte de renda, mas sim os serviços prestados nos pesqueiros, visando populações urbanas de rendas média e baixa. Também observa-se a expansão das construções rurais para segunda moradia das famílias urbanas de rendas média e alta, em chácaras e sítios de lazer no interior do Brasil.

Por fim, as dificuldades crescentes de ingressar no mercado de trabalho urbano e de aquisição da casa própria, simultaneamente com o avanço das facilidades nos meios de transporte, têm feito com que o meio rural seja uma opção de moradia cada vez mais interessante para boa parte da população de baixa renda.

---

<sup>6</sup> Abramoway, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo – SP. ANPOCS/HUCITEC. 1992.

De forma geral, podem-se sintetizar os fenômenos promotores da pluriatividade<sup>7</sup>:

- a) “desmonte” das unidades produtivas, no sentido de que muitas atividades internas à unidade produtiva passaram a ser executados por terceiros, contratados para executar as mais diversas atividades do processo produtivo<sup>8</sup>;
- b) decorrente do anterior, crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas agropecuárias e de profissões tipicamente urbanas como de administradores, de motoristas, de contadores ou de outros profissionais vinculados às atividades não-agrícolas<sup>9</sup>;
- c) especialização produtiva crescente das unidades agropecuárias, permitindo o aparecimento de novos produtos e mercados, como animais jovens, animais exóticos, frutas frescas e flores, entre muitos outros<sup>10</sup>;
- d) formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição<sup>11</sup>;
- e) melhoria de infra-estrutura social e de lazer rurais, além de maiores facilidades de transporte e meios de comunicação, possibilitando maiores chances de acesso aos bens públicos, como a previdência, o saneamento básico, a assistência médica e a educação<sup>12</sup>.

Os estudos internacionais<sup>13</sup> sobre o tema ganharam novo fôlego a partir de 1975<sup>14</sup> quando nas discussões da reforma da PAC (Política Agrícola Comum da Comunidade Européia), a pluriatividade passou a ser vista como alternativa para fixar populações no

<sup>7</sup> Graziano da Silva, 1998. Projeto Rurbano apresentado à FAPESP. (não publicado)

<sup>8</sup> Friedland, W. e Pugliese, E. Class formation and decomposition in modern capitalist agriculture. *Sociologia Ruralis*, 29: 149-165. 1989.

<sup>9</sup> Blakely, E. e Bradshaw, T. América rural: um novo contexto. *Agricultura y Sociedad*, nº 36-37. 1985.

<sup>10</sup> Graziano da Silva, J.; Balsadi, O.V. e Del Grossi, M.E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*. Revista da Fundação SEADE, São Paulo – SP. 11(2):50-64. 1997.

<sup>11</sup> Green, R. e Santos, R.R. *Economía de red y reestructuración del sector agroalimentario*. Paris, INRA, 1991.

<sup>12</sup> Barlett, P. Part-time farming: saving the farm ou saving the life-style? *Rural Sociology*, 51(3):289-313. 1986. Ver também Carneiro, M.J. Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar? *Anais do XVII Encontro Nacional do PIPSA (Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura)*. Porto Alegre, RS. p. 50-58, 1995.

<sup>13</sup> Um dos trabalhos que tornou-se um marco no tema foi o relatório das pesquisas do grupo de Arkleton em 1987: Arkleton Research. *Cambio rural en Europa: programa de investigación sobre las estructuras agrarias y la pluriactividad*. Madrid, Ministério da Agricultura, 1987.

<sup>14</sup> Fuller, A. From part-time to pluriactivity: a decade of change in rural europe. *Journal of Rural Studies*, Great Britain, 6(4):361-373. 1990.

meio rural, além de ser uma boa forma de organização rural para reduzir a produção agrícola europeia.

As possibilidades de obtenção de maiores rendimentos das atividades não-agrícolas, na sua maioria monetizadas<sup>15</sup>, e de acesso aos bens públicos pelas populações rurais, tem amenizado as migrações e levado a maior fixação da população no campo em vários países. Além dos fatores de expulsão da população do campo estarem se arrefecendo, também os fatores de atração da população rural para as cidades tem seu poder reduzido, devido a redução na geração de novos empregos nos centros urbanos<sup>16</sup>.

Contudo, o avanço da pluriatividade não é espacialmente homogêneo, como já mostrava Etexzarreta<sup>17</sup>: *quanto mais desenvolvidos os municípios, maiores as possibilidades dos agricultores em complementarem suas rendas*. Isso explica porque a pluriatividade é mais freqüente onde há processos de industrialização difusa, como ocorre na região conhecida por Terceira Itália<sup>18</sup>. Como explica Saraceno<sup>19</sup> para o caso italiano:

*A pequena agricultura é parte de um todo, de um sistema, em que a agroindústria e a pluriatividade são fundamentais. São três sistemas interconectados: cadeias agroindustriais, industrialização difusa e prestação de serviços. Eles não funcionam como centros urbanos típicos, mas também não são áreas rurais de agricultura.*

O grande problema é que ainda hoje as políticas agrícolas e agrárias são desenhadas para agricultores “full time”, ou seja, para as famílias que dedicam todo o seu tempo às atividades agrícolas internas ao seu estabelecimento. O não alargamento das diretrizes de políticas públicas impede o acesso dos pluriativos às políticas para o setor, e conseqüentemente com a omissão do poder público para com esse segmento crescente de agricultores<sup>20</sup>.

<sup>15</sup> Gordillo de Anda, G. Reestructuración institucional y revalorización de los vinculo rural-urbano. **Seminário Internacional Inter-relación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado**, FAO/ONU. Taxco, México. 1997.

<sup>16</sup> Leone, E. **Pobreza e trabalho no Brasil: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas no anos 80**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. 1994 (Tese de Doutorado)

<sup>17</sup> Etexzarreta, M. et al. **La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrárias comunitarias**. Ministério da Agricultura, Madrid. Espanha. 1995.

<sup>18</sup> A primeira Itália é representada pela região industrial do norte e a segunda pela região ao sul e ilhas;

<sup>19</sup> Saraceno, R. Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: an European experience. **Seminário Internacional Inter-relación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado**, FAO/ONU. Taxco, México. 1997.

<sup>20</sup> Gasson, R. **The economics of part-time farming**. Longman, England. 1988.

Várias dinâmicas econômicas estão agindo no meio rural no sentido de incrementar a pluriatividade. Para Klein<sup>21</sup> o grande crescimento das ocupações rurais não-agrícolas nos países latino-americanos se deveu, por um lado, à própria queda no nível de emprego nas atividades agrícolas, o que obrigou a população rural a buscar outras formas de ocupação; e por outro lado, pela extensão e ampliação dos mercados de bens e serviços para os setores rurais. Ambos os fatores citados são resultados da própria reestruturação da agricultura. A generalização do dinheiro como forma de pagamento da força de trabalho gera maiores possibilidades de desenvolvimento de atividades comerciais para atender à demanda de bens de consumo. E, a medida que os países vão-se desenvolvendo, estendem para as áreas rurais seus serviços públicos, em particular os serviços de educação e de saúde, assim como também cresce o emprego público ligado à administração.

Weller<sup>22</sup> examinando a geração de ocupações rurais não-agrícolas em países centro-americanos, observou que algumas atividades rurais não-agropecuárias, bem como a demanda de mão-de-obra para elas dependem diretamente do desenvolvimento da agricultura, enquanto outras são relativa ou totalmente independentes do setor. A partir daí o autor identificou cinco dinâmicas distintas que impulsionam a geração da oferta e demanda nos mercados de trabalho rural não agropecuário, as quais obviamente não são excludentes entre si. Três delas vinculam-se diretamente às atividades agropecuárias, a saber:

- a) as atividades econômicas derivadas da produção direta de bens e serviços agropecuários ou indiretamente da sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos. Essa dinâmica pode ainda ser subdividida em:
  - a.1) as atividades agropecuárias derivadas da produção desses bens realizadas diretamente pelos estabelecimentos agropecuários;
  - a.2) as atividades agroindustriais derivadas do processamento de bens agropecuários, bem como do consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados na produção de bens e serviços agropecuários;

---

<sup>21</sup> Klein, E. *El empleo rural no agrícola en América Latina*. Seminario La Sociedad Rural Latinoamericana hacia el siglo XXI. PREALC/OIT. Santiago – Chile, 1992. 22p. (não publicado)

<sup>22</sup> Weller, J. *El empleo rural no agropecuario en el istmo centro-americano*. *Revista de la CEPAL*, 62: 75-90, 1997.

- a.3) os serviços auxiliares das atividades econômicas derivados da produção de bens e serviços agropecuários ou da sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos;
- b) atividades derivadas do consumo final da população rural, que incluem a produção de bens e serviços não agropecuários tanto de origem rural como urbanas, como os serviços auxiliares a estes relacionados (transporte, comércio varejista etc.);
- c) atividades derivadas da grande disponibilidade de mão-de-obra excedente do setor camponês, denominando setor de refúgio, englobando-se aí tanto o trabalho a domicílio, como o trabalho complementar daqueles que exercem outra atividade remunerada fora de suas unidades produtivas, seja ela agrícola ou não.

As outras duas dinâmicas arroladas por Weller não se vinculam diretamente às atividades agropecuárias, a saber:

- d) o consumo final não-agrícola da população urbana, como o artesanato, turismo rural etc.; que são constituídos por bens e serviços não-agrícolas que podem ser realizados internamente nas explorações agropecuárias;
- e) serviços públicos nas zonas rurais.

Como se pode notar, as dinâmicas identificadas por Weller são basicamente as sugeridas por Klein. Graziano da Silva e Del Grossi<sup>23</sup> porém acreditam que elas são suficientes para explicar adequadamente a evolução das ocupações rurais não-agrícolas em regiões tipicamente agrícolas com estrutura agrária bi-modal, onde convivem grandes fazendas assentadas no trabalho assalariado e pequenas propriedades de base familiar, com mercados de trabalho rurais e urbanos bastante diferenciados. No caso brasileiro pode-se encontrar também as mesmas cinco dinâmicas identificadas anteriormente, mas nas regiões onde o processo de modernização conservadora dos nossos campos foi mais intensa, a população rural agrícola já é relativamente pequena e as cidades muito grandes. Assim, em função da importância que adquire em algumas regiões mais urbanizadas do País, Graziano

---

<sup>23</sup> Graziano da Silva, J. e Del Grossi, M.E. *A evolução do emprego rural não-agrícola no meio rural brasileiro*. Seminário Internacional Campo-Cidade. PARANÁ/PNUD. Curitiba – PR. 1998. (versão ampliada, não publicado)

da Silva e Del Grossi destacam também três outras dinâmicas não relacionadas diretamente às atividades agropecuárias:

- f) demanda da população rural não-agrícola de altas rendas por áreas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio) bem como os serviços a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos etc.);
- g) demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas cercanias das cidades mas que já possuem uma infra-estrutura mínima de transportes e serviços públicos, como água e energia elétrica;
- h) demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços, que buscam o meio rural como uma alternativa mais favorável de operação.

As três últimas dinâmicas Graziano da Silva e Del Grossi chamaram de *imobiliárias*. São dinâmicas de origem tipicamente urbanas impulsadas muito mais pelo crescimento das cidades da região. Ou seja, nestes casos, a dinâmica da geração dos empregos rurais não-agrícolas vem basicamente de impulsos gerados pelos setores urbanos que lhe são adjacentes. No caso de países como o Brasil, que possui em praticamente todas as suas regiões grandes aglomerados urbanos, essas demandas geradas pelos setores urbanos e independentes das atividades agrícolas locais podem vir a ter importância decisiva para o desenvolvimento rural de uma dada região.

Os mesmos autores ainda destacam outra dinâmica mais recente na economia brasileira:

- i) **as novas atividades agrícolas** que resultam em grande parte da busca do rural como áreas de lazer e preservação ambiental pela população dos grandes centros urbanos, como é o caso exemplar dos pesque-pague, das fazendas de caça, da criação de animais para fins ornamentais, produção de mudas ornamentais, etc.

As novas atividades são, no fundo, o resultado da agregação de serviços relativamente artesanais, mas de alta especialização e conteúdo tecnológico, associados a produtos animais e vegetais não tradicionalmente destinados a alimentação e vestuário. Assim, apesar de serem também atividades agropecuárias em última instância, a forma da organização de sua produção e principalmente, o seu circuito de realização assentado em nichos específicos de mercados, recomenda-se que elas sejam tratadas de forma separada da dinâmica que engloba a produção agropecuária *strictu sensu*. E por constituírem também demanda derivada do consumo final das populações urbanas, estariam mais próximas da dinâmica d, já mencionada.

No Brasil, os estudos sobre a pluriatividade ainda são poucos e na sua maioria restritos à circunstâncias específicas. Seyferth<sup>24</sup> foi uma das investigadoras pioneiras do tema ao estudar o colono-operário no vale do Itajaí, Santa Catarina, região marcada pelo processo de industrialização difusa. Embora focalizando os aspectos étnicos, seus estudos permitem concluir que a pluriatividade constituía claramente uma estratégia de reprodução da unidade camponesa.

No estudo sobre o litoral norte de Santa Catarina (Massaranduba), Sacco dos Anjos<sup>25</sup> observou o envolvimento dos homens de famílias rurais na indústria de eletromotores que se deslocavam diariamente de suas comunidades rurais até as fábricas, assim como o engajamento das mulheres em atividades de costura a domicílio. O autor concluiu que houve o rompimento da tríade produção-consumo-residência, que caracterizava o processo de reprodução camponesa, já que boa parte do trabalho dos homens era realizada fora da unidade agropecuária. As observações de Sacco dos Anjos constatavam a existência do fenômeno do êxodo agrícola, e não mais do êxodo rural no meio rural catarinense, pois uma parcela considerável da força de trabalho familiar se deslocava do processo produtivo agrícola, migrando para outras atividades, principalmente extra-agrícolas.

---

<sup>24</sup> Seyferth, G. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre, Ed. Movimento. 1974.

<sup>25</sup> Sacco dos Anjos, F. Imprecisões, ambigüidades e contradições: das sociologias do rural às fronteiras imprecisas entre o rural e o urbano. *Anais do XXXIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, SOBER. Brasília – DF. p. 1197-1207. 1995.

Na região da colônia velha alemã (Vale dos Sinos, Encosta da Serra, etc.) do Rio Grande do Sul, Schneider<sup>26</sup> também registrou a presença de intensa pluriatividade. Com o esgotamento da produção leiteira na região pela competição com novas bacias leiteiras, juntamente com a expansão da indústria calçadista, houve uma transformação na pauta de produção agrícola: a produção animal foi substituída pela produção perene da acácia, de onde se retira o tanino usado na curtição do couro. Sendo menos exigente em mão-de-obra (*cultura do abandono*, segundo o autor), a acaciocultura libera a mão-de-obra familiar para o assalariamento na indústria calçadista, que por sua vez se interiorizava à procura de *mão-de-obra jovem, barata e desorganizada*.

Schneider também enfatiza que a expansão do *part-time* na região esteve ligada a peculiaridades da industrialização difusa adotada pela indústria calçadista gaúcha. A interiorização industrial provocou uma série de conseqüências ao meio rural local: ampliou os serviços disponíveis (principalmente transporte e comunicação, além dos serviços bancários); ampliou o leque de opções e ocupações para os moradores no meio rural; causou elevação dos preços das terras (dado ao aumento na demanda de lotes para chácaras de lazer); e expandiu as atividades de turismo (facilitada pela expansão urbana nas suas proximidades). A somatória das transformações regionais serviu de catalisador à prática do *part-time* na região.

Embora com objetivos diferenciados, Castro<sup>27</sup> estudando dois assentamentos da reforma agrária no Rio de Janeiro, observou que no assentamento mais próximo do centro urbano quase toda a família exercia atividades não-agrícolas complementares às culturas agrícolas do assentamento. Havia inclusive uma divisão interna nessas atividades quanto ao gênero: ao homem cabia o trabalho urbano e à mulher cabia a lavoura e os cuidados do lar. A autora constatou que a trajetória urbano-rural desses assentados pautava-se na busca de uma vida mais tranqüila, solução para moradia e menor custo de vida. Tal combinação de atividades (agrícolas e não-agrícolas) vinha causando uma série de complicações desses

---

<sup>26</sup> Schneider, S. As transformações recentes na agricultura familiar no RS: o caso da agricultura a tempo parcial. *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, Brasília – DF, p. 1158-1195. 1995.

<sup>27</sup> Castro, E.G. *Entre o rural e o urbano: dimensões culturais nos assentamentos rurais do Estado de Rio de Janeiro*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, RJ, 1995. 224p. (Mestrado em Sociologia).

assentados junto aos órgãos financiadores, inclusive junto às lideranças do MST<sup>28</sup>, que viam as estratégias pluriativas como limitadoras do sucesso do assentamento.

Além desses trabalhos de cunho regional há poucos estudos sobre a pluriatividade para o Brasil como um todo. Um dos autores pioneiros neste sentido é Graziano da Silva<sup>29</sup>, que evidenciou a crescente participação de atividades não-agrícolas no meio rural, tais como *as industriais, as de construção civil, as atividade públicas* e principalmente *as de serviços*.

Um dos primeiros passos para se começar a analisar a pluriatividade é identificar as ocupações exercidas pelas pessoas no meio rural. Recentemente, uma série de trabalhos foi gerada no âmbito do Projeto Rurbano<sup>30</sup> do Instituto de Economia da UNICAMP, na sua totalidade tratando das ocupações rurais entre os anos de 1992 a 1995. Os estados analisados foram Rio Grande do Sul<sup>31</sup>, Santa Catarina<sup>32</sup>, Paraná<sup>33</sup>, São Paulo<sup>34</sup>, Rio de Janeiro, Minas Gerais<sup>35</sup>, Bahia<sup>36</sup>, Rio Grande do Norte<sup>37</sup>, Piauí<sup>38</sup> e Distrito Federal<sup>39</sup>. Em que

<sup>28</sup> Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

<sup>29</sup> Graziano da Silva, J. Evolução do emprego rural e agrícola. *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, Brasília – DF. V.2, p.1437-1459, 1995.

<sup>30</sup> <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>

<sup>31</sup> Schneider, S. e Navarro, Z. Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural: um estudo sobre as tendências recentes. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 617-634, 1998.

<sup>32</sup> Mattei, L. As ocupações não-agrícolas no meio rural catarinense na década de 90. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 567-576, 1998.

<sup>33</sup> Souza, M. As ocupações rurais não-agrícolas na Região Leste do Estado do Paraná. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 655-668, 1998.

<sup>34</sup> Balsadi, O. *Novas e tradicionais Atividades Agrícolas: algumas características do trabalho*. 11p. 1998 (não publicado)

<sup>35</sup> Neder, H.D. e Cardoso, A. Evolução recente da estrutura de atividades e rendas no meio rural de Minas Gerais. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 923-936, 1998. e Ortega, A.C. A relação rural-urbana na nova forma de governança estabelecida pelos comitês de bacias hidrográficas: o caso do comitê da bacia do rio Paranaíba. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 577-588, 1998.

<sup>36</sup> Couto, V.A. e Couto Filho, V.A. A urbanização do trabalho rural. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 589-602, 1998.

<sup>37</sup> Gomes da Silva, A. Atividades não-agrícolas no rural potiguar: uma “nova” opção de emprego no campo. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 603-616, 1998.

<sup>38</sup> Vilela, S.L.O. O meio rural no contexto da crise agrícola moderna: o exemplo do estado do Piauí. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 937-952, 1998.

<sup>39</sup> Botelho Filho, F.B. Atividades não-agrícolas no Distrito Federal 1992/1995-PNAD. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 647-654, 1998.

pese a contribuição desses trabalhos, eles ainda estão restritos aos anos 90<sup>40</sup>, não havendo análises com períodos de tempo mais longo, ou que façam comparações entre as regiões do Brasil.

Para identificar as ocupações no meio rural as melhores fontes são as demográficas, sendo que, as mais atualizadas são as da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE. Ocorre que as PNADs sofreram profunda revisão no final dos anos 80, introduzida a partir de 1992, como será detalhado mais adiante. Para comparar os dados das PNADs dos anos 80 e 90 são necessárias várias transformações, a fim de se compatibilizarem e os conceitos que foram alterados.

O presente trabalho destina-se a preencher essa lacuna. Realiza-se aqui a análise da evolução das ocupações rurais nos anos 80 e 90, após as transformações necessárias na base de dados, efetuando comparações regionais. As questões que merecem ser melhor esclarecidas e que serão analisadas nesse trabalho são as seguintes:

- a) Quais transformações devem ser realizadas nos dados das PNADs, a fim de possibilitar a comparação entre as décadas de 80 e 90? Qual o peso das mudanças nos conceitos das PNADs sobre as ocupações rurais não-agrícolas?
- b) As ocupações agrícolas estão diminuindo no Brasil? Principalmente em quais regiões? Quais categorias na posição na ocupação são as mais atingidas?
- c) As ocupações rurais não-agrícolas estão compensando a redução das ocupações agrícolas? Em quais regiões há maior avanço das ocupações rurais não-agrícolas? Quais as posições na ocupação que mais crescem com as atividades não-agrícolas? Quais setores ou ocupações não-agrícolas estão crescendo mais rapidamente?
- d) As ocupações não-agrícolas estão contribuindo para a precarização do trabalho<sup>41</sup>, no sentido de maior participação de empregados sem registro em carteira de trabalho, contraproprias ou não-remunerados, ou ainda, de pessoas ocupadas com jornadas semanais de trabalho abaixo do convencional?

---

<sup>40</sup> Del Grossi, M.E. e Graziano da Silva, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 635-646. 1998.

<sup>41</sup> Precarização do trabalho diz respeito às ocupações não-remuneradas ou empregatícias sem registro em carteira de trabalho, jornada de trabalho reduzida ou excessiva, ou baixo nível de rendimento monetário.

e) As ocupações rurais não-agrícolas estão restritas às regiões metropolitanas ou capitais brasileiras? Estão concentradas nas áreas de transição entre o urbano e o rural?

Para todas essas questões formulou-se uma série de hipóteses correspondentes. As hipóteses estão na mesma seqüência das questões, mas não necessariamente com a mesma abrangência:

- a) As mudanças nos conceitos das PNADs afetaram especialmente a enumeração das pessoas ocupadas na agricultura, já que criaram e expandiram categorias intimamente associadas aos ocupados agrícolas: produtores na produção para o consumo próprio e a inclusão dos não-remunerados com jornadas semanais menores que 15h semanais, que basicamente devem ser eliminadas da análise quando se deseja comparar os anos 80 e 90. As conseqüências das mudanças sobre os ocupados rurais não-agrícolas são mínimas, a não ser para as pessoas com mais de uma ocupação (sendo uma agrícola) ou pela nova categoria das pessoas na construção para o próprio uso, que também deve ser excluída da análise para fins de comparações entre os períodos.
- b) A demanda por mão-de-obra agrícola vem decrescendo ano a ano no Brasil, fruto da modernização cada vez mais intensa da agropecuária brasileira. Muitos trabalhos e estatísticas vem apontando para essa queda no nível de ocupação na agricultura, principalmente com o avanço da mecanização da colheita e pós-colheita nas principais lavouras do País. A mecanização tem levado à redução na sazonalidade da ocupação da mão-de-obra, porém com uma *estabilização perversa*<sup>42</sup>, já que a sazonalidade da ocupação da mão-de-obra diminui, mas num patamar de baixa demanda, notadamente nas regiões Sul e Sudeste do País. A redução nos postos de trabalhos agrícolas tem afetado especialmente os empregados sem registro em carteira e os membros não-remunerados das famílias.
- c) As ocupações rurais não-agrícolas estão suprimindo em parte a redução nos postos de trabalho agrícola no meio rural, principalmente com ocupações de baixa qualificação profissional como pedreiros, domésticas e motoristas. Como essa população procura

---

<sup>42</sup> Graziano da Silva, J. *et al.* Meio rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, 10(2):60-72, 1996.

ocupações que geram ganhos monetários, a posição na ocupação como empregados deve ser a mais representativa.

- d) Os ocupados rurais não-agrícolas têm alguma contribuição para a precarização do trabalho rural, embora num nível menor que dos trabalhadores agrícolas. Boa parte deles são empregados rurais com jornadas maiores que 40h semanais de trabalho, sendo que sua contribuição para a precarização do trabalho somente ocorre pela importante participação dos empregados sem registro em carteira de trabalho.
- e) Os ocupados rurais não-agrícolas estão dispersos pelo interior do Brasil, principalmente em suas áreas exclusivamente rurais, onde reside a maior parte da população agrícola que tem-se transferido para as ocupações não-agrícolas.

Para verificar essas hipóteses, o presente trabalho utiliza os dados das PNADs de 1981, 1992 e 1995. No primeiro Capítulo é feita a análise detalhada das principais mudanças que ocorreram nas PNADs a partir de 1992, onde se define a metodologia para compatibilizar os dados dos anos 80 e 90.

No segundo Capítulo descreve-se a evolução das ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural brasileiro. São apresentadas as posições nas ocupações, as jornadas de trabalho semanal, os ramos, os setores e as ocupações mais frequentes, além das pessoas com mais de uma atividade. Toda a análise é regional e para o período 1981/95.

No terceiro Capítulo analisa-se o impacto das mudanças nas PNADs sobre as ocupações rurais não-agrícolas. O grupo incorporado à categoria dos ocupados é isolado e identificado, revelando o grau de sua influência sobre o nível de ocupação agrícola e não-agrícola.

No quarto Capítulo apresenta-se a distribuição das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas segundo a situação dos domicílio e áreas censitárias.

No último Capítulo resume-se as principais conclusões e se apresentam algumas dinâmicas regionais que devem estar impulsionando o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas.

## CAPÍTULO 1. OS DADOS DAS PNADs

Na literatura internacional é consenso que as melhores fontes para análise das ocupações não-agrícolas ou da pluriatividade no meio rural são as demográficas, e não os dados dos censos agropecuários.

Com os dados dos censos agropecuários as análises ficam restritas às explorações agrícolas, o que não permite captar satisfatoriamente outras formas de atividade que poderiam estar sendo exercidas dentro ou fora das unidades agrícolas. Como essas atividades não resultam em produtos agropecuários, as mesmas são ignoradas, ou pouco exploradas, nas informações dos censos agropecuários<sup>43</sup>.

As informações demográficas permitem a análise mais abrangente de todas as pessoas de uma região ou localidade, não ficando restrita nem às atividades agropecuárias e nem às atividades internas aos estabelecimentos rurais. Com os dados de pessoas é possível analisar os ramos de atividades, os rendimentos, os níveis de escolaridade, as posições na ocupação, entre muitas outras informações. Com as informações sobre as famílias é possível tentar apreender a lógica das combinações das atividades agrícolas com as não-agrícolas. As famílias européias, por exemplo, direcionam parte das rendas não-agrícolas para investimentos na produção agrícola, revelando assim a complementaridade entre as atividades dentro da mesma família rural. Contudo, os dados demográficos fornecem poucas informações sobre a estrutura produtiva das explorações agropecuárias, prejudicando a análise da complementaridade das atividades aí exercidas.

Realizadas anualmente entre os períodos inter-censitários desde 1967, as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNADs são atualmente a mais abrangente fonte de informações demográficas sobre a realidade sócio-econômica brasileira. Trata-se de poderoso instrumento para acompanhar as condições de vida da população e para planejar o desenvolvimento nacional. A PNAD cobre todo o País, exceto a área rural dos estados da antiga Região Norte, onde residem cerca de 2,5% dos habitantes do território nacional. Essa

---

<sup>43</sup> É o caso, por exemplo, dos censos agropecuários brasileiros que só consideram as atividades agropecuárias desenvolvidas dentro dos estabelecimentos agropecuários. *Censo Agropecuário 1995-1996*, IBGE, Rio de Janeiro – RJ, 1998.

pesquisa só não é realizada nos anos do levantamento dos censos demográficos, quando passa por amplo processo de revisão.

As PNADs são pesquisas estruturadas por processos estatísticos, abrangendo desde o seu início temas como habitação e trabalho, associados a algumas características demográficas, como educação e rendimentos. Nos anos 80 as PNADs possuíam coletas suplementares que abrangiam saúde (1981), educação (1982), mão-de-obra e previdência (1983), fecundidade (1984), situação do menor (1985), anticoncepção e suplementação alimentar (1986), participação político-social (1988) e trabalho (1989 e 1990). Com o aprofundamento dos conteúdos da pesquisa básica nos anos 90, as coletas suplementares não foram mais necessárias. Neste trabalho serão utilizadas as informações sobre mão-de-obra e suas ocupações, efetuando-se comparações entre a população rural agrícola e a não-agrícola.

Uma característica da PNAD é basear-se em projeções de crescimento da população. Portanto, quanto mais o ano da pesquisa for distante da data do censo maiores serão as possibilidades de erro. Para a série dos anos 1981-90 o IBGE divulgou uma revisão de alguns dados da PNAD de 1990, após a apuração dos dados do Censo Demográfico de 1991.

Nesse trabalho de reprocessamento e compatibilização da série histórica, escolheu-se os dados dos anos de 1981, 1992 e 1995<sup>44</sup>, com intuito de apreender a evolução das ocupações no meio rural brasileiro durante a década de 80 e a primeira metade dos anos 90. O ano de 1981 foi escolhido por ser o primeiro ano após o Censo Demográfico de 1980, assim como o ano de 1992, por ser o primeiro após o Censo Demográfico de 1991. O ano de 1995 foi incluído por ser o último ano disponível<sup>45</sup>, obtendo-se desta forma dados do período 1981-95.

---

<sup>44</sup> No caso desse trabalho, onde se pretende um reprocessamento e compatibilização dos dados publicados, a manipulação dos microdados foi essencial, processada com o auxílio do software SPSS.

<sup>45</sup> Mais recentemente o IBGE também divulgou a PNAD de 1996, mas devido ao estágio adiantado desta pesquisa não foi possível incorporar este ano na análise.

A amostragem da PNAD é estruturada em áreas censitárias: regiões metropolitanas e não metropolitanas. Estas últimas, por sua vez, podem ser subdivididas em municípios auto-representativos e não auto-representativos. Como a expansão da amostra é planejada a partir de projeções de crescimento da população na Unidade da Federação e pela agregação das populações das três áreas censitárias, o IBGE não recomenda a abertura dos dados de microrregiões, detendo-se preferencialmente nos dados estaduais. Como neste trabalho utilizam-se os dados das grandes regiões, ou no mínimo os relativos à unidade da federação (São Paulo), contornam-se possíveis problemas de baixa precisão da amostra.

A PNAD não está restrita às áreas urbanas do País. Os levantamentos das PNADs são nacionais, abrangendo tanto áreas urbanas como rurais, com exceção das áreas rurais da antiga Região Norte do Brasil, dadas as dificuldades de acesso e as dimensões da região (as áreas rurais do Estado do Tocantins também são amostradas).

## 1.1 AS VARIÁVEIS

Para se atingirem os objetivos desta análise foram destacadas algumas variáveis das PNADs. São elas, pela ordem da entrevista: ocupação, atividade do empreendimento e, derivadas dessa, ramos de atividade, posição na ocupação e renda da atividade principal.

### 1.1.1 A OCUPAÇÃO

Na seção do questionário da PNAD que trata do trabalho, depois de argüir as pessoas quanto ao trabalho na semana de referência (inclusive em atividades para auto-consumo ou auto-construção), e quanto ao número de trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência (para identificar o trabalho principal), o questionário da PNAD passa a detalhar o(s) trabalho(s) das pessoas. A primeira questão sobre a ocupação das pessoas é a seguinte:

*Qual era a ocupação que exercia no trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?*

Entende-se aqui por ocupação o cargo, função, profissão ou ofício que a pessoa exercia. Ela deve ser o mais detalhada possível evitando-se definições vagas e genéricas como operador, mecânico de veículos, bancário, etc. A lista completa das ocupações nas “Novas PNADs” é apresentada no Anexo I.

A ocupação não deve ser confundida com a formação profissional, pois o que se procura é a função de fato exercida pela pessoa:

*Por exemplo, uma pessoa formada em economia deve ser registrada como gerente de vendas, se esta última for a ocupação que exercia no seu trabalho*<sup>46</sup>.

### 1.1.2 A ATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO

Em seguida à ocupação, a PNAD argüe sobre o que neste trabalho se denomina Setores<sup>47</sup> de Atividades, buscando identificar a atividade principal do empreendimento em que a pessoa tinha trabalho na semana de referência:

*Qual era a atividade principal do empreendimento (negócio, firma, empresa, instituição, entidade, etc..) em que tinha esse trabalho?*

A atividade do empreendimento pode ter, ou não, ligação aparente com a ocupação exercida:

*... um motorista pode exercer sua ocupação em uma empresa de transporte rodoviário ou em uma fábrica de tecidos; um enfermeiro pode exercer sua ocupação em uma fábrica de vidros ou em um hospital particular; ou um tratador de porcos pode exercer sua ocupação em uma fazenda cuja atividade principal é o cultivo da soja.*<sup>48</sup>

A caracterização da atividade desenvolvida no empreendimento em que a pessoa trabalhava é suficientemente específica para permitir sua identificação, evitando-se definições genéricas como *fábrica, indústria, comércio, empresa ou repartição pública*. A lista completa das atividades possíveis nas Novas PNADs também está no Anexo II.

<sup>46</sup> Manual de Entrevista da Pesquisa Básica, PNAD de 1995, p. 158.

<sup>47</sup> Não correspondem aos Setores da Economia (primário, secundário e terciário). O termo Setor utilizado neste trabalho é uma simplificação de “atividade do empreendimento” das PNADs.

<sup>48</sup> Manual de Entrevista da Pesquisa Básica, PNAD de 1995, p. 160.

### 1.1.3 OS RAMOS DE ATIVIDADE

A partir da agregação das atividades, são construídos onze ramos de atividades. Os ramos de atividades são:

- a) **Agrícola:** agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura;
- b) **Indústria de Transformação;**
- c) **Indústria da Construção:** construção civil;
- d) **Outras Atividades Industriais:** extração mineral e serviços industriais de utilidade pública;
- e) **Comércio de Mercadorias;**
- f) **Prestação de Serviços:** serviços de alojamento, alimentação, reparação e conservação, pessoais, domiciliares, diversões, radiodifusão e televisão;
- g) **Serviços Auxiliares de Atividades Econômicas:** serviços técnico-profissionais ligados a atividades produtivas;
- h) **Transporte e Comunicação;**
- i) **Social:** serviços comunitários, sociais, médicos, odontológicos, veterinários e de ensino;
- j) **Administração Pública:** administração pública federal, estadual ou municipal, defesa nacional e segurança pública;
- l) **Outras atividades** mal definidas ou não declaradas: instituições de crédito, seguros, capitalização, comércio de imóveis e valores imobiliários, organizações internacionais e representações estrangeiras, e outras atividades não compreendidas nos demais ramos.

### 1.1.4 A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Além das novas categorias ocupacionais que serão tratadas adiante, como **Trabalhadores na Produção para o Próprio Consumo** e **Trabalhadores na Construção para o Próprio Uso**, é importante definir as seguintes posições:

- a) **Empregado:** pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Também são considerados empregados as pessoas que

prestavam o serviços militar obrigatório remunerado e sacerdotes, ministros de igrejas, freiras e outros clérigos. Nesse trabalho esta categoria ainda foi sub-dividida em:

- a.1) Empregados com carteira assinada: correspondem aos com registro em Carteira de Trabalho;
  - a.2) Fucionários públicos e estatutários: correspondem aos estatutários do setor público;
  - a.3) Empregados sem carteira assinada: correspondem aos demais, não estatutários ou sem registro em Carteira de Trabalho.
- b) **Conta-Própria:** pessoa que trabalhava conduzindo o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado.
  - c) **Empregador:** pessoa que trabalhava no seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.
  - d) **Trabalhador Não-remunerado:** pessoa que trabalhava sem remuneração durante pelo menos uma hora por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar, que por sua vez era empregado, conta-própria ou empregador. Ainda foram incluídos entre os trabalhadores não-remunerados pessoas que trabalhavam como aprendizes ou estagiários, e as que trabalhavam em ajuda a instituições religiosas, beneficente ou de cooperativismo (todas sem remuneração), e ainda as que cumpriam o serviço militar obrigatório não-remunerado.

### 1.1.5 OS RENDIMENTOS DO TRABALHO

Esse quesito da PNAD investiga o tipo de remuneração e o valor do rendimento mensal em dinheiro, produtos ou mercadorias, que a pessoa recebia no trabalho remunerado que tinha na semana de referência. A PNAD ainda distingue a renda da ocupação principal<sup>49</sup> das demais ocupações que porventura a pessoa exerça na mesma semana.

Para a pessoa que tinha remuneração fixa é lançado o valor da remuneração bruta ou retirada normalmente recebida no mês de Setembro de cada ano, ou o que ganharia se houvesse trabalhado o mês completo. Para a pessoas com rendimento variável é lançado o valor médio da retirada referente ao mês de Setembro.

<sup>49</sup> O conceito e definição de ocupação principal será detalhado mais adiante nesse Capítulo.

Nos anos 80 a orientação sobre o preenchimento do quesito da renda era:

- a) *Os empregados com rendimento fixo deverão informar a remuneração bruta recebida, ou que teriam direito, caso tivessem trabalhando o mês completo. Entende-se por remuneração bruta o valor global do salário do empregado computadas, inclusive, as parcelas referentes a descontos, tais como IAPAS, imposto de renda, faltas, etc..*
- b) *Os empregados com rendimento variável deverão informar a remuneração média mensal recebida;*
- c) *As alternativas A ou B valem também para os parceiros empregados e os trabalhadores agrícolas, com ou sem intermediário;*
- d) *Não deverão ser incluídas as parcelas referentes ao décimo terceiro salário, participações em lucros e o salário família.*
- e) *Os empregadores, inclusive o parceiro-empregador e os conta-próprias, inclusive o parceiro conta-própria, deverão informar a retirada mensal.*

*A retirada mensal será o rendimento bruto menos as despesas efetuadas, com a exploração da atividade, tais como: salários de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone, etc..*

*Em se tratando de rendimento variável, o registro deverá ser da retirada média mensal.*

- f) *Os produtos ou mercadorias recebidos que não façam parte do contrato ou acordo de trabalho não deverão ser computados;*
- g) *Ao computar o rendimento em produto ou mercadorias, considere o valor real ou estimado dos produtos ou mercadorias (valor de mercado) de trabalho exercido. (p.52)*

Nos anos 90 a orientação sobre o registro da renda é:

*Remuneração bruta é o pagamento da pessoa empregada sem excluir o salário família e nem os descontos correspondentes ao IAPAS, imposto de renda, faltas, etc.*

*Por retirada se entende o ganho (rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o empreendimento como, por exemplo, pagamento de empregados, matéria prima, energia elétrica, telefone, etc.) da pessoa que explorava um empreendimento como conta-própria ou empregadora. (p. 219)*

Mais adiante a PNAD ainda orienta para o registro do valor de produtos ou mercadorias:

*.o valor real ou estimado (valor de mercado), em setembro ..., dos produtos ou mercadorias produzidos normalmente por mês; e*

*.o valor médio mensal, real ou estimado (valor de mercado), que ganharia normalmente em Setembro..., dos produtos ou mercadorias produzidos sazonalmente.*

*Não se computa o valor da produção para o próprio consumo nem a parcela do pagamento efetuada em benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.).*

Como pode se observar, não há grandes diferenças de registro da renda entre os anos 80 e 90. Mas essas definições serão particularmente importantes para os conta-próprias agrícolas, onde a produção na maioria das vezes é sazonal, e parte da produção é autoconsumida. A orientação da PNAD presume que as pessoas tenham uma boa percepção do rendimento e de todos os gastos em sua atividade agrícola, o que é muito raro no Brasil, especialmente em períodos de elevada inflação, como o foram os anos 80 e início dos anos 90. Essas condições devem estar levando a uma sub-declaração da renda nos conta-próprias agrícolas. Tal tema voltará a ser tratado no Capítulo 2.

## 1.2 AS PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS NOVAS PNADs

A partir de 1992 a PNAD ampliou tanto os temas quanto os conceitos da pesquisa. Neste trabalho, destacaram-se os conceitos de situação dos domicílios e o conceito de trabalho, mas outros itens também serão analisados. Por simplificação as PNADs de 1992 a 1995 serão referidas como “novas PNADs”, contrapondo-se assim às “velhas PNADs” dos anos anteriores, inclusive a de 1990.

### 1.2.1 A SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS

Nos anos 90 o IBGE ampliou o conceito da Situação do Domicílio, para além da dicotomia urbano-rural, tentando caracterizar um pouco melhor a situação demográfica onde estão localizados os domicílios levantados pelo IBGE (Fredrich, 1983). No Brasil a delimitação dos perímetros urbanos das cidades é feita pela legislação municipal existente na época do censo. Essa delimitação às vezes pode atender a uma série de interesses e pressões políticas locais, como tributação ou necessidade de investimentos em infra-estrutura básica pelas prefeituras municipais.

Internacionalmente, a delimitação entre áreas rurais e urbanas é bastante diversa. Hoje, vários países utilizam o critério da dimensão da população residente para distinguir se uma área é rural ou urbana (Wanderley<sup>50</sup>). Nos EUA, população rural é a que não reside em

---

<sup>50</sup> Wanderley, M. N. (1994). *Uma categoria rural esquecida: os desafios permanentes da sociologia rural brasileira*. V. Jornada de Ciências Sociais, Marília(SP) 32p.(dat.)

aglomerado com mais de 10 mil habitantes ou nos limites externos de uma cidade de mais de 50 mil habitantes, com densidade populacional inferior a 100 habitantes por milha quadrada. Na Alemanha as áreas rurais são aquelas que têm densidade inferior a 100 habitantes por km<sup>2</sup> e não possuem cidades de mais de 100 mil habitantes. Já na França a população rural engloba todos os habitantes das pequenas aglomerações, quaisquer que sejam as atividades que exerçam: *assim, um pequeno comerciante residente num 'village' francês, sem ser agricultor, é para a França um rural, enquanto um agricultor brasileiro que more na cidade é aqui considerado um legítimo urbano.*

Ainda de acordo com Wanderley, nos países europeus o êxodo rural atingiu num primeiro momento (início da industrialização) a população rural não-agrícola. A partir da Segunda Guerra o êxodo atingiu também os agricultores, resultando num expressivo esvaziamento dos campos – segundo a autora, fala-se na França em desertificação. Entretanto, estudos mais recentes indicam o renascimento das sociedades rurais, produzido pela integração de novos segmentos populacionais que, partindo das cidades, retornam aos campos por razões e objetivos variados.

Segundo Fredrich, Brito e Rocha<sup>51</sup>, a repartição da PEA por setor de atividade é com frequência utilizada internacionalmente como critério auxiliar para diferenciar o quadro urbano do rural. Israel a emprega como critério absoluto: aglomerados onde mais de 2/3 dos chefes de família tenham ocupações não-agrícolas são classificados como urbanos. Tanto o Japão como a Índia usam o critério da PEA associado ao de tamanho, especificando-o do seguinte modo para a definição do urbano: Japão, tamanho populacional superior a 50 mil habitantes e pelo menos 60% da PEA total ocupada em atividades não-agrícolas; Índia, população superior a cinco mil habitantes com densidade de mais de 390 habitantes por km<sup>2</sup> e pelo menos ¾ da população adulta masculina empregada em atividades não-agrícolas.

Os autores acima citados visavam naquele momento, distinguir os assentamentos existentes na área legalmente definida como rural, separando basicamente os aglomerados rurais que eram na verdade extensão do núcleo urbano daqueles aglomerados rurais isolados

---

<sup>51</sup> Fredrich, O.; Brito, S. e Rocha, S. (1983). Conceituação e operacionalização da categoria de aglomerados rurais como situação de domicílios para fins censitários. *Revista Brasileira Estatística*, Rio de Janeiro - RJ. 44(173/4): 199-225 (jan./jun).

(distantes pelo menos 1 km do perímetro urbano), que poderiam ser povoados agrícolas ou não, em função da proporção das pessoas aí residentes ocupadas em atividades agrícolas. Ou seja, a distinção entre os aglomerados isolados de natureza urbana e os aglomerados isolados de natureza rural deveria ser feita exclusivamente com base no percentual da PEA ocupada em atividades agrícolas, admitindo-se o limite de 30% como o correspondente, de modo aproximado aos critérios utilizados internacionalmente para a distinção entre urbano e rural. Todavia, em função de um teste empírico que fizeram com os dados de 1980 para o estado mais urbano e o estado mais rural da federação - respectivamente Rio de Janeiro e o Maranhão - os próprios autores admitiram que para este último o limite deveria ser de 70% e não de 30%. Porém, esse novo percentual subestimaria a participação do rural no caso dos estados mais urbanizados.

A delimitação das áreas metropolitanas também foi foco de debates. Conforme Cromartie & Swanson<sup>52</sup>, as grandes cidades norte-americanas expandiram-se além dos perímetros tradicionais para formar regiões urbanas dispersas. As atividades econômicas difundiram-se nos subúrbios, quando os avanços nos sistemas de transportes e de comunicações aumentaram a integração espacial das economias urbanas e rurais, tornando as economias rurais mais diversificadas e menos dependentes dos recursos naturais.

Em resumo, é relativamente arbitrário introduzir um parâmetro de corte relacionado à atividade exercida pelo indivíduo (se agrícola ou não-agrícola) para definir a situação de rural ou urbano do aglomerado onde residem as pessoas. Parece que a distinção entre rural e urbano relaciona-se cada vez menos com o tipo de atividade exercida pelos indivíduos que aí residem, como se tenta demonstrar neste trabalho.

Também não parece ser mais um critério fundamental para o corte rural-urbano o acesso a luz elétrica, água encanada, asfalto, coleta de lixo e a proximidade de infraestrutura de saúde, educacional e recreativa. Ainda que persistam significativas diferenças entre o grau de acesso aos serviços públicos dos moradores de áreas urbanas e de áreas rurais, as políticas de desenvolvimento rural têm priorizado a extensão desses serviços ao

---

<sup>52</sup> Cromartie, J. & Swanson, L. (1996). Census tracts more precisely define rural population and areas. *Rural Development Perspectives*. Washington, 11(3):31-39. ([www.econ.ag.gov](http://www.econ.ag.gov))

campo, considerados hoje essenciais para uma vida digna e que nas décadas passadas pareciam ser privilégio das zonas urbanas.

Diante dessas ponderações, o IBGE desdobrou a partir do Censo Demográfico de 1991, a dicotomia urbano-rural em sub-níveis, mantendo a delimitação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços. Assim, o conceito de área urbana se desmembrou em:

- a) **Áreas Urbanas:** áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas:
  - a.1) áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana;
  - a.2) áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc.;
  - a.3) áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores;
- b) **Áreas Urbanas Não Urbanizadas:** áreas localizadas dentro do perímetro urbano<sup>53</sup> que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas (não contíguas àquelas dos itens anteriores a.1 e a.2);
- c) **Áreas Urbanas Isoladas:** casos de vilas e distritos, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.

As áreas rurais, a partir de critérios como tamanho (número de domicílios), existência de serviços e contigüidade, também foram desdobradas em:

- a) **Áreas Rurais – Extensão Urbanas:** áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município;
- b) **Áreas Rurais – Povoados:** aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender seus moradores. Os serviços que deve integrar regularmente um povoado são:

<sup>53</sup> As áreas ociosas reservadas à expansão urbana foram consideradas como urbanizadas mesmo que não dispusessem de construções ou equipamentos urbanos.

- b.1) pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo;
- b.2) pelo menos dois dos três serviços seguintes:
  - b.2.1) estabelecimento de ensino de primeiro grau;
  - b.2.2) posto de saúde;
  - b.2.3) templo religioso de qualquer credo.
- c) **Áreas Rurais – Núcleo:** é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados. É considerado, pois, como característica definidora deste tipo de aglomerado o seu caráter privado empresarial;
- d) **Áreas Rurais – Outros:** são os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário;
- e) **Áreas Rurais – Exclusive:** áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

Os novos desmembramentos permitem melhor identificar a localização da população e, mais especificamente, localizar a população ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural brasileiro. Permitem, ainda, corrigir distorções na definição do perímetro urbano dos municípios, quer seja na extensão demasiada dos seus limites, quer na não atualização do perímetro, já que esses casos podem ser captados pelas situações **áreas urbanas – não urbanizadas ou áreas rurais – extensão urbanas**, respectivamente.

Como as novas situações estão disponíveis somente para as PNADs de 1992 em diante, não será possível utilizar o desmembramento nos anos da década de 80. Por isto, este trabalho apresenta num primeiro momento apenas a evolução das ocupações na dicotomia urbano-rural para o período 1981 a 1995, e posteriormente nas novas situações do domicílio no período de 1992 a 1995.

Outra característica dos dados secundários, que dificulta a análise da evolução da situação do domicílio, é que as PNADs consideram a mesma base cadastral dos censos demográficos para a definição da situação do domicílio - se rural ou urbano - qual seja, a

situação do mesmo por ocasião da data do último levantamento censitário, tendo por base a legislação municipal vigente na data do censo.

Isso significa basicamente que a classificação de rural e urbano é mantida inalterada nos períodos intercensitários. Como já apontado por Graziano da Silva<sup>54</sup>, *ainda que a legislação vigente tenha alterado a classificação de determinadas áreas no período intercensitário, aquelas definidas como urbanas e rurais por ocasião do Censo Demográfico de 1980 assim foram mantidas para as pesquisas da PNAD realizadas de 1981 a 1990*. O mesmo ocorre com a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico de 1991: a situação do domicílio permanecerá a mesma para as pesquisas das PNADs de 1992 em diante durante todo o período intercensitário. Conseqüentemente conclui o autor: *as estatísticas apresentadas por situação urbana e rural não captam a evolução das condições locais a partir do ano de referência básico do Censo, sendo que essas diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio*.

Desta forma, os melhores dados para avaliar a evolução que ocorreu nos anos 80 são as PNADs de 1981<sup>55</sup> (primeira da década) e a de 1992 (primeira depois da revisão censitária). Já para os anos 90 utilizar-se-á o último ano disponível até então, ou seja a PNAD de 1995.

Apesar desses anos serem os melhores em relação a situação do domicílio e minimizarem os erros de projeções das PNADs, eles refletem momentos distintos da economia brasileira. O ano de 1981 é o primeiro ano de uma fase recessiva que persistiu até 1985. O ano de 1992 é o terceiro ano de uma nova recessão, enquanto que 1995 é o segundo ano de uma fase de recuperação na economia. Essas fases vão ter influência direta sobre os rendimentos, onde se espera uma decréscimo entre 1981 e 1992, e uma recuperação em 1995, como será observado no final do Capítulo 2.

---

<sup>54</sup> Graziano da Silva, J. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas PNADs. *Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, Compact Disc, Painel-4b, Brasília, 1997.

<sup>55</sup> Infelizmente não foi possível nessa pesquisa o acesso aos dados das PNADs 1981-90 com os novos pesos advindos da revisão com o Censo Demográfico de 1991, minimizando assim os erros das projeções de crescimento. Essa dificuldade levou o autor a não utilizar outros anos da série 1982-90.

## 1.2.2 O CONCEITO DO TRABALHO

A partir de 1992 o IBGE também ampliou o conceito de trabalho utilizado nas PNADs, visando captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividades econômicas que anteriormente não eram incluídas na população ocupada. Entre 1981 e 1990 o conceito de trabalho utilizado era:

*Para finalidade das pesquisas, considera-se como trabalho:*

- a) a ocupação econômica remunerada em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.); e
- b) a ocupação econômica, sem remuneração, exercida normalmente durante pelo menos 15 horas por semana:
  - b.1) em ajuda a membro da unidade domiciliar que tenha atividade econômica;
  - b.2) em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou
  - b.3) como aprendiz, estagiário etc.

*Não se considera como trabalho a ocupação exercida para produzir exclusivamente para o auto-consumo.*<sup>56</sup>

A partir de 1992 uma nova classificação da posição na ocupação passou a ser adotada, definindo-se duas outras categorias decorrentes da ampliação do conceito de trabalho (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), além de isolar uma categoria específica, que recebeu a denominação de trabalhadores domésticos para *abarcas as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado*:

*Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:*

- a) Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços;
- b) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico;
- c) Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana:
  - c.1) em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador;
  - c.2) em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, ou,
  - c.3) como aprendiz ou estagiário;

<sup>56</sup> IBGE (1989). Manual de Entrevista das Pesquisas Básica e Suplementar – PNAD de 1989. Rio de Janeiro, Departamento de Emprego e Rendimento, p. 71-72.

- d) *Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana:*
- d.1) *na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou*
  - d.2) *na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.*<sup>57</sup>

Além da inclusão das duas novas categorias citadas, o IBGE passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos e mais que realizaram algum trabalho não-remunerado durante pelo menos uma hora na semana de referência ( ou seja, oito minutos e 34 segundos por dia), no lugar das 15 horas anteriormente exigidas.

É importante observar que ao explicitar o conceito de trabalho nas PNADs anteriores a 1992 assinalava-se com destaque: *Não considere como trabalho as atividades desenvolvidas pelo morador, exclusivamente para consumo próprio, em lavoura ou pecuária*, embora considere como tendo trabalho a pessoa que exerce habitualmente atividades tais como *costura, tricô, preparo de doces e salgados* em pelo menos 15 horas por semana, desde que em ajuda a outra pessoa (ou entidade) que tenha atividade econômica.

As novas PNADs deixam claro que devem ser incluídas entre os ocupados aquelas pessoas que se dedicaram uma hora ou mais na semana de referência apenas a produção para o consumo próprio, exemplificando com donas de casa e estudantes que cuidam das galinhas ou da horta doméstica nas horas vagas e até mesmo com um aposentado que se dedicou apenas uma hora na semana à pesca para seu próprio sustento<sup>58</sup>. Ou seja, o que as novas PNADs passaram a contar “a mais” como ocupadas foram aquelas pessoas que:

- 1) exerciam atividades não remuneradas durante menos de 15 horas mas mais de uma hora na semana de referência;

<sup>57</sup> IBGE(1996). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD: Síntese de indicadores 1995**. Rio de Janeiro, Departamento de Emprego e Rendimento. p.XVII.

<sup>58</sup> *Uma pessoa informou que, após se aposentar, dedicou-se apenas à pesca para o próprio consumo dos moradores de sua unidade domiciliar e eventuais visitas. Essa pessoa declarou, ainda, além do consumo, que o produto de suas pescarias somente era dado ao seu filho, que morava em outro domicílio, quando este vinha visitá-la. Na semana de referência essa pessoa dedicou 16 horas às suas pescarias. Essa pessoa será considerada como ocupada.* IBGE(1995). **Manual do Entrevistador: PNAD, 1995**. Rio de Janeiro, p.146 (grifos no original).

2) aquelas pessoas que se dedicaram apenas à produção da sua própria subsistência e/ou autoconstrução, sempre que o tempo despendido nessas atividades tenha sido superior a uma hora durante a semana de referência.

A mudança no critério de trabalho das PNADs vinha sendo discutida desde a III Conferência Nacional de Estatística (CONFEST) realizada no Rio de Janeiro em novembro de 1989. Nessa ocasião o órgão oficial de estatística do Brasil estava procurando se adequar às novas normas internacionais de estatísticas do Trabalho (13ª Conferência Internacional de Estatística do Trabalho da OIT, 1982), as quais orientavam para a captação de qualquer trabalho mesmo que não fosse remunerado.

A partir das discussões da III CONFEST, o Grupo de Estatística do Trabalho apresentou um relatório síntese onde, depois de reconhecer os avanços qualitativos e quantitativos incorporados à produção do IBGE destacava que:

*...esforços deveriam ser feitos visando: a) uma melhor integração conceitual e metodológica das várias pesquisas (Censos, PNADs, etc.); e b) cobertura das lacunas que ainda se apresentam na investigação do tema trabalho e remuneração. Quanto ao segundo aspecto, há consenso de que estas dizem respeito, sobretudo, à questão do trabalho agrícola e às atividades vinculadas ao chamado mercado informal de trabalho<sup>59</sup>.*

Depois de reconhecer que as atividades agrícolas eram “o grande ausente” do sistema nacional de estatística do trabalho, o relatório propõe mudanças no Censo Agropecuário e uma reformulação da PNAD:

*...incluir, no próprio corpo do questionário, a partir de um recorte entre atividades agrícolas e não-agrícolas, um elenco de quesitos que permitam dar conta das especificidades da ocupação agrícola e, simultaneamente acompanhar, com menor periodicidade, a tendência à unificação do mercado de trabalho em curso na economia brasileira. Tal pesquisa deverá se realizar simultaneamente aos censos econômicos e pelo menos uma vez nos intervalos censitários ...*

---

<sup>59</sup> Segue-se um conjunto de temas relativos as atividades agrícolas e da economia informal que as PNADs deveriam passar a incluir. Ver a respeito: III CONFEST: Conclusões (Síntese do Grupo 7: Estatísticas do Trabalho). Coordenadores Nelson Senra e Paulo Renato de Souza; Relatora: Jane de Oliveira. Nov. 1989. pp.55-60.

No Anteprojeto de Revisão das PNADs<sup>60</sup> a equipe chegou a propor inclusive questionários separados (um para a população ocupada na agricultura e outro para a população não-agrícola). Mais tarde a proposta foi abandonada pelo IBGE, embora não se conheçam as razões que levaram a essa decisão.

Sem dúvida alguma é importante um sistema de estatísticas do trabalho integrante do Sistema Estatístico Nacional, comparáveis com as estatísticas internacionais<sup>61</sup>. O IBGE interpretou essa recomendação como a necessidade de mudança no próprio conceito de trabalho das PNADs, com vistas a resolver a sub-enumeração dos trabalhadores não-remunerados ligados à economia familiar, e a omissão dos trabalhadores que se dedicavam à produção para o autoconsumo agrícola e/ou a autoconstrução, criando novas categorias na posição na ocupação. A intenção da criação de novas categorias para captar a agricultura familiar de subsistência fica nitida nesta orientação da PNAD:

*O trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (conforme definições do conceito de trabalho) somente será contado se a pessoa não houver tido qualquer outro trabalho remunerado ou sem remuneração na semana de referência<sup>62</sup>.*

O conceito ampliado de trabalho das novas PNADs, embora compatível com as recomendações da OIT, está longe de ser consensual na literatura internacional especializada. Ferreira Irmão e Klein<sup>63</sup>, por exemplo, embora concordem que o tempo de trabalho é um conceito importante para medir o aporte produtivo das pessoas na agricultura, reconhecem que a idéia de uma jornada normal de trabalho ou de um tempo mínimo não se aplicam bem ao setor e podem ser viesadas em função da época em que se realiza a medição. De modo que, se for a época de colheita muitas pessoas que habitualmente não fazem parte da PEA, especialmente mulheres e crianças, serão consideradas ocupadas pelo

<sup>60</sup> IBGE. PNAD – Anteprojeto de Revisão: a questão conceitual (modulo I), Rio de Janeiro, 68p. (não publicado).

<sup>61</sup> Essa já era uma preocupação antiga do IBGE que tinha como ponto de partida as recomendações de Sánchez, R.B. Estatísticas do Trabalho: Objetivos, alcance, Fontes e Programa mínimo. *Rev. Bras. De Estatística*, Rio de Janeiro. 17(67)191-7, jul./set.de 1956. Ver também a respeito o documento apresentado na III CONFEST, Sistema Estatístico Nacional (1ª versão).IBGE/CPE -II, jul. 1988.(dat., 12p.).

<sup>62</sup> *Manual de Entrevista da Pesquisa Básica*. PNAD de 1995, IBGE, p 151.

<sup>63</sup> Ferreira Irmão, J. e Klein, E. *Empleo rural: Metodologías de Medición*. Santiago, PREALC/OIT,1988. 86p.(não publicado)

critério de tempo mínimo; em compensação, em outras épocas de baixa atividade, a fixação de uma jornada determinada deixará de fora pessoas que habitualmente trabalham.

Também é difícil separar conceitualmente as pessoas que se dedicaram exclusivamente ao autoconsumo (e que foram contadas como ocupadas)<sup>64</sup> das donas de casa que exercem atividades típicas da indústria rural doméstica (como por exemplo, produção de doces, debulha e moagem de grãos para fazer farinha, torrar café etc.) mas que muito provavelmente não foram enumeradas entre os ocupados por declararem que se dedicam exclusivamente aos afazeres domésticos.

Felizmente, o IBGE disponibilizou também para 1992, 1993 e 1995 os microdados das PNADs, através dos quais é possível isolar boa parte do efeito da ampliação do conceito de trabalho de maneira a manter a compatibilidade da série<sup>65</sup>.

A Tabela 1.1 apresenta os dados tais como foram divulgados originalmente, sem que se procedesse nenhuma compatibilização conceitual. Observa-se que a População Economicamente Ativa (PEA) fica acrescida em mais de oito milhões de pessoas entre 1990 e 1992, mas destes, quase 3,5 milhões são referentes às novas categorias de autoconsumo e autoconstrução, e outros dois milhões são referentes ao trabalho não-remunerado (com menos de 15 h semanais de trabalho).

---

<sup>64</sup> A redação do quesito que busca captar quem trabalhou somente na produção para o próprio consumo indaga se a pessoa exerceu tarefas em cultivo, pesca ou criação de animais destinados à própria alimentação das pessoas moradoras no domicílio. Na resposta *sim* explicita-se que essa pessoa deve ter trabalhado em alguma tarefa para produzir alimentos para consumo de pelo menos um membro da unidade domiciliar (ou seja, a produção não era para venda ou troca). E exemplifica como ocupada uma pessoa que, além dos afazeres domésticos, somente dedicava-se ao cultivo de verduras destinadas à alimentação dos moradores de sua unidade domiciliar durante mais de uma hora na semana de referência (*Manual do Entrevistador de 1995*, pp.146-7).

<sup>65</sup> Embora aparentemente simples, esse procedimento de compatibilização exige filtros detalhados como os que foram aqui utilizados, de autoria de Vandeli dos Santos Guerra (1996). *Seleção de Variáveis de Condição de Atividade, condição de ocupação, posição na ocupação e categoria do emprego para compatibilizar com o conceito de trabalho anterior a 1992*. IBGE, Rio de Janeiro, 7p.(dat.)

Tabela 1.1 Evolução da população de 10 anos ou mais de idade, sem a correção dos conceitos, Brasil. (1.000 Pessoas)

População	1990 <sup>1</sup>	1992	1995
PEA <sup>2</sup>	61.916	69.969	74.138
Ocupados	59.674	65.395	69.629
Empregados	38.435	38.577	40.799
Conta-própria	13.589	14.196	15.719
Empregador	2.751	2.407	2.734
Não-remunerado	4.898	6.849	6.981
Autoconsumo	-	3.211	3.224
Autoconstrução	-	155	164
Agrícola	13.998	18.500	18.154
Não-agrícola	45.675	46.895	51.468
Desocupados	2.242	4.574	4.510
Inativos	47.178	43.683	46.763

<sup>1</sup>- Corresponde aos valores revisados da PNAD de 1990.

<sup>2</sup>- PEA: População Economicamente Ativa.

Fonte: Tabulações Especiais do IBGE para 1990 e dados publicados nas PNADs de 1992 e 1995.

Note-se que as diferenças entre o atual conceito ampliado de trabalho das novas PNADs e o anterior não afetou muito a enumeração dos trabalhadores com rendimentos, sejam eles empregados, conta-própria ou empregadores, porque anteriormente já eram enumeradas as pessoas que trabalhavam pelo menos uma hora na semana de referência. Todavia entre os trabalhadores não-remunerados, há um significativo acréscimo devido à contagem também das pessoas que trabalham mais de uma hora e menos de 15 horas. Esse acréscimo, em grande parte, também pode ser resultado do fato de que os novos questionários utilizados pelo IBGE captarem melhor todos os trabalhadores que realizam atividades agrícolas, mesmo quando não remuneradas. É o caso por exemplo de pessoas que se dedicam a atividades em hortas domésticas ou à criação de pequenos animais.

Os dados da Tabela 1.2 permitem mostrar que a grande maioria das pessoas na produção para o autoconsumo que foram incluídas na PEA, estão ocupadas em atividades agrícolas que demandam apenas tempo parcial, como a produção de subsistência (inclusive hortas domésticas e criação de pequenos animais), pesca, artesanato etc.. Em 1995, do total de 3,2 milhões de pessoas que declararam trabalhar apenas para o autoconsumo, mais de dois milhões - ou seja, 64,3% - dedicaram menos de 15 horas a essa tarefa na semana de referência. Esses montantes apontam para o fato de que a grande maioria dos trabalhadores que passaram a ser contados entre a PEA são na verdade trabalhadores em tempo parcial, pois não possuem a mesma carga horária dos trabalhadores com carteira registrada. Em outras palavras, aproximadamente duas de cada três pessoas que passaram a ser incluídas como parte da PEA agrícola nas novas PNADs estão ocupadas duas horas ou menos por dia em atividades de sua própria subsistência. Nas demais posições da ocupação da PEA agrícola apenas o contingente de não-remunerados que trabalham menos de 15 horas é expressivo: 390 mil pessoas, muito provavelmente integrantes de unidades de produção familiares.

Note-se também, que dos 4,4 milhões de pessoas que em 1995 declararam-se ocupados menos de 15 horas na semana de referência, 1,77 milhão - ou seja, 40% - exerciam atividades não-agrícolas, assim distribuídos: empregados, 365 mil (20,6%); empregados domésticos, 315 mil (17,8%); conta-própria, 746 mil (42%); não-remunerados, 294 mil (16,6%); empregadores, 26 mil (1,5%); e apenas 23 mil (1,3%) na autoconstrução. Isto é, a inclusão da autoconstrução não afetou muito os dados da PEA não-agrícola; o fundamental foi mesmo a redução do critério de se considerar como ocupadas as pessoas que exerciam atividades não remuneradas pelo tempo de trabalho de uma hora ou mais na semana. Esse procedimento que inchou o contingente de trabalhadores não-remunerados, pois incorporou aqueles que realizaram algum tipo de "bico" durante mais de uma hora naquela semana, e em função disso foram considerados ocupados. Destaca-se que esse contingente seria incluído entre os desempregados pelo critério vigente até 1990.

Tabela 1.2: População Economicamente Ativa (PEA) Ocupada segundo as horas trabalhadas na semana de referência: Brasil, 1992 e 1995.

PEA <sup>1</sup>	1992	1995	95/92	
	(1.000)	(1.000)	(1.000)	% a.a. <sup>2</sup>
<b>Todos: (PEA 1+)</b>				
Total	65.395	69.629	4234	2,1**
Não-agricola	46.895	51.468	4573	3,2**
- autoconstrução	155	164	9	1,9
Agrícola	18.500	18.154	-346	-0,6**
- empregado	5.064	4.784	-280	-1,9**
- conta-própria	4.526	4.514	-12	-0,1
- empregador	574	530	-44	-2,6*
- não-remunerado	5.122	5.098	-24	-0,2
- autoconsumo	3.211	3.223	12	0,1
Agrícola sem autoconsumo	15.289	14.931	-358	-0,8**
<b>Até 14 horas (PEA -15)</b>				
Total	3.931	4.416	485	4,0**
Não-agricola	1.459	1.770	311	6,7**
- autoconstrução	24	23	-1	-1,4
Agrícola	2.471	2.646	172	2,3**
- empregado	24	38	12	16,6**
- conta-própria	108	127	19	5,6*
- empregador	15	20	5	10,1
- não-remunerado	326	390	64	6,2**
- autoconsumo	1.998	2.072	74	1,2**
Agrícola sem autoconsumo	193	574	381	43,8**
<b>Mais de 15 horas (PEA +15)</b>				
Total	61.464	65.212	3748	2,0**
Não-agricola	45.436	49.698	4262	3,0**
- autoconstrução	131	141	10	2,5
Agrícola	16.029	15.509	-520	-1,1**
- empregado	5.040	4.747	-293	-2,0**
- conta-própria	4.419	4.338	81	-0,6
- empregador	559	510	-49	-3,0**
- não-remunerado	4.796	4.709	-87	-0,6
- autoconsumo	1.213	1.152	-61	-1,7**
Agrícola sem autoconsumo	14.816	14.357	-459	-1,0**

<sup>1</sup>: As eventuais diferenças nas somas das parcelas com o total devem-se aos sem declaração e aos arredondamentos.

<sup>2</sup>: Os níveis de significância do teste t são indicados por \*(20%) e \*\*(10%).

Fonte: PNADs de 1992 e 1995 (dados publicados).

As taxas de crescimento serão analisadas nos próximos Capítulos deste trabalho, mas já se destaca aqui a redução significativa<sup>66</sup> da população agrícola com jornada de 15h ou mais por semana, e um acréscimo significativo da PEA agrícola com jornadas semanais menores que 15 horas.

### 1.2.3 OS PERÍODOS DE REFERÊNCIA

A partir de 1992 a PNAD também ampliou os períodos de referência na captação do trabalho das pessoas. Nos anos 80 a PNAD se restringia sempre à última semana do mês de setembro como data de referência para guiar as respostas dos entrevistados.

Nos anos 90 a PNAD ampliou o período de referência procurando captar melhor os períodos de ocupações das pessoas. Os períodos passaram a ser:

- a) *semana de referência*: última semana de setembro (24 a 30/setembro);
- b) *mês de referência*: mês de setembro;
- c) *de referência em 365 dias*: período compreendido entre o dia 1/outubro do ano anterior até o dia 30/setembro do ano da entrevista.
- d) *de referência de 12 meses*: compreendido entre outubro do ano anterior até setembro do ano da entrevista.

A partir dos distintos períodos de referências é possível traçar comparações entre a população ocupada num e noutro período. Este caso é particularmente interessante na agricultura, onde há sazonalidade do trabalho em muitas culturas, e nos segmentos de pessoas com trabalho em tempo parcial (Tabela 1.3).

---

<sup>66</sup> A significância das taxas de crescimento nesse trabalho é verificada por meio do teste t, a partir dos parâmetros dos coeficientes de variação divulgados pelo IBGE. Para maiores detalhes veja no Anexo II: Hoffmann, R. **Precisão dos resultados das PNADs e a determinação de mudanças estatisticamente significativas**. Instituto de Economia / UNICAMP. 1997. 3p. (não publicado)

Tabela 1.3: Evolução da população economicamente ativa ocupada segundo o ramo de atividade e o período de referência, Brasil, 1992-95.

Condição de atividade	1992	1995		Taxas <sup>1</sup> (% a.a.)
	(1.000)	(1.000)	(%)	
Agrícola na semana <sup>2</sup>	18.500	18.154	100,0	-0,6**
Agrícola no ano	18.177	17.891	98,6	-0,5*
Não-agrícola no ano	323	263	1,4	-6,6**
Agrícola no ano <sup>3</sup>	19.703	19.343	100,0	-0,6**
Agrícola na semana	18.177	17.891	92,5	-0,5*
Não-agrícola na semana	382	386	2,0	0,3
Procurando Emprego na semana	171	189	1,0	3,4
Inativos na semana	973	877	4,5	-3,4**

<sup>1</sup>\* e \*\* Valores significativos ao nível de 20 e 10% respectivamente.

<sup>2</sup> Pessoas ocupadas na agricultura na semana de referência da pesquisa (24 a 30/set.).

<sup>3</sup> Pessoas ocupadas na agricultura nos 365 dias anteriores à data de referência (1/out. a 30/set.).

Fonte: Graziano da Silva e Del Grossi (1997).

Como se pode observar, a PEA agrícola salta de 18,5 milhões de pessoas para 19,7 em 1992 quando se amplia o período de referência de semana para o ano anterior na definição da ocupação principal. Ou seja, existem cerca de um milhão e duzentas mil pessoas, no País como um todo, que declararam a atividade agrícola como ocupação principal nos 365 dias anteriores à data da entrevista (outubro de 91 a setembro de 1992), mas naquela semana ou estavam ocupadas em atividades não-agrícolas (382 mil), ou procurando emprego (171 mil) ou simplesmente não estavam ocupadas (973mil)<sup>67</sup>. O contrário também ocorreu, mas com menor frequência, pois existiam 323 mil pessoas que não tinham a agricultura como atividade principal nos 365 dias anteriores à data da pesquisa, embora naquela última semana de setembro estivessem ocupados em atividades agrícolas.

A averiguação mais detalhada dos períodos de referência não será feita neste trabalho, pois se objetiva focar a evolução das atividades não-agrícolas no meio rural. Todavia, este tema, com certeza será objeto de investigação em outras pesquisas sobre a agricultura a tempo parcial.

<sup>67</sup> Esse elevado número de inativos na última semana de setembro deve-se ao fato de ser entressafra nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Para São Paulo, esse contingente de inativos é de 100 mil pessoas, tendo como referência a última semana de setembro, que é um ponto de pico de atividades agrícolas no estado (safra de cana e da laranja, plantio de culturas temporárias).

## 1.2.4 O TRABALHO PRINCIPAL

Quando uma pessoa declarava na semana de referência que tinha mais de uma atividade econômica, imediatamente seguia-se uma série de perguntas para definir qual era a sua atividade principal. Nos anos 80 os critérios eram:

*Considerou-se como principal o trabalho que a pessoa tinha na semana de referência. Para a pessoa que na semana de referência tinha mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento, considerou-se como principal o trabalho remunerado ao qual dedicou maior número de horas na semana de referência. Quando houve igualdade no número de horas trabalhadas na semana de referência, considerou-se como principal aquele que proporcionava maior rendimento.*

A partir da PNAD de 1992 o conceito de trabalho principal é:

*Considerou-se como principal na semana de referência o único trabalho que a pessoa teve nesse período.*

*Para a pessoa que teve mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotaram-se os seguintes critérios, obedecendo a ordem enumerada, para definir o principal desse período:*

- a) *O trabalho da semana de referência no qual teve maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias foi considerado como o principal;*
- b) *Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considerou-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério foi adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, teve somente trabalhos não-remunerados e que apresentaram o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; e*
- c) *Em caso de igualdade, também no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporcionava maior rendimento.*

Em outras palavras, a compatibilidade das séries só ficou comprometida para as pessoas com algum trabalho secundário naquela semana de referência. Na verdade são duas modificações simultâneas na definição da ocupação principal: troca-se o critério de remuneração pelo tempo de ocupação; e amplia-se o período de referência da semana para o ano anterior à data da pesquisa.

As modificações tendem a afetar especialmente aqueles ramos de atividades nas quais o trabalho não-remunerado é muito freqüente (como é o caso da agricultura) e/ou o trabalho precário, seja pela intermitência, seja pela baixa remuneração, como é o caso do pequeno comércio e da prestação de serviços pessoais. Na PEA agrícola de 1992, por exemplo, 45%

das pessoas foram classificadas como não-remuneradas, incluindo-se aí os dedicados exclusivamente ao autoconsumo. É provável, portanto, que uma parte significativa das 305 mil pessoas, que em 1992 declararam ter como trabalho principal a agricultura e como trabalho secundário uma atividade não-agrícola, em função do menor tempo de trabalho aí despendido na semana de referência, não fossem classificadas como parte da PEA agrícola se o critério de definição da atividade principal fosse o de maior remuneração. Ou ainda, como em 1990 os rendimentos obtidos nas atividades agrícolas eram sistematicamente menores que os das ocupações não-agrícolas em praticamente todos os ramos de atividades e em todas as regiões do País, uma ocupação como a agrícola pode ser considerada secundária em termos da renda que propicia, mas será considerada principal se o critério for o tempo de ocupação. Admitindo-se que os rendimentos agrícolas continuaram menores que os não-agrícolas em 1992, como tudo indica, o critério de tempo de trabalho contabilizou nesse ano mais pessoas ocupadas em atividades agrícolas do que o total que obteríamos se fosse utilizado o critério da renda, vigente anteriormente, para definir a ocupação principal dos que declararam exercer mais de uma atividade na semana de referência.

Em resumo, quando se substitui o critério de renda pelo de tempo na definição da ocupação principal, muitos dos que foram contados como exercendo atividades não-agrícolas em 1990 podem passar a ser classificados como agrícolas em 1992. O critério de tempo despendido no ano anterior para definir a ocupação principal tende a inflar a PEA agrícola em 1992 quando comparado ao critério de maior renda auferida pelo trabalho na semana de referência que vigorava em 1990.

Para obter a compatibilidade entre os dados da série 80/90, foi elaborada uma série de transformações nos dados dos anos 90<sup>68</sup>. As transformações só são necessárias para as pessoas com mais de uma atividade na semana de referência.

Analisando os conceitos dos anos 80 e 90, pode-se verificar que a primeira variável a ser considerada é a posição na ocupação, quer no trabalho definido como principal, quer no secundário. Desta forma a reclassificação dos ramos de atividade dos anos 90 está sujeita a

---

<sup>68</sup> Não é possível transformar os dados dos anos 80, adaptando-os aos dos anos 90, por insuficiência de informações do questionário deste período.

ocorrer para três grupos de situações, oriundas das combinações possíveis entre as ocupações principais e secundárias:

- 1<sup>o</sup>Grupo) Pessoas remuneradas (empregado, trabalhador doméstico, conta-própria ou empregador) no trabalho secundário e no trabalho principal;
- 2<sup>o</sup>Grupo) Pessoas não remuneradas no trabalho secundário e no trabalho principal;
- 3<sup>o</sup>Grupo) Pessoas remuneradas no trabalho secundário mas não remuneradas no trabalho principal.

As pessoas que estão em algum dos três grupos estão sujeitas a serem reclassificadas, homogeneizando-se a série histórica. O procedimento é trocar a ocupação principal das pessoas pela secundária, e vice-versa, desde que atendam aos seguintes requisitos, respectivamente para cada grupo (se e somente se):

- 1<sup>o</sup> Grupo) As pessoas que dediquem na semana de referência maior tempo ao trabalho secundário; no caso de empate das horas de trabalho, predomina a atividade de maior renda;
- 2<sup>o</sup> Grupo) Prevalece o trabalho com maior número de horas na semana;
- 3<sup>o</sup> Grupo) Prevalece a ocupação remunerada secundária.

A partir destas hipóteses foram construídas “syntax”<sup>69</sup> do software SPSS para reclassificar os setores de atividades e ocupações das pessoas que atendiam a esses pré-requisitos. A correção só foi efetuada após a filtragem do excesso conceitual da PEA, retirando-se as categorias de autoconsumo, autoconstrução e não-remunerados com jornadas de trabalho menores que 15h semanais.<sup>70</sup>

Da mesma forma que os ramos, os setores de atividades, as ocupações e a posição na ocupação (empregado, conta-própria, empregador e não-remunerado) também podem sofrer alterações, acompanhando as mesmas permutas que ocorrem nas atividades da pessoa,

<sup>69</sup> Nomenclatura utilizada pelo programa Statistical Package for Social Sciences - SPSS for windows para definir um determinado conjunto de cálculos e transformações a serem efetuadas no banco de dados. Versão mais detalhada da syntax com as variáveis se encontra no Anexo III.

<sup>70</sup> Guerra, V. S. *Seleção de Variáveis de Condição de Atividade, Condição de Ocupação, Posição na Ocupação e Categoria do Emprego para compatibilizar com o conceito de trabalho anterior a 1992*. Rio de Janeiro, IBGE, 1996. 7p. (não publicado). Nessa filtragem a autora exclui as novas categorias de autoconsumo e autoconstrução e, exclui também os não-remunerados com menos de 15h semanais de trabalho, com exceção dos não-remunerados que tenham alguma atividade secundária (remunerada ou não remunerada com jornada maior que 15h semanais).

conforme os critérios dos grupos acima descritos. Desta forma uma pessoa classificada como não-remunerada na atividade principal, pode passar a ser considerada conta-própria, se essa for a sua posição na ocupação secundária, de acordo com o critério para o 3º Grupo de pessoas.

### 1.3 A EVOLUÇÃO DA PEA CORRIGIDA

Na Tabela 1.4 são apresentados os resultados dos procedimentos de compatibilização, anteriormente descritos. Partindo dos dados publicados com diferença de quase 4,5 milhões na PEA agrícola entre os anos 1990 e 1992, a filtragem retirando o excesso conceitual (autoconsumo, autoconstrução e não-remunerados com menos de 15h de trabalho semanal) já baixa a PEA agrícola para pouco menos de 15 milhões de pessoas. Por fim, após a correção dos ramos de atividades pelo critério do trabalho principal, a PEA agrícola se fixa em 14.938 mil pessoas, permanecendo portanto a diferença de quase um milhão<sup>71</sup> de pessoas na PEA agrícola entre 1990 e 1992 (corrigida).

A diferença que ainda existe na PEA agrícola corrigida entre 1990 e 1992 continua ligada aos não-remunerados. A Tabela 1.5 mostra que dos quase cinco milhões de pessoas

Tabela 1.4: Evolução da PEA agrícola e não-agrícola, segundo os critérios adotados para compatibilização da série histórica dos dados da PNADs, Brasil (1.000 pessoas).

Ramo de Atividade	1.990	1.992		
	revisado <sup>1</sup>	publicado <sup>2</sup>	filtrado <sup>3</sup>	corrigido <sup>4</sup>
Agrícola	13.998	18.500	14.964	14.938
Não-agrícola	45.675	46.895	46.500	46.526
<b>TOTAL DE OCUPADOS</b>	<b>59.674</b>	<b>65.395</b>	<b>61.464</b>	<b>61.464</b>

<sup>1</sup> Valores de 1990 revisados

<sup>2</sup> Valores de 1992 publicados

<sup>3</sup> Valores de 1992 após a filtragem do acréscimo conceitual

<sup>4</sup> Valores de 1992 após a filtragem e correção dos ramos de atividades

Fonte: tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

<sup>71</sup> Considerando-se os intervalos de confiança dos valores estimados, teríamos um intervalo de 13.804,2 a 14.192,1 para 1990 e de 14.738,3 a 15.137,4 para 1992 (nível de 90% de confiança). Tomando o máximo de 1990 e o mínimo de 1992 a diferença na PEA agrícola pode ser de pouco mais de 500 mil pessoas. Veja anexo II para precisão dos dados das PNADs.

Tabela 1.5: Evolução das PNADs compatibilizadas, Brasil. (1.000 Pessoas)

População	1990 <sup>1</sup>	1992 <sup>2</sup>	1995 <sup>2</sup>
PEA	61.916	66.228	70.242
PEA ocupada	59.674	61.464	65.565
Empregado	38.435	38.614	40.855
Conta-própria	13.589	14.204	15.722
Empregador	2.751	2.408	2.732
Não-remunerado	4.898	6.237	6.249
Autoconsumo	-	-	-
Autoconstrução	-	-	-
Agrícola	13.998	14.938	14.507
Não-agrícola	45.675	46.526	51.058
Desocupados	2.242	4.764	4.677
Inativos	47.178	47.494	50.694

<sup>1</sup> Valores da PNAD de 1990 revisados

<sup>2</sup> Valores das PNADs de 1992 e 1995 corrigidos

Fonte: tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

não remuneradas em 1990, mesmo com a filtragem e correções, salta para 6,2 milhões de pessoas nesta categoria em 1992. A diferença pode ser parcialmente explicada pelo fato de os questionários das “Novas PNADs” permitirem captar integralmente a categoria dos não-remunerados. Anteriormente havia a chance de parte desta categoria ser descartada, simplesmente pelo fato das pessoas não saberem exatamente quanto tempo trabalharam naquela semana de referência ou, por não se dedicarem a uma atividade econômica regularmente.

Outro fator que também deve ter influenciado a diferença 1990/92 é a situação econômica vigente na época. A economia brasileira estava numa fase recessiva, o que pode explicar a queda do contingente dos empregadores de 2,8 para 2,4 milhões de pessoas (Tabela 1.5), enquanto que o contingente dos conta-própria e seus auxiliares não-remunerados, que estão mais ligados ao mercado informal de trabalho, cresciam de 13,6 para 14,2 milhões de pessoas, e de 4,9 para 6,2 milhões de pessoas, respectivamente.

Para suprimir a dúvida remanescente quanto a significância estatística da diferença na PEA agrícola, adotou-se o procedimento econométrico de ajuste de poligonal e retas

paralelas, por meio de variáveis binárias<sup>72</sup>. A hipótese básica do teste é se o deslocamento da PEA agrícola entre o ano de 1990 e 1992 é significativo: utilizando-se uma para o período 1981 a 1990, e outra para o período 1992 a 1995.

O modelo matemático para o teste é:

$$Y_i = \alpha + \beta_1 Z_{1i} + \beta_2 X_i$$

Onde:

com  $i = 1, 2, \dots, 13$ .

$Y_i$ : valores da PEA agrícola entre 1981 a 1995;

$X_i$ : anos;

$Z_{1i}$ : variável binária para teste de deslocamento da reta;

Os valores das variáveis estão na Tabela 1.6. Antes de apresentar o resultado da regressão com a PEA corrigida, é oportuno verificar a adequação do modelo com os dados originais da PEA<sup>73</sup>. A equação estimada para a PEA sem nenhuma correção é:

$$Y_{est_{PUB}} = 14.124 + 3.857,36 Z_1 + 38,55 X \quad R^2 = 0,919$$

(6,057)<sup>\*\*\*</sup>      (0,602)      F = 56,2<sup>\*\*\*</sup>

onde:

$Y_{est_{PUB}}$ : valores estimados da PEA agrícola publicada.

Os valores das respectivas estatísticas "t" das regressões estão abaixo das estimativas dos parâmetros. Os sinais \*\*\*, \*\* e \* indicam que o teste é significativo ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Observa-se que o parâmetro da variável  $Z_1$  foi significativo ao nível de 1%, quando se utilizaram os dados sem nenhuma correção. Já quando se utilizaram os dados com todas as correções apresentadas anteriormente (Tabela 1.6), os resultados foram:

<sup>72</sup> Hoffmann, R. e Vieira, S. *Análise de Regressão – Uma Introdução à Econometria*. São Paulo, HUCITEC, Segunda Edição, 1983. (p.203 a 228)

<sup>73</sup> Consiste em trocar os valores corrigidos de 1992, 1993 e 1995 pelos valores publicados de 18.499.716, 18.253.856 e 18.154.242, respectivamente.

Tabela 1.6: Evolução da PEA agrícola corrigida, PNAD, Brasil, 1981 a 1995. (1.000 pessoas)

Anos	X	Z <sub>1</sub>	Z <sub>2</sub>	Y <sub>i</sub> = PEA agrícola
1.981	-4	0	0	13.300
1.982	-3	0	0	14.139
1.983	-2	0	0	13.115
1.984	-1	0	0	14.974
1.985	0	0	0	15.190
1.986	1	0	0	14.331
1.987	2	0	1	14.116
1.988	3	0	1	14.233
1.989	4	0	1	14.035
1.990	5	0	1	13.998
1.992	7	1	1	14.938
1.993	8	1	1	14.573
1.995	10	1	1	14.507

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Urbano, IE/UNICAMP.

$$Y_{estCORR} = 14.124,6 + 236,56 Z_1 + 37,38 X \quad R^2 = 0,175$$

$$(0,359) \quad (0,580) \quad F = 1,09$$

onde:

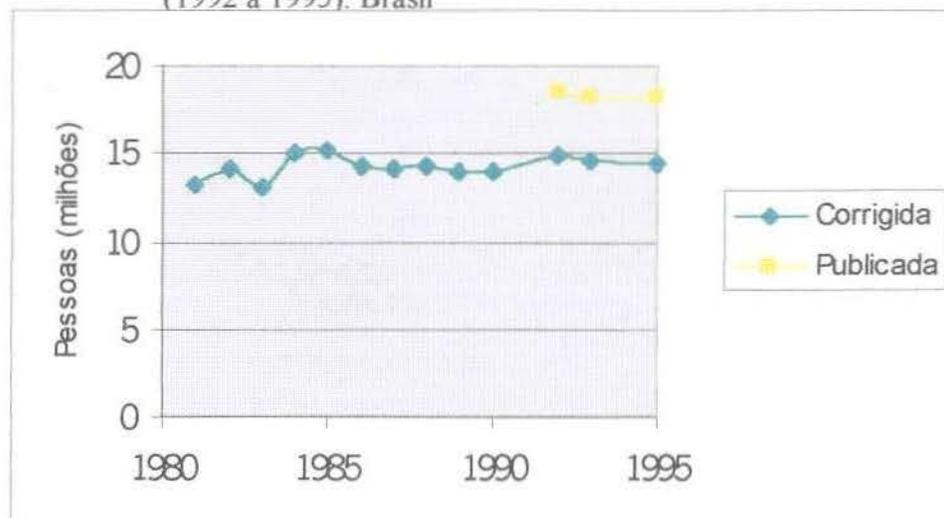
$Y_{estCORR}$ : valores estimados da PEA agrícola corrigida.

Com os dados de 1992 a 1995 corrigidos, o poder de explicação do modelo fica muito reduzido. O coeficiente de determinação cai para menos de 0,2, e o teste F não é significativo. Os valores dos testes t também são muito baixos no ajuste do modelo com a PEA corrigida, o que pode ser explicado por uma certa estabilidade da PEA agrícola no período (Gráfico 1.1).

O resultado do teste do parâmetro  $\beta_1$  não significativo nos leva a aceitar a hipótese de nulidade do mesmo. Em outras palavras, o deslocamento da reta não se verifica neste modelo, mostrando que a diferença ainda existente entre 1990 e 1992 não justifica o ajustamento de retas paralelas.

Porém, pode-se sofisticar um pouco mais este teste adotando-se outra hipótese a ser testada: a evolução da PEA agrícola está próxima a uma poligonal, já que tende a crescer até 1985 (quando houve um retomado do crescimento econômico no País), e depois passa a decrescer continuamente.

Gráfico 1.1 Evolução da PEA agrícola corrigida (1981 a 1995) e publicada (1992 a 1995). Brasil



O modelo matemático para este segundo teste é:

$$Y_i = \alpha + \beta_1 Z_{1i} + \beta_2 X_i + \beta_3 X_i \cdot Z_{2i}$$

onde:

com  $i = 1, 2, \dots, 13$ .

$Z_{2i}$ : variável binária para teste da mudança de inclinação da poligonal (máximo em 1985).

Os valores da nova variável binária também estão na Tabela 1.6. A equação estimada foi:

$$Y_{estCORR} = 14.791,2 + 1.427,68 Z_1 + 369,66 X - 555,22 Z_2 \cdot X \quad R^2 = 0,593$$

$$(2,319)^{**} \quad (3,099)^{**} \quad (-3,04)^{**} \quad F = 4,37^{**}$$

onde:

$Y_{estCORR}$ : valores estimados da PEA agrícola corrigida.

\*\* : indica significância ao nível de 5%.

Neste caso o coeficiente de determinação tem valor maior, e o teste F não é nulo, para um nível de significância de 5%. A variável  $Z_2$  de mudança de inclinação no crescimento da PEA agrícola em 1985 também se mostrou significativa ao nível de 5%, comprovando uma tendência decrescente da população agrícola após o Plano Cruzado.

Porém o teste do parâmetro  $\beta_1$  também se revelou significativo ao nível de 10% neste modelo, mostrando que o teste da hipótese do deslocamento da poligonal pode ser aceite. Ou seja, quando se utiliza um modelo mais adequado à realidade, a diferença na PEA agrícola entre os dois períodos (1981-90 e 1992-95) ainda é significativa.

Uma das razões para a diferença está na categoria dos não-remunerados, como já foi levantada anteriormente. O poder de captação dos atuais questionários é superior aos antigos, pois anteriormente sempre havia dúvida por parte do entrevistador sobre considerar ou não os não-remunerados ocupados. Essa dúvida deve ter levado a que muitas pessoas não fossem consideradas ocupadas, com exceção daquelas que tinham jornadas maiores que 40h semanais de trabalho.

Outra possível explicação ainda para a diferença na PEA agrícola entre 1990 e 1992 pode estar ligada ainda à forma como são estruturadas as PNADs. Como já foi apontado, as amostras são dimensionadas para projeções de crescimento da população por área censitária:

*A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente, segundo o tipo de área. Estas projeções consideram a evolução populacional ocorrida entre os Censos Demográficos ..., sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração.<sup>74</sup>*

As áreas censitárias são assim definidas:

- a) **Regiões metropolitanas:** correspondem aos municípios das regiões metropolitanas do País, legalmente definidas como tal (nove regiões e o Distrito Federal);
- b) **Municípios auto-representativos:** são capitais (não metropolitanas) e grandes municípios, que pela sua importância e dimensão fazem parte todos os anos da amostra da PNAD;
- c) **Municípios não auto-representativos:** são municípios pequenos ou médios, sorteados aleatoriamente, que representam o conjunto de municípios pequenos ou médios de uma região. Os municípios são sorteados a cada início de década e mantidos fixos durante aquele decênio. No início da próxima década, novos municípios serão sorteados para representarem as suas respectivas regiões.

<sup>74</sup> PNAD de 1995. Introdução, p. XXIX.

As mudanças que ocorrem aqui não são de conceito, como as diferenças apontadas anteriormente, mas derivada do planejamento amostral da PNAD. A primeira mudança é a de que alguns municípios devem ter passado de não auto-representativos em 1981 para auto-representativos em 1992<sup>75</sup>. A mudança de status não chega a ser um problema, já que espelha o crescimento populacional dos municípios. Ela provoca uma tendência de superestimação do crescimento da população total dos município auto-representativos, a qual não é possível neutralizar. Como pode ser observado na Tabela 1.7, os municípios auto-representativos possuem as maiores taxas de crescimento da população total entre 1990 e 1992. Apesar disso as mudanças de classificação dos municípios, assim como a delimitação dos perímetros urbanos das cidades, pouco influenciam na enumeração da PEA agrícola.

A segunda mudança decorre das projeções de crescimento populacional adotadas para cada área censitária da PNAD. Nos anos 80 havia a previsão de crescimento das regiões metropolitanas, que não foi confirmada pelos dados do Censo Demográfico de 1991. A partir daí, a população metropolitana foi redimensionada para menor em 1992, o que fez com que as taxas de crescimento das populações metropolitanas fossem negativas (vide Tabela 1.7). Esse é um efeito estatístico das projeções de crescimento superestimadas da população, adotadas para as PNADs dos anos 80. Como as projeções não se verificaram, houve sensível redução da população metropolitana em 1992, resultando em taxas negativas entre 1990 e 1992.

Tabela 1.7 Crescimento da população brasileira entre 1990 e 1992, segundo o tipo de áreas censitárias das PNADs.

Área Censitária	1990 (milhões de pessoas)	1992 (milhões de pessoas)	1990/92 Taxas (% a.a.)
Regiões metropolitanas	49	45	-4,5
Auto-representativos	28	30	2,5
Não Auto-representativos	70	71	1,1
Total	147	146	-0,4

Fonte: Dados publicados das PNADs de 1990 (sem revisão) e 1992.

<sup>75</sup> Não houve alteração na relação de regiões metropolitanas no Brasil entre 1981 e 1992.

Nos municípios não auto-representativos ocorreu o inverso. As projeções de crescimento nos anos 80 desses municípios estavam subestimadas, fazendo com que a PNAD de 1992 ajustasse a mais a população desses municípios, para corrigir a defasagem entre o projetado de 1990 e o observado no Censo Demográfico de 1991. Tal ajuste fez com que o conjunto dos municípios não auto-representativos tivessem taxas positivas de crescimento entre 1990 e 1992.

A subestimativa da população dos município pequenos e médios é especialmente importante para a PEA agrícola, já que boa parte desta reside nesses municípios. Disto decorre que a PEA agrícola em 1990 provavelmente estava subestimada para o Brasil como um todo, como pode ser observado na Tabela 1.8.

Em síntese, a superestimativa de crescimento da população metropolitana levou a PEA não-agrícola a ter taxas negativas entre 1990 e 1992. Já a subestimação da população dos municípios não auto-representativos levou a PEA agrícola a ter taxas positivas. A subestimação da PEA agrícola, decorrente das projeções de crescimento menos aceleradas nos municípios não auto-representativos, explica em parte a diferença de um milhão de pessoas observada entre a PNAD de 1990 revisada e a de 1992 corrigida (vide Tabela 1.5). Mesmo com a revisão em 1990, a subestimação da população de pequenos e médios municípios persistiu, com a conseqüente subestimação da PEA agrícola.

A hipótese exige ainda maiores estudos para ser comprovada. Será preciso tomar os pesos da PNAD de 1990 revisados e analisar como foi operacionalizada a revisão. Só com essa análise se poderá concluir sobre as projeções de crescimento e sua influência sobre a PEA agrícola entre 1990/92. Mas isto será objeto de estudo em outra oportunidade, ante a não disponibilidade de todos os elementos para completar a análise.

Tabela 1.8: Evolução da População Ocupada no Brasil entre 1990 e 1992, segundo as áreas censitárias das PNADs. (1.000 Pessoas)

Área Censitária	Agrícola			Não-agrícola		
	1.990 (1.000)	1.992 (1.000)	90/92 (% a.a.)	1.990 (1.000)	1.992 (1.000)	90/92 (% a.a.)
Metropolitana	300	323	3,8	20.385	18.042	-5,9
Auto-representativo	937	904	-1,8	10.863	11.301	2,0
Não auto-representativo	12.943	13.711	2,9	16.679	17.184	1,5
População Ocupada	14.181	14.938	2,6	47.927	46.526	-1,5

Fonte: dados publicados das PNADs de 1990 (sem revisão) e 1992 (corrigida).

Por fim, são oportunas algumas considerações sobre o uso das PNADs dos anos 80 e 90 sem a realização de todas as transformações descritas anteriormente. Um dos procedimentos possíveis, quando não se dispõe dos microdados, é a exclusão das novas categorias (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso) e dos não-remunerados com jornadas menores que 15h semanais no trabalho principal, a partir das PNADs publicadas.

Tal procedimento de ajuste foi utilizado por Pochmann<sup>76</sup> para analisar a evolução do emprego entre 1989 e 1996. O ajuste simplificado dos dados, apesar de não ser o ideal, pois não considera a troca no conceito de atividade principal para as pessoas com mais de uma ocupação, não deixa de ser uma boa aproximação, já que o número de trabalhadores com mais de uma ocupação na semana de referência é muito pequeno (0,3%).

O uso desse procedimento, porém, não é recomendável quando se quer analisar a combinação de atividades num determinado segmento da população, como é o caso deste trabalho, onde se procura identificar as atividades agrícolas a tempo parcial, e principalmente, combinar as atividades agrícolas com as não-agrícolas no meio rural brasileiro.

## 1.4. A REGIONALIZAÇÃO

Neste trabalho será realizada nos próximos capítulos uma análise comparativa entre as Grandes Regiões redefinidas do Brasil, além da comparação entre os anos de 1981, 1992 e 1995. Com a análise regional se pretende detalhar melhor a evolução do emprego e das ocupações, agrícolas ou não-agrícolas, no meio rural brasileiro. É conhecido que as médias nacionais escondem importantes diferenças regionais.

Do ponto de vista da modernização da agricultura (incluindo variáveis tecnológicas, de estrutura fundiária e de emprego) o Estado de São Paulo se mostra suficientemente discrepante do resto da Região Sudeste, justificando tratá-lo à parte. Utilizando dados de 15

---

<sup>76</sup> Pochmann, M. *O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional*. Instituto de Economia/UNICAMP, 1998. 26p. (não publicado)

variáveis do Censo Agropecuário de 1980 e do Censo Industrial de 1975, Kageyama<sup>77</sup> mostra que a aplicação do método de componentes principais permite estabelecer a regionalização do Brasil — a partir das UF — em seis grupos de estados. São Paulo constitui, nesse agrupamento, uma região, não devendo ser agregado a nenhuma das outras regiões tradicionais.

Em estudo mais recente, utilizando dados de 15 variáveis construídas a partir do Censo Agropecuário de 1985, Kageyama e Silveira<sup>78</sup> propuseram a regionalização do Brasil em quatro grupos. A metodologia empregada foi a análise dos componentes principais, seguida de uma análise de classificação: obteve-se uma partição inicial por um método hierárquico e a seguir foi aplicado um procedimento iterativo baseado em centros móveis, a fim de melhorar a partição obtida. As análises conduziram à separação dos estados em quatro classes: na primeira encontram-se todos os estados do Norte e Nordeste; na segunda estão os três estados da Região Sul; a terceira classe é formada por parte do Sudeste (MG,ES,RJ) e parte do Centro-Oeste (GO); na quarta classe encontram-se São Paulo, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Nesse estudo, São Paulo aparece com características semelhantes à parte mais modernizada do Centro-Oeste, podendo-se até analisá-los em conjunto; mas, de qualquer forma, São Paulo não pode ser agregado ao Sudeste, também nesse caso.

Tendo em vista essas considerações, subdividiu-se nesse trabalho a Região Sudeste em dois grupos:

- a) SE – SP: agregação dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais
- b) SP: Estado de São Paulo

Também para tornar compatível a série 1981/95, modificaram-se as regiões Norte e Centro-Oeste do País, incorporando à última o Estado de Tocantins. Ocorre que a criação deste estado data da promulgação da Constituição de 1989, quando foi desmembrado do antigo Estado de Goiás, que por sua vez pertencia à Região Centro-Oeste. Como o novo Estado de Tocantins faz parte da Região Norte do País, e para efeito de comparar as regiões

---

<sup>77</sup> Kageyama, A. 1986. **Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura: uma análise regional**. Campinas, SP. Instituto de Economia/UNICAMP, 1985. (Tese de Doutorado)

<sup>78</sup> Kageyama, A. e Silveira, JM. 1997. Agricultura e questão regional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 35 (2): 9-33, 1997.

naquele período, transferiram-se os dados do Tocantins para a Região Centro-Oeste. Ressalta-se que o inverso não é possível, já que seria necessário desmembrar os microdados do antigo Estado de Goiás, e como já foi observado anteriormente, a PNAD não permite desagregações no interior das Unidades da Federação.

Desta feita as regiões adotadas para análise neste trabalho são:

- a) Norte<sup>79</sup> (N): Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá;
- b) Nordeste (NE): Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;
- c) Sudeste modificada (RJ+ES+MG): Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo;
- d) São Paulo (SP): São Paulo;
- e) Sul (S): Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- f) Centro-Oeste (CO): Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e Tocantins.

---

<sup>79</sup> As PNADs não levantam as áreas rurais dos estados desta região, e por isso esta região muitas vezes não será citada quando se analisam as áreas rurais do Brasil.

## 1.5 RESUMO

A partir de 1992 as PNADs ampliaram suas categorias e incorporaram uma série de inovações, inclusive conceituais, que acarretaram a elevação da população enumerada como Economicamente Ativa. A inovação mais importante, sem suprimir as antigas, foi no conceito do trabalho, com a criação de novas categorias na posição na ocupação (trabalhadores na produção para autoconsumo e trabalhadores na construção para o próprio uso) e a ampliação dos não-remunerados (incorporando também os trabalhadores com jornadas menores que 15h e maiores que uma hora semanal). O IBGE alterou também a definição de trabalho principal, no caso das pessoas com mais de uma ocupação na semana de referência.

Partindo-se das definições que foram alteradas, realizou-se uma série de transformações nos microdados das PNADs de 1992 e 1995, de tal sorte a possibilitar comparações com o ano de 1981. Apesar de ainda persistir uma importante diferença na PEA agrícola entre os anos de 1990 e 1992 (quase um milhão de pessoas), as análises aqui realizadas apontam que a diferença em parte se deve às projeções de crescimento diferenciadas para as regiões metropolitanas e não metropolitanas do País, de forma que as análises entre os primeiros anos das décadas são viáveis. Por outro lado, essa diferença na PEA agrícola também pode ser explicada pelo maior poder de captação dos novos questionários das PNADs, especialmente da categoria dos trabalhadores não-remunerados.

Outra inovação a ser explorada é a situação do domicílio, onde a dicotomia urbano-rural foi desmembrada em oito novas situações.

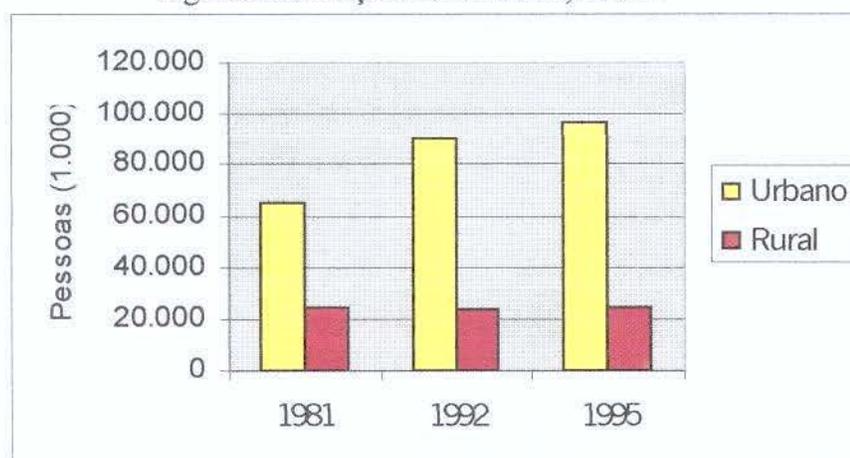
As regiões brasileiras adotadas nesse trabalho também foram modificadas para manter a compatibilidade da série (inclusão de Tocantins na região Centro-Oeste), e para se adequar a estrutura agrária diferenciada entre as regiões (destacando São Paulo da região Sudeste).

## CAPÍTULO 2. A EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS, 1981 a 1995

A partir da homogeneização conceitual dos dados entre 1981, 1992 e 1995, será analisada a evolução das ocupações no meio rural<sup>80</sup> brasileiro, segundo as Grandes Regiões modificadas<sup>81</sup>. Para simplificação utilizar-se-á o termo “PEA restrita” para indicar a PEA reduzida ao conceito dos anos 80, contrapondo-se ao termo “PEA ampliada”, de 1992 em diante.

A exemplo dos anos 70, a população urbana no Brasil continua crescendo rapidamente (Gráfico 2.1). Tomando a população com 10 anos ou mais de idade (Tabela 2.1), a população urbana salta dos quase 65 milhões em 1981, para quase 90 milhões em 1992, e encerra o período contando 96 milhões de pessoas em 1995. A taxa média de

Gráfico 2.1 Evolução da população com 10 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, Brasil.



<sup>80</sup> Como já foi exposto no capítulo anterior, a base cadastral da situação dos domicílios é mantida inalterada nos períodos intercensitários para fins da amostragem da PNAD, de forma que a área rural de 1981 a 1990 é idêntica, mas menor que a do período 1992-95. A análise aqui realizada utiliza as primeiras PNADs após os Censos Demográficos (1980 e 1991), de tal sorte a comparar as populações segundo a situação mais atualizada dos seus domicílios, e o último ano disponível (1995).

<sup>81</sup> Ver regionalização no Capítulo anterior para maiores detalhes.

Tabela 2.1 Pessoas de 10 anos ou mais de idade (10+), segundo a situação do domicílio, condição na ocupação e atividade principal. Brasil, 1981, 1992 e 1995.

Situação do Domicílio	Atividade Principal	1981		1992		1995		taxas (% a.a.) <sup>1</sup>		
		(1.000)	(%)	(1.000)	(%)	(1.000)	(%)	81/92	92/95	81/95
Urbano – Pop. 10+		64.669	100	89.816	100	96.745	100	3,0 *	2,5 *	2,9 *
	Ocupado	31.669	49	46.701	52	50.855	53	3,6 *	2,9 *	3,4 *
	Agrícola	2.564	4	3.687	4	3.699	4	3,4 *	0,1	2,7 *
	Não-agrícola	29.105	45	43.014	48	47.156	49	3,6 *	3,1 *	3,5 *
	Não PEA + Não-ocupados <sup>2</sup>	33.000	51	43.114	48	45.890	47	2,5 *	2,1 *	2,4 *
Rural - Pop. 10+		24.234	100	23.907	100	24.191	100	-0,1	0,4	0,0
	Ocupado	13.797	57	14.763	62	14.710	61	0,6 *	-0,1	0,5 *
	Agrícola	10.736	44	11.251	47	10.808	45	0,4 *	-1,3	0,0
	Não-agrícola	3.061	13	3.512	15	3.902	16	1,3 *	3,6 *	1,7 *
	Não PEA + Não-ocupados <sup>2</sup>	10.437	43	9.144	38	9.481	39	-1,2 *	1,2	-0,7 *

<sup>1</sup>\* - Significativo ao nível de confiança de 95%

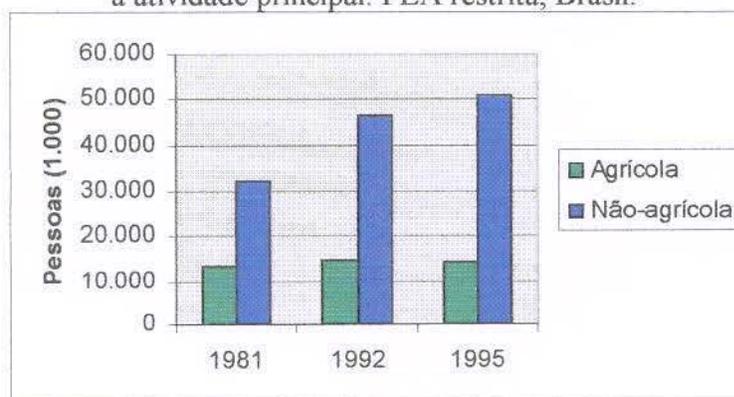
<sup>2</sup> - Consiste na soma na População não Economicamente Ativa com as pessoas não ocupadas na semana de referência

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

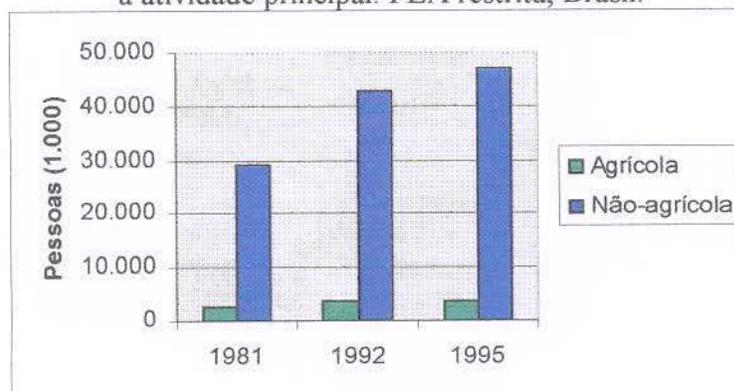
crescimento em todo o período 1981/95 foi de 2,9% a.a. Embora o crescimento urbano tenha sido elevado, o crescimento da população ocupada (Gráficos 2.2 e 2.3) na semana de referência<sup>82</sup> foi superior ao crescimento da população: 3,4% a.a., mostrando um dinamismo no setor urbano.

No meio rural brasileiro o quadro é bem diferente: a população rural de 10 anos ou mais de idade ficou estagnada ao redor dos 24 milhões de pessoas. Houve um ligeiro crescimento da população rural ocupada entre 1981/92, porém com taxa muito inferior em relação à taxa urbana, não alterando assim o baixo desempenho da população rural como um todo.

Gráfico 2.2 Evolução do total da população ocupada segundo a atividade principal. PEA restrita, Brasil.



Gráficos 2.3 Evolução da população urbana ocupada segundo a atividade principal. PEA restrita, Brasil.

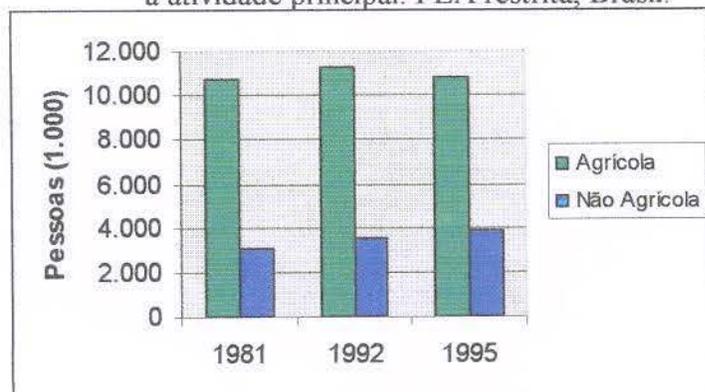


<sup>82</sup> Última semana do mês de setembro de cada ano pesquisado.

A estagnação populacional nas áreas rurais esteve associada ao baixo crescimento das pessoas ocupadas, principalmente na agricultura<sup>83</sup> que é o seu maior contingente (Gráfico 2.4). Sempre é bom recordar que os anos 80 ficaram marcados pelas safras recordes de grãos no Brasil, ou seja, houve um significativo aumento da produção sem contudo haver aumento proporcional de pessoas ocupadas na agricultura<sup>84</sup>.

Note-se que enquanto a PEA agrícola com domicílio rural permaneceu praticamente estagnada no período 1981/95, a PEA agrícola com domicílio urbano cresceu em quase um milhão de pessoas, principalmente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste<sup>85</sup> do país (Tabela 2.2 e Gráfico 2.5). Mesmo com esse crescimento da PEA agrícola urbana, o desempenho da PEA agrícola total foi bem inferior ao da PEA ocupada em atividades não-agrícolas (urbana + rural) no Brasil. É importante observar também a crescente urbanização da PEA agrícola, que já vem sendo estudada no Brasil, como por exemplo Graziano da Silva<sup>86</sup>, mostrando que o avanço da mecanização das lavouras tem afetado importantes contingentes agrícolas que migram para as cidades.

Gráfico 2.4 Evolução da população rural ocupada segundo a atividade principal. PEA restrita, Brasil.



<sup>83</sup> Termo genérico utilizado neste trabalho, que representa o conjunto das atividades agrícolas, pecuárias, de silvicultura, extração vegetal e pesca.

<sup>84</sup> Salienta-se que houve um crescimento da população ocupada na agricultura no Brasil até 1985, quando a PEA agrícola atingiu 15 milhões de pessoas. A partir deste ano, o número de pessoas envolvidas com agricultura vai-se reduzindo gradativamente pelos dados das PNADs.

<sup>85</sup> Centro-Oeste é uma denominação simplificada da região modificada do Centro-Oeste acrescida do Estado do Tocantins, conforme apresentado no primeiro capítulo sobre regionalização.

<sup>86</sup> Ver a respeito Graziano da Silva, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, IE/UNICAMP.1996. p. 169-190.

Tabela 2.2: Evolução<sup>1</sup> das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo a condição na ocupação, situação do domicílio, atividade principal e Regiões modificadas do Brasil, 1981, 1992, 1995.

Situação do Domicílio	Norte			Nordeste			RJ + ES + MG			São Paulo			Sul			Centro-Oeste <sup>2</sup>		
	81/92	95/92	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95
Urbano	5,7 *	4,2 * 5,4 *	3,6 * 3,1 *	3,5 *	2,2 *	1,7 *	2,1 *	2,5 *	2,3 *	2,4 *	3,4 *	2,5 *	3,2 *	4,0 *	3,1 *	3,8 *		
Ocupado	6,7 *	4,1 * 6,2 *	4,5 * 3,4 *	4,3 *	2,8 *	2,4 *	2,7 *	2,6 *	2,8 *	2,6 *	4,1 *	2,9 *	3,9 *	4,9 *	2,4 *	4,4 *		
Agrícola	6,6 *	0,9 5,4 *	4,5 * 3,3 *	4,2 *	2,2 *	-1,4	1,4 *	2,7 *	-5,0 *	1,0 *	2,0 *	-1,4	1,3 *	3,7 *	1,6	3,3 *		
Não-agrícola	6,8 *	4,4 * 6,3 *	4,5 * 3,4 *	4,3 *	2,9 *	2,6 *	2,8 *	2,6 *	3,1 *	2,7 *	4,3 *	3,2 *	4,1 *	5,1 *	2,5 *	4,5 *		
Não PEA+ Não O <sup>3</sup>	4,7 *	4,3 * 4,6 *	2,7 * 2,8 *	2,7 *	1,7 *	1,0 *	1,5 *	2,4 *	1,7 *	2,3 *	2,6 *	1,9 *	2,5 *	2,9 *	3,9 *	3,1 *		
Rural	-	- -	0,6 * 0,3	0,6 *	-0,6	1,4	-0,2	-0,1	3,0	0,6	-1,9 *	-1,7	-1,9 *	1,2 *	1,4	1,3 *		
Ocupado	-	- -	1,5 * 0,5	1,3 *	0,2	0,4	0,2	0,0	1,7	0,4	-1,2 *	-2,6	-1,5 *	2,6 *	0,1	2,1 *		
Agrícola	-	- -	1,9 * 0,0	1,4 *	-0,7	-1,2	-0,8 *	-0,9	-4,0	-1,6 *	-1,5 *	-3,6	-2,0 *	2,3 *	-1,6	1,5 *		
Não-agrícola	-	- -	0,5 2,2	0,9 *	3,3 *	4,6	3,6 *	1,7	9,5	3,3 *	0,4	1,3	0,6	3,6 *	5,2	4,0 *		
Não PEA+ Não O <sup>3</sup>	-	- -	-0,6 * 0,1	-0,4	-1,5 *	2,6	-0,6	-0,2	4,8	0,8	-3,6 *	0,3	-2,8 *	-0,5	3,4	0,3		

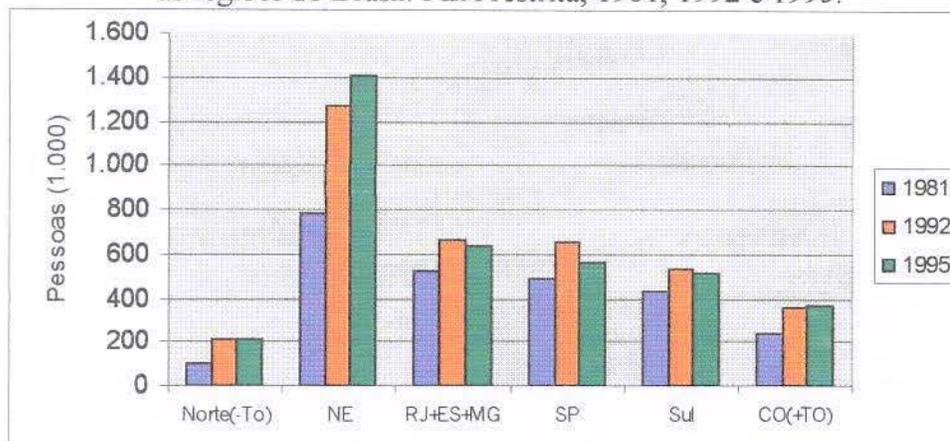
<sup>1</sup> \* -Significativo ao nível de confiança de 95%

<sup>2</sup> - Incluindo o Estado de Tocantins

<sup>3</sup> - Consiste na Soma de População não Economicamente Ativa com as pessoas não ocupadas na semana de referência

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Urbano, IE/UNICAMP.

Gráfico 2.5 Evolução da população urbana ocupada na agricultura, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita, 1981, 1992 e 1995.



O processo de urbanização de parte da PEA agrícola no Nordeste e Centro-Oeste, que já vinha ocorrendo desde os anos 70 na Região Sudeste do País, evidencia agora o fenômeno de crescimento dos bóias-frias no Nordeste e Centro-Oeste do País nos anos 80 e 90.

A redução do número de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias vem sendo apontada por muitos autores. Balsadi<sup>87</sup>, por exemplo, analisando a demanda de força de trabalho nas 30 principais lavouras do País, revelou a redução na demanda em quase um milhão de trabalhadores no período de 1988-95, fruto principalmente da elevação da produtividade dos trabalhos agrícolas, com conseqüente redução na área cultivada com essas lavouras, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Sudoeste do país. Graziano da Silva, Balsadi e Del Grossi<sup>88</sup>, também analisando a demanda de força de trabalho para o Brasil e Grandes Regiões, chegaram a conclusões semelhantes, principalmente devido à tendência de mecanização da colheita<sup>89</sup> nas principais lavouras do País, fazendo com que a sazonalidade do emprego diminua, mas a um nível absoluto mais baixo do que o anterior.

<sup>87</sup> Balsadi, O.V. Força de trabalho na agricultura brasileira no período 1988-95. *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. SOBER. Aracaju – Se. 1996. V.I, p786-815.

<sup>88</sup> O Emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, 11 (2): 50-64. 1997.

<sup>89</sup> A mecanização da colheita pressupõe também a adoção de culturas de uso intensivo de tecnologias modernas em todas as fases do processo produtivo, que via de regra também são poupadoras de mão-de-obra.

O movimento da queda da mão-de-obra ocupada na agricultura não é exclusividade do Brasil. Dirven<sup>90</sup> conclui que a produtividade do trabalho agrícola tem sido incrementada continuamente na América Latina:

*En las últimas tres décadas, la productividad de la mano de obra agrícola ha aumentado en casi todos los Países de la región, y se ha acortado la distancia que la separaba de la productividad de la mano de obra no agrícola (p.62)*

e conclui adiante:

*sino a que la PEA agrícola, em términos absolutos, creció muy lentamente.(p.62)*

A redução da população ocupada na agricultura brasileira já vem sendo analisada e constatada desde os anos 60, quando se iniciou o processo de modernização da agropecuária brasileira. Vários autores, com variados enfoques teóricos, apontam para a queda no nível de ocupação agrícola quando ocorre um avanço da modernização na agricultura.

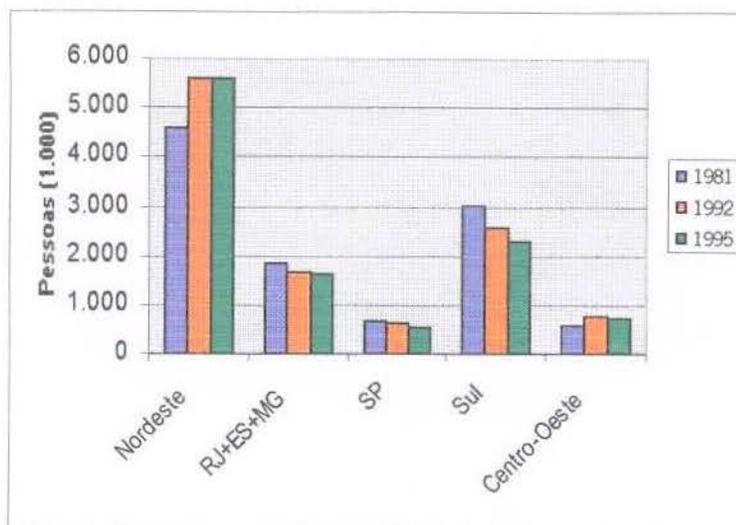
Nos anos 80 e primeira metade da década de 90, a redução da PEA rural agrícola ocorreu principalmente nas regiões Sudeste e Sul do País (Gráfico 2.6), onde o processo de modernização agrícola é mais intenso, causado principalmente pela elevação na produtividade nos trabalhos agrícolas. Já as regiões Nordeste e Centro-Oeste experimentaram um acréscimo da PEA rural agrícola, mas mesmo assim em taxas bem menores que as das Pessoas Ocupadas em atividades não-agrícolas nas zonas urbanas. Assim o crescimento da população agrícola no Nordeste e Centro-Oeste do Brasil foi compensado por uma forte redução nos estados da Região Sul e Sudeste do País, fazendo com que o total para o País apresentasse crescimento praticamente nulo.

Vale lembrar que o crescimento da PEA agrícola na região Centro-Oeste do País pode ser explicado pela expansão de “novas fronteiras” com a incorporação dos cerrados à produção de grãos<sup>91</sup>. Já o crescimento da PEA agrícola nordestina, está em parte ligado à

<sup>90</sup> Dirven, M. El empleo agrícola en América Latina y el Caribe: pasado reciente y perspectivas. **Desarrollo productivo**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL/ONU. Santiago, Chile. N. 43. 111p.

<sup>91</sup> O Estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, já é o maior produtor de soja do país.

Gráfico 2.6 Evolução da população rural ocupada na agricultura, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita, 1981, 1992 e 1995.



expansão dos perímetros irrigados<sup>92</sup>, e em parte a um ritmo menos intenso da modernização agrícola<sup>93</sup>.

Porém a diminuição absoluta de pessoas ocupadas não ocorre somente na agricultura. O setor industrial brasileiro também vem experimentando reduções significativas. Com as quedas na mão-de-obra industrial, o setor terciário da economia vem se expandindo fortemente. Mais precisamente, a redução relativa da participação da mão-de-obra industrial é um fenômeno mundial, fruto das transformações técnico-produtivas do novo paradigma que vem se difundindo. Ocorre que tais transformações começaram a incidir no Brasil antes mesmo de se ter atingido o mesmo patamar de industrialização dos países mais avançados<sup>94</sup>. Para Pochmann esse enxugamento do emprego industrial resulta num acréscimo da oferta de mão-de-obra qualificada, que tem se sujeitado muitas vezes a ocupações informais e com menor renda no setor terciário da economia.

<sup>92</sup> Gomes da Silva, A. Atividades não agrícolas no rural Potiguar: uma "nova" opção do emprego no campo. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, V.II, p.603-616, 1998.

<sup>93</sup> Couto, V. A. & Couto Filho, V.A. A urbanização do trabalho rural. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, V.II, p. 589-602, 1998.

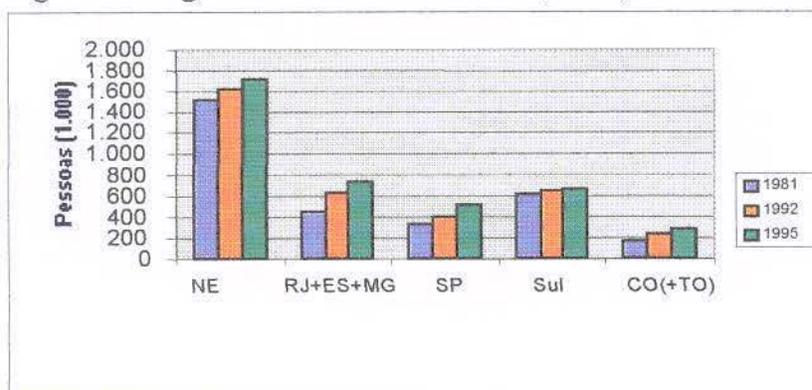
<sup>94</sup> Pochmann, M. *Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil*. Campinas, IE/UNICAMP, 1998. 29p. (não publicado)

Essa queda no emprego industrial tem reduzido a capacidade de absorção da mão-de-obra proveniente da agricultura que os centros urbanos tinham nas décadas passadas. O que tem amenizado a redução nas oportunidades de ocupação urbanas para essa população são as novas funções que o meio rural tem assumido<sup>95</sup>. Estas vão desde a segunda moradia para a população de altas rendas, moradia para as famílias de baixa renda, turismo rural ou ecológico e lazer, entre muitas outras<sup>96</sup>.

A redução da PEA rural só não foi maior devido ao crescimento significativo de pessoas envolvidas em atividades não-agrícolas nestas áreas, ou seja, além do contingente ocupado em atividades agrícolas, ainda existiam 3,9 milhões de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas do meio rural brasileiro em 1995. Enquanto a PEA agrícola rural permaneceu estagnada entre 1981/95, a PEA não-agrícola rural cresceu em quase um milhão de pessoas em todo o País, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste (Gráfico 2.7). Os números apontam para uma certa compensação na demanda de mão-de-obra, uma vez que a redução da PEA agrícola vem sendo compensada pela expansão das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro.

Porém, é oportuno ressaltar que os ocupados na agricultura ainda são o grande contingente dos trabalhadores com domicílio rural. Embora o avanço das ocupações não-agrícolas revelem que o espaço rural é maior que o agrícola, elas não eliminaram o caráter majoritariamente agrícola do mundo rural.

Gráfico 2.7 Evolução da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita, 1981, 1992 e 1995.



<sup>95</sup> Graziano da Silva, J. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, 7 (1): 43-81. 1997.

<sup>96</sup> Graziano da Silva, J. Balsadi, O.V. e Del Grossi, M.E. <sup>96</sup> O Emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, 11 (2): 57. 1997.

É importante notar que o total de 3,9 milhões de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no Brasil está muito próximo do contingente obtido sem a compatibilização dos dados dos anos de 1992 e 1995 aos dos anos 80 (Graziano da Silva e Del Grossi, 1997). Isso mostra que a expansão do conceito de trabalho nas novas PNADs afetou principalmente a categoria dos trabalhadores agrícolas das áreas rurais brasileiras.

Antes de prosseguirmos, um alerta: o fato de as pessoas residirem no meio rural não significa que também exerçam suas atividades no mesmo local. Assim, um pedreiro ou uma empregada doméstica que declare residir no meio rural pode perfeitamente ter seu local de trabalho num centro urbano próximo. Em casos como esses, o fato de medirmos as ocupações rurais não-agrícolas a partir do local de residência pode levar a uma superestimativa da capacidade de geração de empregos no meio rural. Mas isso também pode ser entendido também como uma “nova função” não-agrícola do rural brasileiro: a de propiciar residência para um importante contingente de pessoas. Isso vale tanto para o segmento das classes urbanas de altas rendas que busca melhores condições de vida e lazer (condomínios fechados, casas de campo, chácaras de fim-de-semana etc.), como para aquelas famílias de baixa renda que procuram as periferias dos grandes centros urbanos para realizarem seu sonho da casa própria através da autoconstrução, tendo em vista que o rural tem uma legislação habitacional menos restritiva que o urbano.

Por ser a região mais populosa, o Nordeste concentra, em valores absolutos, boa parte da população não-agrícola rural do Brasil (quase 40%), seguido pelos estados da Região Sudeste (MG, ES e RJ) e o Estado de São Paulo. Mas, em termos relativos, a maior proporção da população ocupada em atividades não-agrícolas no meio rural encontra-se em São Paulo. A população rural não-agrícola cresceu muito rapidamente no Estado de São Paulo e nas regiões MG+ES+RJ e Centro-Oeste entre 1981 a 1995.

Os ocupados rurais não-agrícolas já atingem participação de 26% da PEA ocupada rural no Brasil. A participação relativa varia de região para região do Brasil: em São Paulo a participação dos trabalhadores não-agrícolas atinge quase 50% da população ocupada rural paulista; já as regiões Sul e Nordeste do Brasil apresentam as menores participações desses trabalhadores no seu meio rural (pouco mais de 1/5), mas mesmo assim são contingentes

expressivos, já que de cada cinco trabalhadores rurais nessas regiões pelo menos um está ocupado em atividade não-agrícola.

O panorama na Região Sul do País é o mais drástico: mesmo experimentando redução na PEA agrícola, não teve crescimento expressivo das atividades não-agrícolas no seu meio rural. A região também chama a atenção pela proporção de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas inferior à média nacional. E é justamente o Sul que tem população residente em pequenas propriedades na zona rural e também um tipo de industrialização que, se não podemos chamar de difusa, é sem dúvida menos concentrada do que a da Região Sudeste, e que deveria favorecer as atividades não-agrícolas no seu meio rural. Essas características da Região Sul deveriam favorecer a combinação clássica do operário-camponês<sup>97</sup>, uma forma de pluriatividade típica de regiões de pequenas propriedades rurais, com padrão de industrialização menos concentrado<sup>98</sup>. Esse tema voltará a ser discutido mais adiante.

Há uma simetria entre os ocupados em atividades não-agrícolas residentes no meio rural com a urbanização de parte da PEA agrícola. Ambos descaracterizam o meio rural como sinônimo de agrícola, embora com fontes geradoras diferenciadas: o primeiro está mais ligado as novas formas de valorização do espaço rural, enquanto que o segundo está mais ligado ao avanço da modernização da produção agrícola. Porém, ambos tem em comum o fato de serem produto do processo de concorrência capitalista em busca de novas formas de valorização.

Comparando os contingentes populacionais da PEA restrita, o número de ocupados não-agrícolas residentes no meio rural é ligeiramente superior ao número dos ocupados agrícolas residentes no meio urbano (Tabela 2.1), mas os desempenhos regionais são diferenciados. Enquanto que a PEA agrícola urbana cresceu na região Sudeste e em SP nos anos 70, nos anos 80 e 90 crescem nas regiões NE e CO, e os não-agrícolas rurais estão crescendo fortemente na região Sudeste e São Paulo nos anos 80 e 90.

---

<sup>97</sup> Ver a respeito, Schneider (1995) e Anjos(1995).

<sup>98</sup> Saraceno(1997) associa também essas variáveis na explicação da industrialização difusa da terceira Italia.

## 2.1 AS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO<sup>99</sup>

A Tabela 2.3 apresenta as posições na ocupação da população rural em 1981, 1992 e 1995. Pode-se observar que os não remunerados são a maioria entre os trabalhadores agrícolas, seguido pelos conta-própria e empregados, principalmente aqueles sem registro em carteira de trabalho (Gráfico 2.8). Já entre os não-agrícolas rurais, os empregados são a grande maioria, seguidos em menor proporção pelos conta-própria.

Antes de prosseguir é oportuno uma ressalva quanto aos empregados. O conjunto de Trabalhadores Domésticos era considerado como empregados ou conta-própria nos anos 80, sendo que o critério de diferenciação dos mesmos era a presença ou não de carteira de trabalho assinada. Nos anos 90 todos os Trabalhadores Domésticos foram enquadrados na categoria dos empregados nas novas PNADs. Como nesse trabalho se procurou o processamento dos dados de forma a utilizar os conceitos mais próximos aos das PNADs, quando possível, optou-se por utilizar o conceito mais atual considerando todos os Trabalhadores Domésticos como integrantes da categoria dos Empregados. Está implícito portanto uma superestimativa da categoria dos Empregados não-agrícola, pois muitas vezes Trabalhadores Domésticos estão mais próximos a categoria dos Conta-Própria não-agrícola, prestando seus serviços a vários domicílios sem vínculo trabalhista definido.

---

<sup>99</sup> As Posições na Ocupação originalmente foram definidas em oito categorias nas PNADs: Empregado, Trabalhador Doméstico, Conta-Própria, Empregador, Trabalhador Não Remunerado membro de unidade domiciliar, Outro Trabalhador Não Remunerado, Trabalhador na Produção para o Próprio Consumo e Trabalhador na Construção para o Próprio Uso. Para efeito comparação dos dados, já apresentado no Capítulo anterior, foram excluídos os Trabalhadores na Produção para o Próprio Consumo e na Construção para o Próprio Uso. Também para efeito de simplificação, aglutinaram-se os não remunerados em uma só categoria, e subdividiram-se os empregados somente entre os com registro em carteira de trabalho, os funcionários públicos estatutários (com exceção do ano de 1981 onde não é possível isolar este contingente e estão contados entre os com registros), e o grupo sem registro em carteira de trabalho. Todos os Trabalhadores Domésticos foram incluídos na categoria dos Empregados.

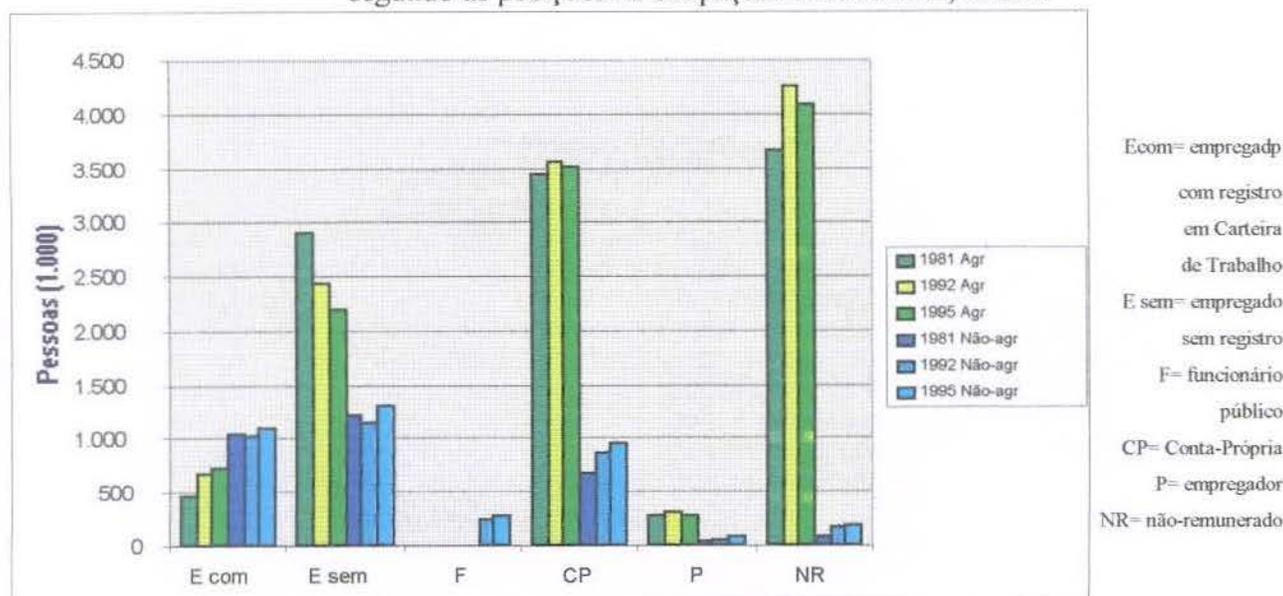
Tabela 2.3: Evolução da população rural ocupada segundo a posição na ocupação e a atividade principal, Brasil.

Posição na Ocupação Principal	1981		1992		1995		Taxas (% a.a.) <sup>†</sup>		
	(1.000)	%	(1.000)	%	(1.000)	%	81/92	92/95	81/95
<b>Ocupações Agrícolas</b>									
Empregados	3.359,4	-	3.109,0	-	2.925,1	-	-0,7 *	-2,0	-1,0 *
Com registro	462,2	4	679,5	6	736,3	7	3,6 *	2,7	3,4 *
Sem registro	2.897,2	27	2.429,5	22	2.188,2	20	-1,6 *	-3,4 *	-2,0 *
Sem declar.	-	-	-	-	0,6	-	-	-	-
Conta-própria	3.433,6	32	3.565,6	32	3.518,2	33	0,3	-0,4	0,2
Empregadores	274,1	3	313,5	3	275,8	3	1,2	-4,2	0,0
Não-remunerados	3.668,7	34	4.262,9	38	4.089,0	38	1,4 *	-1,4	0,8 *
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	10.735,9	100	11.250,9	100	10.808,2	100	0,4	-1,3	0,0
<b>Ocupações Não-agrícolas</b>									
Empregados	2.247,8	-	2.402,7	-	2.684,3	-	0,6	3,8 *	1,3 *
Com registro	1.034,4	34	1.019,6	29	1.095,3	28	-0,1	2,4	0,4
Sem registro	1.213,4	40	1.139,9	32	1.305,5	33	-0,6	4,6 *	0,5
Func. publ.	-	-	238,5	7	283,5	7	-	5,9	-
Sem declar.	-	-	4,8	-	-	-	-	-	-
Conta-própria	686,4	22	872,0	25	953,5	24	2,2 *	3,0	2,4 *
Empregadores	36,2	1	57,4	2	79,0	2	4,3 *	11,2 *	5,7 *
Não-remunerados	90,4	3	179,7	5	185,0	5	6,4 *	1,0	5,3 *
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.060,8	100	3.511,9	100	3.901,8	100	1,3 *	3,6 *	1,7 *

\* -Significativo ao nível de confiança de 95%

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Gráfico 2.8: Evolução da PEA rural ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas, segundo as posições na ocupação. PEA restrita, Brasil.



O baixo crescimento da população agrícola ocupada está em boa parte ligado ao desempenho dos empregados agrícolas, principalmente os que não têm registro em carteira, que entre o período 1981/95 experimentaram forte redução em todas as Regiões do Brasil (Gráficos 2.9 a 2.13). A exceção é dos empregados agrícolas na Região Centro-Oeste que cresceram nos anos 80, provavelmente pela expansão da fronteira agrícola através da produção de grãos nos cerrados, como já fora apontado.

Gráfico 2.9 Evolução dos empregados rurais com registro em carteira de trabalho, ocupados na agricultura, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita.

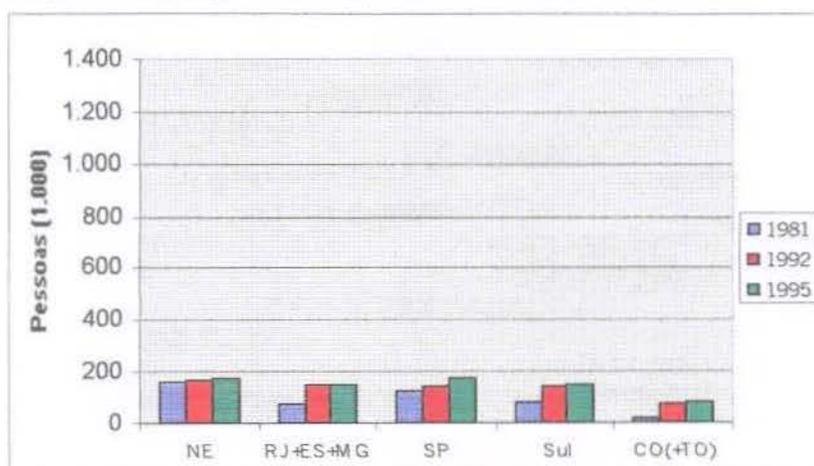


Gráfico 2.10 Evolução dos empregados rurais sem registro em carteira de trabalho, ocupados na agricultura, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita.

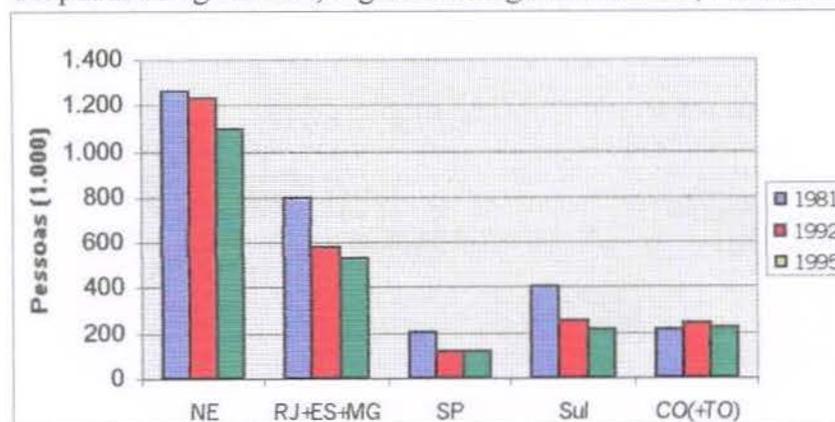


Gráfico 2.11 Evolução dos conta-própria rurais ocupados na agricultura, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita.

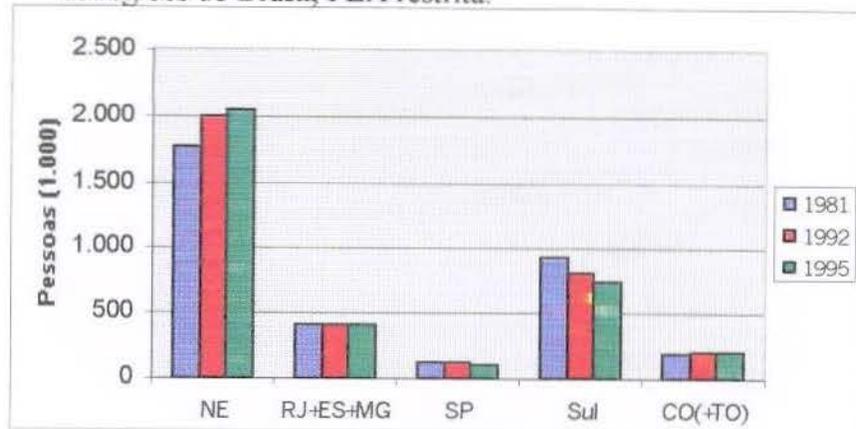


Gráfico 2.12 Evolução dos empregadores rurais ocupados na agricultura, segundo as regiões do Brasil PEA restrita

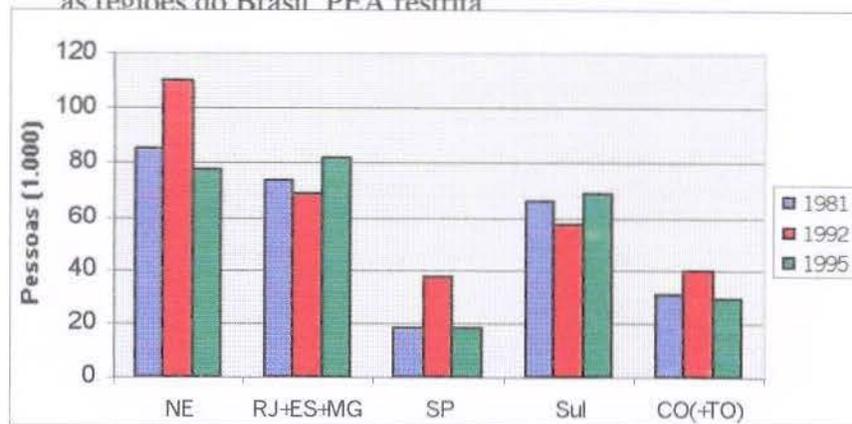
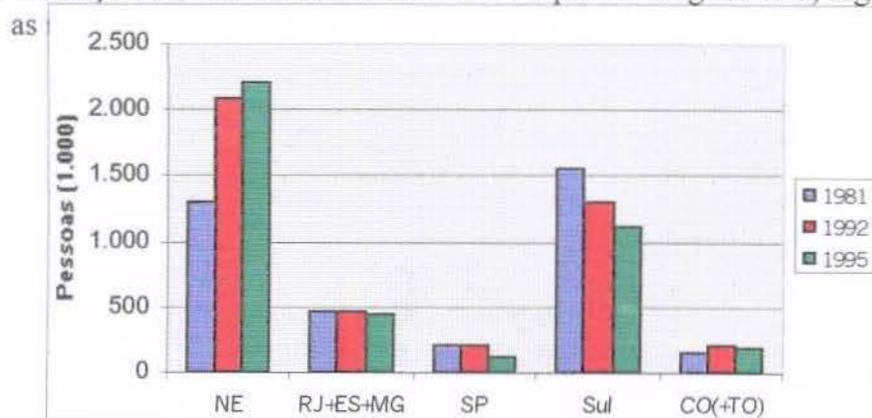


Gráfico 2.13 Evolução dos não-remunerados rurais ocupados na agricultura, segundo as



Os não-remunerados agrícolas crescem significativamente nos anos 80 no Nordeste e no Centro-Oeste, enquanto que os conta-própria crescem somente no Nordeste no mesmo período (Tabela 2.4). É oportuno destacar que os não-remunerados e conta-própria agrícolas estão concentrados nas regiões Nordeste e Sul do Brasil. Ainda na Região Sul o contingente de não-remunerados é bem maior que os dos empregados e conta-próprias, evidenciando assim o caráter de uma agricultura mais familiar nesta região do País. Os dados nordestinos também chamam a atenção para o crescimento dos não-remunerados e conta-própria agrícolas, enquanto que em todas as demais regiões ocorria o inverso, o que pode ser parcialmente explicado pela estrutura agrária marcada pela presença importante de minifúndios (Couto e Couto Filho, 1998, p.593) ainda existente nesta região.

Convém recordar que parte desse crescimento dos não remunerados ainda pode ser decorrente da mudança no conceito de trabalho utilizado nas PNADs: o novo questionário utilizado a partir de 1992 pode estar captando melhor essas pessoas que exercem algum tipo de trabalho agrícola, apesar de não serem remuneradas.

Ademais, o forte crescimento dos empregadores no Estado de São Paulo nos anos 80 acentua ainda mais o caráter patronal da agricultura paulista onde, por exemplo, o total de empregados excede a soma dos não remunerados e conta-própria. No mesmo sentido, as regiões Centro-Oeste e Sudeste também possuem contingente maior de empregados agrícolas, seguidos pelas categorias dos conta-própria e não remunerados, respectivamente, revelando o caráter mais empresarial das atividades agrícolas nessas regiões.

A queda relativa do contingente de empregados agrícolas, em favor dos conta-própria e não-remunerados, tem similar urbano, que é o chamado desassalariamento<sup>100</sup>, principalmente entre os empregados com carteira assinada (Pochmann, 1998, p. 9). Tal situação é novidade na estrutura ocupacional brasileira, quando se consideram as últimas

---

<sup>100</sup> Consiste na queda da participação relativa dos empregados na PEA Ocupada, em favor dos ocupadas nas posições de conta-própria e não-remunerados.

Tabela 2.4: Taxas de crescimento<sup>1</sup> da população rural segundo a posição e ocupação na atividade principal das regiões do Brasil, 1981/95.

Posição na Ocupação Principal	Nordeste			RJ + ES + MG			São Paulo			Sul			Centro-Oeste <sup>2</sup>		
	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95
<b>Ocupações Agrícolas</b>															
Empregados	-0,1	-3,4	-0,8	-1,7 *	-2,2	-1,8 *	-2,2	4,8	-0,7	-1,9 *	-2,7	-2,1 *	2,8 *	-0,7	2,0 *
Com registro	0,6	0,9	0,7	6,1 *	0,6	4,9 *	1,3	7,9	2,7	4,5 *	1,2	3,8 *	14,7 *	3,0	12,1 *
Sem registro	-0,2	-4,0 *	-1,0 *	-2,9 *	-3,0	-2,9 *	-5,1 *	0,7	-3,9 *	-4,1 *	-5,1	-4,3 *	0,9	-2,0	0,3
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta-própria	1,1 *	0,8	1,0 *	0,2	-1,0	-0,1	-0,5	-3,7	-1,2	-1,2	-2,9	-1,5 *	0,7	0,3	0,6
Empregadores	2,4	-10,9 *	-0,6	-0,6	5,8	0,8	6,6	-21,2	-0,1	-1,4	6,6	0,3	2,4	-10,4	-0,5
Não-remunerados	4,4 *	1,8	3,8 *	0,0	-1,0	-0,2	-0,4	-15,3 *	-3,8 *	-1,6 *	-4,8 *	-2,3 *	3,3 *	-3,4	1,9
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1,9 *	0,0	1,4 *	-0,7	-1,2	-0,8	-0,9	-4,0	-1,6	-1,5 *	-3,6	-2,0 *	2,3 *	-1,6	1,5 *
<b>Ocupações Não-agrícolas</b>															
Empregados	-0,7	2,9	0,0	2,3 *	6,7 *	3,2 *	1,9	7,4	3,1 *	0,6	-0,2	0,4	3,4 *	5,5	3,8 *
Com registro	0,0	0,3	0,1	0,0	3,0	0,7	1,6	7,7	2,9	-1,2	-0,1	-0,9	-1,6	7,1	0,2
Sem registro	-2,9 *	4,0	-1,4 *	2,0	11,0 *	3,8 *	1,4	5,2	2,2	2,0	-1,0	1,3	4,6 *	3,1	4,3 *
Func. Público	-	5,1	-	-	2,6	-	-	21,3	-	-	2,0	-	-	16,4	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta-própria	2,0 *	1,0	1,8 *	4,8 *	0,0	3,7 *	0,4	20,5	4,4	0,1	6,9	1,5	3,8	3,5	3,7 *
Empregadores	6,1	4,9	5,9 *	14,2 *	16,8	14,8 *	8,3	5,0	7,5	-1,7	14,4	1,5	0,0	29,2	5,6
Não-remunerados	8,9 *	1,2	7,2 *	12,2 *	-6,8	7,8 *	-6,7	32,9	0,6	-0,9	1,2	-0,4	9,2 *	-0,5	7,0 *
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	0,5	2,2	0,9 *	3,3 *	4,6	3,6 *	1,7	9,5	3,3 *	0,4	1,3	0,6	3,6 *	5,2	4,0 *

<sup>1</sup> \* -Significativo ao nível de confiança de 95%<sup>2</sup> - Inclusive o Estado de Tocantins

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

seis décadas. A diferença para as atividades agrícolas é que o desassalariamento está centrado nos empregados sem registro em carteira, enquanto a participação dos empregados com registro em carteira vem crescendo nos últimos anos.

Nas ocupações não-agrícolas o quadro é distinto: os empregados são a grande maioria, com ligeira vantagem para os empregados sem registro em carteira. Os conta-própria têm baixa participação e é quase nula a participação dos não-remunerados (Gráfico 2.8). A maior presença dos empregados nesta fração da PEA rural evidencia a busca da população rural por ocupações que gerem ganhos monetários, mesmo sendo no mercado informal de trabalho. A proporção dos empregados nesta parcela da PEA rural atinge 2/3 na média brasileira, com taxa crescente em todo o período 1981/95.

Ainda é importante destacar que o número de empregados rurais com registro é maior entre os não-agrícolas (pouco mais de um milhão de pessoas), do que entre os agrícolas (pouco mais de 700 mil pessoas), revelando a importante contribuição das ocupações não-agrícolas na redução da precariedade do trabalho rural, sob a ótica das posições nas ocupações.

Embora os empregados cresçam no período de 1981/95, principalmente aqueles sem registro em carteira nos anos 90, o crescimento mais notável é o da categoria dos conta-própria não-agrícolas que teve seu contingente acrescido de quase 300 mil pessoas. O crescimento mais rápido dos conta-própria fez com que a participação relativa dos empregados diminuísse, ainda que suavemente.

Várias atividades não-agrícolas podem ser exercidas pela categoria dos conta-própria, como será visto mais adiante, mas já se pode destacar as atividades de prestação de serviços de motomecanização (preparo do solo, pulverizações, etc.), de forma crescente no Brasil, como fora demonstrado por Laurenti<sup>101</sup>.

A presença no meio rural dos empregados sem registro em atividades não-agrícolas em torno de 50% está muito próxima aos níveis do emprego não-agrícola urbano, revelando

---

<sup>101</sup> Laurenti, A.C. A terceirização da execução dos trabalhos diretos na agricultura. *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Aracaju -SE. SOBER, Brasília - DF. V.1, p.14-50. 1996.

a precariedade na inserção produtiva dos trabalhadores brasileiros<sup>102</sup>, tanto urbanos como rurais.

Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste ocorreu um crescimento em todas as posições da PEA rural não-agrícola no período (Gráficos 2.14 a 2.18). Em São Paulo houve o crescimento dos empregados e conta-próprias. Já no Nordeste o crescimento dos empregados não é significativo, mostrando que as oportunidades não-agrícolas nordestinas estiveram mais ligadas a trabalhos e empreendimentos autônomos.

Gráfico 2.14: Evolução dos empregados rurais com registro em Carteira de Trabalho, ocupados em atividades não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita.

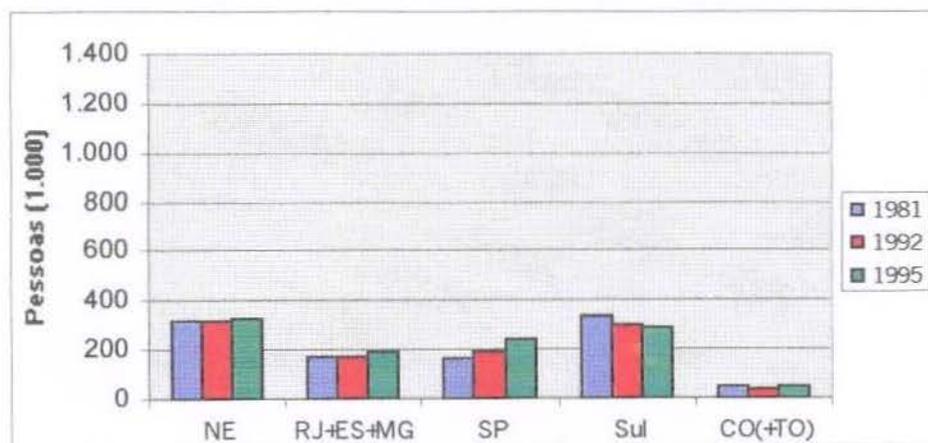
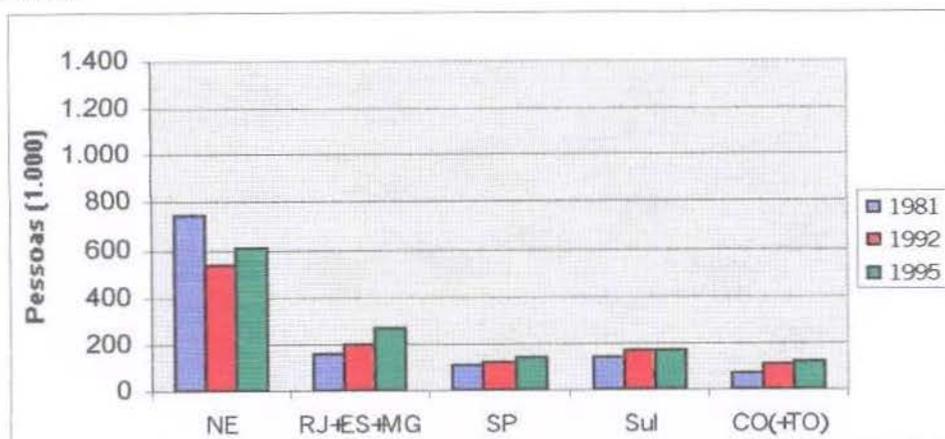


Gráfico 2.15: Evolução dos empregados rurais sem registro em Carteira de Trabalho, ocupados em atividades não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita.



<sup>102</sup> Dedecca, C.S.; Baltar, P.E.A e Rosandiski, E. A Questão da Ocupação Urbana no Brasil, Anos 90. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, CESIT/IE/UNICAMP. 1997. 21p. (não publicado)

Gráfico 2.16: Evolução dos empregadores rurais em atividades não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita.

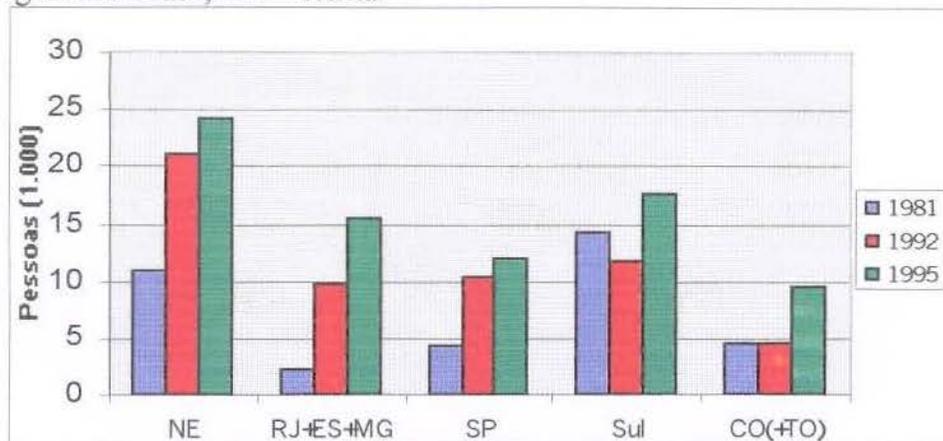


Gráfico 2.17 Evolução dos não-remunerados rurais em atividades não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita.

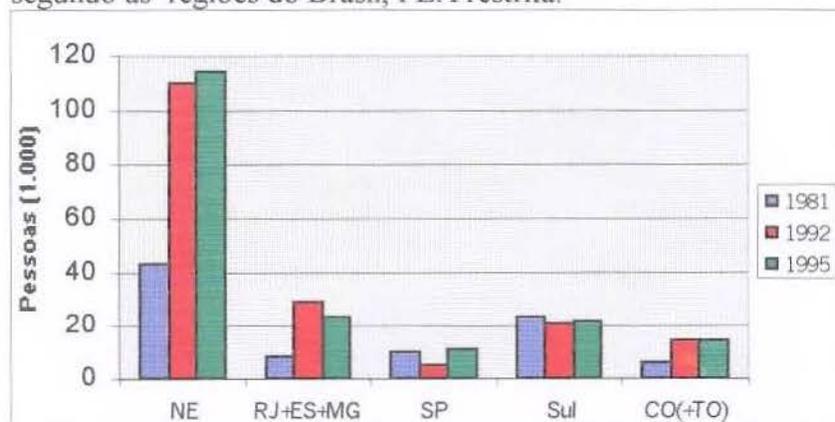
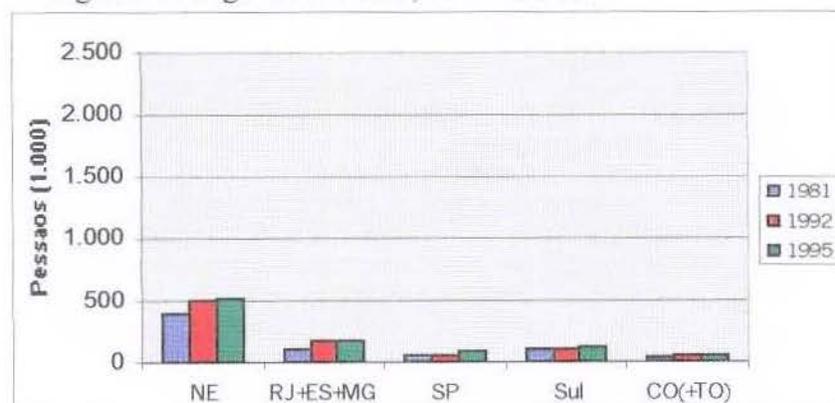


Gráfico 2.18: Evolução dos conta-própria rurais em atividades não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil, PEA restrita.



De forma geral, pode-se concluir que a grande maioria das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro são de empregados, divididos em partes quase iguais entre os com e sem registro em carteira de trabalho. A participação dos empregados rurais com registro em carteira em atividades não-agrícolas é tão significativa, que o seu contingente ultrapassa o dos empregados agrícolas rurais com registro em carteira. Também diferentemente dos agrícolas, entre 1981/95 os empregados em atividades não-agrícolas têm um acréscimo, principalmente daqueles sem registro em carteira nos anos 90. Entre os não-agrícolas também se destacam os conta-própria, que apesar de serem um contingente bem menor, vêm crescendo significativamente nos últimos anos.

## 2.2 AS HORAS NO TRABALHO PRINCIPAL<sup>103</sup>

Com a significativa expansão das ocupações não-agrícolas no Brasil, principalmente na categoria dos empregados, é oportuno analisar se a dedicação a essas atividades tem o mesmo padrão do meio urbano, e analisar também o comportamento das jornadas de trabalho.

A primeira constatação é que as ocupações não-agrícolas têm distribuição relativa nos grupos de horas do trabalho principal muito semelhante, tanto no meio urbano (Gráfico 2.19) como nas áreas rurais (Gráfico 2.20). A maioria deles pertence ao grupo de 45h ou mais de trabalho na semana, e em menor escala ao grupo de 40 a 44h semanais (Tabela 2.5). Já o grupo de 15 a 39h semanais representa pouco mais de 20% da população urbana envolvida em atividades não-agrícolas, com ligeira vantagem relativa para as pessoas com domicílio rural (27%).

Quanto aos trabalhadores agrícolas, há uma pequena diferenciação dependendo da situação do domicílio: no meio urbano a maioria pertence ao grupo que trabalha 45h ou mais na semana (Gráfico 2.21). No meio rural este grupo também é maioria, mas tem participação relativa bem menor, destacando-se também o grupo com 15 a 39h semanais de trabalho (Gráfico 2.22), que cresceu a taxas muito expressivas nas áreas rurais durante os anos 80 (Tabela 2.6).

---

<sup>103</sup> A PNAD faz a seguinte pergunta no trabalho principal: "Quantas horas \_\_\_\_\_ trabalhava normalmente por semana neste trabalho?"

Gráfico 2.19: Evolução dos ocupados urbanos com atividades não-agrícolas, segundo os grupos de horas no trabalho principal, PEA restrita, Brasil.

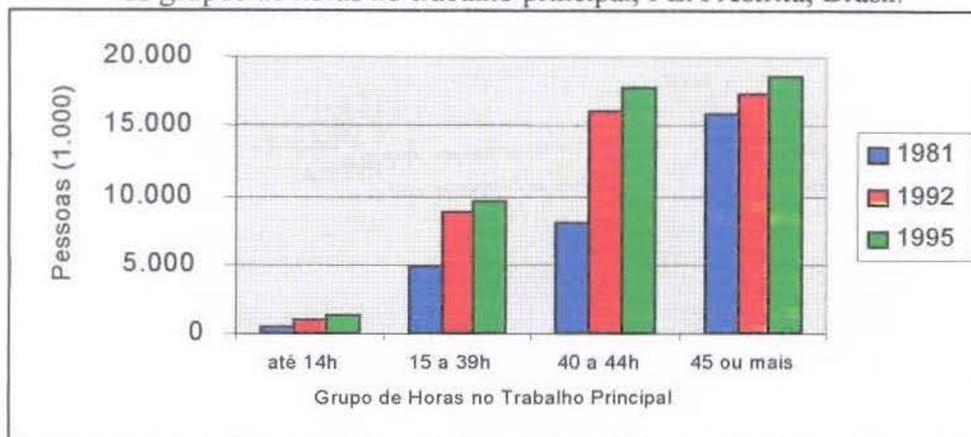


Gráfico 2.20: Evolução dos ocupados rurais com atividades não-agrícolas, segundo os grupos de horas no trabalho principal, PEA restrita, Brasil.

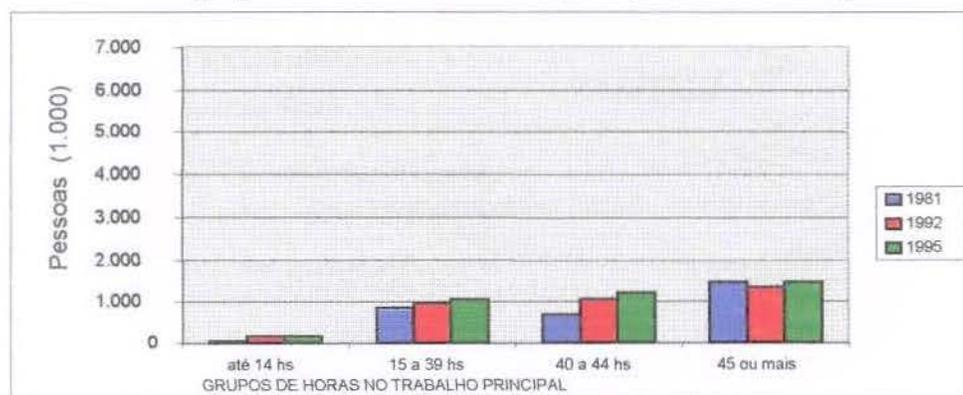


Gráfico 2.21: Evolução dos ocupados urbanos com atividades agrícolas, segundo os grupos de horas no trabalho principal. PEA restrita, Brasil.

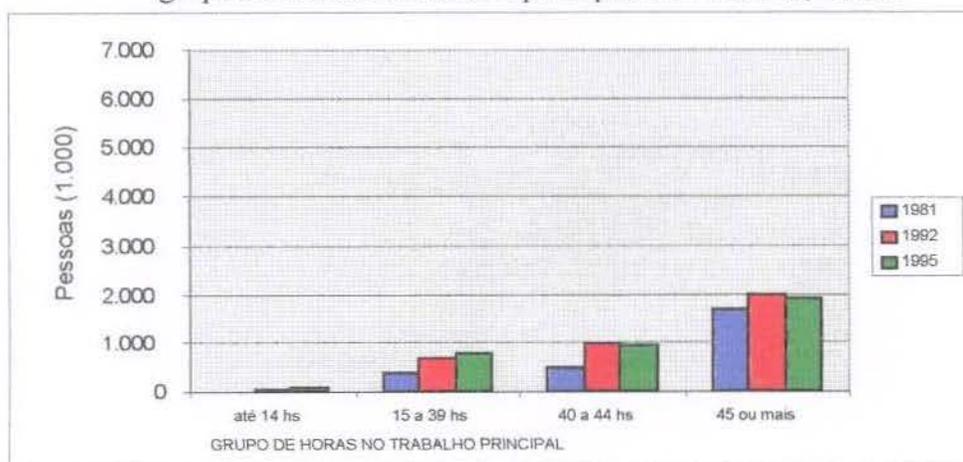


Gráfico 2.22: Evolução dos ocupados rurais com atividades agrícolas, segundo os grupos de horas no trabalho principal. PEA restrita, Brasil.

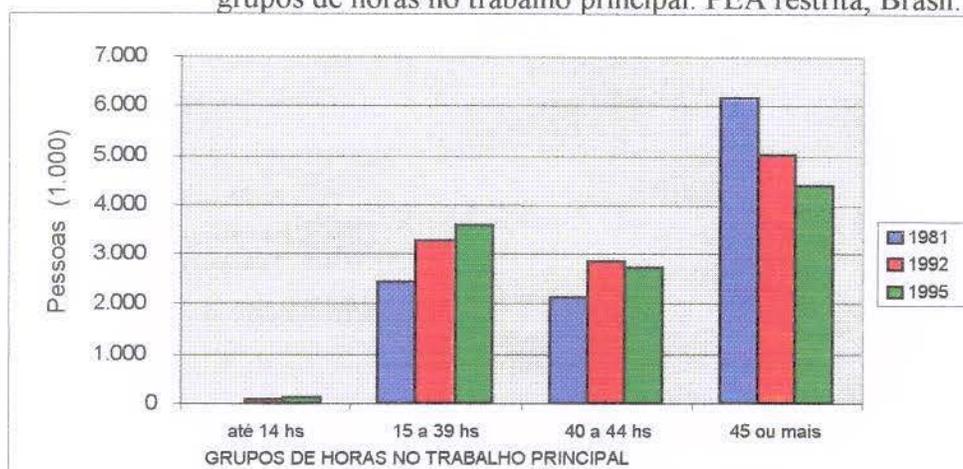


Tabela 2.5: Evolução da população ocupada segundo a situação do domicílio, ramo de atividade e grupo de horas no trabalho principal. PEA restrita, Brasil.

Situação do Domicílio	1981		1992		1995	
	(1.000)	(%)	(1.000)	(%)	(1.000)	(%)
<b>Urbano</b>						
<b>Não-agrícola</b>						
Até 14 h	440	2	1.001	2	1.232	3
15 a 39 h	4.807	17	8.731	20	9.594	20
40 a 44 h	7.934	27	15.991	37	17.742	38
45 ou mais	15.865	55	17.266	40	18.564	39
Sem declaração	59	0	25	0	24	0
<b>Agrícola</b>						
Até 14 h	12	0	55	2	61	2
15 a 39 h	361	14	656	18	790	21
40 a 44 h	501	20	985	27	932	25
45 ou mais	1.687	66	1.989	54	1.914	52
Sem declaração	3	0	1	0	2	0
<b>Rural</b>						
<b>Agrícola</b>						
Até 14 h	14	0	84	1	115	1
15 a 39 h	2.439	23	3.271	29	3.604	33
40 a 44 h	2.121	20	2.865	25	2.715	25
45 ou mais	6.150	57	5.027	45	4.374	40
Sem declaração	13	0	4	0	1	0
<b>Não-agrícola</b>						
Até 14 h	39	1	157	4	181	5
15 a 39 h	848	28	986	28	1.061	27
40 a 44 h	695	23	1.048	30	1.195	31
45 ou mais	1.475	48	1.317	38	1.462	37
Sem declaração	4	0	4	0	3	0

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Tabela 2.6 Evolução<sup>1</sup> do total das pessoas ocupadas no Brasil segundo os grupos de horas de trabalho e ramo da atividade principal, 1992/95. (%a.a.)

Situação do Domicílio Atividade	até 14 h			de 15 até 39 h			De 40 até 44 h			45 h ou mais			Sem declaração		
	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95
Urbano	8,0 *	7,0 *	7,8 *	5,6 *	3,4 *	5,1 *	6,6 *	3,2 *	5,8 *	0,8 *	2,1 *	1,1 *	-7,7 *	0,6	-6,0 *
Agrícola	15,3 *	3,0	12,5 *	5,6 *	6,4 *	5,8 *	6,3 *	-1,8	4,5 *	1,5 *	-1,3	0,9 *	-11,8 *	32,7	-3,7
Não-agrícola	7,8 *	7,2 *	7,6 *	5,6 *	3,2 *	5,1 *	6,6 *	3,5 *	5,9 *	0,8 *	2,4 *	1,1 *	-7,5 *	-1,0	-6,2 *
Rural	14,8 *	7,1 *	13,1 *	2,4 *	3,1 *	2,5 *	3,0 *	0,0	2,4 *	-1,7 *	-2,7 *	-1,9 *	-6,2 *	-28,2 *	-11,4 *
Agrícola	17,9 *	11,0 *	16,4 *	2,7 *	3,3 *	2,8 *	2,8 *	-1,8	1,8 *	-1,8 *	-4,5 *	-2,4 *	-9,1 *	-50,2 *	-20,1 *
Não-agrícola	13,5 *	4,9	11,6 *	1,4 *	2,5	1,6 *	3,8 *	4,5 *	3,9 *	-1,0 *	3,5 *	-0,1	-0,6	-13,5	-3,5

\* -Significativo ao nível de confiança de 95%

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

De forma geral o baixo crescimento da população rural ocupada em atividades agrícolas deve-se à redução significativa nos trabalhadores com mais de 45h semanais. Nos anos 80 houve ainda o crescimento das ocupações com jornadas entre 40 e 44h semanais, compensando um pouco a queda do grupo com jornada semanal de 45h ou mais, porém nos anos 90 esse grupo de horas semanais também começou a se reduzir. O único grupo que cresceu expressivamente nos 80 e também nos 90 foi o grupo com jornada entre 15 e 39h semanais, sinalizando para um crescimento da população envolvida em atividades agrícolas em tempo parcial nas zonas rurais brasileiras.

É importante salientar que o número de trabalhadores rurais ocupados em atividades não-agrícolas cresceu mais no grupo de 40 a 44h semanais, principalmente nos anos 80, e em menor escala no grupo de 15 a 39h semanais. O grupo de trabalhadores rurais envolvidos em atividades não-agrícolas por mais de 45h semanais chegou a se reduzir nos anos 80, mas com recuperação nos anos 90, mantendo-o na posição de grupo mais numeroso.

Essa redução entre 1981/95 nas pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e com jornadas maiores que 45h semanais é explicada pela redução na categoria dos empregados não-agrícolas com carteira registrada<sup>104</sup>, e foi parcialmente compensada pelo acréscimo, no mesmo grupo, das categorias dos conta-própria e empregados não-agrícolas sem carteira assinada (Tabela 2.7 e Gráficos 2.23 a 2.25).

---

<sup>104</sup> As tabelas com as taxas e respectivos testes estão no Anexo VII.

Gráfico 2.23 Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população rural não-agrícola, PEA restrita, Brasil, 1981.

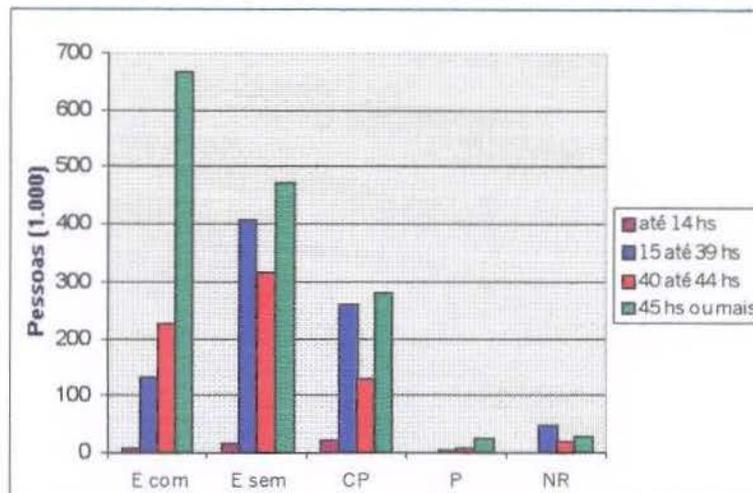


Gráfico 2.24 Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população rural não-agrícola, PEA restrita, Brasil, 1992.

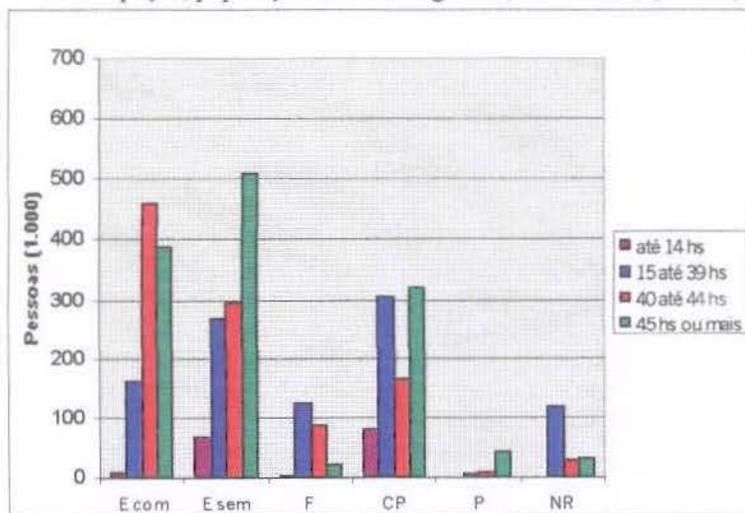


Gráfico 2.25 Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população rural não-agrícola, PEA restrita, Brasil, 1995.

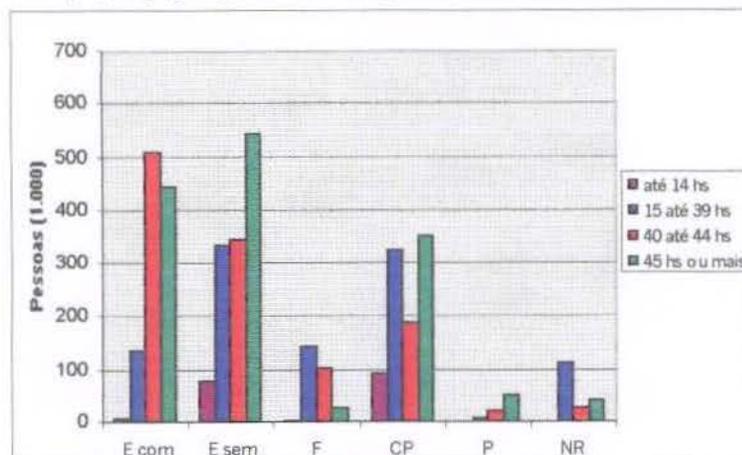


Tabela 2.7 Evolução da população ocupada com domicílio rural segundo a atividade, posição na ocupação e os grupos de horas no trabalho principal, Brasil. (1.000 Pessoas)

Ocupação na semana	até 14 h			de 15 até 39 h			de 40 até 44 h			45 h ou mais			Sem declaração		
	1981	1992	1995	1981	1992	1995	1981	1992	1995	1981	1992	1995	1981	1992	1995
Atividade															
Posição Ocupação															
Rural															
Agrícola	14	84	115	2.439	3.271	3.604	2.121	2.865	2.715	6.150	5.027	4.374	13	4	1
Empregados	6	11	26	393	305	302	715	1.037	1.016	2.240	1.755	1.581	5	1	-
Com reg. carteira	1	1	3	15	10	13	60	192	224	386	476	496	-	1	-
Sem reg. carteira	5	10	23	378	295	288	655	845	791	1.854	1.278	1.085	5	1	-
Conta-própria	7	65	83	525	713	789	693	903	917	2.204	1.883	1.728	4	2	-
Empregadores	1	8	5	28	46	53	48	62	56	198	198	161	-	-	-
Não-remunerados	0	0	0	1.493	2.207	2.460	665	863	726	1.507	1.191	903	4	2	1
Sem declaração															
Não-agrícola	39	157	181	848	986	1.061	695	1.048	1.195	1.475	1.317	1.462	4	4	3
Empregados	20	76	90	546	556	616	545	845	958	1.143	921	1.018	3	4	2
Com reg. carteira	6	8	7	133	161	136	226	461	508	669	390	445	1	-	-
Sem reg. carteira	13	67	79	409	269	336	316	295	345	472	509	545	2	1	1
Func.públ./militar	-	2	5	-	125	145	-	88	104	-	23	29	-	1	1
Conta-própria	18	80	91	253	305	323	126	165	188	279	322	352	1	0	0
Empregadores	0	0	0	3	5	7	9	10	21	24	42	50	-	-	0
Não-remunerados	0	0	0	45	120	114	16	29	29	29	32	42	0	-	0
Sem declaração															

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

O contingente dos trabalhadores agrícolas com domicílio rural têm participação maior de conta-própria, empregados (principalmente sem registro em carteira) e não-remunerados do grupo de 45h ou mais de trabalho na atividade principal (Tabela 2.7 e Gráficos 2.26 a 2.28). E é nesse grupo de horas que ocorrem as reduções mais significativas entre 1981 e 1995, em todas as posições na ocupação, com exceção dos empregados com registro em carteira de trabalho, onde o número de trabalhadores com mais de 45h semanais aumentou no período. Já a maioria dos não remunerados agrícolas rurais têm jornada semanal entre 15 e 39h, e estão crescendo no período.

Os ocupados em atividades agrícolas, que residem no meio urbano, (Tabela 2.8) têm movimentos contrários na categoria dos empregados com jornada semanal de trabalho de 45h ou mais: aqueles com registro em carteira têm forte acréscimo, enquanto que os sem carteira estão se reduzindo (Gráficos 2.29 a 2.31). Os conta-próprias têm a sua maioria nos grupos de 45h ou mais, mas também têm importante participação nos grupos de 15 a 39h e 40 a 44h, sendo que todos eles cresceram significativamente nos anos 80 e 90. Já a maioria dos não-remunerados agrícolas urbanos estão ocupados no grupo de 15 a 39h, com aumento muito forte desse contingente entre 1981 a 1995.

Como foi apontado na seção anterior, o Nordeste é a região que aglutina o maior contingente de trabalhadores agrícolas em suas áreas rurais. É notável a inversão nos grupos: enquanto em 1981 (Gráfico 2.32) o grupo mais freqüente era o que trabalhava 45h ou mais na semana, em 1992 (Gráfico 2.33) e 1995 (Gráfico 2.34) o grupo mais numeroso era o dos que trabalham entre 15 e 39h semanais. Esse crescimento se deve principalmente ao notável incremento do segmento dos trabalhadores não-remunerados com dedicação entre 15 e 39h na semana<sup>105</sup>. Já a redução no grupo de 45h ou mais de trabalho pode ser explicada pela redução nos empregados sem registro em carteira e dos conta-própria neste grupo. Os dados indicam que o crescimento da PEA agrícola nordestina pode ser somente um efeito estatístico, já que são justamente os não-remunerados que passaram a ser mais bem apurados com as novas PNADs. Mesmo com todas as correções, o efeito da melhor apuração desta categoria não tem como ser isolado.

---

<sup>105</sup> As tabelas das regiões, com as populações por atividade, posição na ocupação e grupos de horas de trabalho semanal também estão no ANEXO VII.

Gráfico 2.26 Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população rural agrícola, PEA restrita, Brasil, 1981.

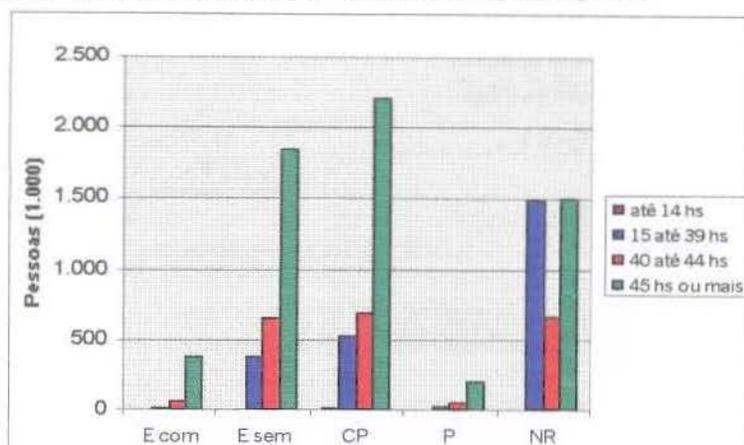


Gráfico 2.27 Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população rural agrícola, PEA restrita, Brasil, 1992.

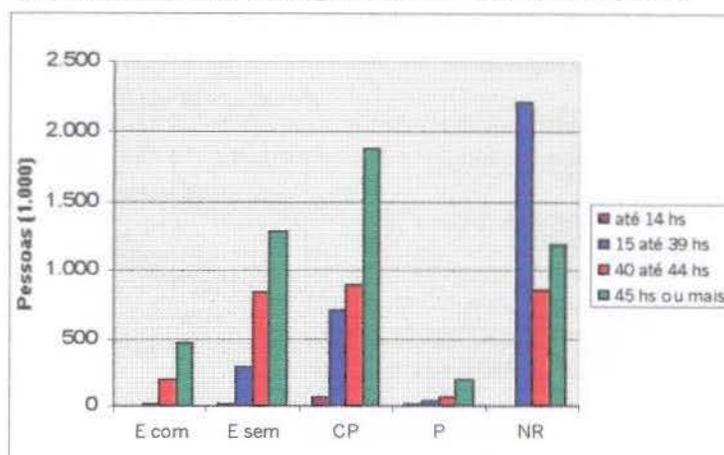


Gráfico 2.28 Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população rural agrícola, PEA restrita, Brasil, 1995.

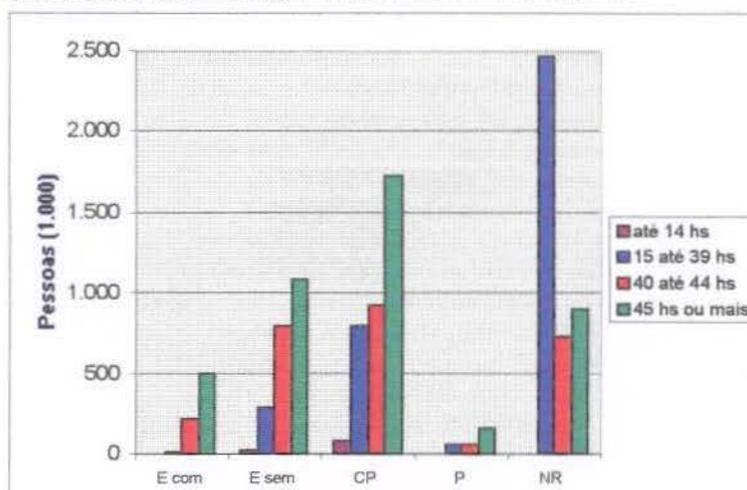


Gráfico 2.29 Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população urbana agrícola, PEA restrita, Brasil 1981.

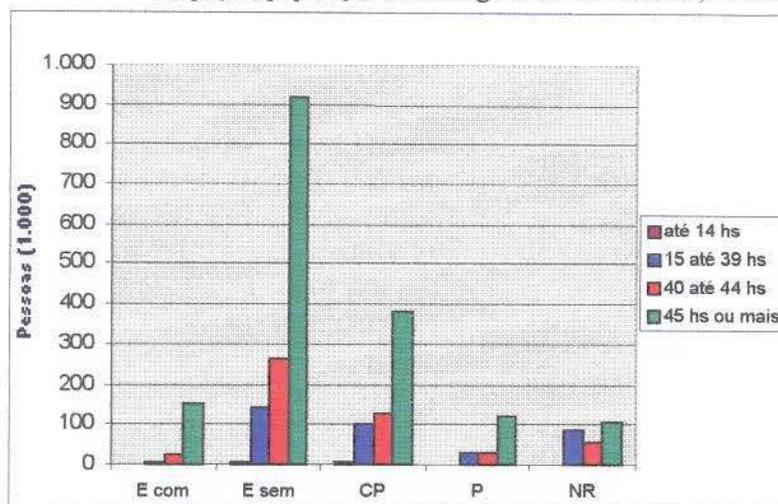


Gráfico 2.30 Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população urbana agrícola, PEA restrita, Brasil, 1992.

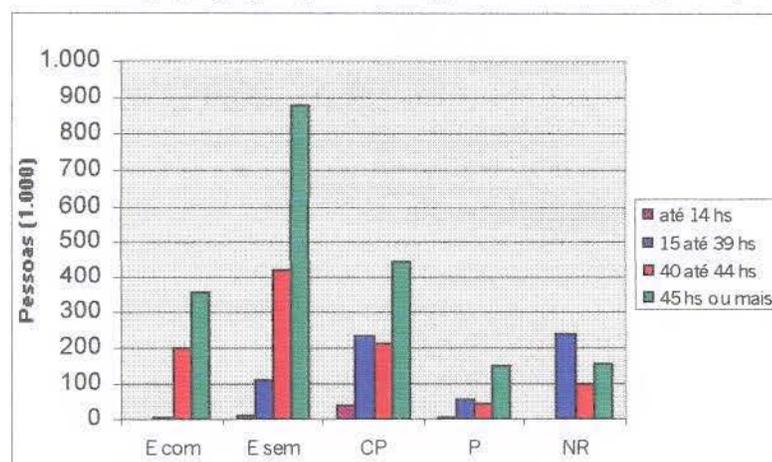


Gráfico 2.31 Distribuição dos grupos de horas no trabalho principal segundo a posição na ocupação, população urbana agrícola, PEA restrita, Brasil, 1995.

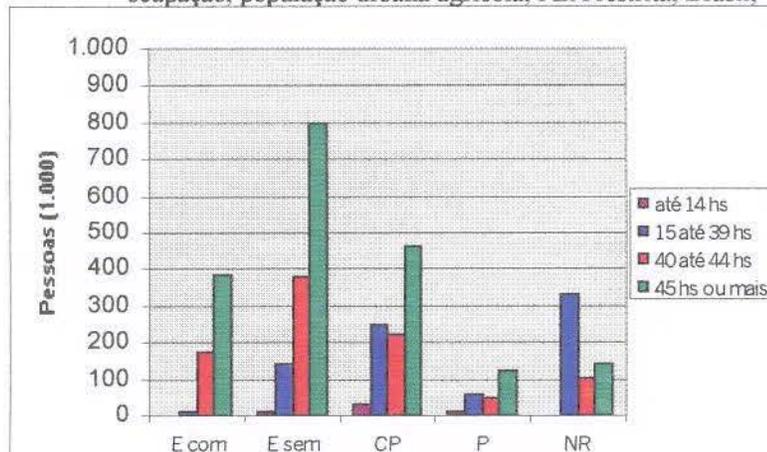


Gráfico 2.32 Evolução da população rural ocupada em atividades agrícolas, segundo os grupos de horas de trabalho (principal). PEA restrita, Brasil, 1981.

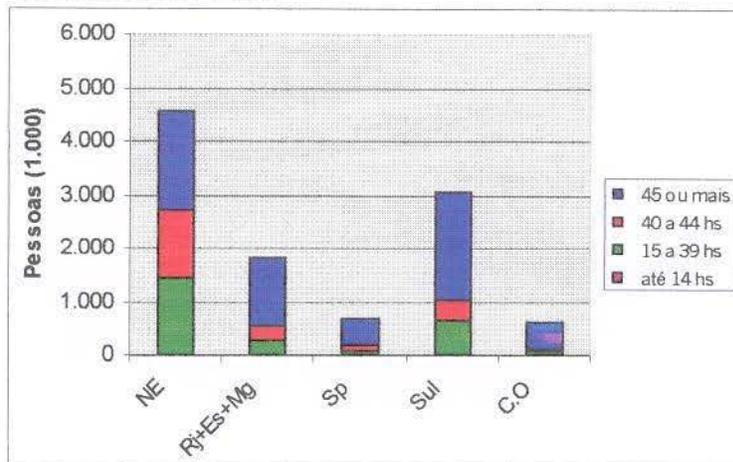


Gráfico 2.33 Evolução da população rural ocupada em atividades agrícolas, segundo os grupos de horas de trabalho (principal). PEA restrita, Brasil, 1992.

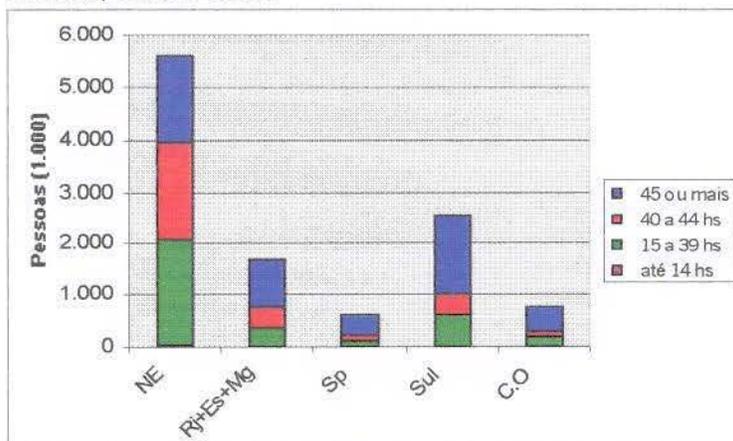


Gráfico 2.34 Evolução da população rural ocupada em atividades agrícolas, segundo os grupos de horas de trabalho (principal). PEA restrita, Brasil, 1995.

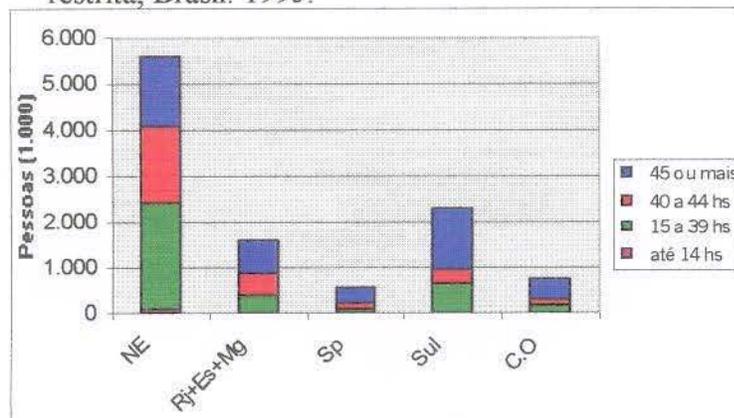


Tabela 2.8: Evolução da população ocupada com domicílio urbano segundo a atividade, posição na ocupação e os os grupos de horas no trabalho principal, Brasil. (Pessoas 1.000)

SITUAÇÃO DOMIC. ATIVIDADE POSIÇÃO OCUP.	até 14 h			de 15 até 39 h			de 40 até 44 h			45 h ou mais			Sem declaração		
	1981	1992	1995	1981	1992	1995	1981	1992	1995	1981	1992	1995	1981	1992	1995
Urbano															
Agrícola	12	55	61	361	656	790	501	985	932	1.687	1.989	1.914	3	1	2
Empregados	5	12	14	145	122	149	287	630	555	1.075	1.235	1.188	2	0	-
Com reg. carteira	0	0	2	5	8	8	25	203	174	154	358	388	0	-	-
Sem reg. carteira	5	12	12	141	113	140	262	427	381	921	878	799	2	0	-
Conta-própria	4	37	35	101	235	248	128	210	224	380	448	463	-	-	-
Empregadores	3	6	11	29	56	62	32	43	49	123	152	123	1	1	-
Não-remunerados	0	0	0	85	242	332	54	103	104	108	154	143	0	-	-
Sem declaração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	2
Não-agrícola	440	1.001	1.232	4.807	8.731	9.594	7.934	15.991	17.742	15.865	17.286	18.564	59	25	24
Empregados	166	472	571	3.002	5.534	5.860	6.718	13.554	14.775	12.155	11.534	12.125	41	9	11
Com reg. carteira	48	62	92	1.398	1.916	1.784	5.075	9.159	9.363	8.736	6.706	6.997	23	1	3
Sem reg. carteira	118	389	448	1.605	2.200	2.642	1.644	2.667	3.187	3.419	4.271	3.704	18	3	6
Func.públ./militar	-	20	30	-	1.412	1.432	-	1.719	2.223	-	555	1.421	-	2	1
Conta-própria	271	516	639	1.520	2.294	2.736	942	1.842	2.221	2.829	4.175	4.686	14	9	5
Empregadores	3	12	22	73	191	213	191	400	516	777	1.179	1.374	2	3	2
Não-remunerados	0	0	0	212	713	785	83	196	230	253	383	380	1	3	1
Sem declaração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	1	6

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Quanto às atividades não-agrícolas dos trabalhadores rurais nordestinos (Gráficos 2.35 a 2.37), só não houve redução porque o número de funcionários públicos com domicílio rural, aumentou, o que compensou a redução dos empregados sem registro em categoria que trabalhavam entre 15 a 39h semanais. Outro grupo que cresceu entre os rurais não-agrícolas nordestinos foi o dos trabalhadores com jornadas maiores que 45h semanais, principalmente dos empregados sem registro em carteira e dos conta-própria.

Nas zona rural da Região Sudeste e de São Paulo também houve uma substancial redução dos empregados agrícolas sem registro em carteira e dos conta-própria agrícolas, ambos com jornadas maiores que 45h semanais. Enquanto os trabalhadores agrícolas com mais de 45h semanais de trabalho diminuíram, os trabalhadores agrícolas com jornada entre 40 e 44h aumentaram entre os conta-própria e os empregados, mas aqui se nota uma distinção: os empregados que aumentam nos três estados do Sudeste são os sem registro em carteira, enquanto em São Paulo os que aumentam são os com registro.

Entre os trabalhadores rurais do Sudeste e de São Paulo ocupados em atividades não-agrícolas, o maior acréscimo é sempre na categoria dos empregados com carteira registrada, principalmente o do grupo com jornada semanal entre 40 e 44h. No três estados do Sudeste também há um acréscimo importante dos trabalhadores com jornada entre 15 a 39h, principalmente entre os empregados sem registro na carteira de trabalho.

No Sul do País há uma singularidade: a população rural agrícola se reduz drasticamente, mas esta redução se concentra somente nos trabalhadores com jornadas maiores de 45h semanais. Apesar dos empregados sem registro em carteira e dos conta-própria contribuírem na redução desse contingente de trabalhadores, o grupo dos não remunerados tem o maior peso. É interessante observar que é somente neste grupo de horas que os não remunerados sofrem uma redução, pois nos outros grupos de jornadas semanais eles praticamente mantêm o mesmo contingente do início dos anos 80.

No emprego rural não-agrícola sulino, o desempenho só não foi mais favorável porque apesar de o número de empregados com registro em carteira com jornada entre 40 e 44h semanais ter aumentado significativamente, a redução dos empregados do mesmo grupo

Gráfico 2.35 Evolução da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo os grupos de horas de trabalho (principal). PEA restrita, Brasil. 1981.

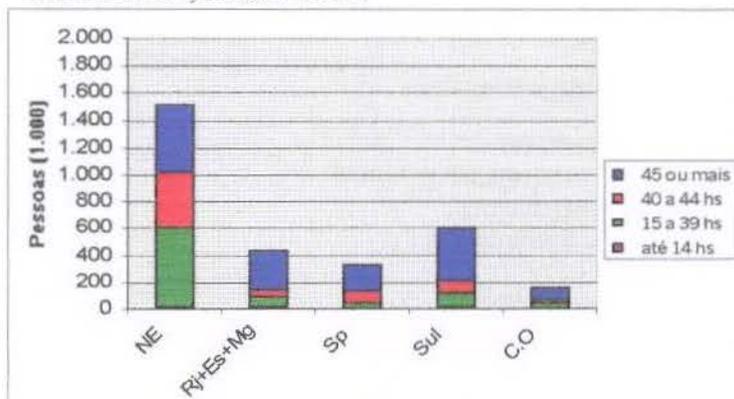


Gráfico 2.36 Evolução da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo os grupos de horas de trabalho (principal). PEA restrita, Brasil. 1992.

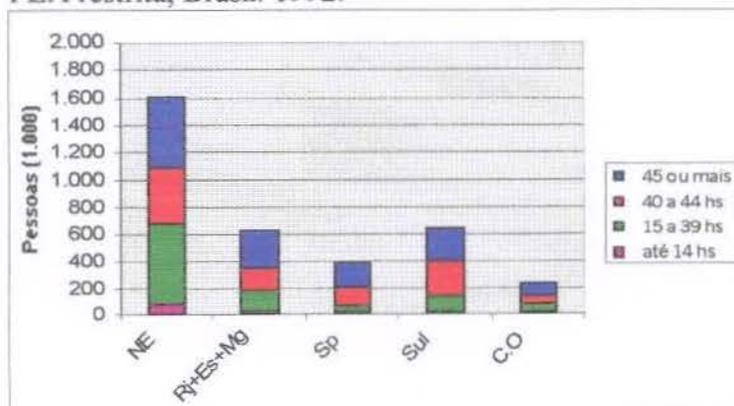
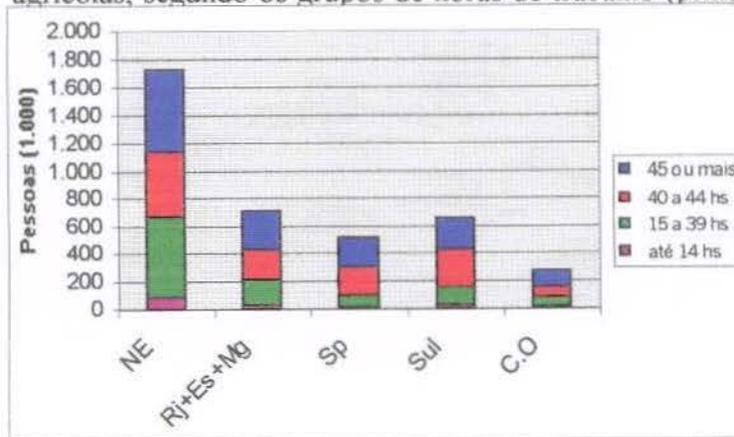


Gráfico 2.37 Evolução da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo os grupos de horas de trabalho (principal).



em jornada maior que 45h semanais foi bem mais intenso. No Sul as atividades não-agrícolas estão caminhando para a redução na jornada de trabalho, além de estarem perdendo postos de trabalho.

Na Região Centro-Oeste a grande maioria dos trabalhadores rurais agrícolas têm jornada semanal de trabalho maior que 45h. Esse contingente tem-se mantido, apesar de a redução dos empregados sem registro e conta-própria ter sido compensada pelo acréscimo nos empregados com carteira assinada. As ocupações rurais não-agrícolas são ínfimas na Região Centro-Oeste, mas é possível vislumbrar ligeiro crescimento em todos os grupos de horas de trabalho, principalmente dos empregados sem registro na carteira de trabalho.

De forma geral, pode-se afirmar que há uma tendência na redução da jornada de trabalho agrícola, diferenciado pelas posições na ocupação: tem-se passado das categorias dos empregados sem registro em carteira, não remunerados e conta-própria com mais de 45h semanais de trabalho (em todas as regiões do País), para as categorias dos conta-própria nos grupos de 15 a 39h e 40 a 44h (notadamente no Nordeste), e principalmente para dos não-remunerados com jornadas entre 15 a 39h de trabalho (notadamente no Nordeste, mas também no Sul do País). Os empregados rurais agrícolas com registro cresceram no período principalmente aqueles com jornada entre 40 e 44h ou maior que 45h. Entretanto, tiveram crescimento muito tímido, não absorvendo o excedente de empregados sem registro em carteira que vêm sendo dispensados das atividades agrícolas no País.

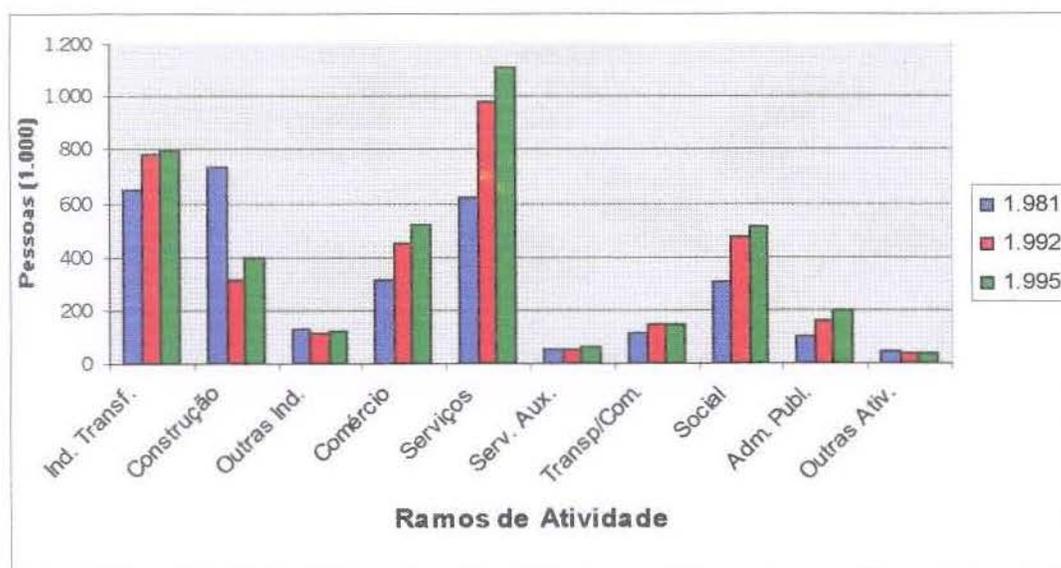
No meio rural brasileiro os empregados não-agrícolas têm baixa participação de pessoas com jornadas menores que 15h semanais, e ainda assim com tendência de redução desses trabalhadores a tempo parcial. Os grupos de horas semanais que mais crescem são principalmente os dos empregados com registro na carteira e jornada entre 40 e 44h semanais (São Paulo e Sul), e dos empregados sem registro em carteira com jornadas maiores que 45h na semana (Nordeste). Os conta-própria não-agrícolas crescem em todos os grupos de horas de trabalho, mas principalmente no grupo daqueles com jornada maior que 45h semanais de trabalho, também concentrados no Nordeste.

## 2.3 OS RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL<sup>106</sup>

A população ocupada pode ainda ser desmembrada nos vários ramos de atividade. O desmembramento é especialmente interessante para a população rural envolvida com atividades não-agrícolas, pois fornece mais elementos para sua análise.

O ramo da Prestação de Serviços é o que sobressai, ocupando mais de um milhão e cem mil pessoas em todo o País em 1995 (Gráfico 2.38). Seguem-se em ordem de importância as atividades na indústria de transformação, que ocupava quase 800 mil pessoas, as do comércio de mercadorias e os serviços sociais<sup>107</sup> com cerca de 500 mil pessoas cada, e em menor escala a construção civil com cerca de 400 mil pessoas. Note-se que agregando-se as pessoas ocupadas nos diversos ramos de serviços, obtém-se que mais da metade das pessoas residentes em áreas rurais e ocupadas em atividades não-agrícolas estão ocupados em serviços no ano de 1995.

Gráfico 2.38 População rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo os ramos de atividade. PEA restrita, Brasil.



<sup>106</sup> Os ramos de atividades são 11 ao todo, descritos no Capítulo anterior, e representam um detalhamento da tradicional segmentação de setores primário, secundário e terciário.

<sup>107</sup> Em 1995, mais de 70% das pessoas ocupadas em serviços sociais exerciam atividades em estabelecimentos de ensino público e outras 8% em serviços de saúde pública. O restante distribuiu-se em serviços assistenciais, organizações esportivas, clínicas e estabelecimentos de ensino privado.

Sobressai-se a importância do setor público na geração de ocupações não-agrícolas, seja diretamente através da administração pública, seja através dos serviços sociais que por ela são prestados. No Brasil eles já somavam mais de 700 mil pessoas em 1995, indicando uma faceta fundamental da “urbanização do meio rural” que é o acesso aos serviços públicos.

Na Região Sul as ocupações rurais não-agrícolas são lideradas pela Indústria de Transformação, comprovando assim o envolvimento da população rural com as atividades na indústria como havia sido mencionado anteriormente, mas com reduzida participação relativa no ramo da Prestação de Serviços. Isso explica o menor desenvolvimento geral das ocupações não-agrícolas nas áreas rurais sulinas, pois o setor de serviços é muito pouco disperso nas áreas rurais dessa região (Gráficos 2.39 a 2.41). De forma geral, o setor terciário sulino tem participação relativa abaixo da média nacional<sup>108</sup>.

O ramo da Indústria da Construção Civil era o maior absorvedor de mão-de-obra não-agrícola no Brasil em 1981, principalmente pela expressiva presença na Região Nordeste, que teve seus trabalhadores empregados nas frentes de trabalho no combate a secas como operários da construção civil.

A Região Centro-Oeste do Brasil tem uma parcela relativamente baixa da PEA rural envolvida em atividades não-agrícolas, a qual se concentra no ramo de Prestação de Serviços (quase 1/3).

Quando analisamos as taxas de crescimento entre 1981 e 1995 (Tabela 2.9), observa-se, como já foi mencionado, uma estagnação<sup>109</sup> da PEA rural agrícola no Brasil. Também é oportuno recordar que houve crescimento da PEA rural não-agrícola no mesmo período, que saltou dos três milhões para quase quatro milhões de pessoas, crescendo a expressiva taxas médias de 1,3% a.a. no período 1981/92. Em todo período 1981/95 esse contingente cresceu significativamente à taxa média de 1,7% a.a..

<sup>108</sup> Pochmann, 1998b, p. 8: o setor terciário no Brasil ocupava 58% da PEA em 1996. No Sul eles contavam 52% dos trabalhadores, enquanto que no Sudeste o setor terciário era representado por 64% dos trabalhadores.

<sup>109</sup> As taxas de crescimento dessa população não são significativas no período 1981 a 1995.

Gráfico 2.39 Distribuição da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo as regiões e ramos de atividades. PEA restrita, Brasil, 1981.

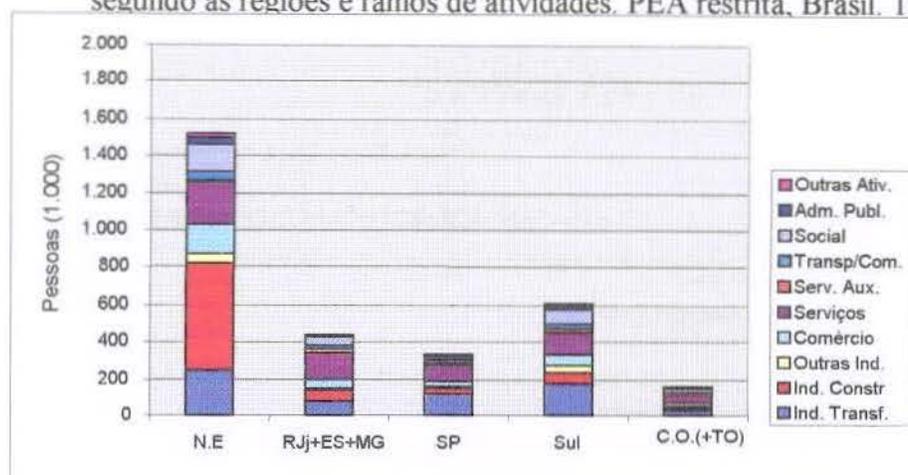


Gráfico 2.40 Distribuição da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo as regiões e ramos de atividades. PEA restrita, Brasil, 1992.

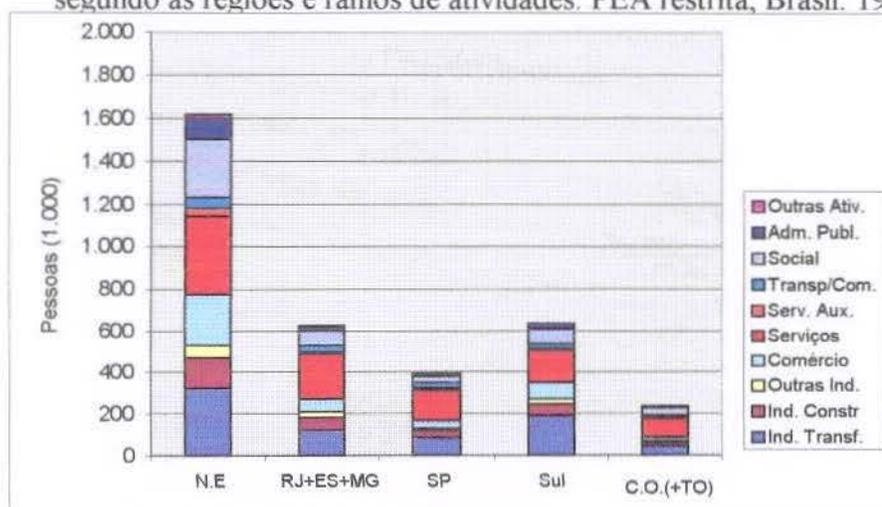


Gráfico 2.41 Distribuição da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo as regiões e ramos de atividades. PEA restrita, Brasil, 1995.

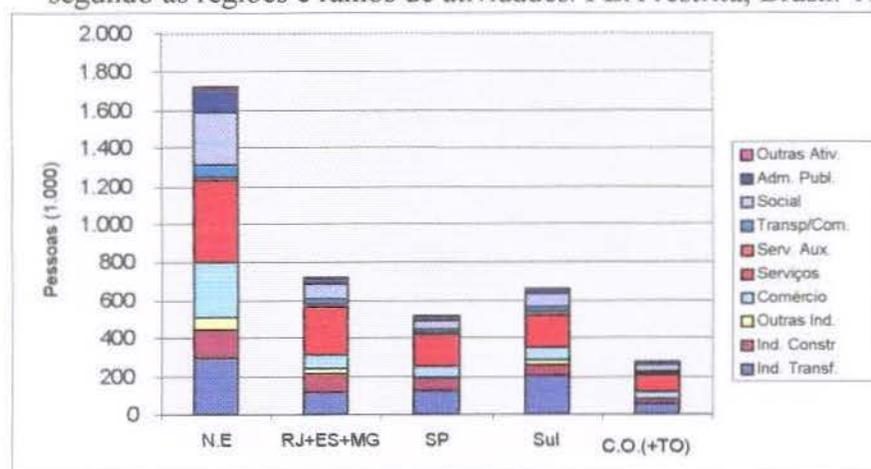


Tabela 2.9: Taxas de crescimento<sup>1</sup> da população rural das regiões (modificadas) do Brasil, segundo o setor de atividade, 1981/95.

POPULAÇÃO OCUPADA SETOR DE ATIVIDADE	Nordeste			RJ+ES+MG			São Paulo			Sul			Centro-Oeste <sup>2</sup>			BRASIL		
	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95
População Economicamente Ativa																		
Ocupados																		
Agrícola	1,9 *	0,0	1,4 *	-0,7	-1,2	-0,8 *	-0,9	-4,0	-1,6 *	-1,5 *	-3,6	-2,0 *	2,3 *	-1,6	1,5 *	0,4 *	-1,3	0,0
Não-Agrícola	0,5	2,2	0,9 *	3,3 *	4,6	3,6 *	1,7	9,5	3,3 *	0,4	1,3	0,6	3,6 *	5,2	4,0 *	1,3 *	3,6 *	1,7 *
Ind. de Transformação	2,4 *	-2,8	1,3	3,8 *	-2,1	2,5	-2,1	12,6	0,9	-1,2	1,2	1,2	4,1	4,1	4,1 *	1,7 *	0,8	1,5 *
Construção Civil	-11,3 *	0,3	-9,0 *	1,4	15,5 *	4,3 *	-1,0	27,2 *	4,4	-2,4	5,6	-0,7	3,8	13,8	5,8 *	-7,5 *	8,3 *	-4,3 *
Outras ativ. Industriais	0,1	3,1	0,7	4,3	4,6	4,3	-3,5	-10,1	-5,0	-3,9	-0,4	-3,2	-4,8	-10,2	-6,0 *	-0,8	1,3	-0,4
Comércio de Mercadorias	4,0 *	5,2	4,3 *	2,8	5,0	3,3	4,5	9,1	5,4	2,2	-4,9	0,6	2,2	16,2 *	5,0 *	3,4 *	4,6	3,7 *
Prestação de Serviços	4,7 *	5,7 *	4,9 *	3,5 *	4,8	3,8 *	5,2 *	4,2	5,0 *	2,6	2,5	2,6 *	6,5 *	0,2	5,1 *	4,3 *	4,3 *	4,3 *
Serv. Auxiliares de ativ.ec.	7,6 *	-14,8	2,3	-5,8	36,4 *	2,0	-0,7	15,2	2,5	-0,6	2,5	0,1	-8,4 *	27,4	-1,7	0,1	5,0	1,1
Transporte e Comunicação	1,7	3,4	2,1	3,2	-6,2	1,1	9,2	-8,7	5,1	-2,8	8,9	-0,4	3,2	1,4	2,8	2,1	0,2	1,7
Social	5,7 *	0,2	4,5 *	4,2	5,6	4,5 *	2,1	25,5	6,7 *	-1,0	-1,0	-1,0	5,1 *	3,9	4,8 *	3,9 *	2,7	3,6 *
Administração Pública	7,7 *	9,3	8,0 *	9,3 *	6,9	8,8 *	0,7	8,1	2,3	0,4	0,1	0,3	1,6	5,5	2,4	4,9 *	7,3 *	5,4 *
Outras atividades	0,1	-5,2	-1,1	4,4	-17,6	-0,8	-5,1	5,0	-3,0	-6,6	18,5	-1,7	-6,1	31,4	0,9	-1,6	-0,9	-1,4
Não-Ocupados																		
Procurando Emprego	8,8 *	-3,6	6,1 *	4,3 *	1,0	3,6 *	8,6 *	4,9	7,8 *	5,9 *	7,2	6,2 *	10,3 *	20,3 *	12,3 *	7,7 *	1,1	6,2 *
Não Economicamente Ativos																		
Aposentados e/ou Pension.	2,5 *	7,0 *	3,4 *	2,1 *	7,6	3,3 *	2,6	9,4	4,0 *	-0,1	9,6 *	1,9 *	1,4	5,0	2,1	1,9 *	7,7 *	3,1 *
Outros não econ. Ativos	-1,3 *	-1,4	-1,3 *	-2,2 *	1,6	-1,4 *	-1,0	4,0	0,0	-4,6 *	-2,8	-4,2 *	-0,9	2,7	-0,1	-1,9 *	-0,2	-1,6 *
Pessoas de 10 anos ou mais	0,6 *	0,3	0,6 *	-0,6	1,4	-0,2	-0,1	3,0	0,6	-1,9 *	-1,7	-1,9 *	1,2 *	1,4	1,3 *	-0,1	0,4	0,0

<sup>1</sup> \* - Significativo ao nível de confiança de 95%

<sup>2</sup> - Inclusive o Estado de Tocantins

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

A Administração Pública, o setor de Prestação de Serviços, o Comércio de Mercadorias e o Social são os ramos não-agrícolas que crescem significativamente nas áreas rurais no período, principalmente no Nordeste e nos três estados da Região Sudeste. Já no Estado de São Paulo, a prestação de serviços e serviços sociais são os que têm crescimentos significativos no mesmo período. Nesse estado, os setores de indústria de transformação, construção civil e comércio, embora importantes, não tiveram crescimento significativo praticamente só mantendo o contingente de pessoas ocupadas herdado da década anterior.

A Construção Civil encerra o período 1981/95 com forte queda (-4,3% a.a.), principalmente nos anos 80 no Nordeste do Brasil. Esse resultado provavelmente está ligado à redução das frentes de trabalho nessa região. Enquanto nos anos 1980 a construção civil sofria considerável redução, nos anos 90 houve a revitalização da construção civil na região Centro-Oeste do País, provavelmente devido à expansão da fronteira agrícola nessa região e também pela criação do novo Estado do Tocantins.

A administração pública foi o setor que teve melhor desempenho no meio rural brasileiro em todo o período (1981/95), principalmente no Nordeste e Sudeste do Brasil nos anos 80. O crescimento do setor público também refletiu no ramo social nesse período, que abrange o ensino público de primeiro e segundo graus. Nos anos 90 as taxas apontam para a continuidade do crescimento desta fração da população ocupada na administração pública.

Tais resultados não indicam que as dinâmicas de geração das ocupações rurais não-agrícolas estariam ligadas, numa primeira etapa, ao processo de modernização da agricultura, entre os quais o desenvolvimento de atividades industriais no campo; e, posteriormente, à expansão das atividades de comércio e serviços para o meio rural<sup>110</sup>. E não é porque não haja uma seqüência lógica e histórica de encadeamento entre a modernização da agricultura, o desenvolvimento das agroindústrias e o posterior aparecimento dos serviços. É que o desenvolvimento rural brasileiro não é homogêneo, tanto do ponto de

---

<sup>110</sup> Segundo Weller (1997) no processo de diferenciação entre atividades agropecuárias e não-agropecuárias, num primeiro momento prevalecem entre essas últimas a geração de atividades vinculadas ao setor agropecuário e localizadas nas zonas rurais; só nas fases posteriores é que se concentram nos ramos desvinculados do agro e localizados nas áreas urbanas.

vista espacial, quanto das dinâmicas que o promovem, como explicam Graziano da Silva e Del Grossi (1997):

*...a razão fundamental para isso é que a modernização da nossa agricultura foi um processo profundamente desigual, seja do ponto de vista das regiões e produtos atingidos, seja dos produtores que dela se beneficiaram, seja ainda dos novos vínculos intersetoriais que se geraram. O resultado disso foi a emergência de padrões muito distintos das relações campo-cidade tanto entre as distintas regiões do País, como dentro dessas mesmas regiões, uma vez que na maioria das vezes há uma grande região metropolitana que determina o sentido dos fluxos de produtos e pessoas. Assim, não devemos estranhar se encontramos padrões completamente distintos de geração das ocupações rurais não-agrícolas mesmo em regiões de agricultura moderna.*

É interessante ainda tecer alguns comentários sobre a procura de emprego apresentada na Tabela 2.9. O número de pessoas economicamente ativas que residem no meio rural procurando emprego nos anos 80 cresceu fortemente, em todas as regiões do Brasil, e de forma mais contundente na Região Centro-Oeste. Ainda nos anos 90, em quase todas as regiões a pressão das pessoas procurando empregos diminuiu, mas ainda num patamar muito elevado. Pode-se afirmar o que a queda do número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas no meio rural brasileira no período 1981/95, provocou elevação do número de pessoas procurando emprego, e, para uma parcela destes, as opções não-agrícolas representaram uma alternativa de ocupação.

Já a População Economicamente Inativa rural decresceu em quase todo o Brasil, principalmente no Nordeste e no Sul. Mas a parcela dos inativos que recebe alguma forma de rendimento<sup>111</sup>: cresceu a uma taxa média nacional de 6,2% a.a. entre 1981 e 1995, principalmente no Nordeste e Sul do Brasil. O crescimento do número de pessoas inativas com aposentadorias e pensões no Brasil pode ser explicado em grande parte pela extensão dos benefícios de aposentadorias quando da promulgação da Nova Constituição em 1988.

O grupo de aposentados e/ou pensionistas tem importância crescente, porque apesar de não exercerem nenhuma atividade econômica, percebem uma remuneração que não raramente é maior que as remunerações do trabalho no meio rural brasileiro. Em 1995 os aposentados e/ou pensionistas que não trabalhavam já atingiam quase dois milhões de

---

<sup>111</sup> Aposentadorias, pensões, aluguéis ou rendimentos de aplicações financeiras, como os juros de poupanças.

pessoas. Além desses, existiam ainda 1,6 milhões de aposentados/pensionistas que ainda exerciam alguma atividade econômica.

Além da PEA e aposentados e/ou pensionistas, existem ainda sete milhões de pessoas com mais de 10 anos, que não possuem nenhuma atividade econômica ou nenhuma fonte de renda. Presume-se que no contingente estejam incluídos os trabalhadores para autoconsumo e não remunerados (com menos de 15 h semanais de trabalho), excluídos da PEA nesta seção, mas que serão analisados no próximo Capítulo.

De forma geral, pode-se afirmar que as pessoas com domicílio rural e com atividades não-agrícolas ocupam-se nos ramos de prestação de serviços, indústria de transformação, comércio, serviços sociais e construção civil. Com exceção da construção civil, todos cresceram entre 1981/95. Em menor escala, mas também crescendo fortemente entre 1981/95 está o ramo da administração pública.

## 2.4 OS SETORES DE ATIVIDADE PRINCIPAL<sup>112</sup>

A seguir são apresentadas as mesmas pessoas residentes nas áreas rurais ocupadas em atividades não-agrícolas classificadas segundo o setor de atividade em que trabalhavam. Quando se detalham melhor os setores de ocupação de cada ramo de atividade econômica, é possível visualizar com maior clareza qual a dinâmica econômica que vem tomando vulto. Assim, dentro do ramo da administração pública, a administração municipal é a mais importante fonte de emprego rural não-agrícola, respondendo por 59% das 200 mil pessoas ocupadas em 1995 naquele ramo de atividade. Da mesma maneira pode-se constatar que no ramo do comércio de mercadorias os setores mais importantes são o comércio de alimentos e o comércio ambulante, atividade ainda típica do interior rural brasileiro.

O setor de Emprego Doméstico é o líder na absorção de postos de trabalhos não-agrícolas no meio rural brasileiro (Tabela 2.10). O setor, componente do Ramo de Prestação

---

<sup>112</sup> É uma alusão a atividade principal do empreendimento onde as pessoas trabalham. Na PNAD a questão formulada é: "Qual era a atividade principal do empreendimento (negócio, firma, empresa, instituição, entidade, etc.) em que tinha esse trabalho". Desta forma, a atividade foi obtida através da finalidade ou ramo do negócio da organização, empresa ou entidade. Para os trabalhadores por conta-própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida. A lista completa dos vários setores de atividade está no ANEXO VIII.

Tabela 2.10 Evolução dos principais setores de ocupações rurais não-agrícolas no Brasil, 1981/95.

Setores	1981	1992	1995		Taxas <sup>1</sup>		
	(1.000)	(1.000)	(1.000)	%	81/92	92/95	81/95
Emprego doméstico	301,6	510,4	621,8	15,9	4,9 *	6,8 *	5,3 *
Construção	734,6	312,9	397,5	10,2	-7,5	8,3 *	-4,3
Estab. ensino público	218,8	350,2	356,0	9,1	4,4 *	0,6	3,5 *
Comércio alimentos	142,1	181,9	225,4	5,8	2,3	7,4	3,4 *
Indústria alimentos	97,7	173,7	174,8	4,5	5,4 *	0,2	4,2 *
Indústria transformação	139,8	154,5	154,1	4,0	0,9	-0,1	0,7
Restaurantes	57,9	125,5	132,5	3,4	7,3 *	1,8	6,1 *
Alfaiataria	151,2	143,9	128,0	3,3	-0,5	-3,8	-1,2
Administração municipal	32,4	94,2	119,8	3,1	10,2 *	8,4	9,8 *
Comércio ambulante	39,9	92,5	117,8	3,0	8,0 *	8,4	8,1 *
Indústria de madeiras	106,1	76,6	89,9	2,3	-2,9	5,5	-1,2
Transporte de carga	57,6	71,7	70,0	1,8	2,0	-0,8	1,4
Assist. técnica - veículos	23,5	43,6	63,8	1,6	5,8 *	13,5	7,4 *
Sub-total	2.103,1	2.125,0	2.651,5	68,0	0,9 *	4,4 *	1,7 *
Total não-agrícola (Rural)	3.060,8	3.511,9	3.901,8	100,0	1,3	3,6	1,7

<sup>1</sup> - Significativo ao nível de confiança de 95%

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

de Serviços, cresceu de 300 mil pessoas ocupadas em 1981, para pouco mais de 500 mil pessoas em 1992, e para mais de 620 mil pessoas em 1995, representando 15,9% da PEA rural não-agrícola. Tem forte crescimento no meio rural, com a taxas médias de 5% a.a. em todas as regiões brasileiras. Já o setor da Construção Civil, pertencente ao ramo do mesmo nome, era o grande líder em 1981 mas perdeu mais de 300 mil pessoas no período 1981/95, principalmente nos anos 80<sup>113</sup>, com leve recuperação nos anos 90. Note-se que ambos os setores são conhecidos pelos baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional da maioria dos seus trabalhadores.

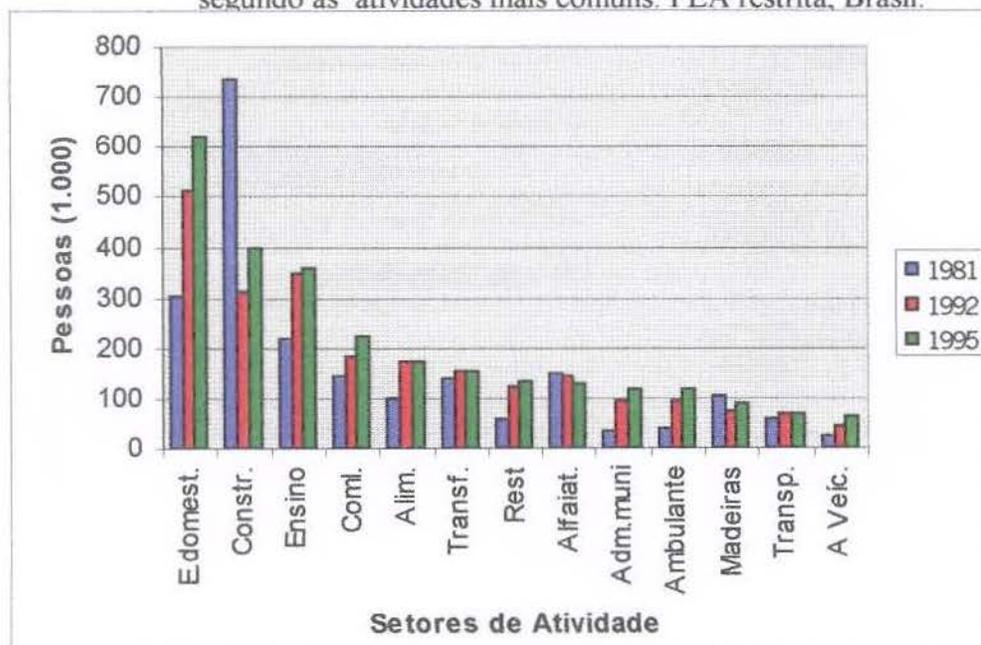
No terceiro lugar do ranking de setores rurais não-agrícolas vêm os Estabelecimentos de Ensino Público (356 mil pessoas em 1995), do ramo Social. Seguem os setores Comércio de Alimentos (225 mil pessoas), Indústria de Alimentos (175 mil), Indústria de Transformação (154 mil), Restaurantes (132,5 mil), Alfaiataria (128 mil), Administração Municipal (119,8 mil), Comércio Ambulante (117,8 mil), Indústria de

<sup>113</sup> Como já fora apontado, a redução da Construção Civil está centrada no Nordeste, devido à redução das pessoas ocupadas nas frentes de trabalho e classificadas naquele setor.

Madeiras (89,9 mil), Transporte de Cargas (70 mil) e Assistência Técnica de Veículos<sup>114</sup> (63,8 mil). Esses são os setores que ocupam mais de 2/3 da mão-de-obra rural não-agrícola. Todos os setores acima citados cresceram no período 1981/95, com exceção da Construção Civil, Indústria de Madeiras e da Alfaiataria (Gráfico 2.42).

Analisando a distribuição regional das pessoas ocupadas nesses setores, pode ser observada uma concentração em número absolutos no Nordeste do Brasil, o que pode ser parcialmente explicado por esta ser uma região mais populosa (Gráficos 2.43 a 2.45)<sup>115</sup>. Dos mais de 600 mil empregos domésticos em 1995, por exemplo, 200 mil estão lotados no Nordeste, mas o interessante é que, enquanto o emprego doméstico é o setor que mais ocupa pessoas em atividades não-agrícolas nas demais regiões, no Nordeste isso não ocorre. O setor de Estabelecimentos de Ensino Públicos é o grande absorvedor dessa mão-de-obra nordestina, representados por professores (na maioria mulheres) de primeiro e segundo grau que residem naquelas áreas rurais. Depois do Ensino, vem o Emprego Doméstico, e em seguida a Construção Civil e o Comércio de Alimentos praticamente empatados nos terceiro e quarto lugares em 1995 no Nordeste.

Gráfico 2.42 Evolução da população rural ocupada em setores não-agrícolas, segundo as atividades mais comuns. PEA restrita, Brasil.



<sup>114</sup> A nomenclatura e divisão dos setores de atividade corresponde aos critérios adotados pelas PNADs, não tendo aqui qualquer influência ou reclassificação do autor.

<sup>115</sup> Para maiores detalhes, veja as tabelas no ANEXO IX.



Como já foi observado, nas demais regiões do Brasil o setor do Emprego Doméstico é o líder de ocupação, seguido pela Construção Civil. Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste também é importante a participação das pessoas ocupadas no setor do Ensino Público. Esses dados também revelam a entrada das mulheres no mercado de trabalho rural, tema que voltará a ser tratado quando serão analisadas as ocupações.

Com as taxas de crescimento dos setores não-agrícolas no meio rural, é possível vislumbrar diferentes “momentos” de crescimento destes setores. O Emprego Doméstico, por exemplo, cresceu muito no Nordeste, no Estado de São Paulo e na Região Centro-Oeste nos anos 80, enquanto que as regiões Sul e Sudeste possuem as maiores taxas de crescimento deste setor nos anos 90 (Tabela 2.11). Com isso, na média brasileira o crescimento do Emprego Doméstico foi contínuo e muito forte entre 1981 a 1995.

O total de pessoas ocupadas na Construção Civil reduz-se fortemente nos anos 80, principalmente no Nordeste do País, com suave recuperação na Região Sudeste e Centro-Oeste nos anos 90. Tal como a Construção Civil, o setor de Alfaiataria também está em queda no meio rural brasileiro, provavelmente pela facilidade e menores preços das roupas “prontas” nos últimos anos.

Os Estabelecimentos de Ensino Público e o setor de Comércio de Alimentos crescem mais nos anos 80, também concentrados na Região Nordeste, mas de forma geral há um crescimento significativo das pessoas ocupadas neste setores no períodos 1981/95. A exceção é a Região Sul do País onde estes setores experimentam uma redução no seu contingente ocupado.

A Indústria de Alimentos experimentou significativos crescimentos tanto no Nordeste, como nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do País. Já a Indústria de Transformação fica com seu contingente praticamente estagnado na média do País, decrescendo na Região Nordeste, mas também decrescendo no Sul do País.

Tabela 2.11 Evolução<sup>1</sup> dos principais setores de atividades da população rural não-agrícola segundo as regiões modificadas do Brasil, 1981, 1992 e 1995.

Setores	Nordeste			RJ+ES+MG			São Paulo			Sul			Centro-Oeste (+TO)			BRASIL		
	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95
Emprego doméstico	6,8 *	9,8 *	7,5 *	2,7	9,2	4,0 *	6,1 *	5,4	6,0 *	2,8	3,1	2,8	8,0 *	0,7	6,4 *	4,9 *	6,8 *	5,3 *
Construção	-11,3 *	0,3	-9,0 *	1,4	15,5 *	4,3 *	-1,0	27,2 *	4,4	-2,4	5,6	-0,7	3,8	13,8	5,8 *	-7,5	8,3 *	-4,3
Estab. Ensino público	6,2 *	0,5	4,9 *	3,6	4,8	3,9 *	7,7	2,8	6,6	-0,3	-5,7	-1,5	4,3	3,0	4,0	4,4 *	0,6	3,5 *
Comércio alimentos	3,5 *	9,0 *	4,6 *	1,6	1,2	1,5	4,7	23,6	8,5	-1,6	-3,7	-2,1	2,8	18,3	6,0	2,3	7,4 *	3,4 *
Indústria alimentos	6,9 *	-4,5	4,4 *	9,9 *	-1,3	7,4 *	3,9	-1,8	2,7	-3,4	18,8	1,0	12,1 *	11,9	12,1 *	5,4 *	0,2	4,2 *
Indústria transformação	6,6 *	-2,1	4,7 *	-1,2	8,7	0,8	-8,2	8,6	-4,9	-2,0	-2,9	-2,2	5,4	-10,4	1,8	0,9	-0,1	0,7
Restaurantes	7,5 *	7,8	7,6 *	10,3 *	-5,6	6,7 *	8,3	0,2	6,5	1,8	2,6	2,0	7,2	2,7	6,2	7,3 *	1,8	6,1 *
Alfaiataria	0,1	-7,6	-1,6	0,8	1,6	1,0	-9,7	6,2	-6,5	-3,2	8,4	-0,9	5,3	-8,0	2,3	-0,5	-3,8	-1,2
Administração municipal	13,1 *	14,1 *	13,3 *	14,5 *	4,5	12,3 *	2,8	-2,2	1,7	6,7	-0,5	5,1	21,0 *	15,0	19,7 *	10,2 *	8,4	9,8 *
Comércio ambulante	8,7 *	-0,3	6,7 *	10,1	16,2	11,3 *	0,2	47,8	8,9	5,9	15,3	7,9 *	8,3	22,7	11,2 *	8,0 *	8,4	8,1 *
Indústria de madeiras	-1,8	12,1	1,0	1,7	1,9	1,7	-5,6	0,0	-4,4	-4,6	2,4	-3,1	-2,9	6,3	-1,0	-2,9	5,5	-1,2
Transporte de carga	1,4	-4,9	0,0	2,5	-3,3	1,2	11,1	-1,7	8,2	-3,1	12,0	-0,1	8,9	-17,8	2,6	2,0	-0,8	1,4
Assist. técnica-veículos	5,1	19,8	8,0 *	8,1	3,7	7,1	11,9	2,4	9,8	0,3	20,8	4,4	9,0	27,3	12,7 *	5,8 *	13,5 *	7,4 *
Sub-total	-0,1	2,9	0,5	3,4 *	6,4	4,0 *	2,5	8,1	3,7 *	-0,7	3,4	0,2	5,5 *	4,8	5,4 *	0,9 *	4,4 *	1,7 *
PEA não-agrícola	0,5	2,2	0,9 *	3,3	4,6	3,6	1,7	9,5	3,3	0,4	1,3	0,6	3,6	5,2	4,0	1,3	3,6 *	1,7

<sup>1</sup> - Significativo ao nível de confiança de 95%

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Os setores de Restaurantes, Comércio Ambulante, Administração Municipal e Assistência de Veículos apresentam crescimento forte e significativo, principalmente nos anos 80, nas regiões Nordeste e Sudeste. O setor da Administração Municipal também experimenta forte crescimento a Região Centro-Oeste do Brasil, ilustrando assim a importância das Prefeituras Municipais para a ocupação da mão-de-obra rural. Já o setor de Transporte de Carga mantém suas posições, sem grandes alterações significativas nas diversas regiões brasileiras.

É oportuno antes de prosseguir, contrapor os resultados com as dinâmicas geradoras de atividades não-agrícolas apontadas na introdução desse trabalho. Embora não seja possível fazer uma identificação nítida entre o setor de atividade com as dinâmicas, visto que um setor pode estar presente em uma ou várias dinâmicas, algumas características podem ser apontadas. Pode-se afirmar que na dinâmica derivada das atividades econômicas decorrente da produção agropecuária direta (**a**) estariam mais diretamente envolvidos os setores não-agrícolas do Comércio de Alimentos, Indústria de Alimentos, Comércio Ambulante, Indústria de Madeiras, Transportes e Assistência técnica de veículos. Na dinâmica derivada do consumo final da população rural (**b**) estariam os Estabelecimentos de Ensino, Comércio de Alimentos, Alfaiataria, Transportes e Assistência técnica de veículos. Nas atividades derivadas da disponibilidade de mão-de-obra camponesa (dinâmica **c**) estaria mais relacionada com o Emprego Doméstico, Construção Civil, Alfaiataria, Comércio Ambulante e Transportes.

Nas dinâmicas que independem das atividades agropecuárias, o consumo população urbana (artesanato, turismo, etc.) (**d**) estariam mais ligadas aos setores de Emprego Doméstico e Restaurantes, enquanto que os setores Estabelecimento de Ensino e Administração Municipal estaria mais com a dinâmica dos serviços públicos (**e**). Nas dinâmicas de caráter imobiliário identificadas por Graziano da Silva e Del Grossi (1998), os setores que estariam mais intimamente ligados seriam a Construção Civil, Emprego Doméstico e Comércio de Alimentos para a dinâmica derivada da demanda da população rural de alta renda (**f**). Na dinâmica derivada da demanda da população urbana de baixa renda para moradia (**g**) devem estar mais presentes os setores Construção Civil, Comércio de Alimentos e Transporte. Na dinâmica derivada da demanda por terras por parte das

indústrias (h) os setores mais associados devem ser a Construção Civil, Indústria de Alimentos, Indústria de Transformação e Transporte.

Na dinâmica derivada das novas atividades no meio rural (i) estariam mais envolvidos com a Construção Civil, Comércio de Alimentos, Indústria de Alimentos, Restaurantes e Transportes.

Infelizmente os dados das PNADs não fornecem todos os elementos para a adequada identificação com as dinâmicas, remetendo assim o estudo das dinâmicas impulsionadoras das atividades não-agrícolas no meio rural para novas pesquisas.

Em síntese, esses setores de atividades não-agrícolas no meio rural apontam várias dinâmicas econômicas. O grande líder, o emprego doméstico, e a construção civil provavelmente devem estar ligados ao atendimento de novas moradias rurais, como chácaras ou sítios de lazer. As indústrias estão em parte ligadas às atividades de transformação de matéria-prima de origem agrícola, e em parte à construção civil. Os demais setores, todos do terciário da economia refletem um bom dinamismo da economia rural, estando muito próximos aos padrões urbanos, quer nos serviços pessoais, quer no comércio e distribuição de mercadorias.

## 2.5 AS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS<sup>116</sup>

Nesta seção analisam-se as principais ocupações não-agrícolas da PEA rural, ou seja, as profissões que essas pessoas estão exercendo efetivamente nos postos de trabalho não-agrícolas. Também é possível selecionar as ocupações não-agrícolas mais frequentes e analisar seu desempenho nas várias regiões brasileiras. São elas em ordem decrescente (Gráfico 2.46): Serviços Domésticos, Pedreiros, Serviços Conta-Própria, Professores de Primeiro Grau (inicial), Balconistas Atendentes, Motoristas, Ajudante de Pedreiros, Servente Faxineiros, Ajudante diversos, Costureiros Alfaiates, Forneiros em Olarias, Ambulantes e Diversos (Tabela 2.12). Essas ocupações constituem mais de 50% do total das ocupações não-agrícolas do meio rural brasileiro.

<sup>116</sup> A ocupação foi definida como o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa. A pergunta da PNAD para este quesito era: "Qual a ocupação que exercia no trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?"

Gráfico 2.46: Evolução das principais ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro. PEA restrita, Brasil.

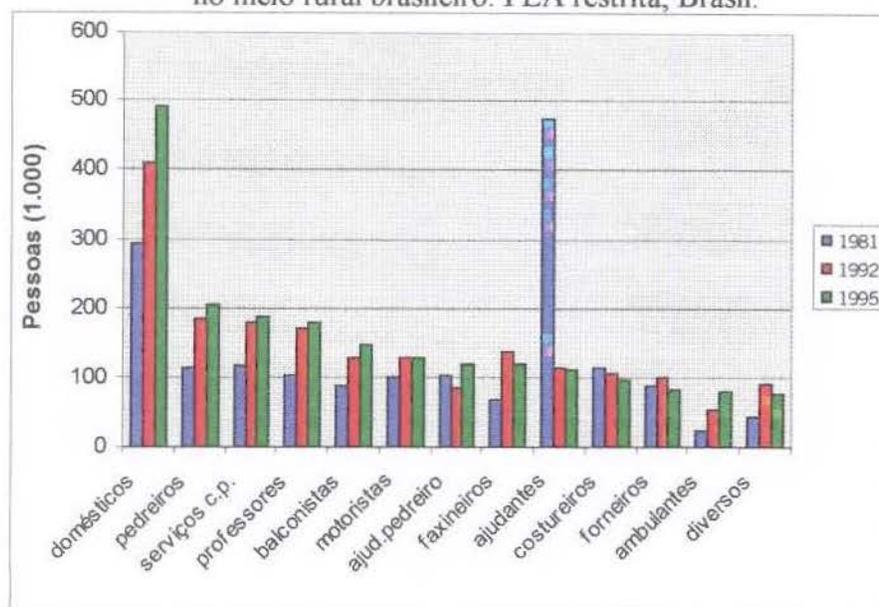


Tabela 2.12 Evolução das principais ocupações não-agrícolas da População Rural do Brasil, segundo o gênero. PEA restrita, 1981, 1992 e 1995.

Ocupação Principal	1981	1992	1995		
	(1.000)	(1.000)	(1.000)	Homens(%)	Mulheres(%)
Serviços domésticos	293,1	409,6	491,2	15,2	84,8
Pedreiro	115,4	183,0	204,7	99,7	0,3
Serviços conta-própria	116,8	179,5	186,1	72,6	27,4
Profes. prim grau inicial	101,4	169,4	177,3	6,3	93,7
Balconistas atendentes	86,9	128,9	146,0	50,8	49,2
Motorista	98,3	128,2	128,3	99,8	0,2
Ajudante pedreiro	103,7	83,5	121,1	100,0	0,0
Servente faxineiro	67,8	137,5	120,7	24,0	76,0
Ajudante diversos	473,9	113,5	112,0	96,0	4,0
Costureiro alfaiate	114,8	104,8	97,9	2,7	97,3
Forneiro em olaria	87,4	98,6	81,0	91,4	8,6
Ambulante - outros	23,4	52,2	78,3	40,1	59,9
Diversos	42,9	91,8	77,5	61,3	38,7
Sub-total	1.725,7	1.880,4	2.022,2	-	-
<b>Total</b>	<b>3.060,8</b>	<b>3.511,9</b>	<b>3.901,8</b>	<b>54,9</b>	<b>45,1</b>

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Enquanto no meio urbano as profissões em alta são os trabalhadores de limpeza, construção civil e professores de segundo grau<sup>117</sup>, no meio rural são empregados domésticos, construção civil, serviços conta-própria, professores de primeiro grau e balconistas atendentes, e novamente é possível observar que são profissões que requerem baixa qualificação e pouca escolaridade, comprovando assim a hipótese inicial desse trabalho.

Mas é inadequado generalizar indiscriminadamente a afirmação da baixa qualificação profissional, pois existem ocupações com níveis médio e elevado de qualificação, contudo sempre com baixa frequência nas amostras das PNADs. Para Graziano da Silva e Del Grossi<sup>118</sup> a grande participação dos serviços domésticos nas atividades não-agrícolas no meio rural aponta para três movimentos distintos, mas não necessariamente excludentes:

- a) *a dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, onde os atributos ligados a resistência física ainda são muito importantes para a força de trabalho agrícola não qualificada;*
- b) *o crescimento das moradias de altas rendas nas zonas rurais, seja como chácara de fim-de-semana, seja como condomínios de alto padrão para as famílias que procuram uma qualidade de vida melhor que a proporcionada pelos grandes aglomerados urbanos;*
- c) *o crescimento da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas mas reside na zona rural em função das facilidades que encontram para conseguir terreno mais barato e a ausência de restrições legais para a autoconstrução*<sup>119</sup>.

Quanto ao gênero das pessoas envolvidas nessas ocupações mais frequentes, observa-se que as ocupações de Serviços Doméstico, Professores de Primeiro Grau e Costureiras são típicas de mulheres, enquanto que Pedreiros, Motoristas ou Serventes de Pedreiros são ocupações masculinas. Já as ocupações como Balconistas Atendentes, Ambulantes e Diversos têm participação mais ou menos equilibrada de homens e mulheres. Na média geral, o contingente de mão-de-obra rural não-agrícola tem a participação masculina e feminina equilibrada, porém há distribuição diferenciada em profissões entre os gêneros.

<sup>117</sup> Pochmann, M. *Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil*. CESIT/IE/UNICAMP. Campinas – SP. 1998b.

<sup>118</sup> Graziano da Silva, J. e Del Grossi, M. E. *A evolução do emprego não-agrícola no meio rural brasileiro, 1992-95*. Anais do XXV Congresso Brasileiro de Economia. ANPEC, Recife-PE. 1997.

<sup>119</sup> Esse é uma das razões principais para o crescimento dos loteamentos clandestinos nas periferias dos centros urbanos.

Analisando a distribuição regional, tem-se que as empregadas domésticas detêm a liderança em todas as regiões do Brasil (Gráficos 2.47 a 2.49)<sup>120</sup>. As mudanças de posição vêm nas demais ocupações: os pedreiros são mais importantes nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, entretanto, os serviços por conta-própria e os professores de primeiros grau lideram no Nordeste do País, enquanto que os pedreiros aparecem na quinta posição no meio rural nordestino. Na Região Sul e no Estado de São Paulo o destaque fica com os motoristas, que ocupam o segundo e terceiro lugar, respectivamente, em termos de ocupação de mão-de-obra rural não-agrícola.

Dentre as ocupações escolhidas quase todas tiveram crescimento significativo entre 1981/95 (Tabela 2.13), principalmente os serviços domésticos, pedreiros, serviços conta-própria, professores de primeiro grau, balconistas, faxineiros, ambulante e diversos, com destaque para a ocupação serviços domésticos que praticamente dobra o seu contingente neste período. No âmbito das ocupações não citadas as mesmas ficaram praticamente estagnadas no período 1981/95, com taxas pouco significativas. Destaque-se que o crescimento ocorreu em boa parte nos anos 80, com a mesma tendência nos anos 90, destacando-se os ajudantes de pedreiros e ambulantes nesta década.

De forma geral, pode-se afirmar que os índices de crescimento das principais ocupações rurais não-agrícolas são significativos principalmente no Nordeste e Centro-Oeste do País. Os estados do Sul, São Paulo e demais estados da Região Sudeste têm índices de crescimento muito tímidos, na maioria não significativos.

---

<sup>120</sup> Os valores de cada região e ano estão no ANEXO IX.

Gráfico 2.47: Distribuição das principais ocupações não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita, 1981.

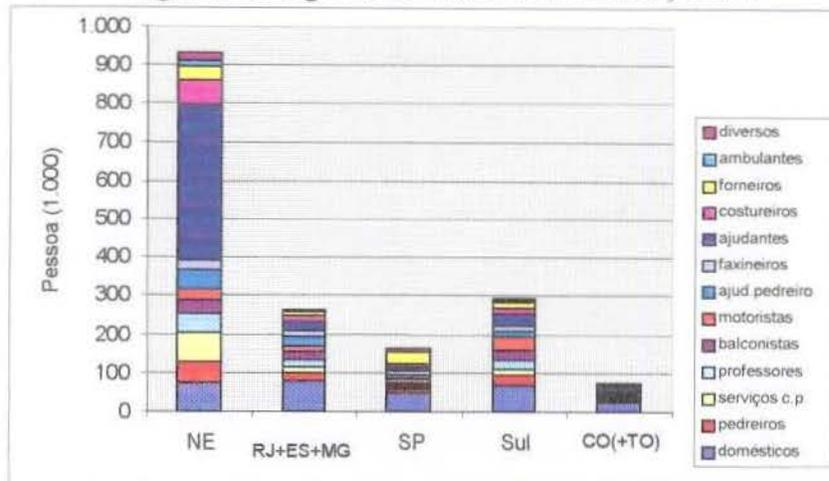


Gráfico 2.48: Distribuição das principais ocupações não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita, 1992.

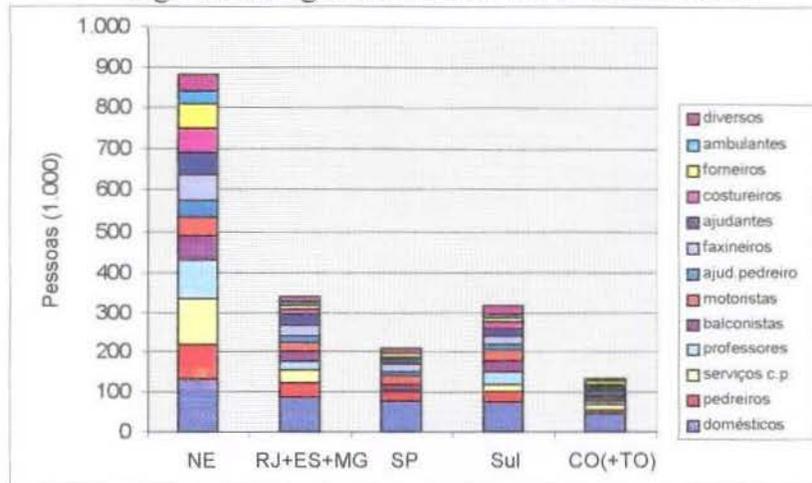


Gráfico 2.49: Distribuição das principais ocupações não-agrícolas, segundo as regiões do Brasil. PEA restrita, 1995.

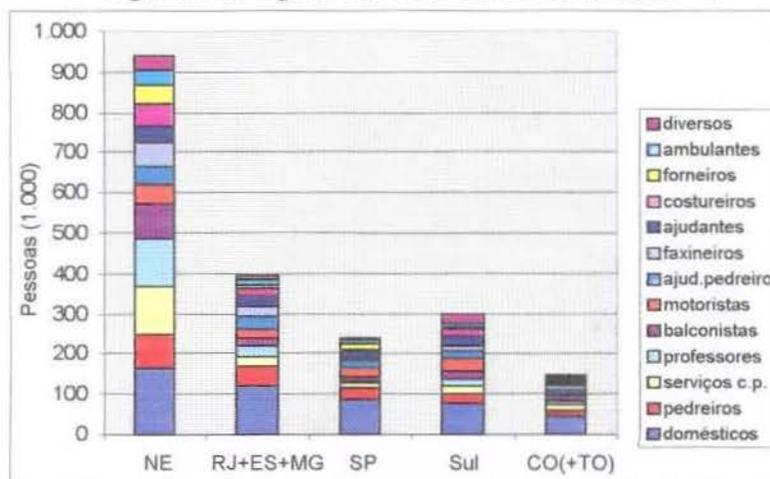


Tabela 2.13 Taxas de crescimento<sup>1</sup> das principais ocupações não-agrícolas da população ocupada rural, segundo as regiões do Brasil, 1981/95.

Ocupação Principal Não-agrícolas	Nordeste			RJ+ES+MG			São Paulo			Sul			Centro-Oeste <sup>2</sup>			BRASIL		
	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95
Serviços domésticos	5,3 *	8,1	5,9 *	0,5	11,5	2,8 *	4,3	4,4	4,3	0,5	2,2	0,9	6,6 *	-0,5	5,1 *	3,1 *	6,2 *	3,8
Pedreiro	4,2 *	-2,1	2,8 *	7,5 *	13,7	8,8 *	4,1	11,1	5,5	0,9	-2,8	0,1	7,3	13,5	8,6 *	4,3 *	3,8	4,2
Serviços conta-própria	3,9 *	2,0	3,5 *	7,1 *	-10,3	3,1	3,6	23,5	7,6	0,6	1,6	0,8	3,9	6,2	4,4	4,0 *	1,2	3,4
Prof. prim grau inicial	6,7 *	6,4	6,6 *	0,8	-0,1	0,6	2,1	26,3	6,8	1,8	-15,0	-2,0	16,2 *	-1,7	12,1 *	4,8 *	1,5	4,1
Balconistas atendentes	4,9 *	12,7 *	6,6 *	2,2	-3,0	1,1	5,7	-2,2	4,0	1,7	-16,9	-2,6	3,4	21,2	7,0 *	3,6 *	4,3	3,8
Motorista	3,3	0,4	2,7	2,3	-4,0	0,9	7,1	-4,5	4,5	-1,2	5,2	0,1	4,8	2,5	4,3	2,4	0,0	1,9
Ajudante pedreiro	-1,6	6,1	0,0	-2,5	20,2 *	2,0	-4,0	38,7	3,8	-1,6	3,2	-0,6	-0,3	17,6	3,3	-2,0	13,2 *	1,1
Servente faxineiro	8,8 *	-2,0	6,4 *	7,6 *	2,0	6,4 *	7,0	-26,1	-1,2	1,6	-5,4	0,1	3,4	1,4	3,0	6,6 *	-4,2	4,2
Ajudante diversos	-17,2 *	-8,2	-15,3 *	-0,2	3,1	0,5	0,0	17,4	3,5	-2,2	1,8	-1,4	-0,8	0,7	-0,5	-12,2 *	-0,4	-9,8
Costureiro alfaiate	-0,8	-4,8	-1,7	-0,4	5,6	0,9	-6,9	0,0	-4,7	-1,3	3,3	-0,3	5,9	-15,5	0,9	-0,8	-2,2	-1,1
Forneiro em olaria	6,2 *	-6,0	3,5 *	1,3	-14,3	-2,2	-8,6 *	2,5	-6,3 *	-1,2	-10,5	-3,3	1,0	-5,0	-0,3	1,1	-6,3	-0,5
Ambulante - outros	6,1 *	6,5	6,2 *	18,0 *	17,2	17,8 *	0,9	59,1 *	11,2	7,6	14,7	9,0 *	17,4	28,1	19,6 *	7,6 *	14,5 *	9,0
Diversos	6,4 *	-1,7	4,6 *	7,0	-9,3	3,2	6,4	-22,3	-0,5	8,9 *	-3,3	6,1 *	8,4	-3,6	5,7	7,2 *	-5,5	4,3
<b>TOTAL</b>	<b>0,5</b>	<b>2,2</b>	<b>0,9 *</b>	<b>3,3 *</b>	<b>4,6</b>	<b>3,6 *</b>	<b>1,7</b>	<b>9,5</b>	<b>3,3 *</b>	<b>0,4</b>	<b>1,3</b>	<b>0,6</b>	<b>3,6 *</b>	<b>5,2</b>	<b>4,0 *</b>	<b>1,3 *</b>	<b>3,6 *</b>	<b>1,7</b>

<sup>1</sup> Significativo ao nível de 5%;<sup>2</sup> Incluído o estado de Tocantins

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Voltando à posição na ocupação das atividades rurais, é oportuno recordar que as atividades agrícolas tinham a predominância dos não-remunerados (37,8%) e dos conta-própria (32,6%) em 1995. Nesse ano os empregados agrícolas perfaziam apenas 27% do total dos ocupados agrícolas, representados principalmente pela ocupação de trabalhador rural (Tabela 2.14).

Tabela 2.14 Participação relativa <sup>1</sup> das principais ocupações segundo as posições na ocupação e ramos de atividade. PEA restrita, 1995. (%)

Ramos Ocupações	Empregado	Conta-própria	Empregador	Não-remunerado
Agrícolas	27	33	3	38
Trabalhador rural	39	-	-	61
Agricultor conta-própria	-	100	-	-
Trab. rural – coleta	15	66	-	19
Trab. rural – pesca	21	66	1	12
Operador agrícola	72	-	-	28
Empregado agrícola	-	-	100	-
Dirigente agricultura	98	-	-	2
Empregador agrícola	-	-	100	-
Ajudante diversos	67	-	-	33
Sub-total	26	33	2	38
Não-agrícolas	69	24	2	5
Serviços domésticos <sup>2</sup>	100	-	-	-
Pedreiro	34	66	-	-
Serviços conta-própria	-	100	-	-
Prof. prim grau inicial	98	2	-	-
Balconistas atendentes	45	-	-	55
Motorista	68	28	2	2
Ajudante pedreiro	96	-	-	4
Servente faxineiro	98	-	-	2
Ajudante diversos	68	28	-	4
Costureiro alfaiate	17	82	-	1
Forneiro em olaria	64	23	2	11
Ambulante – outros	15	80	-	5
Diversos	77	20	-	4
Sub-total	66	28	0	6

<sup>1</sup> As diferenças para 100% no somatório das linhas são devidas aos arredondamentos e os sem declaração de posição na ocupação.

<sup>2</sup> Por definição metodológica todos os trabalhadores domésticos foram considerados Empregados.  
Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

No âmbito das profissões não-agrícolas, os empregados são a grande maioria (68,8%), principalmente entre as ocupações serviços domésticos (por definição todos são empregados<sup>121</sup>), professores de primeiro grau (97,8%), ajudante de pedreiro (96%) e servente de faxineiro (98,4%). Entre as profissões não-agrícolas na posição de contra-própria são representadas pelos serviços conta-própria (100%), costureiros (81,9%) e ambulantes (79,7%). Os pedreiros são na sua maioria conta-própria (65,7%), mas também há uma importante fração de empregados (34,3%). Das profissões destacadas, somente os balconistas atendentes têm participação importante dos não-remunerados (55%), sendo que a presença desta posição na ocupação nas demais profissões é mínima ou nula. Esses dados reforçam a hipótese de que as profissões que mais cresceram no meio rural foram aquelas que poderiam gerar algum tipo de ganho monetário individual, quer seja como empregados, quer como conta-própria, em detrimento das ocupações não-remuneradas, principalmente as agrícolas.

## 2.6 AS PESSOAS COM DUPLA ATIVIDADE<sup>122</sup>

Até aqui se analisou apenas a ocupação principal das pessoas, sem considerar as suas ocupações secundárias<sup>123</sup>. A magnitude das pessoas com mais de uma atividade econômica é estimado pela quantificação do contingente com mais de uma atividade na semana de referência (última de setembro).

Adverte-se que a PNAD de 1981 perguntava à pessoa se ela tinha uma ocupação secundária na semana de referência, mas não argüia o que a pessoa fazia naquela ocupação secundária. Já nos anos 90 a pergunta da ocupação secundária foi mais detalhada, possibilitando a identificação do ramo de atividade e, principalmente neste caso, se a atividade era diferente da ocupação primária.

<sup>121</sup> Como já foi mencionado no primeiro capítulo, todos os Trabalhadores Domésticos foram adicionados à categoria dos Empregados, tal como faz o IBGE nas publicações das novas PNADs.

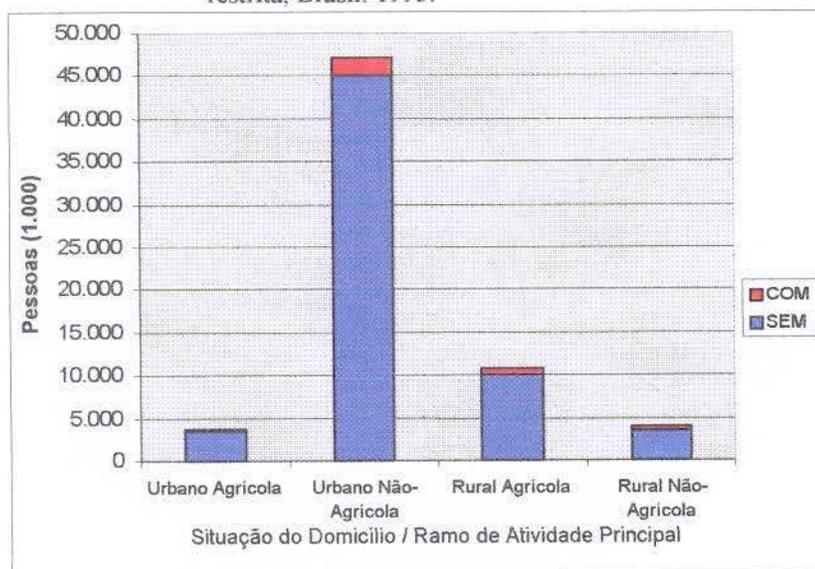
<sup>122</sup> Dupla atividade é uma forma simplificada de designar as pessoas que tem mais de uma atividade na semana de referência. Como 93% destas pessoas tem somente duas atividades, simplificou-se o termo pessoas com mais de um trabalho para pessoas com dupla atividade. A pergunta na PNAD neste item é: "Quantos trabalhos tinha na semana de 24 a 30 de setembro?"

<sup>123</sup> Para maiores detalhes sobre o critério de definição de atividade principal e secundária, veja Capítulo 1, seção 1.2.4.

O primeiro fato que chama a atenção é que o total da PEA (urbana e rural) que declarou ter mais de uma atividade é relativamente baixo: em 1995 o montante era de pouco mais de três milhões de pessoas, principalmente combinando atividades não-agrícolas no meio urbano (Gráfico 2.50). Nas áreas rurais, dos mais de 14 milhões de pessoas ocupadas em 1995, apenas um milhão de pessoas declararam ter alguma atividade secundária na semana de referência. A pequena proporção de pessoas ocupadas em mais de uma atividade na agricultura parece estar subestimada, na medida em que os informantes omitem a segunda atividade, pois no meio rural, em geral, esta também é agrícola e pode não coincidir com a semana da entrevista.

Embora as cifras sejam relativamente pequenas não deixam de ser relevantes, pois existem mais de 400 mil pessoas<sup>124</sup> combinando atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural brasileiro (Gráficos 2.51 a 2.53). Também é importante o contingente de pessoas com dupla atividade dentro do próprio setor agrícola, indicando um processo de busca de novas atividades da PEA rural: atinge mais de 500 mil pessoas em 1995 (Tabela 2.15).

Gráfico 2.50: População ocupada com atividade secundária segundo a situação do domicílio e ramo de atividade principal. PEA restrita, Brasil, 1995.



<sup>124</sup> Pessoas com atividade principal agrícola e atividade secundária não agrícola (204,5 mil pessoas), mas as pessoas com atividade principal não agrícola e secundária agrícola (237,4 mil pessoas).

Gráfico 2.51 Atividade secundária segundo o ramo da atividade principal e situação do domicílio. PEA restrita, 1981.

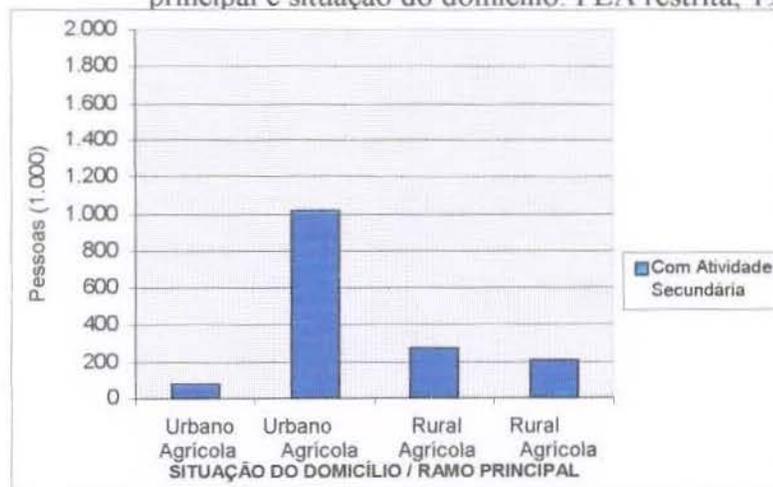


Gráfico 2.52 Atividade secundária segundo o ramo da atividade principal e situação do domicílio. PEA restrita, 1992.

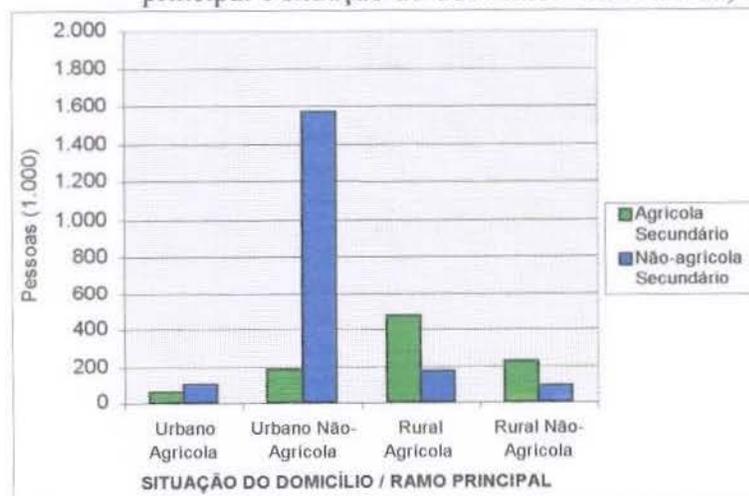


Gráfico 2.53 Atividade secundária segundo o ramo da atividade principal e situação do domicílio. PEA restrita, 1995.

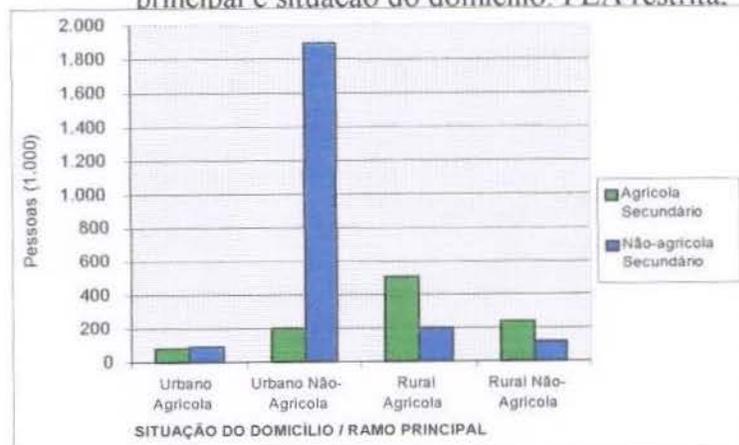


Tabela 2.15 Evolução da população ocupada com mais de uma atividade na semana de referência, segundo a situação do domicílio, ramos de atividade principal e secundária. PEA restrita, Brasil, 1981, 1992 e 1995.

Situação do Domicílio	Secundário agrícola						Secundário não agrícola						Total com trabalho secundário					
	1981		1992		1995		1981		1992		1995		1981		1992		1995	
	(1.000)	(%) <sup>1</sup>	(1.000)	(%) <sup>1</sup>	(1.000)	(%) <sup>1</sup>	(1.000)	(%) <sup>1</sup>	(1.000)	(%) <sup>1</sup>	(1.000)	(%) <sup>1</sup>	(1.000)	(%) <sup>1</sup>	(1.000)	(%) <sup>1</sup>	(1.000)	(%) <sup>1</sup>
<b>Urbana</b>																		
Agrícola	-	67	1,8	82	2,2	-	99	2,7	90	2,4	78	3,0	165	4,5	173	4,7		
Não-agrícola	-	186	0,4	203	0,4	-	1.569	3,6	1.893	4,0	1.020	3,5	1.754	4,1	2.096	4,4		
Sub-Total	-	252	0,5	285	0,6	-	1.668	3,6	1.984	3,9	1.098	3,5	1.920	4,1	2.269	4,5		
<b>Rural</b>																		
Agrícola	-	472	4,2	514	4,8	-	179	1,6	205	1,9	268	2,5	651	5,8	718	6,6		
Não-agrícola	-	222	6,3	237	6,1	-	93	2,7	116	3,0	205	6,7	316	9,0	353	9,1		
Sub-total	-	694	4,7	751	5,1	-	272	1,8	321	2,2	472	3,4	966	6,5	1.072	7,3		

<sup>1</sup>Porcentagens em relação ao total das pessoas ocupadas no respectivo setor de atividade principal.

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Apesar de não informar o setor da ocupação secundária no ano de 1981, o contingente estimado de pessoas de domicílio rural e com dupla atividade é bem menor que o de 1992 ou 1995, revelando um importante crescimento: não atingia 500 mil pessoas em 1981, enquanto que em 1992 já somavam quase um milhão de pessoas. Em decorrência, as taxas entre 1981/92 são todas significativas, tanto na área urbana como na área rural<sup>125</sup>. Todavia nos anos 1992/95 o crescimento é mais lento e localizado principalmente entre a população urbana com atividades não-agrícolas.

Os trabalhadores com dupla atividade existem em todo o País, mas concentram-se no Nordeste do Brasil. Dos pouco mais de um milhão de pessoas com dupla atividade, quase 700 mil estão localizadas nas áreas rurais nordestinas (Gráficos 2.54 a 2.56). Inclusive na população urbana, o Nordeste tem o maior contingente de trabalhadores com dupla ocupação, embora não tão concentrada como nas áreas rurais.

A concentração das pessoas com dupla atividade nas áreas rurais do Nordeste já vem desde o ano de 1981, mas a dupla atividade urbana nesse ano era liderada pela Região Sudeste e pelo Estado de São Paulo. Ocorre que o crescimento da dupla atividade urbana nordestinas entre 1981/95 foi bem mais expressivas que na Região Sudeste, fazendo com que o Nordeste viesse a assumir a liderança. Nas áreas rurais as maiores taxas de crescimento da dupla atividade estiveram concentradas na Região Centro-Oeste do Brasil: atingem taxas médias de crescimento de 14%<sup>a</sup> para o período 1981/95 (Tabela 2.16).

A expansão do contingente de pessoas com dupla atividade no Brasil como um todo pode estar ligado à mudança do perfil ocupacional da População Ativa do País. No setor da agricultura, o progresso tecnológico em muitas lavouras, tem atuado no sentido de reduzir a jornada de trabalho necessária, mesmo no interior da agricultura familiar. A elevação da produtividade do trabalho tem liberado mão-de-obra para outras atividades, quer sejam agrícolas, como o trabalho temporário nas lavouras mais modernizadas do País, quer sejam em atividades não-agrícolas mais recentemente.

---

<sup>125</sup> Os dados de todas as regiões estão no ANEXO XI.

Gráfico 2.54 População com dupla atividade, segundo a situação do domicílio e regiões do Brasil. PEA restrita. 1981.

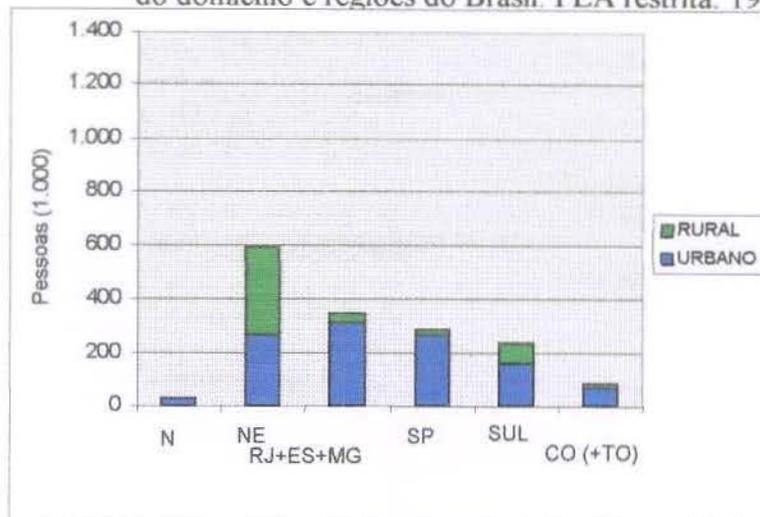


Gráfico 2.55 População com dupla atividade, segundo a situação do domicílio e regiões do Brasil. PEA restrita. 1992.

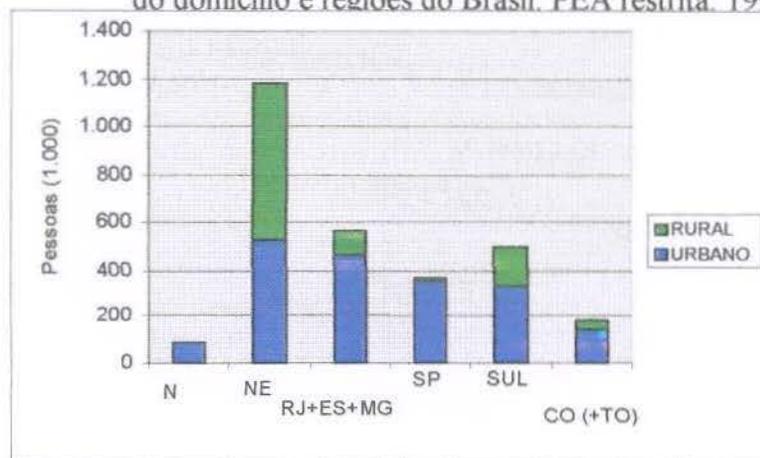


Gráfico 2.56 População com dupla atividade, segundo a situação do domicílio e regiões do Brasil. PEA restrita. 1995.

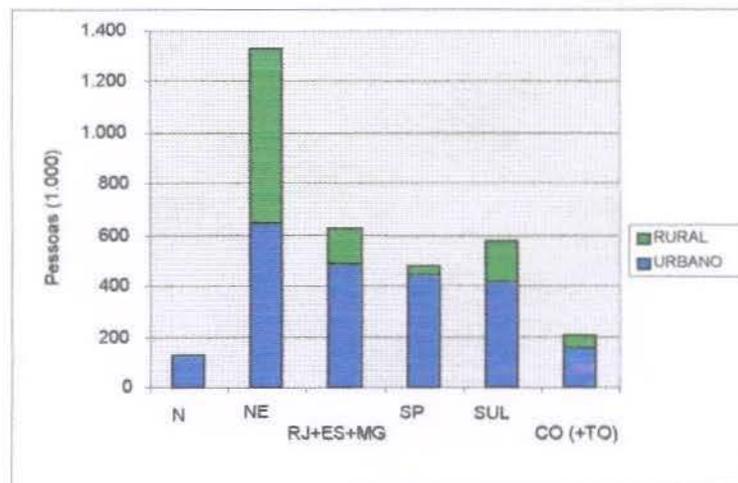


Tabela 2.16 Taxas<sup>1</sup> de crescimento (%a.a.) das pessoas com dupla atividade, segundo a situação do domicílio, trabalhos principal e secundário, e as regiões do Brasil, PEA restrita, 1981/95.

Sit. Do Domicílio	Atividade principal	Atividade Secund.	Nordeste			RJ + ES + MG			São Paulo			Sul			Centro-Oeste <sup>2</sup>			BRASIL		
			81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95	81/92	92/95	81/95
Urbana	Agrícola	Agrícola	-	4,1	-	-	22,5	-	-	-5,6	-	-	47,0 *	-	-	6,3	-	-	7,4	-
		Não-agric	-	-1,3	-	-	-2,3	-	-	-23,5	-	-	7,9	-	-	-1,5	-	-	-3,0	-
		Sub-total	8,2 *	1,2	6,6 *	3,3	4,8	3,6	11,0 *	-18,3	4,0	1,5	20,0 *	5,2 *	6,6	2,4	5,7 *	7,1 *	1,5	5,9 *
	Não-agric.	Agrícola	-	8,7 *	-	-	-2,9	-	-	-6,7	-	-	1,7	-	-	2,1	-	-	3,0	-
		Não-agric	-	8,1 *	-	-	1,3	-	-	10,3 *	-	-	7,6 *	-	-	2,0	-	-	6,5 *	-
		Sub-total	6,3 *	8,2 *	6,7 *	3,9 *	1,0	3,3 *	2,2 *	9,4 *	3,7 *	7,4 *	6,9 *	7,3 *	6,7 *	2,0	5,7 *	5,1 *	6,1 *	5,3 *
Rural	Agrícola	Agrícola	-	0,4	-	-	18,9 *	-	-	39,5	-	-	-2,6	-	-	8,2	-	-	2,9	-
		Não-agric	-	1,5	-	-	11,8	-	-	0,0	-	-	6,3	-	-	44,4 *	-	-	4,5	-
		Sub-total	8,7 *	0,7	6,9 *	6,5 *	16,8 *	8,7 *	1,2	24,3	5,8	8,8 *	0,3	6,9 *	14,3 *	15,6	14,6 *	8,4 *	3,3	7,3 *
	Não-agric.	Agrícola	-	3,4	-	-	6,5	-	-	-9,2	-	-	-3,1	-	-	12,2	-	-	2,2	-
		Não-Agric	-	3,2	-	-	21,9	-	-	38,0	-	-	3,4	-	-	12,3	-	-	7,6	-
		Sub-total	2,5 *	3,3	2,7 *	11,1 *	10,8	11,0 *	3,2	13,7	5,4	5,6 *	-1,4	4,1 *	10,7 *	12,2	11,0 *	4,0 *	3,8	4,0 *

<sup>1</sup> Significativo ao nível de confiança de 95%;<sup>2</sup> Incluído o Estado de Tocantins

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

## 2.7 OS RENDIMENTOS DO TRABALHO PRINCIPAL<sup>126</sup>

Para completar a análise da importância das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, resta ainda apresentar o comportamento dos rendimentos dessas ocupações comparativamente às agrícolas.

É notório que a renda média na área rural é menor que na área urbana, e que o rendimento médio no setor agrícola é menor que o dos setores secundário e terciário<sup>127</sup>. Em estudo recente com dados de 1992, 1993 e 1995, Hoffmann<sup>128</sup> analisou a renda das pessoas conforme a idade, a escolaridade, o gênero, a cor, as posições na ocupação, as faixas de tempo semanal de trabalho, as regiões, a situação do domicílio e o setor de atividade (agricultura, indústria e serviços), e já concluiu que:

*As equações de rendimento ajustadas mostram que, mesmo depois de descontados os efeitos das demais variáveis, as pessoas com domicílio urbano tendem a ganhar mais do que as pessoas com domicílio rural, e as pessoas com atividade não-agrícola tendem a ganhar mais do que aquelas com atividade agrícola.*

A razão portanto para apresentar essa seção neste trabalho não é comprovar a superioridade das rendas não-agrícolas, tampouco se quer averiguar a contribuição dessas fontes sobre a pobreza ou na distribuição da renda rural. Objetiva-se somente apresentar uma evolução abrangendo o período de 1981 a 1995, comparando os rendimentos das atividades agrícolas contra as não-agrícolas, e a importância do registro em carteira de trabalho.

No sistema econômico vigente a posição na ocupação exerce papel de destaque na explicação das diferenças de rendimento entre as pessoas, entretanto a posição na ocupação influi também na veracidade das informações. É reconhecido que quanto maior o rendimento das pessoas, a sub-declaração da renda tende a aumentar. Em geral os assalariados tem uma informação sobre renda mais próxima da realidade.

<sup>126</sup> A questão formulada na PNAD sobre o trabalho principal é: "Qual era o rendimento mensal que ... ganhava normalmente, em Setembro de 1995 nesse trabalho?"

<sup>127</sup> Leone mostrou, por exemplo, que as famílias agrícolas com domicílio urbano tem uma inserção inferior (condições de moradia, saneamento, acesso a água tratada ou energia elétrica), comparativamente as famílias urbanas não-agrícolas com os mesmos rendimentos monetários. Leone, E.T. *Famílias agrícolas no meio urbano: inserção nas cidades das famílias vinculadas à agricultura*. 1996, 21p. (não publicado)

<sup>128</sup> Hoffmann, R. Equações de rendimento para pessoas ocupadas no Brasil: contrastes regionais e setoriais. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. SOBER, Brasília - DF. V.2, p.707-718. 1998.

Entre os não-assalariados é difícil estimar a renda média do mês de Setembro. Enquanto para os empregados, declara-se na PNAD a remuneração bruta<sup>129</sup> do mês de setembro, para as pessoas ocupadas como conta-própria ou empregadores na agricultura esta contabilização é especialmente difícil, frente à dificuldade dessas pessoas estimarem uma retirada<sup>130</sup> média da produção sazonal equivalente para o mês de setembro<sup>131</sup>, principalmente em anos de elevada inflação de preços.

Na tabela 2.17 é apresentada a renda média da PEA corrigida segundo a situação do domicílio, atividade e posição na ocupação. Tomando somente as pessoas com domicílio rural, observa-se que a renda média dos empregados agrícolas com registro em carteira é maior que a dos conta-própria também agrícolas.

Admitindo-se que os conta-própria respondem pela maior parte da produção agrícola familiar, onde a pessoa responsável se declara como conta-própria, e os demais membros que auxiliam o responsável nas atividades agropecuárias como não-remuneradas, significa que a renda média da família vai estar muito próxima a renda média da pessoa conta-própria. No âmbito das famílias de assalariados, somente a presença de dois membros assalariados, mesmo que sem registro em carteira, vai resultar numa renda familiar média maior que a dos conta-própria.

O fato de que os salários médios dos empregados agrícolas com registro em carteira serem maiores que o dos conta-próprias, ou ainda, quando se toma a renda familiar derivada dessas rendas individuais, sugere que as rendas dos conta-própria estejam sub-declaradas. É certo que, na produção familiar, há uma parcela dos produtos que são destinados ao autoconsumo que não é declarada como parte da renda total. Essa dificuldade de estimar o valor da produção auto-consumida, agravada pela dificuldade de estabelecer uma retirada média mensal de produtos sazonais, sugere que, provavelmente, a renda dos conta-própria esteja sub-declarada.

---

<sup>129</sup> Por remuneração bruta entende-se na PNAD: *pagamento da pessoa empregada sem excluir os descontos correspondentes.*

<sup>130</sup> Por retirada entende-se: *rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o empreendimento.*

<sup>131</sup> Para maiores detalhes sobre a estimativa da renda dos conta-própria e empregadores, veja explicação sobre a variável renda no Capítulo 1.

Tabela 2.17 Renda média mensal do trabalho principal das pessoas ocupadas, segundo a situação do domicílio, atividade principal e posição na ocupação. Brasil, PEA restrita, 1995.

Situação Domicílio	Atividade	Posição Na Ocupação	PESSOAS (1.000) <sup>1</sup>	RENDA MÉDIA (R\$) <sup>2</sup>
<b>Urbano</b>				
	Agrícola		3.013	281
		Empregados	1.890	162
		com reg. cart.	571	215
		sem reg. cart.	1.319	138
		sem declar.	1	170
		Conta-própria	886	259
		Empregadores	237	1.316
	Não Agrícola		45.167	476
		Empregados	33.007	412
		com reg. cart.	18.079	473
		sem reg. cart.	10.656	214
		func. público	4.268	648
		sem declar.	4	720
		Conta-própria	10.101	457
		Empregadores	2.059	1.591
<b>Rural</b>				
	Agrícola		6.473	172
		Empregados	2.880	128
		com reg. cart.	732	184
		sem reg. cart.	2.148	109
		sem declar.	1	90
		Conta-própria	3.323	172
		Empregadores	270	638
	Não Agrícola		3.655	227
		Empregados	2.642	206
		com reg. cart.	1.089	273
		sem reg. cart.	1.272	123
		func. público	282	322
		sem declar.	-	-
		Conta-própria	935	224
		Empregadores	78	969

<sup>1</sup> exclusive as pessoas sem rendimentos ou sem declaração de renda.

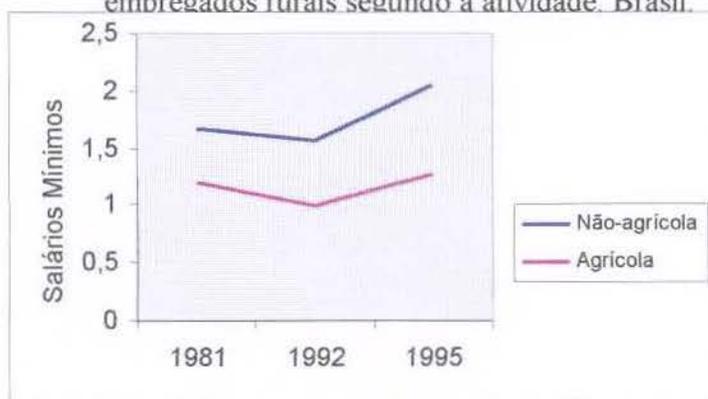
<sup>2</sup> valores de Setembro de 1995.

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Infelizmente não se dispõe de todos os elementos necessários para verificar o grau de sub-declaração das rendas e, por essa razão, a renda nesse trabalho não será examinada em toda a sua dimensão<sup>132</sup>. A análise se limitará à comparação da renda entre os empregados, já que essa categoria é majoritária entre os ocupados em atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro.

O Gráfico 2.57 mostra a evolução<sup>133</sup> das rendas<sup>134</sup> dos empregados rurais. Como era esperado, as rendas das atividades não-agrícolas tendem a ser quase 50% maiores que as das atividades agrícolas. Para qualquer dos rendimentos considerados observa-se uma queda em 1992<sup>135</sup>, seguida por uma recuperação em 1995, sendo perceptível uma recuperação mais acelerada da renda nas atividades não-agrícolas. Esses movimento dos rendimentos médios refletem na verdade as fases em que passava a economia brasileira. Como 1981 foi o primeiro ano de um período recessivo e 1992 é o terceiro ano do período recessivo seguinte, era esperado uma queda nos rendimentos entre 1981 e 1992. Já 1995 é o segundo ano de um novo período de crescimento econômico, e portanto os rendimentos médios entre 1992 e 1995 são ascendentes.

Gráfico 2.57 Evolução dos rendimentos do trabalho principal dos empregados rurais segundo a atividade. Brasil.



<sup>132</sup> A mensuração da intensidade da sub-declaração da renda será objeto de estudo no âmbito do Projeto Urbano.

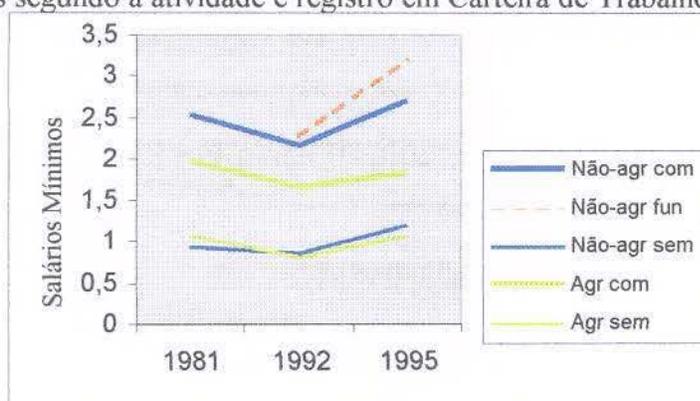
<sup>133</sup> O deflator é o INPC.

<sup>134</sup> Também para simplificação utilizou-se os rendimentos do trabalho principal, como forma de evitar a mescla de rendas agrícolas com não-agrícolas do trabalho secundário.

<sup>135</sup> Esta queda dos rendimentos em 1992 é semelhante aos resultados de Hoffmann para a PEA no Brasil. Ver a respeito Hoffmann, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-96 e a influência da inflação e do salário mínimo**. 1998. 28p. (não publicado)

O Gráfico 2.58 subdivide a renda dos mesmos empregados rurais entre os com registro em carteira (com), sem registro (sem) e funcionários públicos (func). Observa-se que os empregados rurais em atividades não-agrícolas com registro em carteira e funcionários públicos são os que recebem os maiores rendimentos. Os empregados agrícolas com registro em carteira vem em terceiro lugar no *ranking*, ficando as menores rendas com os empregados sem registro em carteira, tanto nas atividades agrícolas como nas não-agrícolas.

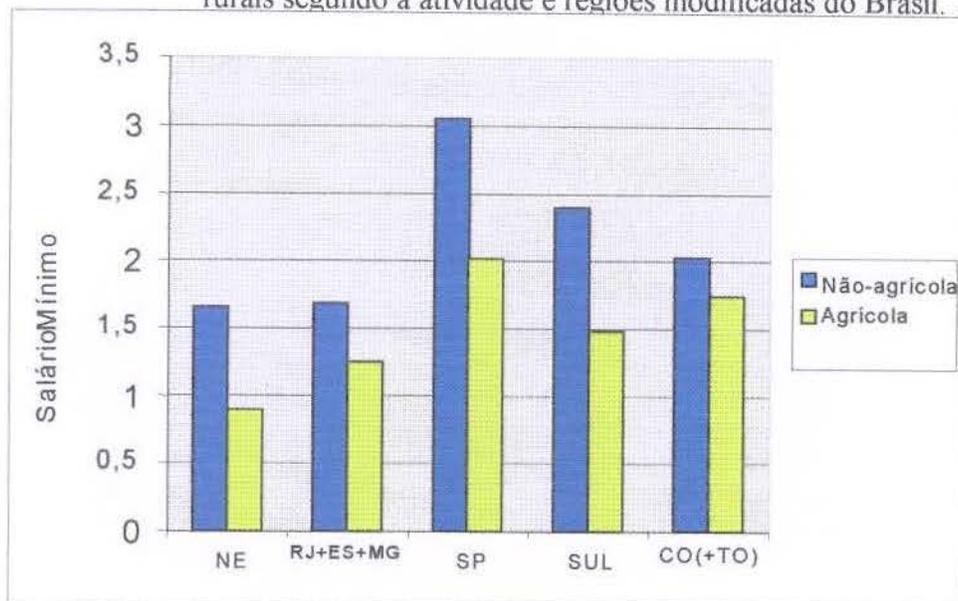
Gráfico 2.58 Evolução dos rendimentos médios do trabalho principal dos empregados rurais segundo a atividade e registro em Carteira de Trabalho. Brasil.



É importante destacar que as rendas dos assalariados sem registro em carteira estão muito próximas, tanto das atividades agrícolas como não-agrícolas. Essa proximidade das rendas mostra uma certa uniformidade no mercado de trabalho informal no meio rural brasileiro. No tocante as do mercado de trabalho formal, as rendas não-agrícolas são superiores às agrícolas.

Voltando às rendas médias dos empregados em atividades agrícolas e não-agrícolas, tem-se que, conforme o Gráfico 2.59, as menores rendas situam-se no Nordeste do Brasil e, que em todas as regiões, as rendas não-agrícolas são maiores que as agrícolas. Ademais as diferenças de rendimento são maiores no Nordeste do Brasil, pois as rendas agrícolas são muito inferiores nessa região: a diferença média é de quase 100%.

Gráfico 2.59 Rendimentos médios do trabalho principal dos empregados rurais segundo a atividade e regiões modificadas do Brasil, 1995



Nos Gráficos 2.60 e 2.61 o grupo de empregados foi subdividido entre os com e sem registro em Carteira de Trabalho, com o objetivo de explorar a relação entre as rendas não-agrícolas e as agrícolas por região do País. Focando os empregados rurais com registro em carteira, observa-se que a proporção entre as rendas chega a quase 2 em favor das não-agrícolas no Nordeste, ao passo que na região Centro-Oeste do País elas são praticamente iguais (relação próxima a 1). Mesmo em São Paulo, onde os empregados agrícolas com registro tem os maiores salários, a relação favorável para as rendas não-agrícolas está em torno de 1,5.

Entre os empregados rurais sem registro em Carteira de Trabalho, a relação entre as rendas não-agrícolas com as agrícolas está muito próxima a 1 em todas as regiões, especialmente no ano de 1995. Este resultado revela uma uniformidade de salários nos mercados informais de trabalho agrícola e não-agrícola em todas as regiões brasileiras.

Portanto, pode-se concluir que os empregados rurais com registro na Carteira de Trabalho em atividades não-agrícolas tem uma contribuição bem menor para a precariedade do trabalho no meio rural brasileiro, no que diz respeito ao valor dos salários. Quanto se focaliza os empregados sem registro, observa-se que a contribuição para a precariedade do trabalho dos ocupados em atividades agrícolas e não-agrícolas é muito semelhante, pois seus salários médios estão muito próximos.

Gráfico 2.60 Relação entre as rendas médias não-agrícolas com as agrícolas dos empregados rurais com registro em Carteira de Trabalho, segundo as regiões modificadas do Brasil, 1981-95.

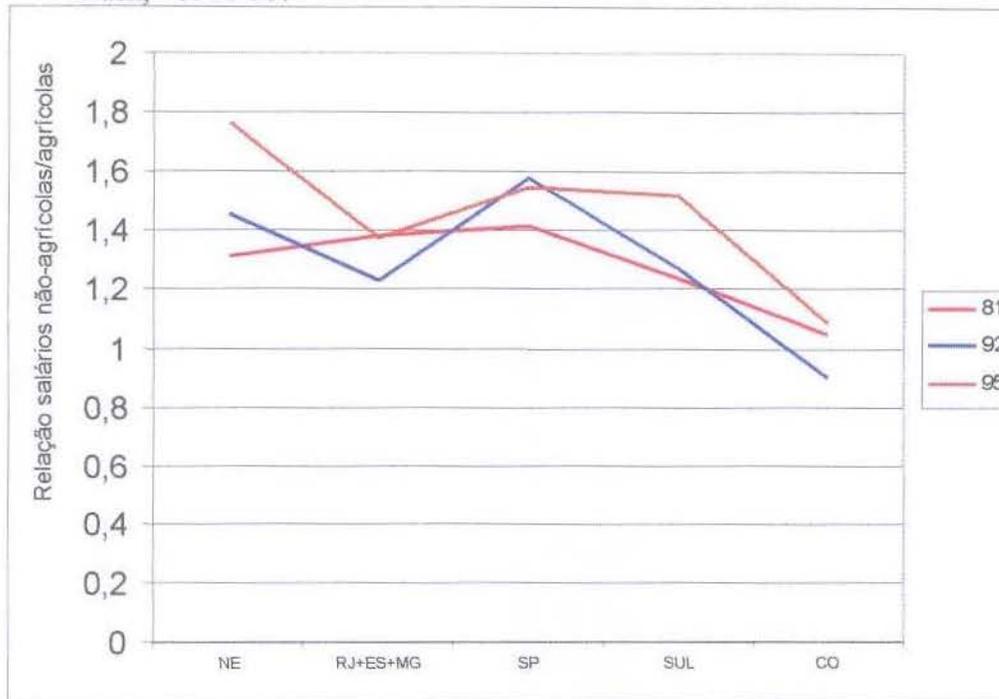
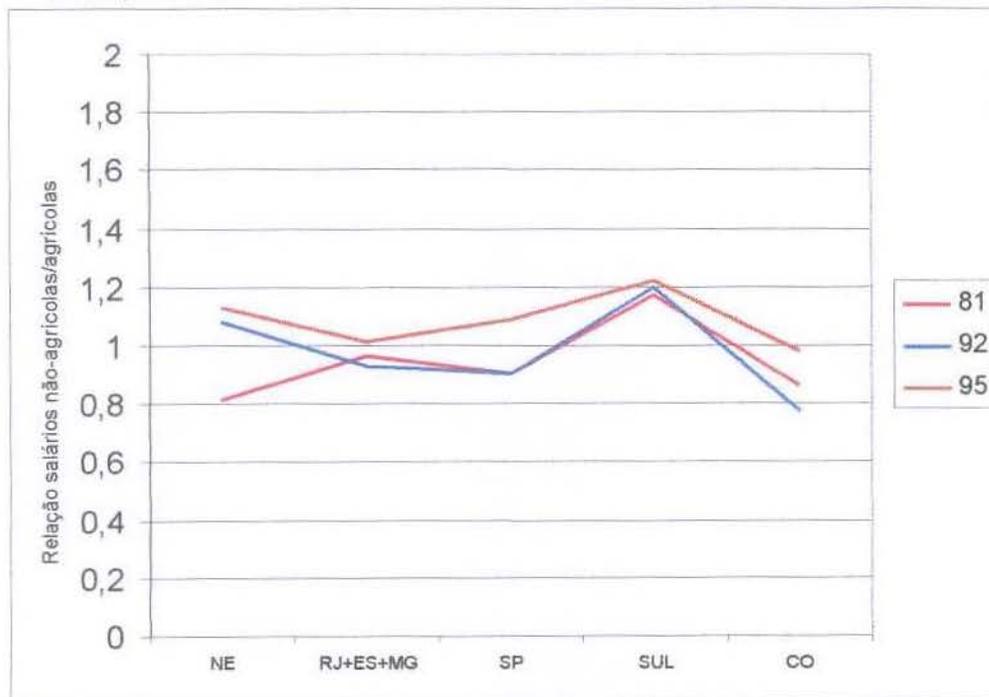


Gráfico 2.61 Relação entre as rendas médias não-agrícolas com as agrícolas dos empregados rurais sem registro em Carteira de Trabalho, segundo as regiões modificadas do Brasil, 1981-95.



## CAPÍTULO 3. O ACRÉSCIMO CONCEITUAL<sup>136</sup>

Conforme já descrito, visando adaptar as estatísticas brasileiras às novas normas internacionais, as PNADs dos anos 90 incorporaram na contagem da População Economicamente Ativa uma parcela de pessoas até então não considerada como tal. Após descrever a evolução das ocupações no meio rural é oportuno também avaliar o impacto da expansão do conceito de trabalho nessas ocupações.

A expansão do conceito da PEA consiste basicamente na inclusão de duas novas categorias na Posição na Ocupação (Produtores para Autoconsumo e Trabalhadores na Construção para o Próprio Uso), e na redução do tempo de trabalho mínimo dos trabalhadores não-remunerados de 15h para uma hora semanal. Os dados apresentados a seguir referem-se somente à parcela da população acrescida à PEA.

### 3.1 AS ATIVIDADES E A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

A ampliação do conceito de trabalho resultou num acréscimo de cerca de quatro milhões de trabalhadores na PEA, sendo que deste total, mais de 3,2 milhões são trabalhadores na Produção para o Próprio Consumo. A contribuição dos trabalhadores na Construção para o Próprio Uso não atinge 200 mil pessoas, enquanto que o contingente dos não-remunerados com menos de 15 h semanais de trabalho não passam de 700 mil pessoas (Tabela 3.1).

---

<sup>136</sup> Termo simplificado que representa todas as pessoas que passaram a ser contadas como Ocupadas, decorrente das mudanças no conceito de trabalho, a partir da PNAD de 1992.

Tabela 3.1 Distribuição regional e evolução<sup>1</sup> do acréscimo conceitual da população ocupada, segundo a posição na ocupação, 1992/1995. (1.000 pessoas)

Grandes Regiões	Autoconsumo			Autoconstrução			Não-remunerados <sup>2</sup>		
	1992	1995	% a.a.	1992	1995	% a.a.	1992	1995	% a.a.
Norte	113,1	122,5	2,7	7,2	11,4	16,4	17,0	26,2	15,6**
Nordeste	1.135,0	1.281,4	4,1**	45,3	41,5	-2,9	237,9	296,7	7,6**
RJ+MG+ES	842,8	715,9	-5,3**	36,6	36,5	-0,2	99,2	101,1	0,7
SP	184,4	188,3	0,7	33,5	38,1	4,4	62,2	58,2	-2,2
Sul	670,1	677,4	0,4	21,9	27,1	7,4	113,6	155,7	11,1**
Centro-Oeste	266,2	238,2	-3,6**	10,7	9,6	-3,4	34,9	37,4	2,3
Brasil	3.211,4	3.223,7	3,8	155,2	164,2	21,7	564,8	675,4	0,8

<sup>1</sup>\*\* Significativo ao nível de confiança de 95% e \* significativo ao nível de confiança de 90%

<sup>2</sup>Corresponde às pessoas não-remunerados com jornadas de trabalho menores que 15h semanais

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Urbano, IE/UNICAMP.

A grande maioria dos trabalhadores na Produção para o Próprio Consumo possuem domicílio nas áreas rurais (Tabela 3.2), entretanto denota-se também uma importante participação de trabalhadores na produção para o autoconsumo<sup>137</sup> com domicílio urbano (mais de um milhão de pessoas). Todo o contingente dos trabalhadores na produção para o autoconsumo foi incorporado à PEA Agrícola, de onde vem a discrepância tão grande da população ocupada na agricultura entre 1990 e 1992. No contingente dos trabalhadores não-remunerados, com jornada semanal de trabalho menor que 15 h, o acréscimo está dividido entre atividades agrícolas e não-agrícolas, nas áreas rurais e urbanas, respectivamente. Os trabalhadores na autoconstrução<sup>138</sup> têm domicílio prioritariamente urbano (quase 80%), sendo que todos, por definição, em atividades não-agrícolas.

É importante destacar que a contribuição da expansão conceitual para a PEA ocupada em atividades não-agrícolas no meio rural é muito pequena, não ultrapassando o contingente de 60 mil pessoas (30 mil pessoas da autoconstrução mais 26 mil pessoas não-remuneradas em 1995). Portanto os dados sobre a PEA não-agrícola no meio rural brasileiro, não sofreram grandes alterações decorrentes da incorporação dos novos contingentes enumerados como economicamente ativas, ficando as cifras do capítulo anterior muito próximos aos valores sem a correção conceitual (Graziano e Del Grossi, 1997).

<sup>137</sup> Termo simplificado da categoria Trabalhadores na Produção para o Próprio Consumo.

<sup>138</sup> Termo simplificado da categoria Trabalhadores na Construção para o Próprio Uso.

Tabela 3.2 Evolução<sup>1</sup> da População incorporada à PEA, Brasil, 1992/1995. (1.000 pessoas)

Ramo de atividades Posição na ocupação	Urbano			Rural			Total		
	1992	1995	% a.a. <sup>1</sup>	1992	1995	% a.a.	1992	1995	% a.a.
<b>Agrícola</b>									
Produção autoconsumo	1.224	1.075	-4,2**	1.988	2.149	2,6*	3.211	3.224	0,1
Não-remunerado	68	55	-6,7	256	331	8,8**	324	386	5,9**
Sub-total	1.292	1.130	-4,4**	2.244	2.480	3,4**	3.536	3.609	0,7
<b>Não-agrícola</b>									
Trab. autoconstrução	131	131	0,2	25	33	10,1	155	164	1,9
Não-remunerado	211	263	7,6**	29	27	-3,0	241	290	6,4**
Sub-total	342	394	4,9**	54	60	3,4	396	454	4,7**
<b>Total (Agrícola + não-agrícola)</b>									
Produção autoconsumo	1.224	1.075	-4,2**	1.988	2.149	2,6*	3.211	3.224	0,1
Trab. Autoconstrução	131	131	0,2	25	33	10,1	155	164	1,9
Não-remunerado	279	318	4,5*	286	357	7,7**	565	675	6,1**
Total Geral	1.633	1.524	-2,3**	2.298	2.539	3,4**	3.931	4.063	1,1

<sup>1</sup>\*\* Significativo ao nível de confiança de 95% e \* significativo ao nível de confiança de 90%

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Urbano, IE/UNICAMP.

Quando se analisa a evolução dos trabalhadores incorporados à PEA entre 1992 e 1995, há uma aparente estabilidade no contingente dos trabalhadores para autoconsumo, mas quando se separa a porção urbana da rural, podem-se observar movimentos contrários, uma vez que a PEA para autoconsumo rural aumenta significativamente, enquanto que a urbana diminui, também significativamente, fazendo com que os dois movimentos se anulem na média. Isto não significa que as pessoas na produção para autoconsumo urbano tenham migrado para áreas rurais, mas que pode estar ocorrendo a mudança ocupacional dos trabalhadores urbanos para outras atividades e posições na ocupação.

Os trabalhadores não-remunerados com menos de 15 h semanais de ocupação crescem significativamente no período, tanto nas atividades agrícolas (predominantemente rurais), como nas atividades não-agrícolas (predominantemente urbanas). Ao passo que o contingente dos trabalhadores na autoconstrução manteve-se estável, tanto nas áreas rurais como urbanas.

A grande maioria dos trabalhadores incorporados na PEA estão localizados no Nordeste do Brasil, e em menor escala nos estados do Sudeste e do Sul do País (Tabela 3.3). Mas, enquanto os trabalhadores na Produção para o autoconsumo crescem no Nordeste

Tabela 3.3 Distribuição regional e evolução<sup>1</sup> do acréscimo conceitual da PEA segundo a situação do domicílio e atividade principal, 1992/1995. (1.000 pessoas)

Grandes Regiões	Urbano						Rural					
	Agrícola			Não-agrícola			Agrícola			Não-agrícola		
	1992	1995	% a.a. <sup>1</sup>	1992	1995	% a.a.	1992	1995	% a.a.	1992	1995	% a.a.
Norte	90,0	88,5	-0,6	16,5	31,8	24,5**	29,4	39,6	10,4 <sup>2</sup>	1,4	0,3	-39,9 <sup>2</sup>
Nordeste	261,0	314,5	6,4**	95,7	119,7	7,7**	1.023,7	1.156,5	4,2**	37,7	28,8	-8,6
RJ+MG+ES	362,4	239,8	-12,9**	89,6	71,4	-7,3	519,9	529,1	0,6	6,7	13,2	25,4
SP	113,3	82,2	-10,1**	67,8	81,9	6,5	98,2	115,7	5,6	0,8	4,8	81,6**
Sul	379,6	348,7	-2,8	48,7	68,5	12,0**	373,4	436,0	5,3	3,9	7,1	21,5
Centro-Oeste	85,2	55,7	-13,2**	23,7	21,2	-3,7	199,5	202,8	0,5	3,4	5,5	17,8
<b>Brasil</b>	<b>1.291,6</b>	<b>1.129,5</b>	<b>-4,4**</b>	<b>341,9</b>	<b>394,5</b>	<b>4,9**</b>	<b>2.244,0</b>	<b>2.479,7</b>	<b>3,4**</b>	<b>53,9</b>	<b>59,6</b>	<b>3,4</b>

<sup>1</sup>\*\* Significativo ao nível de confiança de 95% e \* significativo ao nível de confiança de 90%

<sup>2</sup> Teste não realizado

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

e diminuem na Região Sudeste, os trabalhadores não-remunerados crescem tanto no Nordeste como na Região Sul e permanecem estáveis no Sudeste do País. Diferentemente os trabalhadores na autoconstrução permanecem com seus contingentes inalterados em todas as regiões brasileiras.

Apesar de o número de trabalhadores para autoconsumo com domicílio urbano diminuir entre 1992 e 1995 no País, há um crescimento desta categoria de trabalhadores no Nordeste. No âmbito dos trabalhadores não-remunerados com domicílio urbano verifica-se um crescimento, principalmente no Nordeste e no Sul do País. Nas áreas rurais, o Nordeste também sediou o grande crescimento dos trabalhadores para autoconsumo e não-remunerados no período, enquanto que as demais regiões mantiveram seus contingentes. De forma geral, pode-se afirmar que o contingente de trabalhadores para autoconsumo só não se reduziu no País nesse período pelo seu notável crescimento nas áreas nordestinas, tanto urbanas como rurais.

A grande maioria dos trabalhadores na produção para o autoconsumo é constituída por pessoas que trabalham menos de 15h no trabalho principal: eles contam mais de dois milhões, e representam quase 2/3 dos trabalhadores para o autoconsumo<sup>139</sup>. Já a maioria dos trabalhadores na autoconstrução<sup>140</sup> trabalham mais de 15h semanais em suas tarefas. Quanto aos não-remunerados incorporados à PEA, por definição todos trabalham menos de 15h semanais. Era de se esperar, portanto, que o número de pessoas com mais de uma atividade na semana de referência fosse elevado, pois em todas as categorias a maioria dedica menos de 15h semanais à sua ocupação principal. A hipótese não se confirma: o número de trabalhadores do acréscimo conceitual que declararam ter mais de uma atividade na semana de referência é muito pequeno (cerca de 10 mil pessoas, Tabela 3.4).

O reduzido contingente de trabalhadores no autoconsumo, autoconstrução ou não-remunerados (menos de 15 h semanais de trabalho) com ocupações secundárias, indica que os novos conceitos de trabalho captaram parcelas da população que não possuem dedicação integral ao trabalho (jornada de 40h semanais). As atividades exercidas por essas pessoas, nos

<sup>139</sup> 64% dos trabalhadores na produção para autoconsumo trabalham menos de 15h semanais; 30% trabalham entre 15 e 39h semanais, e os demais trabalham mais de 40h.

<sup>140</sup> 14% dos trabalhadores na construção para o próprio uso trabalham menos de 15h semanais; 39% trabalham entre 15 a 39h semanais; 20% trabalham entre 40 e 44h semanais e 27% trabalham mais de 45h na semana.

Tabela 3.4 Número de pessoas do acréscimo conceitual com atividade secundária, segundo o ramo da atividade principal e secundária. Brasil, 1992-95.

Ramo de Atividade		1992	1995	92/95
Principal	Secundário	(1.000)	(1.000)	% a.a.
Agrícola	Agrícola	6,1	7,3	6,2
	Não-agrícola	0,8	1,4	19,9
	Sub-total	6,9	8,7	8,0
Não-agrícola	Agrícola	0,0	0,2	-
	Não-agrícola	2,8	2,3	-6,2
	Sub-total	2,8	2,5	-2,9
Total		9,7	11,2	5,1

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

cuidados da horta doméstica, manutenção da casa ou auxílio pontual a outro membro da família, fez com que eles fossem enumerados como População Economicamente Ativa - PEA, sem que eles realizassem a mesma carga horária da grande maioria dos trabalhadores da PEA. Várias razões podem contribuir para a baixa jornada semanal de trabalho, destacando-se: a divisão do trabalho no interior da família, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, o modo de vida, a saúde e a dedicação aos estudos, entre outros.

### 3.2 AS POSIÇÕES NA FAMÍLIA<sup>141</sup>

Observa-se que a grande maioria da expansão conceitual da PEA dedicada à agricultura são de mulheres cônjuges, com boa participação das mulheres ainda entre as pessoas de referência ou filhas (Tabela 3.5). Já os homens são minoria, divididos entre as pessoas

<sup>141</sup> As posições na família são: pessoa de referência da entrevista, cônjuge, filhos, outros parentes (possuem algum grau de parentesco com a família ou cônjuge), agregados (pessoa que não é parente e não paga hospedagem e/ou alimentação), pensionistas (pessoa que não é parente e paga hospedagem e/ou alimentação), empregado doméstico e parente de emprego doméstico. Para maiores detalhes veja Manual de Entrevista da Pesquisa Básica, PNAD de 1995, p. 100-101.

Tabela 3.5 Pessoas incorporadas à população ocupada segundo a situação do domicílio, ramo de atividade principal, condição na família e gênero. Brasil, 1995. (1.000 pessoas)

Condição na família	Urbano				Rural				Total			
	Agrícola		Não-agrícola		Agrícola		Não-agrícola		Agrícola		Não-agrícola	
	M <sup>1</sup>	F <sup>2</sup>										
Pessoa de referência	210	138	80	17	157	202	14	1	366	340	95	18
Cônjuge	1	547	1	72	1	1.440	0	9	2	1.987	1	81
Filho	131	59	129	81	263	321	22	12	393	380	151	92
Outro parente	19	23	8	4	35	55	1	0	54	78	9	4
Agregado	0	1	0	1	3	5	1	0	3	5	1	1
Pensionistas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
<b>Total</b>	<b>361</b>	<b>769</b>	<b>219</b>	<b>176</b>	<b>458</b>	<b>2.022</b>	<b>38</b>	<b>22</b>	<b>819</b>	<b>2.790</b>	<b>256</b>	<b>198</b>

<sup>1</sup> M Homens

<sup>2</sup> F Mulheres

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

de referência e filhos. Para a população não-agrícola (autoconstrução e parte dos não-remunerados com menos de 15h semanais de trabalho) a participação dos homens é maior, principalmente dos filhos, mas mesmo assim em valores absolutos bem menores que a PEA agrícola.

A menor incidência das pessoas de referência que se dedicavam à produção para o autoconsumo indica que o número de famílias com esse tipo de produção tem reduzida participação na população<sup>142</sup>. A observação é importante, pois o argumento para a incorporação da categoria na PEA era a importância da produção agropecuária familiar, que se dedicava exclusivamente à produção para o autoconsumo e não estaria sendo captada pelas estatísticas oficiais. Os dados permitem afirmar que essas categorias são importantes, mas a ampliação do conceito captou principalmente cônjuges de outras famílias de trabalhadores que cuidavam, além dos seus afazeres domésticos, de hortas ou criação de pequenos animais.

Para apurar melhor a dimensão das famílias cujos membros se dedicavam na sua totalidade à produção para o autoconsumo, isolou-se estas famílias. Em 1995, havia 487 mil famílias, envolvendo pouco mais de 1,1 milhão de pessoas ocupadas, montante bem inferior aos 3,2 milhões do total de pessoas dedicadas ao autoconsumo. Ao detalhar mais os dados das 487 mil famílias, denota-se que 365 mil tinham apenas uma pessoa ocupada em 1995. Isto revela que estas famílias estão longe do estereótipo da família camponesa, numerosa e dedicada à produção de subsistência em longas jornadas de trabalho. Os dados sugerem que na sua maioria são domicílios de pessoas com idade avançada, vivendo com rendas de aposentadorias e pensões.

Quando se subdivide a PEA agrícola pelas posições na ocupação e atividade principal, o cenário fica ainda mais nítido. A atividade mais freqüente entre as pessoas envolvidas na produção para o autoconsumo é a criação de aves, seguida bem abaixo pela produção de verduras (Tabelas 3.6 e 3.7). O quadro comprova a hipótese de que a grande

---

<sup>142</sup> As pessoas só foram classificadas na categoria de produtores para o autoconsumo quando não exerciam nenhuma outra atividade na semana da pesquisa. O fato da pessoa de referência se dedicar à produção para autoconsumo é a primeira condição para identificar a família onde todos os seus membros também se dedicam à produção para autoconsumo.

Tabela 3.6 Atividade principal da população urbana incorporada à população ocupada, segundo o ramo de atividade principal, posição da ocupação e condição na família. Brasil, 1995.  
(1.000 pessoas)

Ramo de Atividade	Posição na ocupação	Atividade principal	Posição na família				Total	
			Pes.ref. <sup>1</sup>	Cônjuge	Filhos	Out.par. <sup>2</sup>		Outros <sup>3</sup>
Agrícola								
Autoconsumo								
		Criação de aves	99	283	43	18	1	443
		Produção de verduras	128	183	40	10	1	362
		Criação de animais	16	25	11	2	0	54
		Culturas diversas	28	13	13	2	0	57
		Cultura do milho	24	9	9		0	42
		Cultura da mandioca	19	14	14	2	0	49
		Pesca	16	2	21	3	0	42
		Rizicultura	8	1	1	2	0	12
		Outros agrícolas	6	5	2	1	0	13
		Sub-total	345	535	154	39	1	1.075
Não-remunerados								
		Criação de animais		1	10			11
		Cultura do milho		1	3			5
		Culturas diversas	1	1	5			6
		Outras agrícolas	2	11	17	2		33
		Sub-total	3	14	36	2		55
Não-agrícola								
Autoconstrução								
		Construção civil	78	9	40	4	0	131
Não-remunerados								
		Comércio de alimentos		13	36	2		51
		Restaurantes	3	8	27	2		40
		Outros não-agrícolas	17	43	107	4	2	172
		Sub-total	20	63	170	8	2	263

<sup>1</sup> Pessoa de referência

<sup>2</sup> Outro Parente

<sup>3</sup> Agregados e pensionistas

Fonte: tabulações especiais do Projeto Urbano, IE/UNICAMP.

Tabela 3.7 Atividade principal da população rural incorporada à população ocupada, segundo o ramo de atividade principal, posição na ocupação e condição na família. Brasil, 1995.  
(1.000 pessoas)

Ramo de Atividade	Posição na ocupação	Atividade principal	Posição na família					Total
			Pes.ref. <sup>1</sup>	Cônjuge	Filhos	Out.par. <sup>2</sup>	Outros <sup>3</sup>	
Agrícola								
Autoconsumo								
		Criação de aves	155	1.031	177	27	3	1.393
		Produção de verduras	48	132	41	11		232
		Criação de animais	24	78	48	8	1	158
		Culturas diversas	30	31	31	5		97
		Cultura do milho	43	30	27	9	1	111
		Cultura da mandioca	27	23	21	4		75
		Pesca	4	2	7	3		16
		Rizicultura	19	7	12	3		41
		Outros agrícolas	2	13	8	1	0	25
		Sub-total	353	1.347	372	73	5	2.149
Não-remunerados								
		Criação de animais	2	16	43	2	1	64
		Cultura do milho	1	16	32	3		53
		Culturas diversas	1	14	32	4		50
		Outras agrícolas	2	48	105	8	1	164
		Sub-total	5	94	212	18	2	331
Não-agrícola								
Autoconstrução								
		Construção civil	14	2	16		1	33
Não-remunerados								
		Comércio de alimentos	0,5	2	6	1		10
		Restaurantes		1	1			2
		Outros não-agrícolas	0,5	5	10	0		15
		Sub-total	1	8	17	1		27

<sup>1</sup> Pessoa de referência

<sup>2</sup> Outro parente

<sup>3</sup> Agregados e pensionistas

Fonte: tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

maioria dos incorporados à PEA eram de pessoas que se dedicavam às criações caseiras de pequenos animais e hortas domésticas. Como essas pessoas realizaram as atividades em mais de uma hora por semana (Tabela 3.8), independentemente de ser para o próprio consumo ou para a venda, elas passaram a ser enumeradas entre a população economicamente ativa a partir da PNAD de 1992.

Entre as atividades não-agrícolas realizadas pelas pessoas incorporadas à PEA, há a própria Construção para o Próprio Uso, mas também há não-remunerados no comércio de alimentos, principalmente entre os filhos.

Os não-remunerados agrícolas também são representados prioritariamente pelos filhos, e estão pulverizados entre várias lavouras e atividades agrícolas, não havendo nenhuma atividade com especial dedicação deste contingente. Porém todos os filhos não-remunerados que se dedicam a atividades agrícolas trabalham menos de 15h semanais, por definição, indicando que devem ser estudantes que cuidavam de pequenos afazeres domésticos.

O quadro não fica diferente quando se analisam as ocupações exercidas pelas pessoas do acréscimo conceitual (Tabela 3.9 e 3.10). A grande maioria dos trabalhadores ligados à agricultura foi classificada como Trabalhador Rural, indicando não haver nenhuma especialização profissional.

A grande maioria das pessoas de referência do acréscimo conceitual recebem aposentadorias e/ou pensões e/ou outras rendas<sup>143</sup>, representando mais de 70% das pessoas de referência, tanto agrícolas como não-agrícolas (Tabela 3.11). Entre os cônjuges agrícolas a participação das mesmas rendas é bem menor: não atinge 20%.

---

<sup>143</sup> Outras rendas incluem outras pensões, outras aposentadorias, abonos, aluguéis, doações e rendimentos financeiros. Apesar de representarem um grupo relativamente grande de rendimentos, as "outras rendas" são relativamente pouco expressivas em número de pessoas, comparativamente às aposentadorias e pensões.

Tabela 3.8 Grupos de horas semanais em todos os trabalhos da população incorporada à população ocupada, conforme as posições na ocupação de autoconsumo e autoconstrução, segundo a situação do domicílio, o ramo de atividade principal e condição na família. Brasil, 1995.

(1.000 pessoas)

Situação domicílio	Ramo Atividade	Posição na ocupação	Grupo de h todos trab.	Posição na família				
				Pes.ref. <sup>1</sup>	Cônjuge	Filhos	Out.par. <sup>2</sup>	Outros <sup>3</sup>
Urbanos								
	Agrícola	autoconsumo		100	100	100	100	100
		ate 14 h		53	78	56	65	84
		15 a 39 h		35	20	33	31	0
		40 a 44 h		6	1	6	3	0
		45 a 48 h		3	0	3	1	16
		49 h ou mais		3	0	2	0	0
	Não-agrícola	– autoconstrução		100	100	100	100	100
		ate 14 h		11	26	23	9	0
		15 a 39 h		40	42	48	25	0
		40 a 44 h		20	7	16	0	0
		45 a 48 h		9	9	7	19	0
		49 h ou mais		20	17	7	46	100
Rural								
	Agrícola	autoconsumo		100	100	100	100	100
		ate 14 h		44	71	57	47	58
		15 a 39 h		43	27	34	42	31
		40 a 44 h		8	1	6	9	11
		45 a 48 h		2	0	2	1	0
		49 h ou mais		3	1	1	1	0
	Não-agrícola	– autoconstrução		100	100	100	-	100
		ate 14 h		8	34	7	-	0
		15 a 39 h		26	66	26	-	0
		40 a 44 h		33	0	31	-	0
		45 a 48 h		18	0	10	-	0
		49 h ou mais		15	0	26	-	100

<sup>1</sup>Pessoa de referência

<sup>2</sup>Outro parente

<sup>3</sup>Agregados e pensionistas

Fonte: tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Tabela 3.9 Ocupações principais mais freqüentes da população urbana incorporada à população ocupada, segundo os ramos de atividade principal, posição na ocupação e condição da na família. Brasil, 1995. (1.000 pessoas)

Ramo de Atividade	Posição na Ocupação	Ocupação principal	Posição na família				Total	
			Pes.ref. <sup>1</sup>	Cônjuge	Filhos	Out.par. <sup>2</sup>		Outros <sup>3</sup>
<b>Agrícola</b>								
Autoconsumo								
		Trabalhador rural	329	528	132	36	1	1.027
		Trab. rural - pesca	16	2	21	3		42
		Outras agrícolas	0	4	1	0	0	6
		Sub-total	345	535	154	39	1	1.075
Não-remunerados								
		Trabalhador rural	2	13	28	2		45
		Trab. rural - coleta			1			1
		Trab. rural - pesca	1	0	4			5
		Outros agrícolas	0	1	3	0		5
		Sub-total	3	14	36	2		55
<b>Não-agrícola</b>								
Autoconstrução								
		Pedreiro	56	2	11	2		71
		Ajudante pedreiro	14	7	27	2		49
		Carpinteiro	4	1	1	0		6
		Mestre de obras	1					1
		Outros não agríc.	3	0	1	0	0	4
		Sub-total	78	9	40	4	0	131
Não-remunerados								
		Balconistas	3	20	71	3	0	98
		Ambulante (vendas)	0	2	10	0	0	13
		Outros não agríc.	16	41	90	4	1	152
		Sub-total	20	63	170	8	2	263

<sup>1</sup> Pessoa de referência.

<sup>2</sup> Outro parente.

<sup>3</sup> Agregados e pensionistas.

Fonte: tabulações especiais do Projeto Urbano, IE/UNICAMP.

Tabela 3.10 Ocupações principais mais freqüentes da população rural incorporada à população ocupada, segundo os ramos de atividade principal, posição na ocupação e condição da na família. Brasil, 1995. (1.000 pessoas)

Ramo de Atividade	Posição na Ocupação	Ocupação Principal	Posição na Família				Total	
			Pes.Ref. <sup>1</sup>	Cônjuge	Filhos	Out.Par. <sup>2</sup>		Outros <sup>3</sup>
<b>Agrícola</b>								
Autoconsumo								
		Trabalhador rural	347	1.338	362	69	5	2.121
		Trab. rural - pesca	4	2	7	3		16
		Outros	1	7	3	1	0	12
		Sub-total	353	1.347	372	73	5	2.149
Não-remunerados								
		Trabalhador rural	5	87	187	16	2	297
		Trab. rural - coleta		1	14	1	1	17
		Trab. rural - pesca		3	4			7
		Outros	0	3	6	1	0	10
		Sub-total	5	94	212	18	2	331
<b>Não-agrícola</b>								
Autoconstrução								
		Pedreiro	12	1	8			20
		Ajudante pedreiro	2	1	8		1	11
		Mestre de obras	1	1				1
		Outros	0	0	1		0	1
		Sub-total	14	2	16		1	33
Não-remunerados								
		Balconistas	0,5	3	5	1		10
		Ambulante (vendas)		1	2			3
		Outros	0,5	4	10	0		14
		Sub-total	1	8	17	1		27

<sup>1</sup>Pessoa de referência.

<sup>2</sup>Outro parente.

<sup>3</sup>Agregados e pensionistas.

Fonte: tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Tabela 3.11 Pessoas incorporadas à população ocupada e que recebem aposentadorias e/ou pensões, segundo o ramo de atividade principal, situação do domicílio e condição na família. Brasil, 1995.

Ramo de Atividade	Condição na fam.	Urbano		Rural		Total	
		(1.000)	(%) <sup>4</sup>	(1.000)	(%) <sup>4</sup>	(1.000)	(%) <sup>4</sup>
Agrícola		370	32,7	545	22,0	915	25,4
	Pes.ref. <sup>1</sup>	259	74,5	265	74,0	524	74,2
	Cônjuge	88	16,0	238	16,5	326	16,4
	Filhos	2	1,2	2	0,4	4	0,6
	Out.par. <sup>2</sup>	19	46,1	38	42,5	57	43,6
	Outros <sup>3</sup>	1	84,1	2	27,4	3	35,8
Não-agrícola		57	14,5	5	8,3	62	13,7
	Pes.ref. <sup>1</sup>	46	46,6	4	26,6	50	43,9
	Cônjuge	9	12,2	1	9,2	10	11,8
	Filhos	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Out.par. <sup>2</sup>	2	16,5	0	0,0	2	15,1
	Outros <sup>3</sup>	1	46,3	0	0,0	1	36,2

<sup>1</sup>Pessoa de referência

<sup>2</sup>Outro parente

<sup>3</sup>Agregados e pensionistas

<sup>4</sup>proporção em relação ao total de pessoas.

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

### 3.3 RESUMO

A maioria das pessoas incorporadas à PEA a partir de 1992 são aposentados ou cônjuges, dedicando-se à criação de aves e/ou cuidam de hortas domésticas. Quanto aos filhos incorporados à PEA, a maioria ocupa-se com produção para autoconsumo, prioritariamente a criação de aves, denotando que a maioria dos filhos devem ser jovens que dividem seu tempo entre os estudos e cuidados com a criação de pequenos animais.

Em resumo, a expansão do conceito de trabalho realizada pelo IBGE nas "novas PNADs" a partir de 1992, não logrou captar aquela família camponesa tipicamente dedicada às atividades de subsistência, talvez porque esse estereótipo esteja cada vez mais distante da realidade das famílias agrícolas deste País.

## CAPÍTULO 4. A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

Nesta seção será detalhada um pouco mais a localização espacial da PEA rural não-agrícola, tanto para os tipos de municípios, quanto para a situação dos domicílios nos anos 90, já descrita no seção de métodos.

A denominação “Tipo de Município” é uma simplificação do termo Área Censitária, utilizada nas PNADs para a montagem do processo de amostragem. A grosso modo, as entrevistas são estruturas por grupos de municípios:

- 1) **Regiões Metropolitanas:** todos os municípios das regiões metropolitanas do Brasil, legalmente definidas como tal (são dez para todo o País);
- 2) **Municípios Auto-Representativos:** representados pelos municípios grandes e médios, inclusive todas as capitais que não constituem regiões metropolitanas. A amostra da PNAD neste tipo abrange todo o município, e os resultados são referentes apenas ao próprio município;
- 3) **Municípios Não Auto-Representativos:** representados por grupos de municípios pequenos e médios, do interior dos estados. A amostragem neste caso é feita em um município sorteado<sup>144</sup>, de tal modo que o mesmo represente o conjunto dos municípios não Auto-Representativos daquela microrregião demográfica.

Como já foi apontado, a estruturação do processo de amostragem da PNAD é dimensionado a cada início de década após a realização do censo demográfico. Nessa oportunidade são atualizadas as situações censitárias dos municípios, como capitais (auto-representativas) que porventura passam a regiões metropolitanas ou médios municípios que passam a ser auto-representativos.

Assim como não é possível isolar o efeito da incorporação das áreas rurais, circunvizinhas às cidades ao perímetro urbano no início da década, não é factível isolar o efeito da mudança dos municípios que eram não auto-representativos e passam a auto-

---

<sup>144</sup> A cada início de decênio são sorteados os municípios onde será feita a amostragem. Essa escolha é mantida fixa até o final da década, evitando assim maior variância na amostra. No início da próxima década, após o levantamento censitário, outro município será sorteado para representar o conjunto de municípios não auto-representativos daquela região.

representativos. Antes a pesquisa era feita para representar um grupo de municípios, e depois somente naquele município.

Mesmo assim, o fato de o município ser promovido a auto-representativo evidencia uma mudança qualitativa, onde o município passou a compor o conjunto dos grandes e médios municípios, não impedindo assim a comparação entre eles. O caso de alguns municípios passarem a auto-representativos leva à pequena super-estimação do crescimento desse tipo de município. Por outro lado, a passagem sinaliza a mudança qualitativa na posição daquele município e daí torna-se pertinente comparar o conjunto dos tipos dos municípios no período analisado.

Também como já foi apontado na seção metodológica, em 1981 também não é possível detalhar a situação do domicílio para além da dicotomia urbano/rural. Por esse motivo as novas situações serão apresentadas somente para 1992 e 1995.

#### 4.1 A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA RESTRITA

A Tabela 4.1 apresenta a distribuição da população ocupada “restrita” segundo os tipos de municípios e situações de domicílio, onde é possível avaliar a importância de cada tipo de município na localização da população: assim as regiões metropolitanas detêm quase 1/3 da população brasileira ocupada (30 a 31%), enquanto que os municípios auto-representativos que detinham 18% em 1981 e passam a contar 21% em 1995, e os municípios não auto-representativos concentram quase 1/2 da PEA ocupada (49 a 51%).

É evidente que quanto mais populoso for o município, maior será a participação relativa da população urbana: nas regiões metropolitanas em 1981 a fração urbana atingia 97% da população ocupada nessas regiões.

Tabela 4.1 Evolução da PEA Ocupada restrita segundo os ramos de atividades, situações do domicílios e tipos de municípios, Brasil, 1981/95. (1.000 pessoas)

Situação do domicílio	Regiões metropolitanas			Municípios auto-representativos			Municípios não auto-representativos			
	Ramo de atividade	1.981	1.992	1.995	1.981	1.992	1.995	1.981	1.992	1.995
Urbano		13.797	17.904	19.572	6.983	11.147	12.430	10.888	17.651	18.854
Não-agrícola		13.667	17.719	19.355	6.714	10.817	12.091	8.724	14.478	15.710
Agrícola		130	185	217	270	329	339	2.164	3.173	3.144
Rural		432	461	510	1.040	1.057	1.144	12.325	13.244	13.056
Agrícola		111	139	123	598	574	534	10.027	10.538	10.152
Não-agrícola		321	323	387	443	483	611	2.297	2.706	2.904
Total		14.229	18.365	20.082	8.024	12.204	13.574	23.213	30.894	31.910
Não-agrícola		13.778	17.858	19.478	7.311	11.392	12.624	18.751	25.016	25.862
Agrícola		451	507	603	712	813	950	4.461	5.879	6.048

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Apesar de as regiões metropolitanas e os municípios grandes (auto-representativos) aglutinarem o maior contingente da população ocupada, a PEA agrícola está concentrada nos municípios pequenos e médios (não auto-representativos), principalmente nas suas áreas rurais: são pouco mais de 10 milhões de pessoas. Em 1981, a maior parte da população ocupada dos municípios não auto-representativos ainda era rural: 12 milhões de pessoas com domicílio rural, contra pouco menos de 11 milhões de pessoas com domicílio urbano. Mas a vantagem do rural muda após 1992, quando a maior parte da população desses municípios passa a ser urbana.

Mesmo com a decisiva participação da PEA agrícola nos municípios não auto-representativos, observa-se que mais de dois milhões de pessoas em 1981 que se ocupavam de atividades não-agrícolas tinham domicílio rural. Em 1995 esse contingente já chega a 2,9 milhões de pessoas. Ou seja, quase  $\frac{3}{4}$  da população rural não-agrícola reside nos pequenos e médios municípios do País.

A concentração dos ocupados rurais em atividades não-agrícolas nos pequenos e médios municípios<sup>145</sup> retira o seu estigma de ser influência estatística das metrópoles ou grandes centros urbanos. Ao contrário: é no seio das áreas rurais dos pequenos e médios municípios que residem as pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas identificadas no Capítulo 2.

Ao analisar as taxas de crescimento no período (Tabela 4.2), verifica-se que os municípios auto-representativos têm as maiores taxas, já que o número desses municípios também aumentou entre 1981 e 1992. Todavia sua contribuição para as áreas rurais é mínima, tanto é que as taxas são quase nulas nas áreas rurais dos municípios auto-representativos entre 1981/92. Nos anos 80, as ocupações não-agrícolas nas áreas rurais só cresceram significativamente nos municípios não auto-representativos. Nos anos 90 essas ocupações não-agrícolas passam também a crescer rapidamente nas áreas rurais das regiões metropolitanas e nos municípios auto-representativos.

A população agrícola rural cresceu muito pouco nos municípios não auto-representativos nos anos 80, e nos seguintes ficou praticamente estagnada, enquanto que a população agrícola urbana experimentou forte crescimento nos anos 80. Isto sugere uma possível migração rural-urbana de parte da população agrícola. Assinala-se que nos primeiros anos da década de 90 a população agrícola ficou praticamente inalterada em quase todas as situações analisadas.

---

<sup>145</sup> A concentração nesses municípios já era esperada pois a grande maioria da população rural reside nos municípios não auto-representativos.

Tabela 4.2 Taxas anuais de crescimento (% a.a.<sup>1</sup>) da população ocupada restrita, segundo o ramo de atividade, situação do domicílio e tipo de município, Brasil, 1981/95.

Situação domicílio	Regiões Metropolitanas			Municípios auto-representativos			Municípios não auto-representativos		
	1981/92	1992/95	1981/95	1981/92	1992/95	1981/95	1981/92	1992/95	1981/95
URBANO	2,4 **	3,0 **	2,5 **	4,3 **	3,7 **	4,2 **	4,5 **	2,2 **	4,0 **
Não-agrícola	2,4 **	3,0 **	2,5 **	4,4 **	3,8 **	4,3 **	4,7 **	2,8 **	4,3 **
Agrícola	3,2 **	5,5 *	3,7 **	1,8 **	0,9	1,6 **	3,5 **	-0,3	2,7 **
RURAL	0,6	3,4	1,2 **	0,1	2,7	0,7 *	0,7 **	-0,5	0,4 **
Agrícola	2,1 **	-3,9	0,7	-0,4	-2,4	-0,8 *	0,5 **	-1,2	0,1
Não-agrícola	0,1	6,2 **	1,3 **	0,8	8,1 **	2,3 **	1,5 **	2,4 *	1,7 **
TOTAL	2,3 **	3,0 **	2,5 **	3,9 **	3,6 **	3,8 **	2,6 **	1,1 **	2,3 **
Não-agrícola	2,4 **	2,9 **	2,5 **	4,1 **	3,5 **	4,0 **	2,7 **	1,1 **	2,3 **
Agrícola	1,1 **	5,9 **	2,1 **	1,2 **	5,3 **	2,1 **	2,5 **	1,0	2,2 **

<sup>1</sup>\*\* - significativo ao nível de confiança de 95% e \* - significativo ao nível de confiança de 90%

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

De forma geral, os municípios não auto-representativos possuem as menores taxas de crescimento, devido principalmente à estabilidade da população rural, e nesta, principalmente à estagnação e tendência à redução da PEA agrícola. O crescimento das ocupações não-agrícolas nesses municípios compensou em parte a estagnação da PEA agrícola.

Detalhando a posição na ocupação (Tabela 4.3) pode-se observar que a composição relativa das posições em atividades não-agrícolas é muito similar, independente do tipo de município ou situação do domicílio: o total dos empregados situam-se em torno de 67 a 81%, os conta-própria ao redor de 17 a 20%, e os não-remunerados e empregadores têm participação muito reduzida, entre 1 e 6%. De 1981 a 1995, houve um suave acréscimo da participação relativa dos conta-própria e uma redução dos empregados.

No âmbito da população agrícola com domicílio rural observa-se uma importante variação quando se passa de regiões metropolitanas para município auto-representativos, e depois para não auto-representativos: enquanto a participação relativa dos conta-próprias e não-remunerados aumenta, a participação dos empregados agrícolas diminui de 40 para 27%. Entre 1981 e 1995 os

agrícolas rurais experimentam redução relativa dos empregados e acréscimo relativo dos conta-própria e dos não-remunerados.

As variações nas proporções podem ser observadas também pelas taxas médias de crescimento da população (Tabela 4.4). Observa-se entre a população rural ocupada em atividades não-agrícolas, que as taxas dos conta-própria são maiores que a dos empregados. De fato, na população rural agrícola os empregados estão com taxas negativas e significativas, enquanto que o número de conta-própria tem-se mantido, principalmente nos municípios não auto-representativos. Os não-remunerados agrícolas têm taxas positivas de crescimento e significativas nos anos 80 em todos os tipos de municípios.

Tabela 4.3 Evolução da PEA ocupada restrita segundo os tipos de municípios, situação do domicílio, ramo de atividade, e posição na ocupação do trabalho principal, Brasil, 1981/95. (1.000 pessoas)

Situação do Domicílio	Regiões Metropolitanas			Municípios auto-representativos			Municípios não auto-representativos		
	1.981	1.992	1.995	1.981	1.992	1.995	1.981	1.992	1.995
Ramo de atividade									
Posição na ocupação									
Urbano									
Não-agrícola	13.667	17.719	19.355	6.714	10.817	12.091	8.724	14.478	15.710
Empregado	10.943	13.342	14.161	5.126	7.827	8.523	6.195	9.934	10.656
Conta-própria	2.096	3.319	3.920	1.260	2.223	2.588	2.040	3.294	3.778
Empregadores	469	715	866	224	455	613	248	609	649
Não-remunerados	159	342	402	104	312	367	241	641	627
Agrícola	130	185	217	270	329	339	2.164	3.173	3.144
Empregado	66	77	96	139	159	170	1.310	1.764	1.639
Conta-própria	37	59	58	66	86	88	511	785	818
Empregadores	13	14	17	42	47	39	132	197	193
Não-remunerados	14	35	44	22	37	42	212	427	494
Rural									
Agrícola	111	139	123	598	574	534	10.027	10.538	10.152
Empregado	50	63	50	242	203	175	3.067	2.843	2.700
Conta-própria	27	28	30	181	153	157	3.226	3.384	3.331
Empregadores	3	5	4	16	13	15	255	296	257
Não-remunerados	31	43	39	159	205	186	3.479	4.015	3.864
Não-agrícola	321	323	387	443	483	611	2.297	2.706	2.904
Empregado	259	242	290	339	355	446	1.659	1.806	1.948
Conta-própria	54	71	79	85	103	134	539	697	741
Empregadores	3	4	9	8	9	13	25	45	56
Não Remunerados	5	5	9	10	16	17	75	158	159

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Tabela 4.4 Evolução (% a.a.<sup>1</sup>) da PEA ocupada segundo os tipos de municípios, situação do domicílio, ramo de atividade, e posição na ocupação do trabalho principal, Brasil, 1981/95.

Situação do domicílio	Regiões Metropolitanas			Municípios auto-representativos			Municípios não auto-representativos			
	Ramo de Atividade	1981/92	1992/95	1981/95	1981/92	1992/95	1981/95	1981/92	1992/95	1981/95
Posição Ocupação										
Urbano										
Não-agrícola	2,4 **	3,0 **	2,5 **	4,4 **	3,8 **	4,3 **	4,7 **	2,8 **	4,3 **	
Empregado	1,8 **	2,0 **	1,9 **	3,9 **	2,9 **	3,7 **	4,4 **	2,4 **	4,0 **	
Conta-própria	4,3 **	5,7 **	4,6 **	5,3 **	5,2 **	5,3 **	4,5 **	4,7 **	4,5 **	
Empregadores	3,9 **	6,6 **	4,5 **	6,7 **	10,5 **	7,5 **	8,5 **	2,1	7,1 **	
Não-remunerados	7,2 **	5,5 **	6,8 **	10,5 **	5,5 **	9,4 **	9,3 **	-0,7	7,1 **	
Agrícola	3,2 **	5,5 *	3,7 **	1,8 **	0,9	1,6 **	3,5 **	-0,3	2,7 **	
Empregado	1,3	7,8 *	2,7 **	1,2	2,3	1,5 **	2,7 **	-2,4 **	1,6 **	
Conta-própria	4,4 **	-0,9	3,2 **	2,5 **	0,5	2,0 **	4,0 **	1,4	3,4 **	
Empregadores	0,7	6,4	1,9	0,9	-5,7	-0,6	3,7 **	-0,7	2,8 **	
Não-remunerados	8,8 **	8,4	8,7 **	4,9 **	3,6	4,7 **	6,6 **	5,0 **	6,2 **	
Rural										
Agrícola	2,1 **	-3,9	0,7	-0,4	-2,4	-0,8 *	0,5 **	-1,2	0,1	
Empregado	2,0	-7,4	0,0	-1,6 **	-4,7	-2,3 **	-0,7 **	-1,7	-0,9 **	
Conta-própria	0,6	2,5	1,0	-1,5 *	0,8	-1,0	0,4	-0,5	0,2	
Empregadores	3,8	-8,7	1,0	-1,8	4,3	-0,5	1,4 *	-4,5	0,1	
Não-remunerados	3,0 *	-3,1	1,7	2,3 **	-3,2	1,1 *	1,3 **	-1,3	0,8 **	
Não-agrícola	0,1	6,2 **	1,3 **	0,8	8,1 **	2,3 **	1,5 **	2,4 *	1,7 **	
Empregado	-0,6	6,2 *	0,8	0,4	7,9 **	2,0 **	0,8 **	2,6 *	1,2 **	
Conta-própria	2,6 **	3,2	2,8 **	1,8	9,1 **	3,3 **	2,4 **	2,0	2,3 **	
Empregadores	2,7	37,3 **	9,3 **	0,8	13,5	3,4 *	5,4 **	8,0	5,9 **	
Não-remunerados	0,6	16,1	3,7	4,0	2,6	3,7 **	7,0 **	0,2	5,5 **	

<sup>1</sup>\*\* - significativo ao nível de confiança de 95% e \* - significativo ao nível de confiança de 90%

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP

## 4.2 A DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA: ANOS 90

Como as novas aberturas das situações dos domicílios somente foram realizadas de 1992 em diante, é pertinente avaliar a PEA ampliada, onde se poderá observar a distribuição de toda a população: da PEA restrita mais o acréscimo conceitual. A Tabela 4.5 apresenta a distribuição dos segmentos da população ocupada.

No Capítulo 3, foi identificado que a maior parte do acréscimo deveu-se a pessoas ocupadas na agricultura, com impacto muito reduzido dos ocupados não-agrícolas. Como a maioria da população agrícola reside em municípios não auto-representativos, evidentemente a maioria do acréscimo conceitual também reside nesses municípios, principalmente em suas áreas rurais. Assim a população rural agrícola dos municípios não auto-representativos salta de pouco mais de 10 milhões para 12,5 milhões de pessoas em 1995 com o acréscimo conceitual, enquanto que a população agrícola urbana salta de 3,1 milhões para quase quatro milhões de pessoas no mesmo ano. A população não-agrícola, especialmente aquela com domicílio rural, não apresenta alterações significativas.

Também ocorre pequena alteração nas taxas de crescimento anuais da PEA agrícola: antes a PEA restrita agrícola rural apresentava para o Brasil uma tendência significativa de queda e com o acréscimo conceitual, o crescimento da PEA agrícola rural não se mostrou significativo. A mudança na tendência se explica pelo crescimento que a fração rural agrícola da expansão conceitual teve no período de 1992/95, notadamente no contingente dos trabalhadores na produção para o autoconsumo (também já apontado no Capítulo 3).

A grande mudança com o acréscimo conceitual da PEA sobre a distribuição da população é nas suas proporções:

- a) mais de 90% da população agrícola pertence aos municípios não auto-representativos;
- b) o número de ocupados agrícolas com residência urbana passou a ser maior que o número de ocupados não-agrícolas com residência rural;
- c) mesmo com o aumento da população agrícola, a participação da população rural não-agrícola continua sendo importante: quase 1/5 da população rural ocupada dos pequenos e médios municípios já está envolvida em atividades não-agrícolas;

Tabela 4.5 Evolução<sup>1</sup> da população ocupada segundo a PEA restrita, acréscimo conceitual e PEA expandida, para os tipos de municípios, ramos de atividades e situações do domicílio. Brasil, 1992/95.

PEA	Ramo de Ativ.	Situação do domicílio	Regiões metropolitanas			Municípios auto-representativos			Municípios não auto-representativos			Total		
			1995		1992/95	1995		1992/95	1995		1992/95	1995		1992/95
			(1.000)	%	% a.a. <sup>1</sup>	(1.000)	%	% a.a. <sup>1</sup>	(1.000)	%	% a.a. <sup>1</sup>	(1.000)	%	% a.a. <sup>1</sup>
<b>PEA Restrita</b>														
	<i>Não-agrícola</i>		19.742	38	3,0 **	12.702	24	4,0 **	18.614	37	2,7 **	51.058	100	3,1 **
	Urbano		19.355	41	3,0 **	12.091	26	3,8 **	15.710	33	2,8 **	47.156	100	3,1 **
	Rural		387	10	6,2 **	611	16	8,1 **	2.904	74	2,4 *	3.902	100	3,6 **
	<i>Agrícola</i>		340	3	1,6	872	8	1,2	13.295	89	-1,0 **	14.507	100	-1,0
	Urbano		217	6	5,5 *	339	9	0,9	3.144	85	-0,3	3.699	100	0,1
	Rural		123	1	-3,9	534	5	-2,4	10.152	94	-1,2	10.808	100	-1,3 *
<b>Acréscimo conceitual</b>														
	<i>Não-agrícola</i>		126	30	2,1	97	23	10,7 **	194	47	2,5	416	100	4,0 **
	Urbano		122	31	2,4	95	25	11,6 **	171	44	3,6	388	100	5,0 **
	Rural		3	12	-9,0	2	6	-17,5	23	83	-4,7	28	100	-6,2
	<i>Agrícola</i>		149	4	-16,2 **	304	8	-4,0	3194	88	2,5 **	3647	100	0,8
	Urbano		119	11	-16,7 **	174	15	-6,6 **	842	74	-1,4	1136	100	-4,3 **
	Rural		29	1	-14,3 *	131	5	-0,1	2352	94	4,1 **	2512	100	3,5 **
<b>PEA Expandida</b>														
	<i>Não-agrícola</i>		19.867	39	3,0 **	12.799	25	4,0 **	18.808	37	2,7 **	51.474	100	3,2 **
	Urbano		19.478	41	3,0 **	12.186	26	3,8 **	15.881	33	2,8 **	47.545	100	3,1 **
	Rural		390	10	6,0 **	612	16	8,0 **	2.927	74	2,3 *	3.930	100	3,5 **
	<i>Agrícola</i>		488	3	-5,4 **	1.177	6	-2,0	16.489	91	-0,4	18.154	100	-0,6
	Urbano		336	7	-4,9 **	513	11	-1,9	3.986	82	-0,5	4.835	100	-1,0
	Rural		152	1	-6,3 *	664	5	-2,0	12.503	94	-0,3	13.320	100	-0,5

<sup>1</sup> \*\* - significativo ao nível de confiança de 95% e \* - significativo ao nível de confiança de 90%

d) esses municípios pequenos e médios concentram quase  $\frac{3}{4}$  da população rural ocupada em atividades não-agrícolas.

A partir de 1992, tentando identificar melhor as aglomerações populacionais, a PNAD incluiu novas aberturas para a Situação do Domicílio para além da dicotomia urbano-rural. Desta forma, no meio rural a população pode ser dividida em extensão urbana, povoados, núcleos, outros e rural exclusivamente<sup>146</sup>. Na Tabela 4.6 pode-se observar que a grande maioria da população rural reside em domicílios em áreas rurais propriamente ditas, ou seja, em áreas que não atingem nenhuma exigência de densidade demográfica necessária para aglomerações como povoados ou núcleos habitacionais. A proporção chega a 93% das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, e 72% para as pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural.

Os dados da Tabela 4.6 permitem revelar que o trabalho não-agrícola está disseminado nas áreas exclusivamente rurais, e portanto não se trata de um problema de delimitação legal das áreas urbanas e rurais. Se fosse este o caso, a grande maioria desta população estaria localizada em áreas rurais de transição como as extensões urbana, onde reside apenas 11% dessa população rural não-agrícola.

Uma outra situação do domicílio que vem se ampliando entre a população rural é a dos povoados, que já representam quase 10% da população rural. Nos povoados a participação da população não-agrícola é bem expressiva, chegando a quase a metade das ocupações dessas aglomerações. Depois dos povoados, que apresentam a maior taxa de crescimento nos anos 90, as áreas exclusivamente rurais alcançam a segunda maior taxa de crescimento para o Brasil nesse período.

O desempenho nulo de crescimento da população agrícola nos anos 90 é generalizado em todos os tipos de municípios e situações do domicílio. A não ser a pequena população agrícola das regiões metropolitanas que está se reduzindo significativamente, todas as demais situações e tipos de municípios apresentam taxas pouco significativas, evidenciando que a estagnação da PEA agrícola é um fenômeno generalizado no Brasil.

A população rural não-agrícola tem crescido significativamente nas áreas exclusivamente rurais dos municípios médios e pequenos do País (não auto-representativos),

<sup>146</sup> Para maiores detalhes sobre as situações dos domicílios veja Capítulo metodológico.

Tabela 4.6 Evolução da população ocupada segundo o ramo de atividade, tipo de município e situação do domicílio. PEA ampliada, Brasil, 1992/95.

Situação do domicílio	Ramo de atividade	Regiões metropolitanas			Municípios auto-representativos			Municípios não auto-representativos			Total		
		1995		92/95	1995		92/95	1995		92/95	1995		92/95
		(1.000)	%	% a.a. <sup>1</sup>	(1.000)	%	% a.a.	(1.000)	%	% a.a.	(1.000)	%	% a.a.
Urbano													
	Não-agrícola	19.478	100	3,0 **	12.186	100	3,8 **	15.881	100	2,8 **	47.545	100	3,1 **
	Urbanizada	19.266	99	3,0 **	12.094	99	3,8 **	15.619	98	2,7 **	46.979	99	3,1 **
	Não urbanizada	67	0	2,9	83	1	14,7 **	135	1	8,5 **	285	1	8,6 **
	Isolada	145	1	1,2	9	0	-1,1	127	1	8,1 **	280	1	4,0
	Agrícola	336	100	-4,9 **	513	100	-1,9	3.986	100	-0,5	4.835	100	-1,0
	Urbanizada	255	76	-9,5 **	497	97	-2,2	3.842	96	-0,4	4.594	95	-1,2 *
	Não urbanizada	57	17	29,3 **	15	3	12,3	100	3	-2,7	172	4	5,7 *
	Isolada	24	7	4,4	1	0	0,2	44	1	-6,0	69	1	-2,7
Rural													
	Agrícola	152	100	-6,3 *	664	100	-2,0	12.503	100	-0,3	13.320	100	-0,5
	Extensão urbana	2	1	-24,7	53	8	-2,3	30	0	-10,2 *	85	1	-6,1
	Povoado	6	4	-8,6	41	6	-8,4	828	7	1,6	876	7	0,9
	Núcleo							2	0	-19,6	2	0	-19,6
	Outros	1	0								1	0	
	Rural -exclusive	144	94	-6,0 *	570	86	-1,4	11.643	93	-0,4	12.356	93	-0,5
	Não-agrícola	390	100	6,0 **	612	100	8,0 **	2.927	100	2,3 *	3.930	100	3,5 **
	Extensão urbana	127	33	2,5	226	37	6,2 *	94	3	0,3	448	11	3,8
	Povoado	62	16	20,0 **	81	13	9,5 *	498	17	1,9	641	16	4,1 *
	Núcleo							21	1	-9,8	21	1	-9,8
	Outros	1	0	0,6							1	0	0,6
	Rural -exclusive	200	51	5,1	305	50	9,0 **	2.315	79	2,6 *	2.819	72	3,4 **

<sup>1</sup>\*\* - significativo ao nível de confiança de 95% e \* - significativo ao nível de confiança de 90%

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP

enquanto que os povoados experimentam as maiores taxas de crescimento nos municípios auto-representativos e regiões metropolitanas.

Com os resultados obtidos até o momento já pode se concluir primeiro, que a população rural ocupada em atividades não-agrícolas está localizada principalmente nos pequenos e médios municípios do País, e em segundo que, tem domicílio principalmente nas áreas exclusivamente rurais. Não se trata portanto de um problema estatístico de amostragem centrada em grandes municípios, ou de delimitação legal das áreas urbanas.

Considerando-se as posições nas ocupações da população agrícola (Tabela 4.7), o resultado é muito semelhante ao de 1981: quando se passa de regiões metropolitanas para municípios auto-representativos, e posteriormente para municípios não auto-representativos, a proporção de empregados agrícolas vai-se reduzindo (de 33% para 26%, e depois para 21%), enquanto que a proporção dos não-remunerados e conta-própria vai-se elevando (de 27% para 34%, e de 20% para 27%, respectivamente). O crescimento dos conta-própria e não-remunerados nas áreas rurais dos pequenos e médios municípios só comprova que a população agrícola familiar reside nesses municípios. Nos municípios não auto-representativos que cresceram significativamente entre 1992/95, as taxas são nulas ou decrescentes em todas as posições na ocupação, com exceção dos trabalhadores na produção para o autoconsumo.

Entretanto ao se considerar os ocupados em atividades agrícolas com residência urbana, a tendência é inversa: quando se passa das metropolitanas, para as auto-representativas, e depois para as não auto-representativas, a proporção dos empregados eleva-se de 29% para 33%, e depois para 41% (embora com tendência a queda), enquanto que a dos trabalhadores na produção para o autoconsumo diminui de 34% para 33%, e depois para 20%. Este resultado vem a caracterizar as populações agrícolas com domicílio urbano como famílias de assalariados. Ou seja, enquanto a produção familiar tem domicílio prioritariamente rural, os assalariados agrícolas já apresentam boa fração residindo nos centros urbanos das pequenas e médias cidades brasileiras, embora a maioria ainda tenha domicílio rural.

Tabela 4.7 Evolução da população ocupada segundo a situação do domicílio, tipo de município amostrado, ramo de atividade e posição na ocupação do trabalho principal. PEA ampliada. Brasil, 1992/95.

Situação do domicílio	Posição na ocupação principal	Regiões metropolitanas			Municípios auto-representativos			Municípios não auto-representativos		
		1995		92/95	1995		92/95	1995		92/95
		(1.000)	%	%a.a. <sup>1</sup>	(1.000)	%	%a.a.	(1.000)	%	%a.a.
Urbano										
	Não-agrícola	19.478	100	3,0 **	12.186	100	3,8 **	15.881	100	2,8 **
	Empregados	14.163	73	2,0 **	8.523	70	2,9 **	10.658	67	2,4 **
	Conta-própria	3.919	20	5,8 **	2.586	21	5,3 **	3.766	24	4,7 **
	Empregadores	863	4	6,7 **	611	5	10,3 **	648	4	2,1
	Trab. Construção Próprio Uso	40	0	-12,1 **	36	0	13,5 **	55	0	5,7
	Não-remunerados	486	2	6,8 **	429	4	6,1 **	754	5	-0,2
	Agrícola	336	100	-4,9 **	513	100	-1,9	3.986	100	-0,5
	Empregados	96	29	7,8 *	169	33	2,0	1.633	41	-2,5 **
	Conta-Própria	58	17	-0,9	88	17	0,1	819	21	1,3
	Empregadores	17	5	6,3	40	8	-5,2	197	5	-0,1
	Trab. prod. próprio consumo	113	34	-16,5 **	170	33	-6,1 **	791	20	-1,3
	Não-remunerados	50	15	2,7	46	9	1,2	545	14	4,5 **
Rural										
	Agrícola	152	100	-6,3 *	664	100	-2,0	12.503	100	-0,3
	Empregados	50	33	-7,7	173	26	-5,2	2.665	21	-1,6
	Conta-própria	31	20	3,0	159	24	1,7	3.361	27	-0,5
	Empregadores	4	2	-8,7	14	2	3,1	259	2	-4,6
	Trab. prod. próprio consumo	28	18	-14,9 **	120	18	1,9	2.002	16	3,0 **
	Não-remunerados	41	27	-2,8	198	30	-4,1	4.217	34	-0,5
	Não-agrícola	390	100	6,0 **	612	100	8,0 **	2.927	100	2,3 *
	Empregados	291	75	6,4 **	449	73	8,1 **	1.931	66	2,4
	Conta-própria	78	20	2,8	131	21	8,2 *	723	25	2,0
	Empregadores	9	2	34,5 **	13	2	15,9	57	2	8,8
	Trab. construção próprio uso	2	1	-5,2	-	-	-	31	1	15,0 *
	Não-remunerados	9	2	9,2	19	3	4,8	185	6	-0,2

<sup>1</sup>\*\* - significativo ao nível de confiança de 95% e \* - significativo ao nível de confiança de 90%

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Entre os ocupados em atividade não-agrícolas, as proporções são relativamente estáveis e estão muito próximas às das situações urbanas, diferentemente do que acontece com a população agrícola. O maior contingente, o dos empregados, gira em torno de 70%, enquanto que o contingente dos conta-própria gira em torno dos 24%. Quando se passa das regiões metropolitanas, para os municípios auto-representativos, e posteriormente para os municípios não auto-representativos, os empregados se reduzem de 75% para 73%, e depois para 66%, enquanto que os conta-própria crescem de 20% para 21%, e depois para 25%. Ressalta-se mais uma vez que essas proporções são muito semelhantes às das populações não-agrícolas com domicílio urbano.

A Tabela 4.8 apresenta a distribuição da população rural não-agrícola para as regiões brasileiras e tipos de municípios. Como já havia sido observado, o Nordeste é a região que concentra a maior parte dessa população, e também a região com maior contingente nos municípios auto-representativos e não auto-representativos do Brasil, concentrando quase 50% da população rural não-agrícola.

Os três estados da Região Sudeste (RJ+MG+ES) possuem o maior contingente dessa população nas regiões metropolitanas, o qual mesmo assim não é expressivo: não ultrapassa 150 mil pessoas. Quanto aos “não auto-representativos” os três estados estão muito próximos à média brasileira de 74%. Ou seja, em boa parte das regiões brasileiras quase  $\frac{3}{4}$  da população rural não-agrícola reside em municípios médios ou pequenos.

A exceção é São Paulo onde a participação dos municípios auto-representativos na PEA rural não-agrícola chega a quase 30%, e tem reduzido a participação dos municípios não auto-representativos, embora ainda assim esses contenham quase 60% dessa população paulista.

Tabela 4.8: Evolução da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, segundo os tipos de municípios e regiões modificadas do Brasil. PEA ampliada, 1992/95.

Regiões do Brasil	Regiões metropolitanas			Municípios auto-representativos			Municípios não auto-representativos		
	1.995	92/95		1.995	92/95		1.995	92/95	
	(1.000)	%	% a.a. <sup>1</sup>	(1.000)	%	% a.a.	(1.000)	%	% a.a.
Norte	0	0	-	12	23	-	38	77	-
Nordeste	89	5	9,9 *	287	17	4,8	1.354	78	0,9
RJ+ES+MG	133	18	6,5	34	5	-0,8	564	77	4,6
São Paulo	69	13	1,2	148	28	30,8 **	305	58	5,2
Sul	69	10	5,4	94	14	-1,0	503	76	1,2
Centro-Oeste	29	13	7,2	37	16	11,3	164	71	4,2
<b>Brasil</b>	<b>390</b>	<b>10</b>	<b>6,0 **</b>	<b>612</b>	<b>16</b>	<b>8,0 **</b>	<b>2.927</b>	<b>74</b>	<b>2,3 *</b>

<sup>1</sup> \*\* - significativo ao nível de confiança de 95% e \* - significativo ao nível de confiança de 90%

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP

Abrindo a tabela acima para as várias situações de domicílio da população rural não-agrícola (Tabela 4.9), pode-se observar que a concentração nas situações exclusivamente rurais dos municípios não auto-representativos também ocorre no Nordeste, e em menor escala nos três estados das Regiões Sudeste e Sul. Nos municípios auto-representativos há pequena variação entre as regiões: no Nordeste as áreas exclusivamente rurais dos municípios auto-representativos concentram a minoria da população, enquanto que nas demais regiões a população rural não-agrícola também reside nas áreas exclusivamente rurais.

Os povoados têm papel de destaque também nos pequenos e médios municípios do Nordeste, que concentra quase  $\frac{1}{4}$  da população rural não-agrícola das aglomerações. Também é no Nordeste que os povoados têm alguma importância nos municípios auto-representativos e regiões metropolitanas.

Em função da maior porção da população rural ocupada em atividades não-agrícolas residir em áreas exclusivamente rurais, e em menor escala, nos povoados, isolaram-se essas situações para comparar a importância da população agrícola e não-agrícola (Tabela 4.10). Os resultados são reveladores: pouco mais de  $\frac{1}{3}$  da população dos povoados dos municípios não auto-representativos está ocupada em atividades não-agrícolas.

Tabela 4.9 Evolução<sup>1</sup> da população rural ocupada em atividades não-agrícolas segundo as regiões modificadas e situação do domicílio. PEA ampliada, 1992/95.

Situação do domicílio	Nordeste			RJ+ES+MG			São Paulo			Sul			Centro-oeste		
	1995		92/95	1995		92/95	1995		92/95	1995		92/95	1995		92/95
	(1.000)	%	% a.a. <sup>1</sup>	(1.000)	%	% a.a.	(1.000)	%	% a.a.	(1.000)	%	% a.a.	(1.000)	%	% a.a.
Metropolitanas	89	100	9,9 *	133	100	6,5	69	100	1,2	69	100	5,4	29	100	7,2
Extensão urbana	29	32	9,8	25	18	-2,3	61	88	1,7	8	11	1,5	5	19	3,3
Povoado	24	27	40,7 **	27	20	11,4	-	-	-	7	11	25,8	4	13	-2,9
Núcleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	0,6	-	-	-
Rural -exclusive	37	41	-0,3	82	62	8,2	8	12	-1,9	53	76	4,1	20	68	11,0
Auto	287	100	4,8	34	100	-0,8	148	100	30,8 **	94	100	-1,0	37	100	11,3
Extensão urbana	182	63	5,5	-	-	-	34	23	16,8	10	11	-6,2	-	-	-
Povoado	61	21	15,0 **	-	-	-	-	-	-	8	8	-6,3	-	-	-
Núcleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rural -exclusive	44	15	-6,8	34	100	-0,8	114	77	36,7 **	75	81	0,5	37	100	11,3
Não auto	1.354	100	0,9	564	100	4,6	305	100	5,2	503	100	1,2	164	100	4,2
Extensão urbana	70	5	3,8	4	1	-0,6	18	6	-7,7	-	-	-	2	1	-16,0
Povoado	309	23	1,3	88	16	0,1	25	8	22,2	34	7	-1,6	26	16	5,2
Núcleo	21	2	-9,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rural -exclusive	955	71	0,9	471	84	5,7	263	86	5,1	469	93	1,4	136	83	4,5

<sup>1</sup>\*\* - significativo ao nível de confiança de 95% e \* - significativo ao nível de confiança de 90%

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

Nas áreas exclusivamente rurais 17% da população está ocupada em atividades agrícolas. A maior proporção é em São Paulo: 1/3 da população exclusivamente rural paulista de pequenos e médios municípios está ocupada em atividades não-agrícolas. A menor proporção fica para o Nordeste que ainda tem população agrícola numerosa, mas mesmo assim conta com quase um milhão de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas nas áreas rurais.

A parcela de população não-agrícola nos povoados inverte-se quando se passa dos municípios não auto-representativos para os auto-representativos: enquanto os não-agrícolas atingem 38% da população ocupada nos povoados não auto-representativos, nos povoados de municípios auto-representativos eles contam 66% da população ocupada.

### 4.3 RESUMO

As ocupações rurais não-agrícolas estão disseminadas pelas áreas exclusivamente rurais do Brasil, e principalmente entre os seus pequenos e médios municípios. Conforme os dados das PNAD's, o fenômeno nas ocupações não-agrícolas existentes no meio rural não está concentrado nas regiões metropolitanas ou grandes municípios. Tampouco as ocupações rurais não-agrícolas são resultado da desatualização dos limites urbano-rurais, pois a maior parte dessa população reside em áreas exclusivamente rurais, ou seja, não atingem nenhum critério de concentração urbana.

Em termos regionais, o Nordeste concentra a maior parte da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, mas é em São Paulo a maior participação relativa nas áreas exclusivamente rurais: 1/3 se ocupa em atividades não-agrícolas.

Apesar de os povoados rurais conterem apenas 16% dos ocupados não-agrícolas, eles se destacam pela participação relativa: pouco mais de 1/3 da população ocupada nos povoados rurais brasileiro está exercendo atividades não-agrícolas.

Tabela 4.10: Distribuição da população ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas, segundo os tipos de municípios e regiões modificadas do Brasil, para os povoados e áreas exclusivamente rurais, 1995.

Tipo de Município	Situação do domicílio	Nordeste		RJ+ES+MG		São Paulo		Sul		Centro-oeste		Brasil	
		1995	%	1995	%	1995	%	1995	%	1995	%	1995	%
Metropolitanas													
Povoado													
	Agrícola	3	11	3	11	-	-	0	3	-	-	6	9
	Não-agrícola	24	89	27	89	-	-	7	97	4	-	62	91
Rural –exclusive													
	Agrícola	41	53	20	20	-	-	69	57	13	41	144	42
	Não-agrícola	37	47	82	80	8	-	53	43	20	59	200	58
Auto-representativos													
Povoado													
	Agrícola	37	38	-	-	-	-	-	-	-	-	41	34
	Não-agrícola	61	62	-	-	-	-	8	-	-	-	81	66
Rural –exclusive													
	Agrícola	189	81	116	77	40	26	132	64	92	71	570	65
	Não-agrícola	44	19	34	23	114	74	75	36	37	29	305	35
Não auto-representativos													
Povoado													
	Agrícola	662	68	92	51	3	11	34	50	22	45	828	62
	Não-agrícola	309	32	88	49	25	89	34	50	26	55	498	38
Rural –exclusive													
	Agrícola	5.802	86	1.922	80	575	69	2.513	84	713	84	11.643	83
	Não-agrícola	955	14	471	20	263	31	469	16	136	16	2.315	17

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP.

## RESUMO E CONCLUSÕES

A partir de 1992 foi incorporada nas PNADs uma série de modificações, inclusive conceituais, que acarretaram a elevação da população enumerada como Economicamente Ativa. A mudança mais importante foi no conceito do trabalho, com a criação de novas categorias na posição na ocupação (trabalhadores na produção para autoconsumo e trabalhadores na construção para o próprio uso) e ampliação dos não-remunerados (incorporando também aqueles com jornadas menores que 15h e maiores que uma hora semanal). O IBGE alterou também a definição de trabalho principal, no caso das pessoas com mais de uma ocupação na semana de referência.

Com base nas definições que foram alteradas, realizou-se uma série de transformações nos microdados das PNADs de 1992 e 1995, de tal sorte a possibilitar comparações com o ano de 1981. A primeira alteração consistiu em excluir da População Ocupada as novas posições na ocupação, ou seja, retirar as pessoas nas posições de produção para o autoconsumo, construção para o próprio uso e todos os remunerados com jornadas menores que 15h semanais. Não são excluídas as pessoas não-remuneradas que tenham algum trabalho secundário, remunerado ou com jornada maior que 15h semanais, ou ainda, que tenham alguma outra terceira ocupação remunerada em dinheiro, produtos ou benefícios.

A segunda transformação nos microdados dos anos 90 consiste em adequar o conceito do trabalho principal ao dos anos 80. A transformação somente atinge as pessoas com mais de uma ocupação na semana de referência da pesquisa, e são restritas a três grupos de situações:

- a) Pessoas remuneradas (empregados, trabalhadores domésticos, conta-próprias ou empregadores) nos trabalhos principal e secundário;
- b) Pessoas não-remuneradas nos trabalhos principal e secundário;
- c) Pessoas remuneradas no trabalho secundário mas não-remuneradas no trabalho principal;

Os três grupos de pessoas ficaram sujeitos a serem reclassificados, ou seja, trocar o trabalho principal pelo secundário e vice-versa, desde que atendessem as seguintes condições para cada grupo, respectivamente:

- 1) Quando o tempo dedicado ao trabalho secundário for maior que o trabalho principal, e no caso de empate, predomina a atividade de maior rendimento;
- 2) Prevalece o trabalho com maior número de horas na semana;
- 3) Prevalece a ocupação remunerada secundária.

Apesar de ainda persistir uma importante diferença na PEA agrícola entre os anos de 1990 e 1992 (quase um milhão de pessoas), as análises aqui realizadas apontam que a diferença se deve ao maior poder de captação do trabalho pelos novos questionários e devido às projeções de crescimento diferenciadas para as regiões metropolitanas e não metropolitanas do País, de forma que as análises entre os primeiros anos das décadas são viáveis.

Após as transformações para compatibilizar os dados dos anos 80 e 90, pode-se observar que a população rural no Brasil não é exclusivamente agrícola, porque além daquela ocupada na agricultura, existem ainda mais de 3,9 milhões de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, o que representa 26% da PEA ocupada<sup>147</sup> no meio rural brasileiro. Essa PEA rural não-agrícola, de certa forma, vem mantendo o contingente de trabalhadores rurais, porque enquanto a quantidade dos ocupados na agricultura permaneceu estagnada entre 1981/95, a PEA rural não-agrícola cresceu em quase um milhão de pessoas em todo o País, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste(+TO). Esses números apontam para uma certa compensação na demanda de mão-de-obra, uma vez que a redução da PEA agrícola nas regiões de agricultura mais moderna vem sendo compensada em parte pela possibilidade de atividades não-agrícolas das pessoas residentes no meio rural brasileiro.

Por ser a região mais populosa o Nordeste concentra em valores absolutos boa parte desta população rural não-agrícola do Brasil (quase 40%), seguidos pelos estados da Região Sudeste (MG, ES e RJ) e o Estado de São Paulo. Mas, em termos relativos, está em São Paulo a maior proporção da população ocupada em atividades não-agrícolas e residente no meio rural.

A população rural não-agrícola cresceu muito rapidamente no Estado de São Paulo e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste entre 1981 a 1995. O rápido crescimento em São Paulo

---

<sup>147</sup> PEA restrita: população economicamente ativa sem os novos trabalhadores acrescentados na PEA pela ampliação do conceito de trabalho.

e na Região Sudeste compensou em partes a redução nos postos de trabalhos agrícolas que vem ocorrendo nestas regiões. Na Região Centro-Oeste a população agrícola vinha crescendo nos anos 80, mas começou a se reduzir também nos anos 90, enquanto a população rural não-agrícola crescia. A queda da população ocupada na agricultura nessas regiões vem a confirmar a hipótese de continuidade de redução nos postos de trabalho nas áreas de agricultura mais moderna.

Nas Regiões Nordeste e Sul a situação é distinta. No Nordeste o agrícola e o não-agrícola rurais crescem entre 1981/95. No Sul, o quadro nas áreas rurais não é animador porque a redução na PEA agrícola não tem sido compensada pelo crescimento nas mesmas proporções pelas ocupações não-agrícolas. Esse quadro no Sul do País remete para novas pesquisas, onde várias hipóteses podem ser levantadas, como por exemplo de ainda haver capacidade de absorção de mão-de-obra rural pelos centros urbanos sulinos.

A participação relativa da população ocupada em atividades não-agrícolas varia entre as regiões do Brasil: em São Paulo a participação dos trabalhadores não-agrícolas atinge quase 50% da população ocupada rural paulista; as regiões Sul e Nordeste possuem as menores participações destes trabalhadores no seu meio rural (pouco mais de 1/5), ainda assim são contingentes expressivos, pois de cada cinco trabalhadores rurais nestas regiões pelo menos um está ocupado em atividade não-agrícola.

O baixo crescimento, e até mesmo a redução, da população agrícola ocupada em algumas regiões está em boa parte ligado ao desempenho do contingente dos empregados agrícolas, principalmente daqueles sem registro em carteira de trabalho, que entre o período 1981/95 experimentaram uma forte redução, em todas as regiões do Brasil. A exceção é dos empregados agrícolas na região Centro-Oeste nos anos 80, que cresceram provavelmente pela expansão da fronteira agrícola através da produção de grãos nos cerrados.

Nas ocupações não-agrícolas os empregados são a grande maioria, com ligeira vantagem para os empregados sem registro em carteira. Mesmo assim, a participação dos empregados rurais com registro em carteira em atividades não-agrícolas é tão expressiva, que o seu contingente ultrapassa o dos empregados rurais agrícolas na mesma posição.

Os conta-própria têm baixa participação entre os não-agrícolas e é quase nula a participação dos não-remunerados. A maior presença dos empregados nessa fração da PEA

rural evidencia a busca da população rural por ocupações que gerem ganhos monetários, mesmo sendo no mercado informal de trabalho. A proporção dos empregados na parcela da PEA rural atinge 2/3 na média brasileira, com taxa crescente em todo o período 1981/95.

Como as atividades rurais não-agrícolas cresceram fortemente no período, há um crescimento em todas as posições na ocupação nas regiões Sudeste e Centro-Oeste da PEA rural não-agrícola. Em São Paulo houve o crescimento dos empregados e conta-próprias. Já no Nordeste o crescimento dos empregados é nulo, mostrando que as oportunidades não-agrícolas nordestinas estiveram mais ligadas a trabalhos e empreendimentos autônomos.

Quanto às jornadas semanais de trabalho, observa-se a tendência à redução na jornada agrícola, diferenciada pelas posições na ocupação: tem-se passado dos empregados sem registro em carteira, não-remunerados e conta-própria com mais de 45h semanais de trabalho (em todas as regiões do País), para conta-própria nos grupos de 15 a 39h e 40 a 44h (notadamente no Nordeste), e principalmente para não-remunerados com jornadas entre 15 a 39h de trabalho (notadamente no Nordeste, mas também no Sul do País). Os empregados rurais agrícolas com registro apesar de crescerem no período, principalmente entre aqueles com jornadas entre 40 a 44h e maior que 45h, tem um crescimento muito tímido, insuficiente para absorver o excedente de empregados sem registro em carteira que vem sendo dispensado das atividades agrícolas no País.

As ocupações rurais não-agrícolas avançam principalmente entre os empregados com registro na carteira e jornada entre 40 e 44h semanais (São Paulo e Sul), e nos empregados sem registro em carteira com jornadas maiores que 45h na semana (Nordeste). Os conta-própria não-agrícolas crescem em todos os grupos de horas de trabalho, mas principalmente no grupo daqueles com jornada maior que 45h semanais de trabalho, também concentrados no Nordeste. Pode-se concluir, portanto, que a contribuição da população rural ocupada em atividades não-agrícolas para a precarização do trabalho é menor que a da agrícola, no que diz respeito ao tempo de trabalho.

Nas atividades rurais não-agrícolas o Ramo da Prestação de Serviços é o que sobressai, ocupando mais de um milhão e cem mil pessoas em todo o País em 1995. Seguem-se, em ordem de importância, as atividades na Indústria de Transformação, que ocupava quase 800 mil pessoas no mesmo ano, as do Comércio de Mercadorias e os

Serviços Sociais com cerca de 500 mil pessoas cada, e em menor escala a Construção Civil com cerca de 400 mil pessoas. Note-se que agregando-se os ocupados nos diversos Ramos de Serviços obtém-se mais da metade das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e residentes em áreas rurais no País em 1995.

Na Região Sul as ocupações rurais não-agrícolas são lideradas pela Indústria de Transformação, com reduzida participação relativa no ramo da Prestação de Serviços, explicando o baixo desenvolvimento como um todo das ocupações não-agrícolas nas áreas rurais sulinas. O setor de serviços é muito pouco desenvolvido entre os residentes nas áreas rurais da região, talvez pelas facilidades de transporte que permite a residência urbana e deslocamento diário às áreas rurais sulinas.

O ramo da Indústria da Construção Civil era o maior absorvedor de mão-de-obra não-agrícola no Brasil em 1981, principalmente pela expressiva presença na região Nordeste, provavelmente pela contagem dos empregados nas frentes de trabalho no combate à seca como operários da construção civil.

Os ramos da Administração Pública, o de Prestação de Serviços, o Comércio de Mercadorias e o Social são os que mais cresceram no período de 1981/95, principalmente no Nordeste e nos três estados da região Sudeste. No estado de São Paulo, a prestação de serviços e os serviços sociais são os que têm crescimento significativo no mesmo período. Neste estado, os Setores de Indústria de Transformação, Construção Civil e Comércio, embora importantes, não tiveram crescimento significativo e praticamente só mantiveram o contingente de pessoas ocupadas herdado da década anterior.

Na População Economicamente Inativa rural, percebe-se um declínio em quase todo o Brasil, principalmente no Nordeste e no Sul. Mas quando se destaca dos inativos a parcela que recebe alguma forma de rendimento, na grande maioria de aposentadorias e pensões, pode-se observar um forte crescimento da parcela dos inativos com outras rendas: crescem a uma taxa média nacional de 6,2% a.a. entre 1981 e 1995, concentrados principalmente também no Nordeste e Sul do Brasil. O crescimento do número de pessoas inativas com aposentadorias e pensões no Brasil pode ser explicado em grande parte pela extensão dos benefícios da aposentadoria quando da promulgação da Nova Constituição em 1988.

Detalhando-se um pouco mais as atividades ao nível de Setores de Atividades, observa-se que o Emprego Doméstico é o líder na absorção de postos de trabalhos não-agrícolas no meio rural brasileiro. Esse setor, componente do Ramo de Prestação de Serviços, cresceu de 300 mil pessoas ocupadas em 1981 para pouco mais de 500 mil pessoas em 1992, e para mais de 620 mil pessoas em 1995, representando 15,9% da PEA rural não-agrícola. O setor da Construção Civil, pertencente ao ramo do mesmo nome, era o grande líder em 1981 mas perde mais de 300 mil pessoas no período 1981/95, principalmente nos anos 80, com leve recuperação nos anos 90. Note-se que ambos os setores são conhecidos pelos baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional da maioria dos seus trabalhadores.

Em terceiro lugar vêm os Estabelecimentos de Ensino Público, do ramo Social. Seguem os setores Comércio de Alimentos, Indústria de Alimentos, Indústria de Transformação, Restaurantes, Alfaiataria, Administração Municipal, Comércio Ambulante, Indústria de Madeiras, Transporte de Cargas e Assistência Técnica de Veículos. Esses setores ocupam mais de 2/3 da mão-de-obra rural não-agrícola. Os setores acima cresceram no período 1981/95, com exceção da Construção Civil, Indústria de Madeiras e da Alfaiataria.

Há uma concentração em número absolutos no Nordeste do Brasil. Dos mais de 600 mil empregos domésticos em 1995, por exemplo, 200 mil estão lotados no Nordeste, porém enquanto o Emprego Doméstico é o setor que mais ocupa pessoas rurais em atividades não-agrícolas nas demais regiões, no Nordeste isso não ocorre. O setor de Estabelecimentos de Ensino Públicos é o grande absorvedor da mão-de-obra nordestina, representados por professores (na maioria mulheres) de primeiro e segundo graus que residem naquelas áreas rurais. Depois do Ensino, vem o Emprego Doméstico, e em seguida a Construção Civil e o Comércio de Alimentos praticamente empatados nos terceiro e quarto lugares em 1995 no Nordeste.

Tomando-se as principais ocupações não-agrícolas da PEA rural, ou seja, as profissões que efetivamente as pessoas estão exercendo nos postos de trabalho não-agrícolas, também é possível fazer um *ranking* das ocupações não-agrícolas mais frequentes e analisar seu desempenho nas várias regiões brasileiras. São elas em ordem decrescente:

Serviços Domésticos, Pedreiros, Serviços Conta-Própria, Professores de Primeiro Grau (inicial), Balconistas Atendentes, Motoristas, Ajudante de Pedreiros, Servente Faxineiros, Ajudante Diversos, Costureiros Alfaiates, Forneiros em Olarias, Ambulantes e Diversos. Essas ocupações constituem mais de 50% do total das ocupações não-agrícolas dos residentes nas áreas rurais brasileiras, e mais uma vez é possível ressaltar que quase todas são profissões que requerem baixa qualificação profissional e pouca escolaridade.

Quando observamos o gênero das pessoas envolvidas nas ocupações mais frequentes, observa-se que as ocupações de Serviços Doméstico, Professores de Primeiro Grau e Costureiras são típicas de mulheres, enquanto que Pedreiros, Motoristas ou Serventes de Pedreiros são ocupações masculinas. As ocupações como Balconistas Atendentes, Ambulantes e Diversos têm participação mais ou menos equilibradas de homens e mulheres. Na média geral, o contingente de mão-de-obra rural não-agrícola tem a participação masculina e feminina equilibrada, porém há uma distribuição em profissões diferenciadas entre os gêneros.

Analisando a distribuição regional, as domésticas detêm a liderança em todas as regiões do Brasil, em especial no Nordeste. As mudanças de posição vêm nas demais ocupações: Pedreiros são mais importantes nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, entretanto, os Serviços por Conta-Própria e Professores de Primeiro Grau lideram no Nordeste do País, enquanto que os Pedreiros aparecem na quinta posição no meio rural nordestino. Na Região Sul e no Estado de São Paulo o destaque ficam com os Motoristas que ocupam o segundo e terceiro lugar, respectivamente, em termos de ocupação de mão-de-obra rural não-agrícola.

As profissões típicas na posição de empregados são os Professores de Primeiro Grau (97,8%), Ajudante de Pedreiro (96%) e Servente de Faxineiro (98,4%). Já as profissões não-agrícolas na posição de contra-própria são representadas pelos Serviços Conta-Própria (100%), Costureiros (81,9%) e Ambulantes (79,7%). Os Pedreiros são na sua maioria conta-própria (65,7%), mas também há uma importante fração de empregados (34,3%). Já os ocupados nos Serviços Domésticos, todos foram classificados como empregados, embora haja controvérsias nessa definição, pois muitos Trabalhadores Domésticos são na verdade prestadores de serviços como Conta-Própria, tal como ocorre entre os Pedreiros. Das

profissões destacadas, somente os Balconistas Atendentes têm participação importante dos não-remunerados (55%), sendo que a presença dessa posição na ocupação nas demais profissões é mínima ou nula. Os dados reforçam a hipótese de que as profissões que mais cresceram no meio rural foram aquelas que poderiam gerar algum tipo de ganho monetário individual, quer seja como empregados, quer como conta-própria, em detrimento das ocupações não-remuneradas, principalmente as agrícolas.

Quanto à precariedade do trabalho, definindo-se como precárias as ocupações não-remuneradas, ou ainda como empregados sem registro em carteira de trabalho, e com baixas jornadas semanais de trabalho (menor que 40h na semana), pode-se concluir que as ocupações rurais não-agrícolas têm contribuição maior, proporcionalmente, para diminuir a precariedade do trabalho nesses quesitos, do que as ocupações rurais agrícolas. A grande maioria dos ocupados rurais em atividades não agrícolas são empregados, sendo que metade deles tem registro em carteira de trabalho, e trabalham mais de 40h semanais. Quantitativamente, o número de empregados com registro em carteira nas atividades não-agrícolas já é maior que o número dos mesmos empregados em atividades agrícolas no meio rural brasileiro.

Embora o trabalho em tempo parcial tenha crescido, o total da PEA (urbana e rural) que declarou ter mais de uma atividade na última semana de setembro é relativamente baixo: em 1995 elas contavam pouco mais de três milhões de pessoas, principalmente combinando atividades não-agrícolas no meio urbano. Nas áreas rurais, dos mais de 14 milhões de pessoas ocupadas em 1995 apenas um milhão de pessoas declararam ter alguma atividade secundária na semana de referência. A pequena proporção de pessoas ocupadas em mais de uma atividade na agricultura parece estar subestimada. O que pode estar ocorrendo nestes dados é que os informantes omitem a segunda atividade, primeiro porque no meio rural em geral esta também é agrícola, e segundo porque pode não coincidir com a semana da entrevista.

Embora os números sejam relativamente pequenos não deixam de ser relevantes, pois existem pouco mais de quatrocentas mil pessoas combinando atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural brasileiro. Também é importante o número de pessoas com dupla

atividade dentro do próprio setor agrícola, indicando uma busca de novas atividades pela PEA rural: contam mais de quinhentas mil pessoas.

Os trabalhos com dupla atividade existem em todo o País, porém nota-se uma concentração do contingente na região Nordeste do Brasil. Dos pouco mais de um milhão, quase 700 mil pessoas estão localizadas nas áreas rurais nordestinas, mas as maiores taxas de crescimento entre 1981/95 encontram-se na Região Centro-Oeste.

Na análise da população acrescida à PEA pela ampliação do conceito de trabalho, pode-se concluir que a grande maioria dos trabalhadores na produção para o autoconsumo é constituída por pessoas que trabalham menos de 15h no trabalho principal: eles contam mais de dois milhões e representam quase 2/3 dos trabalhadores para o autoconsumo. A maioria dos trabalhadores na construção para o próprio uso trabalham mais de 15h semanais em suas tarefas de autoconstrução. Quanto aos não-remunerados incorporados à PEA, por definição todos trabalham menos de 15h semanais. Era de se esperar, portanto, que o total de pessoas com mais de uma atividade na semana de referência fosse elevado, pois as pessoas dedicam pouco tempo à sua ocupação principal. A hipótese não se confirma: o número de trabalhadores do acréscimo conceitual que declararam ter mais de uma atividade na semana de referência é muito pequeno (cerca de 10 mil pessoas).

Observa-se que a grande maioria dos trabalhadores incorporados na PEA agrícola são mulheres cônjuges, com boa participação também das mulheres na posição de pessoas de referência ou filhas. Nesse contingente os homens são minoria, divididos entre as pessoas de referência e filhos. Para a população não-agrícola (autoconstrução e parte dos não-remunerados com menos de 15h semanais de trabalho) a participação relativa dos homens é maior, principalmente dos filhos, mas mesmo assim, em valores absolutos bem menores que a PEA agrícola.

Quando se subdivide o acréscimo conceitual pelas posições na ocupação e atividade principal, o quadro fica ainda mais claro. A atividade mais freqüente entre as pessoas envolvidas na produção para o autoconsumo é a criação de aves, seguida bem abaixo pela produção de verduras. Isso comprova a hipótese de que a grande maioria dos incorporados à PEA era de pessoas que se dedicavam às criações caseiras de pequenos animais e hortas domésticas. Como as pessoas realizaram atividades em mais de uma hora por semana,

independentemente de ser para o próprio consumo ou para a venda, essas passaram a ser enumeradas entre a população economicamente ativa a partir da PNAD de 1992.

No elenco das atividades não-agrícolas realizadas pelas pessoas incorporadas à PEA, presencia-se a Construção para o Próprio Uso, e também os não-remunerados no comércio de alimentos, principalmente entre os filhos, mas ambos representam um contingente reduzido no meio rural. De forma geral, a influência do acréscimo conceitual sobre a PEA rural não-agrícola é mínima.

Os não-remunerados agrícolas do acréscimo conceitual também são representados prioritariamente pelos filhos e estão pulverizados entre várias lavouras e atividades agrícolas, não havendo nenhuma atividade com especial dedicação desse contingente. Por definição, todos trabalham menos de 15h por semana.

A grande maioria das pessoas de referência do acréscimo conceitual recebem aposentadorias e/ou pensões, representando mais de 70% dessas pessoas, tanto agrícolas como não-agrícolas. Entre os cônjuges agrícolas a participação das mesmas rendas é bem menor: não atinge 20%. Com esses resultados pode-se concluir que a maioria das pessoas incorporadas à PEA a partir de 1992 são aposentados homens ou cônjuges mulheres, que se dedicam à criação de aves e/ou cuidam de hortas domésticas. Quanto aos filhos incorporados à PEA, a maioria se dedica à produção para autoconsumo e, em menor escala, às atividades não remuneradas, prioritariamente na criação de aves, denotando que a maioria dos filhos devem ser jovens que dividem seu tempo entre os estudos e cuidados com a criação de pequenos animais.

Em outras palavras, a expansão do conceito de trabalho efetuada pelo IBGE nas PNADs, realizadas a partir de 1992, não logrou captar aquela família camponesa tipicamente dedicada às atividades de subsistência, talvez porque esse estereótipo esteja cada vez mais distante da realidade das famílias agrícolas deste País.

No que diz respeito à distribuição espacial da população rural, apesar da decisiva participação da PEA agrícola nos municípios não auto-representativos, já se denota a expressiva participação nesses municípios de pessoas que se ocupavam de atividades não-agrícolas mas que tinham domicílio rural. Em 1995 o contingente chega a 2,9 milhões de

pessoas, ou seja, quase  $\frac{3}{4}$  da população rural não-agrícola reside nos pequenos e médios municípios do País.

A concentração dos ocupados rurais em atividades não-agrícolas nos pequenos e médios municípios, retira o seu estigma de ser influência estatística que as metrópoles ou grandes centros urbanos possam exercer nas PNADs. Ao contrário: é no seio das áreas rurais dos pequenos e médios municípios que têm-se proliferado as pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas.

A composição relativa das posições nas ocupações em atividades não-agrícolas é muito próxima, independente do tipo de município ou situação do domicílio: os empregados giram em torno de 67 a 81%, os conta-própria ao redor de 17 a 20%, e os não-remunerados e empregadores têm participação muito reduzida, entre 1 e 6%. De 1981 a 1995, houve suave acréscimo da participação relativa dos conta-própria, e redução dos empregados.

Outra inovação a ser explorada nas "Novas PNADs" é a situação do domicílio, onde a dicotomia urbano-rural foi desmembrada em oito novas situações. Com as novas situações foi possível detectar que o trabalho rural não-agrícola está disseminado nas áreas exclusivamente rurais, revelando que não se trata de um problema de delimitação legal das áreas urbanas e rurais. Se fosse esse o caso, a grande maioria da população estaria localizada em áreas rurais de transição como as extensões urbanas, onde reside apenas 11% da população rural não-agrícola.

A situação do domicílio que vem crescendo mais rapidamente entre a população rural são os povoados, que já representam quase 10% da população rural. Nos povoados a participação da população não-agrícola é expressiva, chegando a quase metade das ocupações dessas aglomerações. Depois dos povoados, que têm a maior taxa de crescimento nos anos 90, as áreas exclusivamente rurais têm a segunda maior taxa de crescimento para o Brasil na década.

Nas áreas exclusivamente rurais, 17% da população está ocupada em atividades não-agrícolas. A maior proporção é em São Paulo:  $\frac{1}{3}$  da população exclusivamente rural paulista de pequenos e médios municípios está ocupada em atividades não-agrícolas. A menor proporção fica para o Nordeste que ainda tem uma população agrícola numerosa,

mas mesmo assim conta com quase um milhão de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas nas áreas rurais.

Conclui-se portanto que as ocupações rurais não-agrícolas estão disseminadas pelas áreas exclusivamente rurais do Brasil, principalmente entre os seus pequenos e médios municípios. Pelos dados das PNADs, os resultados apontam que o movimento das ocupações não-agrícolas existente no meio rural não é um fenômeno de regiões metropolitanas ou de grandes municípios. Tampouco, as ocupações rurais não-agrícolas são resultados da desatualização dos limites urbano-rural, pois a maior parte dessa população reside em áreas exclusivamente rurais, ou seja, que não atendem nenhum critério de concentração urbana.

Além dos resultados confirmando as hipóteses apresentadas no início do trabalho, é oportuno tecer algumas comparações com as dinâmicas geradoras de ocupações não-agrícolas, citadas no início desse trabalho. De forma sintéticas as dinâmicas econômicas geradoras de atividades não-agrícolas listadas foram:

a) atividades econômicas derivadas da produção direta ou indireta de bens e serviços agropecuários, como comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediários de insumos não-agrícolas.

b) atividades derivadas do consumo final da população rural;

c) atividades derivadas da grande disponibilidade de mão-de-obra excedente do setor camponês, denominado setor de refúgio.

É oportuno antes de prosseguir, contrapor os resultados desse trabalho com essas dinâmicas, embora não seja possível fazer uma identificação nítida entre o setor de atividade com as dinâmicas acima, visto que um setor pode estar presente em uma ou várias dinâmicas. De qualquer forma pode-se afirmar que na dinâmica **a** estariam mais diretamente envolvidos os setores não-agrícolas do Comércio de Alimentos, Indústria de Alimentos, Comércio Ambulante, Indústria de Madeiras, Transportes e Assistência técnica de veículos. Na dinâmica **b** estariam os Estabelecimentos de Ensino, Comércio de Alimentos, Alfaiataria, Transportes e Assistência técnica de veículos. A dinâmica **c** estaria mais relacionada com o Emprego Doméstico, Construção Civil, Alfaiataria, Comércio Ambulante e Transportes.

Outras duas dinâmicas citadas na literatura internacional são:

- d) consumo final da população urbana, como o artesanato, turismo rural, etc.
- e) serviços públicos nas zonas rurais;

Para essas duas dinâmicas, podem-se identificar os setores de Emprego Doméstico e Restaurantes para a dinâmica **d** e os setores Estabelecimento de Ensino e Administração Municipal para a dinâmica **e**.

Outras dinâmicas citadas autores nacionais foram:

- f) demanda da população rural não-agrícola de alta renda por áreas de lazer e/ou segunda residência;
- g) demanda da população urbana de baixa renda por terreno para autoconstrução;
- h) demanda por terras por indústrias e empresas prestadores de serviços;
- i) novas atividades agrícolas resultantes da procura por áreas de lazer e preservação ambiental, ou ainda, da cultura rural.

Os setores que estariam mais intimamente ligados a essas dinâmicas seriam a Construção Civil, Emprego Doméstico e Comércio de Alimentos para a dinâmica **f**. Na dinâmica **g** devem estar mais presentes os setores Construção Civil, Comércio de Alimentos e Transporte. Na dinâmica **h** os setores mais associados devem ser a Construção Civil, Indústria de Alimentos, Indústria de Transformação e Transporte.

Os setores não-agrícolas que estariam mais envolvidos com a dinâmica **i** seriam a Construção Civil, Comércio de Alimentos, Indústria de Alimentos, Restaurantes e Transportes.

Infelizmente os dados das PNADs não fornecem todos os elementos para a adequada identificação com as dinâmicas, remetendo assim o estudo das dinâmicas impulsionadoras das atividades não-agrícolas no meio rural para novas pesquisas.

O avanço das ocupações rurais não-agrícolas também remete a novos estudos sobre a pluriatividade no Brasil, agora porém tomando a família como unidade de análise. Somente assim se poderá analisar a existência ou não de complementaridade entre as atividades agrícolas e não-agrícolas, e as estratégias de ocupação e renda adotadas pelas famílias rurais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – SP. ANPOCS/HUCITEC. 1992.
- ARKLETON RESEARCH. **Cambio rural en Europa: programa de invertigacion sobre las estructuras agrarias y la pluriactividad**. Madrid, Ministerio da Agricultura, 1987.
- ARNALTE A., E. Estructura de las explotaciones agrarias y externalizacion del processo productivo. Madrid. **Revista de Economia**, 66: 101-117. 1989.
- BALSADI, O.V. Força de trabalho na agricultura brasileira no período 1988-95. **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Aracaju – SE. SOBER. Brasília – DF. 1996. V.I, p786-815.
- BALSADI, O. **Novas e tradicionais Atividades Agrícolas: algumas características do trabalho**. Fundação SEADE. São Paulo – SP. 1998, 11p. (não publicado)
- BARLETT, P. Part-time farming: saving the farm ou saving the life-style? **Rural Sociology**, 51(3):289-313. 1986.
- BLAKELY, E. e BRADASHAW, T. América rural: um novo contexto. **Agricultura y Sociedad**, nº 36-37. 1985.
- BOTELHO FILHO, F.B. Atividades não-agrícolas no Distrito Federal 1992/1995-PNAD. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas – MG. SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 647-654. 1998.
- CARNEIRO, M.J. Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar? **Anais do XVII Encontro Nacional do PIPSA (Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura)**. Porto Alegre, RS. p.50-58, 1995.
- CASTRO, E.G. **Entre o rural e o urbano: dimensões culturais nos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro**. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, RJ, 1995. 224p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia)
- COUTO, V.A. e COUTO FILHO, V.A. A urbanização do trabalho rural. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas – MG. SOBER. Brasília – DF. V.2, p. 589-602. 1998.

- CROMATIE, J. e SWANSON, L. (1996). Census tracts more precisely define rural population and areas. **Rural Development Perspectives**. Washington, 11(3):31-39. (www.econ.ag.gov)
- DEDECCA, C.S.; BALTAR, P.E.A e ROSANDISKI, E. **A Questão da Ocupação Urbana no Brasil, Anos 90**. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, CESIT/IE/UNICAMP. 1997. 21p. (não publicado)
- DEL GROSSI, M.E. Transformações no meio rural paranaense. **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Aracaju – SE. SOBER. Brasília – DF. 1996. V.I, p.51-70.
- DEL GROSSI, M.E. e GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas – MG. SOBER. Brasília – DF. V.2, p. 635-646. 1998.
- DIRVEN, M. El empleo agrícola en América Latina y el Caribe: pasado reciente y perspectivas. **Desarrollo productivo**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL/ONU. Santiago, Chile. N. 43. 111p.
- ETXEZARRETA Z., M. et al. **La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrárias comunitarias**. Ministério da Agricultura. Madrid - Espanha. 1995.
- FERREIRA IRMÃO, J. e KLEIN, E. **Emprego rural: Metodologias de Medición**. Santiago, PREALC/OIT, 1988. 86p.(não publicado)
- FREDRICH, O.; BRITO, S. e ROCHA, S. (1983). Conceituação e operacionalização da categoria de aglomerados rurais como situação de domicílios para fins censitários. **Revista Brasileira Estatística**, Rio de Janeiro - RJ. 44(173/4): 199-225 (jan./jun).
- FRIEDLAND, W. e PUGLIESE, E. Class formatio and decomposition in modern capitalist agriculture. **Sociologia Ruralis**, 29: 149-165. 1989.
- FULLER, A. From Part-time to pluriactivity: a decade of change in rural europe. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, 6(4):361-373. 1990.
- GASSON, R. **The economics of part-time farming**. Longman, England. 1988.

- GORDILLO DE ANDA, G. Restruturacion institucional y revalorización de los vinculos rural-urbano. **Seminário Internacional Inter-relación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado**, FAO/ONU. Taxco, México. 1997.
- GOMES DA SILVA, A. Atividades não-agrícolas no rural potiguar: uma “nova” opção de emprego no campo. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas – MG. SOBER. Brasília – DF. V.2, p. 603-616. 1998.
- GUERRA, V.S. **Seleção de Variáveis de Condição de Atividade, condição de ocupação, posição na ocupação e categoria do emprego para compatibilizar com o conceito de trabalho anterior a 1992**. IBGE, Rio de Janeiro – RJ. 1996. 7p.(dat.)
- GRAZIANO DA SILVA, J. Evolução do emprego rural e agrícola. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Curitiba – PR. SOBER. Brasília – DF. V.2, p.1437-1459, 1995.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, IE/UNICAMP.1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMg, 7(1): 43-81. 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas PNADs. **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Natal – RN. SOBER. Brasília – DF. Compact Disc, Painel-4b. Brasília, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Projeto Rurbano apresentado à FAPESP**. 1998 (não publicado)
- GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O.; BOLLIGER, F.P.; BORIN, M.R. e PARO, M.R. Meio rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação SEADE, 10(2):60-72, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O.V. e DEL GROSSI, M.E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**. Revista da Fundação SEADE, São Paulo – SP. 11(2):50-64. 1997.

- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M. E. A evolução do emprego não-agrícola no meio rural brasileiro, 1992-95. **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Economia**. ANPEC, Recife-PE. 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M.E. A evolução do emprego rural não-agrícola no meio rural brasileiro. **Seminário Internacional Campo-Cidade**. PARANÁ/PNUD. Curitiba – PR. 1998. (versão ampliada, não publicado)
- GREEN, R. e SANTOS, R.R. **Economia de red y reestruturación del sector agroalimentario**. Paris, INRA, 1991.
- HOFFMANN, R. **Precisão dos resultados das PNADs e a determinação de mudanças estatisticamente significativas**. Instituto de Economia / UNICAMP. 1997. 3p. (não publicado)
- HOFFMANN, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-96 e a influência da inflação e do salário mínimo**. 1998. 28p. (não publicado)
- HOFFMANN, R. e VIEIRA, S. **Análise de Regressão – Uma Introdução à Econometria**. São Paulo, HUCITEC, Segunda Edição, 1983.
- IBGE. **Manual de Entrevista das Pesquisas Básica e Suplementar – PNAD de 1989**. Rio de Janeiro - RJ, Departamento de Emprego e Rendimento, p.71-72. 1989.
- IBGE. **PNAD – Anteprojeto de Revisão: a questão conceitual (modulo I)**, Rio de Janeiro, 1990. 68p. (não publicado).
- IBGE. **Manual de Entrevista da Pesquisa Básica, PNAD de 1995**. Rio de Janeiro – RJ. 1995.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD: Síntese de indicadores 1995**. Rio de Janeiro, Departamento de Emprego e Rendimento. 1996.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro – RJ, 1998.
- KAGEYAMA, A. 1986. **Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura: uma análise regional**. Campinas - SP. Instituto de Economia/UNICAMP, 1985. (Tese de Doutorado)
- KAGEYAMA, A. **O subemprego agrícola nos anos 90**. NEA, Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas – SP. 1998. 18p. (não publicado)

- KAGEYAMA, A. e SILVEIRA, JM. 1997. Agricultura e questão regional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 35 (2): 9-33, 1997.
- KLEIN, E. **El empleo rural no agrícola en América Latina**. Seminario La Sociedad Rural Latinoamericana hacia el siglo XXI. PREALC/OIT. Santiago – Chile, 1992. 22p. (não publicado)
- LAURENTI, A.C. **A terceirização na agricultura – a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola paranaense**. Instituto de Economia, UNICAMP. 1996. 245 p. (Tese de Doutorado)
- LAURENTI, A.C. **A terceirização da execução dos trabalhos diretos na agricultura**. **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Aracaju –SE. SOBER, Brasília – DF. V.1, p.14-50. 1996.
- LEONE, E.T. **Pobreza e trabalho no Brasil: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas nos anos 80**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. 1994. 223 p. (Tese de Doutorado)
- LEONE, E.T. **Famílias agrícolas no meio urbano: inserção nas cidades das famílias que continuam vinculadas à agricultura**. 1996, 21p. (não publicado)
- MATTEI, L. **As ocupações não-agrícolas no meio rural catarinense na década de 90**. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas – MG. SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 567-576. 1998.
- MINGIONE, E. e PUGLIESE, E. **A difícil delimitação do urbano e do rural**. **Revista de Crítica de Ciências Sociais**. Lisboa, 22:83-99. 1987.
- NEDER, H.D. e CARDOSO, A. **Evolução recente da estrutura de atividades e rendas no meio rural de Minas Gerais**. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas – MG. SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 923-936. 1998.
- ORTEGA, A.C. **A relação rural-urbana na nova forma de governança estabelecida pelos comitês de bacias hidrográficas: o caso do comitê da bacia do rio Paranaíba**. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas – MG. SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 577-588. 1998.

- POCHMANN, M. **O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional**. CESIT, Instituto de Economia, UNICAMP, 1998a. 26p. (não publicado)
- POCHMANN, M. **Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil**. CESIT/IE/UNICAMP. Campinas – SP. 1998b. 29p. (não publicado)
- SACCO DOS ANJOS, F. Imprecisões, ambigüidades e contradições: das sociologias do rural às fronteiras imprecisas entre o rural e o urbano. **Anais do XXXIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Curitiba – PR. SOBER. Brasília – DF. p. 1197-1207. 1995.
- SÁNCHEZ, R.B. Estatísticas do Trabalho: objetivos, alcance, fontes e programa mínimo. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro. 17(67)191-197, jul./set.de 1956.
- SARACENO, R. Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: a European experience. **Seminário Internacional Inter-relación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado**, FAO/ONU. Taxco, México. 1997.
- SCHNEIDER, S. As transformações recentes na agricultura familiar no RS: o caso da agricultura a tempo parcial. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Curitiba – PR. SOBER. Brasília – DF. p. 1158-1195. 1995.
- SCHNEIDER, S. e NAVARRO, Z. Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural: um estudo sobre as tendências recentes. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas – MG. SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 617-634. 1998.
- SEYFERTH, G. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre, Ed. Movimento. 1974.
- SOUZA, M. As ocupações rurais não agrícolas na Região Leste do Estado do Paraná. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas – MG. SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 655-668. 1998.
- VILELA, S.L.O. O meio rural no contexto da crise agrícola moderna: o exemplo do estado do Piauí. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas – MG. SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 937-952. 1998.

- WANDERLEY, M. N. **Uma categoria rural esquecida: os desafios permanentes da sociologia rural brasileira.** V Jornada de Ciências Sociais, Marília –SP. 1994. 32p.(dat.)
- WELLER, J. El empleo rural no agrupecuário en el istmo centro-americano. **Revista de la CEPAL**, 62: 75-90, 1997.

## ANEXO I

Relação Completa das Atividades e Ocupações  
da População Ocupada – Anos 90

Tabela 1 Setores de atividade da população ocupada (10 ano ou mais) segundo os ramos de atividade.  
PNAD, 1995.

Ramos	Setores de Atividades	Ramos	Setores de Atividades
Agrícola	sisal cotonicultura rizicultura banana cacau-cultura de cafeicultura cana-de-açúcar fumo - cultura de mandioca-cultura de milho-cultura de soja-cultura de trigo-cultura de prod. verduras silvicultura culturas diversas animais - criação aves - criação de abelhas - criação de agropecuária indústrias extrativas erva-mate - extração de extração de fibras oleaginosos madeiras carvão extração de ervas pesca aquicultura	Indústria de transformação (contin.)	produtos de fibra rendas e redes Indústria de vestuário indústria de calçados indústria de alimentos alimentos caseiros indústria de bebidas indústria do fumo indústria gráfica indústria de construção
		Indústria de construção	construção
		Outras atividades industriais	pedras petróleo carvão mineral águas e sal pedras preciosas minerais radioativos minérios metais - extração e beneficiamento mineração não específica eletricidade gás água e esgoto lixo
		Comércio de mercadorias	comércio de produtos naturais comércio de alimentos comércio de vestuário comércio de artigos domésticos comércio de artigos gráficos comércio de artigos para construção comércio de aparelhos comércio de artigos para transportes comércio de artigos químicos comércio de combustíveis comércio ambulante pequeno comércio supermercados loja de departamentos comércio no varejo
Indústria de transformação	indústria de transformação indústria - metais equipamentos mecânicos equipamentos elétricos acessório veículos indústria de madeiras vime fábrica de móveis papel e papelão acessórios de borracha couro insumos químicos derivados de petróleo plásticos e fibras indústria farmacêutica perfumaria produtos plásticos	Prestação serviços	hospedagem restaurantes assistência técnica - aparelhos

Tabela 1 (cont.) Setores de atividade da população ocupada (10 ano ou mais) segundo os ramos de atividade.  
PNAD, 1995. (conclusão)

Ramos	Setores de Atividades	Ramos	Setores de Atividades
Prestação	serviços (continuação)	Social	(contin.)
	assist. técnica - veículos		associações civis
	reparação de móveis		fundações e institutos
	bombeiros		organizações culturais
	consertos especializados		organizações religiosas
	serviços pessoais		organizações esportivas
	alfaiataria		partidos e aut. clubes
	alug. roupa		associação comunitária
	lavanderia		serviços de saúde pública
	serviços residenciais		clínicas e ambulatórios
	serviços de segurança		serviços odontológicos
	emprego doméstico		assistência veterinária
	jardineiro		estab. ensino público
	serviços de diversões		ensino privado
	serv. de comunicação	Adm. pública	
Serv. aux. ativ. econ.			legislativo e tribunal contas
	serviços jurídicos		judiciário
	serv. contabilidade e econ.		administração federal
	proc. dados		administração estadual
	serv. engenharia		administração municipal
	publicidade		autarquias
	copiadoras		serviço público não esp.
	arte e decoração		Inst. militares - Exército
	investigação particular		Inst. militares - Marinha
	agenc. de mão de obra		Inst. militares - Aeron.
	serviços comerciais		polícia militar
	armazéns		polícia civil
	serviços diversos		corpo de bombeiros
	administ. financeira		sistema penitenciário
	serviços de transporte	Outras ativ.	
	org. de serv. de transporte		serv. financeiros
	serviços navegação		caixa econômica
	serviços auxiliares		seguros
Transporte/comunicação			administ. imóveis
	pequeno transporte		mercado financeiro
	transporte público		loteria
	transporte de carga		consórcios
	transporte terrestre		consulados e emb.
	transporte marítimo		loterias
	transporte aéreo		biscates
	transporte urbano		sem declaração
	correios e telégrafos		
	telefones		
Social			
	serviços sociais		
	serviços assistenciais		
	inst. previdência		

Tabela 2 Ocupações da população ocupada (10 ano ou mais) segundo os grupos ocupacionais.  
PNAD, 1995.

Grupos	Ocupações	Grupos	Ocupações
Técnicos		Técnicos (contin.)	
	engenheiro		prof. segundo grau
	arquiteto		prof. primeiro grau
	agrimensor engenheiro		prof. primeiro grau inicial
	cartógrafo		prof. primeiro grau geral
	desenhista		prof. pre-escolar
	agrimensor		instrutor
	topógrafo		outros professores
	químico		orientador educacional
	farmacêutico		bedel
	físico		juiz
	geólogo		promotor curador
	meteorologista ocean.		advogado
	laboratorista		tabelião
	farmacêutico prático		escrivão
	técnico meteorologista		oficial de justiça
	agrônomo		auxiliar de cartório
	biólogo		religioso
	bacteriologista		religioso - conta-própria
	veterinário		jornalista etc.
	médico		artista plástico
	dentista		artesão
	enfermeiro diplomado		decorador
	logopedista etc.		fotógrafo
	residente hospital		músico
	auxiliar serv. médico		artista teatro radio tv
	auxiliar fisioterapia		artista de circo
	ótico		comunicador
	auxil. radiologia		diretor espetáculos
	parteira		cinigrafista
	protético		cenotécnico
	técnico lab. clínico		operador de estúdio
	estatístico		operador de imagem
	analista computador		bibliotecário
	analista econômico		arquivologista
	analista contábil		analista de cargos etc.
	analista organizacional	Administrativo	
	técnico contabilidade		empregado agrícola
	auxiliar estatística		empregador agrícola
	programador de comput		criador peq. animais
	sociólogo antropol.		criador animais
	psicólogo		fazendeiro pecuarista
	demógrafo		prop. indústria vegetal
	agente social		prop. indústria extrativa
	cient político historiador		empregador indústria
	prof. pesq. ensino superior		empregador - construtor
	docente ensino superior		empregador - comércio

Tabela 2 (cont.) Ocupações da população ocupada (10 ano ou mais) segundo os grupos ocupacionais.  
PNAD, 1995. (continua)

Grupos	Ocupações	Grupos	Ocupações
Administrativo (continuação)		Agropecuária (contín.)	
	empregador - hotelaria		trab. rural - lenha
	empregador - transporte		trab. rural - carvão
	vendedor ambulante		trab. rural - borracha
	provedor serviços		trab. rural - erva mate
	diplomata político		trab. rural - coleta
	dirigente adm pública	Industrial	
	dirigente agricultura		técnico ext. mineral
	dirig extração vegetal		técnico indústria
	dirig extração mineral		ajudante ind. têxtil
	dirig indústria transform		mestre de obras
	dirig constr. civil		técnico de serv públicos
	dirig comércio		técnico não especificado
	dirig serviços hotelaria		técnico ind. siderúrgica
	dirig serviços transporte		operador ind siderúrgica
	dirig instit. financeiras		trefilador - ind. arames
	dirig inst ensino		ajudante - ind siderúrg
	chefias e assistentes		galvanizador
	agentes fiscais		afiador
	inspetores		polidor de metal
	assistentes administr		ferramenteiro
	ajudantes auxiliares		cunhador de moedas
	almojarifes		prensador de metal
	conferente despachador		fresador
	datilógrafo ajudante		tomeador mecânico
	operador telecomunic		ajustador mecânico
	operador proc. dados		ajudante mec veículos
	secretário taquígrafo		ajudante mec de maqu
	ajudante contabilidade		soldador
	operador de copiadora		montador est metálicas
	arquivista		caldeireiro
	atendentes de serviços		ferreiro
	ajudante administrativo		funileiro
Agropecuária			lanterneiro
	agricultor conta-própria		cardador
	técnico agrícola		binador (têxtil)
	operador agrícola		fiador (têxtil)
	trabalhador rural		rendeira
	trab. rural peq animais		aux lixadeira urdidor
	trab. rural - animais		cordoeiro
	trab. rural - pesca		tecelão
	trab. rural - madeira		tapeceiro

Tabela 2 (cont.) Ocupações da população ocupada (10 ano ou mais) segundo os grupos ocupacionais.  
PNAD, 1995.

Grupos	Ocupações	Grupos	Ocupações
Industrial (continuação)		Industrial (cont.)	
	tarrafeiro		camiceiro charqueador
	tintureiro (ind. têxtil)		abatedor etc.
	estampador		manteigueiro
	acabador de tecidos		doceiro etc.
	areeiro coureiro		patisseiro etc.
	curtidor		padeiro (empregado)
	costureiro alfaiate		moendeiro
	auxiliar costureiro		caldeador de açúcar
	calceiro camiseiro		alambiqueiro etc.
	figurista cortador		moedor de café etc.
	bordadeira		ajudante ind. pescados
	chapeleiro (palha)		ajudante ind. cacau chá
	chapeleiro		ajud ind. óleos vegetais
	sapateiro		cozinheiro
	ajudante ind. calçados		linotipista
	bolseiro		gráfico
	marceneiro		clicherista
	carpinteiro		impressor
	lixador torneiro		revisor gráfico
	serrador de madeira		encadernador
	prensista de madeira		acabador ind. gráfica
	capoteiro		vidraceiro (fabricação)
	colchoeiro		ceramista
	envernizador		decorador ceramista
	cesteiro		fomeiro em olaria
	bobineiro electricista		analista de qualidade
	montador electricista		joalheiro
	electricista		lapidador
	eletrotécnico montador		borracheiro
	eletrotécnico reparador		recauchutador
	electricista de instalações		fogueteiro
	instal de eq. comunicação		vassoureiro - fabricação
	electricista manutenção		marmorista (fab.)
	operador cent. elétrica		processador de fumo
	armador de ferros		charuteiro
	pedreiro		pintor industrial
	ajudante pedreiro		empilheirista
	ajudante pintor		caldeirista
	estucador		arcondicionado
	ladrilheiro		ajudante ind. papel
	bombeiro		ajudante ind borr plast
	vidraceiro assentador		operador inst. cimento
	empedrador		tecn seg. trabalho
	calafate		técnicos industriais div.
	concretista draguista		trab. conserv. rodovias
	fiambreiro etc.		

Tabela 2 (cont.) Ocupações da população ocupada (10 ano ou mais) segundo os grupos ocupacionais.  
PNAD, 1995. (continua)

Grupos	Ocupações	Grupos	Ocupações
Comércio	serviço conta-própria balconista atendente caixa recebedor arrumador de prateleiras demonstrador modelo feirante(não empregador) aguadeiro ambulante - balas etc. ambulante -frutas leg. ambulante - carnes etc. bilheteiro cambista ambulante - outros jornaleiro caixeiro viajante representante comercial propagandista corretor de seguros corretor de imóveis operador merc. financeiro leiloeiro avaliador agente de viagem etc. comprador	Transporte (cont.) telefonista carteiro Prestação serviços arrumadeira - doméstica babá cozinheira doméstica diarista doméstica lavadeira doméstica governanta mordomo serviços domésticos atendente doméstico hotelaria - conta-própria arrumadeira (hotel) cozinheiro (não domést.) garçom copeiro balconista governanta não domés maitre d' hotel maitre - restaurantes cabeleireiro barbeiro depilador manicure passadeira (não domést) engraxate	
Transporte	piloto navegador comissário de voo oficial téc. de marinha arrais timoneiro maquinista de embarc marinheiro (civil) camareiro balseiro etc. condutor estivador agente estação trem agente ou chefe de trem maquinista de trem met. guarda freios guarda-linha motorista trocador de ônibus boleeiro controlador de tráfego conservador ferrovias agente de correio manipulante (correio) telegrafista	Outras ocupações minerador trab extração pedras operador mineração operador petróleo garimpeiro saleiro (salinas) perfurador de poços atleta futebol atleta outros árbitro esportivo técnico esportivo porteiro etc. ascensorista guarda - vigia servente faxineiro contínuo alugador eq. agrícola provedor serviços lazer oficial militar superior praça militar	

Tabela 2 (cont.) Ocupações da população ocupada (10 ano ou mais) segundo os grupos ocupacionais.  
 PNAD, 1995. (conclusão)

Grupos	Ocupações	Grupos	Ocupações
Outras ocupações (cont.)		Outras ocupações (cont.)	
	membro corpo bombeiro		imunizador detetizador
	delegado etc.		guardador de carros
	detetive agente polic.		guarda sanitário
	guarda civil		agentes e fiscais div.
	agente penitenciário		jardineiro
	datiloscopista		lixeiro
	vigilância privada		lubrificador
	aprendiz		operador de ab. água
	bilheteiro		operador at diversas
	bombeiro (não corpo de)		ajudante diversos
	feitor capataz		atend infantil (não dom)
	diversos		

## ANEXO II

### Precisão dos Resultados das PNADs

## PRECISÃO DOS RESULTADOS DAS PNAD E A DETERMINAÇÃO DE MUDANÇAS ESTATÍSTICAMENTE SIGNIFICATIVAS

Rodolfo Hoffmann

Junho/1997

O IBGE (1996) esclarece que o cálculo do erro de amostragem associado aos resultados das PNAD deveria levar em conta duas fontes de variação:

“1)O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades domiciliares para a amostra; e

2)O erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população”.

Esclarece ainda que as informações divulgadas referem-se, apenas, aos erros de amostragem. Essas informações sobre a precisão das estimativas consistem, basicamente, nos valores dos coeficientes A e B do modelo de regressão

$$Y = A \cdot x^B \quad (1)$$

onde  $x$  é o valor da estimativa e  $Y$ , o respectivo coeficiente de variação. O IBGE fornece os coeficientes A e B para cada um dos seguintes grupos de variáveis:

Para pessoas.

Total

Situação urbana

Situação rural

Para famílias e domicílios:

Total

Situação urbana

Situação rural

A equação de regressão (1) fornece “uma aproximação para os coeficientes de variação associados às estimativas”. Essa foi a maneira encontrada pelo IBGE para contornar “a dificuldade que adviria do cálculo dos erros de amostragem, expressos pelos coeficientes de variação, para todas as variáveis (células) constantes do plano tabular, considerando todos os níveis de divulgação (Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas)”.

O coeficiente de variação ( $Y$ ) é, por definição, a relação entre o desvio padrão ( $s$ ) e o valor da variável, expresso em porcentagem:

$$Y = \frac{s}{x} \cdot 100 \quad (2)$$

De (1) e (2) segue-se que o desvio padrão associado a uma resultado da PNAD é

$$s = \frac{A}{100} \cdot x^{(1+B)} \quad (3)$$

A tabela 1 reproduz os coeficientes A e B divulgados pelo IBGE para o Estado de São Paulo em 1995, referentes a número de pessoas.

Tabela 1. Coeficiente A e B para pessoas, Estado de São Paulo, PNAD de 1995.

Situação	A	B
Total	2633,3910	-0,4829
Urbana	1965,1557	-0,4593
Rural	353,2325	-0,2613

Consideremos, por exemplo, o número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e domicílio rural, no Estado de São Paulo, em 1995 era de 518 mil pessoas (Graziano da Silva, 1997). De acordo com (1) e (3), e utilizando os coeficientes da tabela 1, verifica-se que o coeficiente de variação associado a esse número é

$$Y = 353,2325 (518000)^{-0,2613} = 11,35\%$$

E o respectivo desvio padrão é

$$s = 3,532325 (518000)^{1-0,2613} = 58,78 \text{ mil pessoas}$$

Vamos examinar, agora, como comparar duas estimativas, referentes a anos ou unidade geográficas distintas, verificando a diferença entre elas é elasticamente significativa. Vamos utilizar índices 1 e 2 para indicar as duas situações (anos ou unidades geográficas) que estão sendo comparadas. Se os números são  $x_1$  e  $x_2$ , de acordo com (3) os respectivos desvios padrões são

$$s_i = \frac{A_i}{100} x_i^{1+B_i} \quad \text{com } i = 1,2$$

Se  $x_1$  e  $x_2$  forem independentes, a variância da diferença  $x_2 - x_1$  é igual a soma das duas variâncias ( $S_1^2 + S_2^2$ ). Então, para verificar se há uma diferença estatisticamente significativa entre  $x_1$  e  $x_2$  calculamos

$$t = \frac{x_2 - x_1}{(s_1^2 + s_2^2)^{1/2}}$$

Para ilustrar o procedimento, consideremos a mudança do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e domínio rural, no Estado de São Paulo, entre 1992 e 1995. Conforme Graziano de Silva (1997), esse número passou de 394 mil em 1992 para 518 mil em 1995. Os coeficientes A e B para pessoas com domicílio rural, no Estado de São Paulo, em 1992, são  $A=750,4306$  e  $B=-0,3318$ . Temos

$$x_1 = 394 \text{ mil}$$

$$s_1 = 7,504306 (394000)^{1-0,3318} = 41,14 \text{ mil}$$

$$X_2 = 518 \text{ mil}$$

$$S_2 = 58,78 \text{ (calculado antecipadamente)}$$

Segue que  $t = 1,73$

como as amostras são grandes, podemos considerar os valores críticos  $t_0 = 1,96$  ao nível de significância de 5% e  $t_0 = 1,64$  ao nível de significância de 10%. O valor de  $t$  obtido indica que houve, no Estado de São Paulo, entre 1992 e 1995, um crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e com domicílio rural que é significativo ao nível de 10%

### Referências Bibliográficas

- IBGE (1996) Pesquisa Nacional por A mostra de domicílios: 1992 – 1993 – 1995. Texto para o CD-ROM dos microdados.
- Graziano da Silva, José (1997) Rural e Trabalho nas PNADs: notas metodológicas

## ANEXO III

Procedimentos para Correção da Atividade  
Principal nos Anos 90  
- Segundo o Conceito dos Anos 80 -

### **CORREÇÃO DA ATIVIDADE PRINCIPAL**

Variáveis dos anos 90 compatíveis com as dos anos 80  
(peagricorr)

#### Variáveis utilizadas:

v090532 = valor do rendimento em dinheiro do trabalho principal  
v090535 = valor do rendimento em produtos (R\$) do trabalho principal  
v090982 = valor do rendimento em dinheiro do trabalho secundário  
v090985 = valor do rendimento em produtos (R\$) do trabalho secundário  
v09058 = quantidade de horas semanais no trabalho principal  
v09101 = quantidade de horas semanais no trabalho secundário  
v09091 = setor de atividade do trabalho secundário  
v09092 = posição na ocupação do setor secundário  
v09095 = setor secundário é militar (sim ou não)  
v09096 = setor secundário é funcionário público estatutário (sim ou não)  
v09097 = tem carteira assinada nesse trabalho secundário (sim ou não)  
v090061 = posição na ocupação no trabalho principal  
v090072 = ramo de atividade do trabalho principal  
v09092c = posição na ocupação do trabalho secundário modificada  
v090072c = ramo de atividade do trabalho principal corrigido  
v090061c = posição na ocupação do trabalho principal corrigido

#### Comandos:

Recodificar

v090535 v090532 v090982 v090985 (99999999999=0) (MISSING=0).

Criar

Vdifrend = v090982 + v090985 - v090532 - v090535 .

Criar

Vdifh = v09101 - v09058 .

Criar

v090072c = v090072.

Recodifica, SE

```
(v09092 = 1 a 4) e (v090061 = 1 a 10) e vdifh > 0
ou
(v09092 = 1 a 4) e (v090061 = 1 a 10) e vdifh = 0 e vdifrend > 0
ou
(v09092 = 9) e (v090061 = 1 a 10) e vdifh > 0
ou
(v09092 = 9) e (v090061 = 1 a 10) e vdifh = 0 e vdifrend > 0
ou
(v09092 = 1 a 4) e (v090061 = 14) e vdifh > 0
ou
(v09092 = 1 a 4) e (v090061 = 14) e vdifh = 0 & vdifrend > 0
ou
(v09092 = 9) e (v090061 = 14) e vdifh > 0
ou
(v09092 = 9) e (v090061 = 14) e vdifh = 0 e vdifrend > 0
ou
(v09092 = 5 a 6) e (v090061 = 13) e vdifh > 0
ou
(v09092 = 1 a 4) e (v090061 = 13)
ou
(v09092 = 9) e (v090061 = 13)
```

RECODE

```
v09091 INTO v090072c .
(340=3) (11 a 42=1) (100 a 300=2) (50 a 59=4) (351 a 354=4)
(410 a 424=5) (511 a 552=6) (571 a 589=7) (471 a 482=8)
(610 a 632=9) (711 a 727=10) (451 a 464=11) (801 a 903=11)
```

Obs.: com esse procedimento somente serão alterados os códigos que satisfizerem a condição “se”. Os demais permanecerão inalterados.

Criar

```
v090061c = v090061.
```

Recodificar

```
v09092c = v09092
(3=9) (4=10) (9=14) (5 a 6=13)
```

SE (v09092 = 1 e v09095 = 1) .

RECODE

```
v09092 INTO v09092c .
(1=2)
```

SE (v09092 = 1 e v09096 = 2) .  
RECODE  
v09092 INTO v09092c .  
(1=3)

SE (v09092 = 1 e v09097 = 1) .  
RECODE  
v09092 INTO v09092c .  
(1=1)

SE (v09092 = 1 e v09097 = 3) .  
RECODE  
v09092 INTO v09092c .  
(1=4)

SE (v09092 = 1 e v09097 = 9) .  
RECODE  
v09092 INTO v09092c .  
(1=5)

SE (v09092 = 2 e v09097 = 1) .  
RECODE  
v09092 INTO v09092c .  
(2=6)

SE (v09092 = 2 e v09097 = 3) .  
RECODE  
v09092 INTO v09092c .  
(2=7)

SE (v09092 = 2 e v09097 = 9) .  
RECODE  
v09092 INTO v09092c .  
(2=8)

Recodificar, SE

(v09092 = 1 a 4) e (v090061 = 1 a 10) e vdifh > 0

ou

(v09092 = 1 a 4) e (v090061 = 1 a 10) e vdifh = 0 e vdifrend > 0

ou

( v09092 = 9 ) e (v090061 = 1 a 10) e vdifh > 0

ou

( v09092 = 9 ) e (v090061 = 1 a 10) e vdifh = 0 e vdifrend > 0

ou

(v09092 = 1 a 4) e (v090061 = 14) e vdifh > 0

ou

(v09092 = 1 a 4) e (v090061 = 14) e vdifh = 0 & vdifrend > 0

ou

(v09092 = 9) e (v090061 = 14) e vdifh > 0

ou

(v09092 = 9) e (v090061 = 14) e vdifh = 0 e vdifrend > 0

ou

(v09092 = 5 a 6) e (v090061 = 13) e vdifh > 0

ou

(v09092 = 1 a 4) e (v090061 = 13)

ou

(v09092 = 9) e (v090061 = 13)

RECODE

v09092c = v090061c .

Para o ano de 1981 também é feita uma transformação na posição da ocupação dos Trabalhadores Domésticos. Até 1990 essa categoria poderia ser considerada como Empregados ou Conta-Própria, mas a partir de 1992 todos foram incluídos na categoria dos Empregados, embora de forma destacada como uma categoria de Empregados à parte. Assim para manter a comrabilidade da série, optou-se pela classificação mais recente, recodificando todos as pessoas ocupadas nos serviços domésticos para a posição de Empregados.

## ANEXO IV

**Procedimentos para Seleção da População Economicamente Ativa  
e da População Ocupada segundo o Conceito dos Anos 80**

**PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS ECONOMICAMENTE ATIVAS**  
(peacorr)

v03034 > 9  
 e  
 v090061 = 01 a 10 ou 14  
 ou  
 v090061 = 13 e v09058 = 15 a 99  
 ou  
 v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 1 a 4 ou 9  
 ou  
 v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 15 a 99  
 ou  
 v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 01 a 14 e v091023 # branco  
 ou  
 v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 01 a 14 e v091023 = branco  
 e v091026 # branco  
 ou  
 v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 01 a 14 e v091027 = 6  
 ou  
 v09115 = 1 e v09119 > 0

Fonte: Guerra, V. 1997.

**PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS OCUPADAS**  
(ocupcorr)

v03034 > 9  
 e  
 v090061 = 01 a 10 ou 14  
 ou  
 v090061 = 13 e v09058 = 15 a 99  
 ou  
 v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 1 a 4 ou 9  
 ou  
 v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 15 a 99  
 ou  
 v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 01 a 14 e v091023 # branco  
 ou  
 v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 01 a 14 e v091023 = branco  
 e v091026 # branco  
 ou  
 v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 01 a 14 e v091027 = 6

Fonte: Guerra, V. 1997.

## ANEXO V

Pessoas ocupadas segundo a Situação do Domicílio,  
o Setor de Atividade e Regiões Modificadas do Brasil.  
1981, 1992 e 1995

Tabela Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, condição na ocupação e atividade principal nas regiões modificadas do Brasil, 1995.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	ATIVIDADE PRINCIPAL	Norte (-TO) (1.000)	Nordeste (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	Centro-Oeste (1.000)	Brasil (1.000)
Urbano		4.704	22.184	22.429	25.895	14.389	7.144	96.745
	Ocupado	2.385	11.032	11.638	13.807	8.101	3.892	50.855
	Agrícola	216	1.403	633	559	516	372	3.699
	Não-agrícola	2.169	9.629	11.005	13.247	7.585	3.520	47.156
	Não Ocupado	2.319	11.152	10.791	12.088	6.288	3.252	45.890
Rural		-	12.218	4.149	1.878	4.210	1.737	24.191
	Ocupado	-	7.319	2.346	1.062	2.973	1.011	14.710
	Agrícola	-	5.597	1.624	544	2.307	735	10.808
	Não-agrícola	-	1.722	721	518	665	275	3.902
	Não Ocupado	-	4.899	1.803	816	1.238	726	9.481

Tabela Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, condição na ocupação e atividade principal nas regiões modificadas do Brasil, 1992.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	ATIVIDADE PRINCIPAL	Norte (-TO) (1.000)	Nordeste (1.000)	RJ+ES+M G (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	Centro-Oeste (1.000)	Brasil (1.000)
Urbano		4.157	20.244	21.304	24.208	13.376	6.527	89.816
	Ocupado	2.114	9.971	10.838	12.724	7.429	3.625	46.701
	Agrícola	210	1.272	661	652	537	354	3.687
	Não-agrícola	1.904	8.699	10.177	12.071	6.892	3.271	43.014
	Não Ocupado	2.042	10.273	10.466	11.485	5.946	2.902	43.114
Rural		-	12.102	3.985	1.717	4.438	1.665	23.907
	Ocupado	-	7.217	2.316	1.009	3.212	1.008	14.763
	Agrícola	-	5.605	1.686	615	2.573	772	11.251
	Não-agrícola	-	1.612	629	394	640	236	3.512
	Não Ocupado	-	4.884	1.669	708	1.226	657	9.144

Tabela Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, condição na ocupação e atividade principal nas regiões modificadas do Brasil, 1981.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	ATIVIDADE PRINCIPAL	Norte (-TO) (1.000)	Nordeste (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	Centro-Oeste (1.000)	Brasil (1.000)
Urbano		2.263	13.758	16.679	18.474	9.247	4.247	64.669
	Ocupado	1.032	6.128	7.973	9.630	4.773	2.133	31.669
	Agrícola	104	785	522	484	431	237	2.564
	Não-agrícola	928	5.343	7.450	9.146	4.342	1.896	29.105
	Não Ocupado	1.231	7.630	8.706	8.845	4.474	2.114	33.000
Rural		-	11.302	4.243	1.737	5.496	1.456	24.234
	Ocupado	-	6.102	2.270	1.011	3.654	760	13.797
	Agrícola	-	4.581	1.829	682	3.043	600	10.736
	Não-agrícola	-	1.521	441	329	610	159	3.061
	Não Ocupado	-	5.199	1.973	726	1.842	697	10.437

## ANEXO VI

Pessoas ocupadas com Domicílio Rural segundo o Setor de  
Atividade, Posição na Ocupação e Regiões Modificadas do Brasil.  
1981, 1992 e 1995

Tabela Posição na ocupação na atividade principal da população rural ocupada, segundo o setor de atividade e regiões modificadas do Brasil, 1995.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL	NE (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	CO(+TO) (1.000)	BRASIL (1.000)
<b>Ocupações Agrícolas</b>						
Empregados	1.265	682	298	366	315	2.925
com reg. carteira	173	152	179	147	85	736
sem reg. carteira	1.092	530	119	218	229	2.188
sem declar.	0	0	0	1	0	1
Conta-próprias	2.046	410	108	752	203	3.518
Empregadores	78	82	18	69	29	276
Não remunerados	2.207	451	121	1.121	189	4.089
Sem declaração	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.597	1.624	544	2.307	735	10.808
<b>Ocupações Não-agrícolas</b>						
Empregados	1.069	515	408	501	191	2.684
com reg. carteira	324	189	242	292	49	1.095
func.público	136	57	24	41	25	284
sem reg. carteira	608	269	142	169	117	1.305
sem declar.	0	0	0	0	0	0
Conta-próprias	515	167	87	124	60	953
Empregadores	24	16	12	18	10	79
Não remunerados	114	24	11	22	14	185
Sem declaração	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.722	721	518	665	275	3.902

Tabela Posição na ocupação na atividade principal da população rural ocupada, segundo o setor de atividade e regiões modificadas do Brasil, 1992.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL	NE (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	CO(+TO) (1.000)	BRASIL (1.000)
<b>Ocupações Agrícolas</b>						
Empregados	1.403	729	259	397	321	3.109
com reg. carteira	168	149	142	142	78	679
sem reg. carteira	1.235	580	117	255	243	2.429
sem declar.	0	0	0	0	0	0
Conta-próprias	2.000	423	121	821	201	3.566
Empregadores	110	69	38	57	40	313
Não remunerados	2.092	465	198	1.298	210	4.263
Sem declaração	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.605</b>	<b>1.686</b>	<b>615</b>	<b>2.573</b>	<b>772</b>	<b>11.251</b>
<b>Ocupações Não-agrícolas</b>						
Empregados	982	424	330	505	163	2.403
com reg. carteira	321	173	193	293	40	1.020
func.público	117	53	14	39	16	238
sem reg. carteira	540	197	122	174	107	1.140
sem declar.	3	1	1	0	0	5
Conta-próprias	499	167	49	102	54	872
Empregadores	21	10	10	12	4	57
Não remunerados	110	29	5	21	15	180
Sem declaração	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.612</b>	<b>629</b>	<b>394</b>	<b>640</b>	<b>236</b>	<b>3.512</b>

Tabela Posição na ocupação na atividade principal da população rural ocupada, segundo o setor de atividade e regiões modificadas do Brasil, 1981.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL	NE (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	CO(+TO) (1.000)	BRASIL (1.000)
<b>Ocupações Agrícolas</b>						
Empregados	1.421	879	330	491	238	3.359
com reg. carteira	157	77	123	88	17	462
sem reg. carteira	1.264	802	207	403	220	2.896
sem declar.	0	0	0	1	0	1
Conta-próprias	1.774	413	127	934	186	3.434
Empregadores	85	74	19	66	31	274
Não remunerados	1.301	463	206	1.552	146	3.669
Sem declaração	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.581	1.829	682	3.043	600	10.736
<b>Ocupações Não-agrícolas</b>						
Empregados	1.065	332	271	476	113	2.257
com reg. carteira	320	172	162	333	48	1.034
func.público	-	-	-	-	-	-
sem reg. carteira	744	158	104	140	66	1.213
sem declar.	0	0	0	0	0	0
Conta-próprias	402	99	44	97	36	677
Empregadores	11	2	4	14	4	36
Não remunerados	43	8	10	23	6	90
Sem declaração	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.521	441	329	610	159	3.061

## ANEXO VII

**Pessoas ocupadas segundo o Setor de Atividade, Posição na  
Ocupação, Grupos de Horas no Trabalho Principal  
e Regiões Modificadas do Brasil.  
1981, 1992 e 1995**

Tabela evolução da população ocupada, regiões modificadas do Brasil, 1981/95.

OCUPAÇÃO NA SEMANA	NORTE			NORDESTE			RJ+ES+MG			SÃO PAULO			SUL			CENTRO-OESTE			BRASIL		
	1981 (1.000)	1992 (1.000)	1995 (1.000)																		
Urbano																					
Não-agrícola																					
até 14 h	7	34	52	66	253	341	163	282	302	129	187	251	54	163	202	21	82	85	440	1.001	1.232
15 a 39 h	165	518	555	1.153	2.304	2.562	1.344	2.109	2.261	1.171	1.818	2.044	675	1.241	1.419	310	741	752	4.807	8.731	9.594
40 a 44 h	264	534	597	1.521	2.558	2.952	1.979	3.694	4.073	2.681	5.177	5.715	1.045	2.982	3.287	544	1.047	1.118	7.934	15.991	17.742
45 ou mais sem decla.	497	817	964	2.592	3.576	3.772	3.950	4.087	4.362	5.248	4.885	5.228	2.561	2.501	2.674	1.018	1.401	1.565	15.865	17.266	18.564
	4	1	1	12	8	3	15	6	6	17	4	9	7	5	4	4	1	1	59	25	24
Agrícola																					
até 14 h	0	3	4	3	23	26	3	9	14	3	6	6	2	14	7	1	2	3	12	55	61
15 a 39 h	11	58	62	183	350	424	53	78	89	30	45	58	65	83	105	18	42	52	361	656	790
40 a 44 h	18	38	42	234	408	438	91	157	153	64	193	139	58	140	104	36	51	56	501	985	932
45 ou mais sem decla.	74	111	107	366	493	515	374	417	377	387	408	354	304	300	300	182	259	261	1.627	1.989	1.914
	0	-	0	1	-	-	1	1	-	1	-	2	-	-	-	0	0	-	3	1	2
Rural																					
Agrícola																					
até 14 h	-	-	-	6	48	70	3	9	18	0	4	5	3	10	15	1	12	8	14	84	115
15 a 39 h	-	-	-	1.412	2.043	2.364	261	345	395	75	114	62	626	606	617	64	163	145	2.439	3.271	3.604
40 a 44 h	-	-	-	1.316	1.850	1.653	249	401	435	102	115	154	389	397	337	56	102	136	2.121	2.865	2.715
45 ou mais sem decla.	-	-	-	1.843	1.863	1.490	1.314	930	776	504	382	323	2.020	1.556	1.336	469	496	446	6.150	5.027	4.374
	-	-	-	5	1	1	2	-	-	-	-	-	5	4	-	1	-	-	13	4	1
Não-agrícola																					
até 14 h	-	-	-	19	51	84	7	29	36	3	14	17	8	19	25	2	15	19	39	157	181
15 a 39 h	-	-	-	582	596	590	85	157	187	39	49	82	106	119	131	35	65	71	648	986	1.061
40 a 44 h	-	-	-	426	410	460	58	170	204	89	145	197	96	265	272	26	58	62	695	1.048	1.195
45 ou mais sem decla.	-	-	-	492	521	587	290	274	294	198	186	222	398	236	237	96	98	122	1.475	1.317	1.462
	-	-	-	2	4	1	1	-	-	-	-	-	1	-	1	0	-	1	4	4	3

Tabela Evolução das Pessoas Ocupadas no Brasil segundo os grupos de horas de trabalho e ramo da atividade principal, 1992/95. BRASIL.

Ocupação na semana	até 14 h			de 15 até 39 h			de 40 até 44 h			45 h ou mais			sem declaração		
	1981 (1.000)	1992 (1.000)	1995 (1.000)												
Urbano	452	1.056	1.292	5.168	9.387	10.384	8.435	16.977	18.674	17.552	19.256	20.479	62	26	26
Agrícola	12	55	61	361	656	790	501	985	932	1.687	1.989	1.914	3	1	2
Não-agrícola	440	1.001	1.232	4.807	8.731	9.594	7.934	15.991	17.742	15.865	17.266	18.564	59	25	24
Rural	53	241	296	3.286	4.257	4.665	2.816	3.913	3.910	7.624	6.344	5.835	17	8	3
Agrícola	14	84	115	2.439	3.271	3.604	2.121	2.865	2.715	6.150	5.027	4.374	13	4	1
Não-agrícola	39	157	181	848	986	1.061	695	1.048	1.195	1.475	1.317	1.462	4	4	3

Tabela Evolução da população ocupada com domicílio urbana segundo os grupos de horas de trabalho principal, Brasil.

Ocupação na semana	até 14 h			de 15 até 39 h			de 40 até 44 h			45 h ou mais			sem declaração		
	1981 (1.000)	1992 (1.000)	1995 (1.000)												
Urbano															
Agrícola	12	55	61	361	656	790	501	985	932	1.687	1.969	1.914	3	1	2
Empregados	5	12	14	145	122	149	267	630	555	1.075	1.235	1.188	2	0	-
com reg. carteira	0	0	2	5	8	8	25	203	174	154	358	358	0	-	-
sem reg. carteira	5	12	12	141	113	140	262	427	381	921	878	799	2	0	-
Conta-Próprias	4	37	35	101	235	248	128	210	224	380	448	463	-	-	-
Empregadores	3	6	11	29	56	62	32	43	49	123	152	123	1	1	-
Não Remunerados	0	0	0	85	242	332	54	103	104	108	154	143	0	-	-
Sem declaração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	2
Não-Agrícola	440	1.001	1.232	4.807	8.731	9.594	7.934	15.991	17.742	15.865	17.266	18.564	59	25	24
Empregados	187	472	571	3.093	5.534	5.860	6.748	13.554	14.775	12.194	11.534	12.125	42	9	11
com reg. carteira	48	62	92	1.398	1.916	1.784	5.075	9.159	9.363	9.825	6.706	6.997	23	1	3
sem reg. carteira	118	389	448	1.604	2.200	2.642	1.641	2.667	3.187	3.374	4.271	3.704	18	3	6
func.públ./militar	-	20	30	-	1.412	1.432	-	1.719	2.223	-	555	1.421	-	2	1
Conta-próprias	250	516	639	1.429	2.294	2.736	912	1.842	2.221	2.790	4.175	4.686	14	9	5
Empregadores	3	12	22	73	191	213	191	400	516	777	1.179	1.374	2	3	2
Não Remunerados	0	0	0	212	713	785	83	196	230	253	383	380	1	3	1
Sem declaração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	1	6

Tabela Evolução da População Rural Ocupada com jornada semanal de trabalho de até 15h, segundo as posições na ocupação e regiões modificadas do Brasil.

Ocupação na semana Posição na Ocupação	NORDESTE			RJ+ES+MG			SÃO PAULO			SUL			CENTRO-OESTE		
	1981 (1.000)	1992 (1.000)	1995 (1.000)												
<b>Rural</b>															
Agrícola	6,2	48,2	69,9	3,3	9,4	17,6	0,4	4,0	4,8	3,0	10,4	14,8	0,7	11,9	7,6
Empregados	2,1	4,6	12,7	2,0	2,6	5,5	0,4	-	1,6	0,8	1,7	2,3	0,5	2,1	4,1
com reg. carteira	-	-	1,9	0,3	-	-	0,4	-	-	-	0,6	0,6	-	-	0,3
sem reg. carteira	2,1	4,6	10,8	1,7	2,6	5,5	-	-	1,6	0,8	1,1	1,7	0,5	2,1	3,8
Conta-próprias	4,0	41,5	55,1	1,0	5,4	10,8	-	0,8	3,2	1,9	8,1	12,0	0,2	8,8	2,2
Empregadores	-	2,1	2,2	0,3	1,5	1,3	-	3,2	-	0,4	0,6	0,6	-	1,0	1,3
Não Remunerados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Não-agrícola</b>	18,6	80,7	83,6	7,1	29,0	35,8	3,4	13,6	16,8	8,4	18,6	25,4	1,6	15,0	19,4
Empregados	11,1	36,1	38,0	3,3	13,9	18,0	1,3	8,8	11,2	3,0	9,7	12,6	0,3	8,0	10,5
com reg carteira	4,0	6,1	3,1	-	0,4	1,8	0,4	-	0,8	1,1	1,4	0,6	-	-	0,3
sem reg carteira	7,1	28,4	32,5	3,3	13,5	15,6	0,9	8,8	8,8	1,9	8,3	12,1	0,3	8,0	9,9
func.públ. ou militar	-	1,6	2,5	-	-	0,5	-	-	1,6	-	-	-	-	-	0,3
Conta-próprias	7,2	44,6	45,6	3,9	15,1	17,8	2,1	4,8	5,6	5,3	8,3	12,8	1,3	7,0	8,9
Empregadores	0,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Remunerados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela Evolução da População Rural Ocupada com jornada semanal de trabalho entre 15 a 39h, segundo as posições na ocupação e regiões modificadas do Brasil.

	NORDESTE			RJ+ES+MG			SÃO PAULO			SUL			CENTRO-OESTE		
	1.981 (1.000)	1.992 (1.000)	1.995 (1.000)												
Rural															
Agrícola	1.412	2.043	2.384	261	345	395	75	114	62	626	606	617	64	163	145
Empregados	262	199	181	57	38	56	14	13	11	50	36	35	11	20	19
com reg.carteira	9	2	3	3	2	2	1	1	2	3	4	4	-	1	2
sem reg.carteira	252	197	179	54	36	53	13	12	9	47	31	31	11	19	17
Conta-próprias	392	523	600	35	59	66	8	20	8	79	82	88	12	29	26
Empregadores	11	26	20	5	9	18	0	4	2	7	2	9	3	4	5
Não Remunerados	747	1.296	1.582	164	240	256	53	77	42	490	485	486	38	109	95
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não-agrícola	582	596	590	85	157	187	39	49	82	106	119	131	35	65	71
Empregados	374	308	309	52	97	120	20	37	58	71	77	84	24	37	46
com registro carteira	69	97	75	13	19	13	4	13	18	38	25	24	7	8	5
sem registro carteira	305	144	160	39	45	72	16	21	32	33	37	44	17	22	29
func.públ. ou militar	-	67	74	-	33	36	-	3	7	-	16	16	-	7	12
Conta-próprias	176	208	202	30	43	49	14	9	19	28	27	36	10	19	17
Empregadores	1	-	3	0	2	2	0	1	-	2	2	1	-	0	2
Não Remunerados	30	80	76	3	15	16	4	3	5	6	13	10	2	8	7

Tabela Evolução da População Rural Ocupada com jornada semanal de trabalho entre 40 e 44h, segundo as posições na ocupação e regiões modificadas do Brasil.

Ocupação na semana	NORDESTE			RJ+ES+MG			SÃO PAULO			SUL			CENTRO-OESTE		
	1.981 (1.000)	1.992 (1.000)	1.995 (1.000)												
Rural															
Agrícola	1.316	1.850	1.653	249	401	435	102	115	154	389	397	337	66	102	136
Empregados	482	639	563	112	192	220	45	70	95	57	98	81	20	38	57
com reg. carteira	32	65	75	7	40	39	17	34	61	3	37	33	0	15	16
sem reg. carteira	449	574	488	105	152	181	28	36	34	54	61	48	20	23	41
Conta-próprias	493	676	661	63	98	110	18	7	29	104	89	76	16	33	41
Empregadores	28	32	25	7	12	16	1	6	2	9	8	10	2	4	3
Não Remunerados	313	503	404	67	99	89	38	31	28	219	202	170	28	27	35
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não-agrícola	426	410	460	58	170	204	89	145	197	96	265	272	26	58	62
Empregados	331	295	333	39	132	159	74	132	178	79	239	238	19	47	49
com registro carteira	94	112	124	22	73	72	44	86	127	56	174	171	11	16	15
sem registro carteira	237	142	162	17	45	73	30	35	39	23	48	47	8	25	25
func.público ou militar	-	40	48	-	13	15	-	10	12	-	18	20	-	6	10
Conta-próprias	85	97	103	16	28	37	12	10	15	11	21	25	5	9	7
Empregadores	4	3	7	1	3	4	1	2	2	2	2	5	1	0	3
Não Remunerados	7	15	16	2	8	4	3	2	2	4	3	4	1	2	3

Tabela Evolução da População Rural Ocupada com jornada semanal de trabalho maior que 45h, segundo as posições na ocupação e regiões modificadas do Brasil.

Ocupação na semana	NORDESTE			RJ+ES+MG			SÃO PAULO			SUL			CENTRO-OESTE		
	1981 (1.000)	1992 (1.000)	1995 (1.000)												
Rural															
Agrícola	1.843	1.663	1.490	1.314	930	776	504	382	323	2.020	1.556	1.338	469	495	446
Empregados	673	560	508	708	497	400	271	176	190	383	260	248	206	261	235
com reg. carteira	115	101	94	67	108	110	104	107	115	82	99	110	17	62	67
sem reg. carteira	558	459	414	641	390	290	167	69	75	300	161	138	189	200	168
Conta-próprias	884	760	730	313	260	222	101	93	68	747	641	575	158	130	133
Empregadores	46	50	31	61	46	47	17	24	14	49	46	50	25	31	19
Não Remunerados	240	293	220	232	127	106	115	89	51	841	609	466	80	73	59
Sem declaração															
Não-agrícola	492	521	587	290	274	294	198	186	222	398	238	237	96	98	122
Empregados	346	340	388	235	180	218	172	152	161	319	179	167	70	70	85
com registro carteira	152	106	123	137	80	102	114	94	96	237	93	96	29	16	28
sem registro carteira	194	225	254	99	93	109	57	57	62	82	81	65	41	52	54
func.público ou militar	-	8	11	-	7	7	-	-	3	-	6	6	-	2	3
Conta-próprias	134	149	164	50	81	63	20	26	47	57	46	51	20	19	28
Empregadores	6	18	13	1	5	10	3	8	10	11	8	12	3	4	5
Não Remunerados	6	15	22	3	7	4	4	-	5	12	5	8	3	5	4

## ANEXO VIII

Pessoas ocupadas com Domicílio Rural segundo o Setor e  
Ramos de Atividade e Regiões Modificadas do Brasil.  
1981, 1992 e 1995

Tabela População rural das regiões (modificadas) do Brasil, segundo o setor de atividade, 1995.

	Nordeste (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	São Paulo (1.000)	SUL (1.000)	Centro-Oeste <sup>1</sup> (1.000)	BRASIL (1.000)
<b>População Economicamente Ativa</b>						
Ocupados						
Agrícola	5.597,0	1.624,2	544,3	2.307,4	735,3	10,8
Não-agrícola	1.722,2	721,3	517,9	665,1	275,2	3,9
Indústria da Transformação	297,1	114,7	128,9	203,2	50,5	7
Indústria da Construção	153,3	99,1	60,8	58,6	25,7	3
Outras atividades industriais	58,7	28,2	6,4	22,7	3,7	1
Comércio de Mercadorias	290,1	72,5	52,9	67,4	37,6	5
Prestação de Serviços	435,6	248,3	169,0	169,8	87,5	1,1
Serviços auxiliares de ativ.econ.	17,3	18,9	7,3	11,9	8,9	1
Transporte e Comunicação	63,9	27,0	20,1	28,7	7,6	1
Social	275,2	81,5	45,8	68,4	39,0	5
Administração Pública	117,2	25,6	20,2	26,3	11,8	2
Outras atividades	13,8	5,6	6,5	8,2	2,9	1
Não Ocupados						
Procurando Emprego	153,0	50,7	50,7	40,8	29,2	3
<b>Não Economicamente Ativos</b>						
Aposentados, Pensionistas ou Outras Rendas	1.031,7	343,0	128,7	332,7	66,9	1,9
Outros não econ. ativos	3.714,30	1.409,40	636,20	864,10	630,20	7,25
<b>Pessoas de 10 anos ou mais</b>	<b>12.218,20</b>	<b>4.148,60</b>	<b>1.877,70</b>	<b>4.210,20</b>	<b>1.736,70</b>	<b>24,19</b>

1- Incluído o estado de Tocantins

Tabela População rural das regiões (modificadas) do Brasil, segundo o setor de atividade, 1992.

	Nordeste (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	São Paulo (1.000)	SUL (1.000)	Centro-Oeste <sup>1</sup> (1.000)	BRASIL (1.000)
População Economicamente Ativa						
Ocupados						
Agrícola	5.605,1	1.686,2	614,8	2.572,7	772,1	11.250,9
Não-agricola	1.612,3	629,5	394,3	639,8	236,1	3.511,9
Indústria da Transformação	323,1	122,2	90,2	196,1	44,9	776,4
Indústria da Construção	151,9	64,3	29,5	49,7	17,4	312,9
Outras atividades industriais	53,6	24,7	8,8	23,0	5,2	115,2
Comércio de Mercadorias	248,9	62,7	40,7	78,3	23,9	454,5
Prestação de Serviços	369,3	215,7	149,3	157,9	87,0	979,1
Serviços auxiliares de ativ.econ.	28,0	7,4	4,8	11,0	4,3	55,5
Transporte e Comunicação	57,8	32,7	26,3	22,3	7,3	146,4
Social	273,8	69,1	23,2	70,4	34,7	471,2
Administração Pública	89,7	20,9	16,0	26,2	10,0	162,8
Outras atividades	16,2	9,9	5,6	4,9	1,3	37,9
Não Ocupados						
Procurando Emprego	170,6	49,2	43,9	33,1	16,8	313,6
Não Economicamente Ativos						
Aposentados, Pensionistas ou Outras Rendas	841,2	275,2	98,2	252,9	57,8	1.525,3
Outros não econ. ativos	3.872,6	1.344,7	566,0	939,5	582,0	7.304,8
Pessoas de 10 anos ou mais	12.101,8	3.984,8	1.717,2	4.438,0	1.664,8	23.906,5

1- Incluído o estado de Tocantins

Tabela População rural das regiões (modificadas) do Brasil, segundo o setor de atividade, 1981.

	Nordeste (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	São Paulo (1.000)	SUL (1.000)	Centro-Oeste <sup>1</sup> (1.000)	BRASIL (1.000)
<b>População Economicamente Ativa</b>						
<b>Ocupados</b>						
Agrícola	4.581,4	1.829,0	681,9	3.043,3	600,3	10.735,9
Não-agrícola	1.520,9	441,0	329,1	610,4	159,3	3.060,8
Indústria da Transformação	249,3	81,1	114,4	172,6	28,9	646,4
Indústria da Construção	570,2	55,1	33,1	64,6	11,6	734,6
Outras atividades industriais	53,2	15,5	13,1	35,8	8,9	126,4
Comércio de Mercadorias	161,0	46,2	25,2	61,9	18,9	313,3
Prestação de Serviços	222,8	147,5	85,2	119,1	43,6	618,1
Serviços auxiliares de ativ. econ.	12,5	14,3	5,2	11,8	11,2	55,0
Transporte e Comunicação	47,9	23,1	10,0	30,3	5,2	116,6
Social	148,2	44,1	18,4	78,7	20,1	309,4
Administração Pública	39,7	7,9	14,7	25,1	8,4	95,8
Outras atividades	16,1	6,2	9,9	10,4	2,5	45,2
<b>Não Ocupados</b>						
Procurando Emprego	67,2	31,1	17,8	17,6	5,7	139,4
<b>Não Economicamente Ativos</b>						
Aposentados, Pensionistas ou Outras Rendas	642,7	218,3	74,2	255,0	49,9	1.240,0
Outros não econ. ativos	4.489,6	1.723,3	634,1	1.569,8	641,0	9.057,8
<b>Pessoas de 10 anos ou mais</b>	<b>11.301,8</b>	<b>4.242,6</b>	<b>1.737,0</b>	<b>5.496,1</b>	<b>1.456,2</b>	<b>24.233,8</b>

## ANEXO IX

Principais Setores de Atividade Não-Agrícolas das Pessoas com  
Domicílio Rural segundo as Regiões Modificadas do Brasil.  
1981, 1992 e 1995

Tabela Setores de atividades da População Rural Não-agrícola segundo as regiões modificadas do Brasil, 1995.

SETORES	NE (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	CO(+TO) (1.000)	Brasil (1.000)
emprego doméstico	204,7	151,0	110,4	100,3	55,4	621,8
construção	153,3	99,1	60,8	58,6	25,7	397,5
estab. ensino público	210,4	62,9	10,4	44,4	27,9	356,0
comércio alimentos	151,2	24,7	13,6	24,0	11,9	225,4
indústria alimentos	75,7	28,0	28,8	25,7	16,7	174,8
industria transformação	76,4	27,7	18,4	22,7	9,0	154,1
restaurantes	52,8	32,2	17,6	17,8	12,1	132,5
alfaiataria	73,9	27,4	4,8	15,9	6,0	128,0
administração municipal	67,1	19,4	10,5	16,4	6,5	119,8
comércio ambulante	60,2	19,9	12,9	14,4	10,5	117,8
industria de madeiras	27,6	12,8	1,6	34,3	13,6	89,9
transporte de carga	19,6	13,5	14,4	20,0	2,6	70,0
assist. técnica - veículos	23,3	8,4	12,9	14,6	4,7	63,8
Sulb-Total	1.196,2	527,0	316,9	408,9	202,5	2.651,5
<b>PEA NÃO-AGRÍCOLA</b>	<b>1.722,2</b>	<b>721,3</b>	<b>517,9</b>	<b>665,1</b>	<b>275,2</b>	<b>3.901,8</b>

Tabela Setores de atividades da População Rural Não-agrícola segundo as regiões modificadas do Brasil, 1992

SETORES	NE (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	CO(+TO) (1.000)	Brasil (1.000)
emprego doméstico	154,6	115,9	94,2	91,4	54,2	510,4
construção	151,9	64,3	29,5	49,7	17,4	312,9
estab. ensino público	207,5	54,6	9,6	52,9	25,5	350,2
comércio alimentos	116,8	23,8	7,2	26,9	7,2	181,9
indústria alimentos	87,0	29,2	30,3	15,3	11,9	173,7
industria transformação	81,4	21,5	14,4	24,7	12,5	154,5
restaurantes	42,1	38,2	17,6	16,4	11,2	125,5
alfaiataria	93,6	26,1	4,0	12,5	7,7	143,9
administração municipal	45,1	16,9	11,2	16,6	4,3	94,2
comércio ambulante	60,8	12,7	4,0	9,4	5,7	92,5
industria de madeiras	19,6	12,1	1,6	32,0	11,3	76,6
transporte de carga	22,8	15,0	15,2	14,2	4,6	71,7
assist. técnica - veículos	13,6	7,5	12,0	8,3	2,3	43,6
Sulb-Total	1.096,8	437,8	250,6	370,4	175,9	2.331,6
<b>PEA NÃO-AGRÍCOLA</b>	<b>1.612,3</b>	<b>629,5</b>	<b>394,3</b>	<b>639,8</b>	<b>236,1</b>	<b>3.511,9</b>

Tabela Setores de atividades da População Rural Não-agrícola segundo as regiões modificadas do Brasil, 1981

SETORES	NE (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	CO(+TO) (1.000)	Brasil (1.000)
emprego doméstico	74,6	86,8	49,1	67,8	23,3	301,6
construção	570,2	55,1	33,1	64,6	11,6	734,6
estab. ensino público	107,1	36,9	4,2	54,6	16,0	218,8
comércio alimentos	80,2	20,1	4,3	32,2	5,3	142,1
indústria alimentos	41,7	10,3	19,8	22,5	3,4	97,7
indústria transformação	40,4	24,6	37,0	30,8	7,0	139,8
restaurantes	19,0	12,9	7,3	13,4	5,2	57,9
alfaiataria	92,6	24,0	12,3	17,9	4,4	151,2
administração municipal	11,7	3,8	8,2	8,1	0,5	32,4
comércio ambulante	24,2	4,4	3,9	5,0	2,4	39,9
indústria de madeiras	23,9	10,0	3,0	53,6	15,6	106,1
transporte de carga	19,4	11,4	4,8	20,2	1,8	57,6
assist. técnica - veículos	7,9	3,2	3,5	8,0	0,9	23,5
Sulb-Total	1.112,8	303,6	190,6	398,8	97,3	2.103,1
<b>PEA NÃO-AGRÍCOLA</b>	<b>1.520,9</b>	<b>441,0</b>	<b>329,1</b>	<b>610,4</b>	<b>159,3</b>	<b>3.060,8</b>

## ANEXO X

Principais Ocupações Não-Agrícolas das Pessoas com  
Domicílio Rural segundo as Regiões Modificadas do Brasil.  
1981, 1992 e 1995

Tabela Ocupações Não-agrícolas da População Ocupada Rural, segundo as regiões modificadas do Brasil, 1995

NÃO-AGRÍCOLAS OCUPAÇÃO PRINCIPAL	NE (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	CO(+TO) (1.000)	Brasil (1.000)
serviços domésticos	164,2	118,2	86,3	76,2	46,3	491,2
pedreiro	83,9	53,2	29,6	24,4	13,6	204,7
serviços conta-própria	120,9	22,5	12,0	18,8	11,8	186,1
profes. prim grau inicial	116,6	25,6	3,2	20,2	11,6	177,3
baconistas atendentes	86,5	20,3	11,2	15,7	12,4	146,0
motorista	45,4	20,4	20,8	34,4	7,4	128,3
ajudante pedreiro	47,2	31,3	19,2	14,7	8,8	121,1
servente faxineiro	61,4	27,1	8,0	16,5	7,6	120,7
ajudante diversos	39,4	27,1	16,8	21,4	7,3	112,0
costureiro alfaiate	53,4	18,3	4,8	17,2	4,1	97,9
forno em olaria	48,6	7,1	11,2	8,6	5,6	81,0
ambulante - outros	38,2	13,7	9,6	9,2	7,6	78,3
diversos	36,1	9,9	5,6	21,8	4,0	77,5
<b>TOTAL</b>	<b>1.722,2</b>	<b>721,3</b>	<b>517,9</b>	<b>665,1</b>	<b>275,2</b>	<b>3.901,8</b>

Tabela Ocupações Não-agrícolas da População Ocupada rural, segundo as regiões modificadas do Brasil, 1992

NÃO-AGRÍCOLAS OCUPAÇÃO PRINCIPAL	NE (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	CO(+TO) (1.000)	Brasil (1.000)
serviços domésticos	129,9	85,4	75,8	71,5	47,0	409,6
pedreiro	89,4	36,2	21,6	26,5	9,3	183,0
serviços conta-própria	114,0	31,2	6,4	18,0	9,9	179,5
profes. prim grau inicial	96,9	25,7	1,6	32,9	12,3	169,4
balconistas atendentes	60,4	22,2	12,0	27,4	7,0	128,9
motorista	44,8	23,0	23,9	29,5	6,8	128,2
ajudante pedreiro	39,5	18,0	7,2	13,4	5,4	83,5
servente faxineiro	65,2	25,5	20,0	19,5	7,3	137,5
ajudante diversos	50,9	24,7	10,4	20,3	7,2	113,5
costureiro alfaiate	61,9	15,5	4,8	15,7	6,9	104,8
fomeiro em olaria	58,5	11,3	10,4	11,9	6,5	98,6
ambulante - outros	31,6	8,5	2,4	6,1	3,6	52,2
diversos	38,0	13,3	12,0	24,1	4,5	91,8
<b>TOTAL</b>	<b>1.612,3</b>	<b>629,5</b>	<b>394,3</b>	<b>639,8</b>	<b>236,1</b>	<b>3.511,9</b>

Tabela Ocupações Não-agrícolas da População Ocupada Rural, segundo as regiões modificadas do Brasil, 1981

NÃO-AGRÍCOLAS OCUPAÇÃO PRINCIPAL	NE (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	CO(+TO) (1.000)	Brasil (1.000)
serviços domésticos	73,6	80,8	47,8	67,7	23,2	293,1
pedreiro	58,9	16,3	13,9	24,0	4,2	115,4
serviços conta-própria	74,5	14,6	4,3	16,8	6,5	116,8
profes. prim grau inicial	47,4	23,5	1,3	26,9	2,4	101,4
balconistas atendentes	35,5	17,5	6,5	22,7	4,8	86,9
motorista	31,2	17,9	11,3	33,9	4,1	98,3
ajudante pedreiro	47,0	23,9	11,3	16,0	5,5	103,7
servente faxineiro	25,7	11,4	9,5	16,3	5,0	67,8
ajudante diversos	404,4	25,4	10,4	26,0	7,8	473,9
costureiro alfaiate	67,6	16,2	9,3	18,0	3,7	114,8
forno em olaria	30,2	9,8	27,9	13,7	5,8	87,4
ambulante - outros	16,4	1,4	2,2	2,8	0,6	23,4
diversos	19,2	6,4	6,1	9,5	1,8	42,9
<b>TOTAL</b>	<b>1.520,9</b>	<b>441,0</b>	<b>329,1</b>	<b>610,4</b>	<b>159,3</b>	<b>3.060,8</b>

## ANEXO XI

**Pessoas ocupadas com mais de uma Atividade segundo a Situação do Domicílio, o Setor de Atividade Principal e Secundário e as Regiões Modificadas do Brasil.  
1981, 1992 e 1995**

Tabela Distribuição regional das pessoas com dupla atividade, Brasil, 1995

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	ATIVIDADE PRINCIPAL	ATIVIDADE SECUNDÁRIA	NO (1.000)	NE (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	CO (+TO) (1.000)	BR (1.000)
URBANA	Agrícola	Agrícola	7,1	46,6	8,8	4,0	9,6	6,2	82,4
		Não-agrícola	2,5	50,2	14,0	6,4	11,8	5,4	90,3
		Sub-Total	9,6	96,8	22,8	10,5	21,4	11,6	172,7
	Não-Agrícola	Agrícola	12,5	87,7	30,2	16,8	39,3	16,2	202,7
		Não-agrícola	101,9	461,2	433,3	418,2	352,3	126,4	1.893,3
		Sub-Total	114,4	548,9	463,5	435,1	391,5	142,5	2.096,0
RURAL	Agrícola	Agrícola	-	344,5	71,6	15,2	59,8	22,6	513,7
		Não-agrícola	-	130,3	25,3	4,8	33,9	10,2	204,5
		Sub-Total	-	474,8	97,0	20,0	93,8	32,8	718,2
	Não-Agrícola	Agrícola	-	145,1	29,1	4,8	49,1	9,3	237,4
		Não-agrícola	-	64,1	14,7	10,5	19,9	6,9	116,1
		Sub-Total	-	209,2	43,8	15,3	69,1	16,2	353,5

Tabela Distribuição regional das pessoas com dupla atividade, Brasil, 1992

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	ATIVIDADE PRINCIPAL	ATIVIDADE SECUNDÁRIA	NO (1.000)	NE (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	CO (+TO) (1.000)	BR (1.000)
URBANA	Agricultora	Agricultora	7,5	41,3	4,8	4,8	3,0	5,2	66,6
		Não-agrícola	2,2	52,2	15,0	14,4	9,4	5,6	98,8
		Sulb-Total	9,7	93,6	19,8	19,2	12,4	10,8	165,4
	Não-Agricultora	Agricultora	11,1	68,2	33,0	20,8	37,4	15,2	185,5
		Não-agrícola	73,3	364,9	416,5	311,9	283,1	119,0	1.568,8
		Sulb-Total	84,4	433,2	449,5	332,6	320,5	134,2	1.754,3
RURAL	Agricultora	Agricultora	-	340,7	42,6	5,6	64,8	17,8	471,6
		Não-agrícola	-	124,6	18,1	4,8	28,2	3,4	179,1
		Sulb-Total	-	465,4	60,8	10,4	93,0	21,2	650,8
	Não-Agricultora	Agricultora	-	131,3	24,1	6,4	54,0	6,6	222,4
		Não-agrícola	-	58,3	8,1	4,0	18,0	4,9	93,3
		Sulb-Total	-	189,7	32,2	10,4	72,0	11,4	315,7

Tabela Distribuição regional das pessoas com dupla atividade, Brasil, 1981

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	ATIVIDADE PRINCIPAL	TEM ATIVIDADE SECUNDÁRIA	NO (1.000)	NE (1.000)	RJ+ES+MG (1.000)	SP (1.000)	SUL (1.000)	CO (+TO) (1.000)	BR (1.000)
URBANA	Agrícola	SIM	2,4	39,4	13,8	6,1	10,5	5,4	77,6
	Não-Agrícola	SIM	29,5	222,3	294,3	261,6	146,8	65,8	1.020,2
RURAL	Agrícola	SIM	-	186,7	30,3	9,1	36,9	4,9	267,8
	Não-Agrícola	SIM	-	143,8	10,1	7,3	39,6	3,7	204,6

## ANEXO XII

Distribuição das Pessoas com Domicílio Rural  
Ocupadas em Atividades Não-Agrícolas segundo a  
Situação do Domicílio e Área Censitária.  
1981, 1992 e 1995.

Tabela Evolução da População Ocupada Restrita segundo a situação do domicílio, ramo de atividade e tipo de município.  
Brasil, 1992/95.

	METRO			AUTO			NÃO AUTO		
	1.992 (1.000)	1.995 (1.000)	1992/95 (%a.a.)	1.992 (1.000)	1.995 (1.000)	1992/95 (%a.a.)	1.992 (1.000)	1.995 (1.000)	1992/95 (%a.a.)
<b>URBANO</b>									
Não-agrícola	17.719	19.355	3,0 **	10.817	12.091	3,8 **	14.478	15.710	2,8 **
Urbanizada	17.519	19.150	3,0 **	10.753	12.000	3,7 **	14.275	15.452	2,7 **
Não urbanizada	61	67	3,2	55	83	14,4 **	104	133	8,5 **
Isolada	139	139	-0,1	9	9	-1,1	99	126	8,2 **
Agrícola	185	217	5,5 *	329	339	0,9	3.173	3.144	-0,3
Urbanizada	145	143	-0,5	323	327	0,5	3.055	3.044	-0,1
Não urbanizada	22	52	32,4 **	6	11	21,6 *	75	66	-4,0
Isolada	17	22	7,8	1	1	0,2	43	34	-7,7
<b>RURAL</b>									
Agrícola	139	123	-3,9	574	534	-2,4	10.538	10.152	-1,2
Extensão urbana	0	1	27,1	49	42	-4,9	33	24	-10,1
Povoado	5	5	-0,9	43	30	-11,1 *	691	679	-0,6
Núcleo							3	2	-12,6
Outros	0	0		0			0		
Rural -exclusive	133	117	-4,2	482	461	-1,5	9.811	9.447	-1,3
Não-agrícola	323	387	6,2 **	483	611	8,1 **	2.706	2.904	2,4 *
Extensão urbana	116	127	3,0	189	225	6,0 *	92	95	1,1
Povoado	35	62	20,4 **	61	80	9,7 *	460	490	2,1
Núcleo							28	21	-9,8
Outros	1	1	0,6						
Rural -exclusive	170	197	5,0	233	306	9,4 **	2.126	2.298	2,6 *

METRO - Regiões Metropolitanas

AUTO - Municípios Auto-Representativos

NÃO AUTO - Municípios Não Auto-Representativos

Tabela Distribuição da população acrescentada à PEA pela mudança conceitual, segundo os tipos de municípios, situação do domicílio, e ramo de atividade principal da população. Brasil, 1992/95.

	METRO		AUTO		NÃO AUTO		TOTAL	
	1.992 (1.000)	1.995 (1.000)	1.992 (1.000)	1.995 (1.000)	1.992 (1.000)	1.995 (1.000)	1.992 (1.000)	1.995 (1.000)
<b>URBANO</b>								
Não-agrícola	114	122	69	95	154	171	336	388
Urbanizada	113	116	69	95	150	167	331	378
Não urbanizada	1	0	0	1	2	3	3	3
Isolada	1	6	0	0	1	1	2	7
Agrícola	207	119	214	174	877	842	1.298	1.136
Urbanizada	199	112	209	170	833	798	1.241	1.080
Não urbanizada	4	5	5	4	34	34	42	43
Isolada	4	3	0	0	10	10	14	13
<b>RURAL</b>								
Agrícola	46	29	131	131	2.087	2.352	2.264	2.512
Extensão urbana	3	1	8	11	9	6	20	18
Povoado	3	1	10	11	99	149	112	161
Núcleo	-	-	-	-	0	0	-	-
Outros	0	0	0	-	0	-	0	-
Rural -exclusive	40	27	112	109	1.980	2.196	2.132	2.332
Não-agrícola	4	3	3	2	27	23	34	28
Extensão urbana	2	0	0	2	1	2	3	0
Povoado	1	0	1	1	10	8	12	8
Núcleo	-	-	-	-	0	0	-	-
Outros	0	0	-	-	-	-	-	-
Rural -exclusive	2	3	2	1	16	17	20	19

METRO – Regiões Metropolitanas

AUTO – Municípios Auto-Representativos

NÃO AUTO - Municípios Não Auto-Representativos